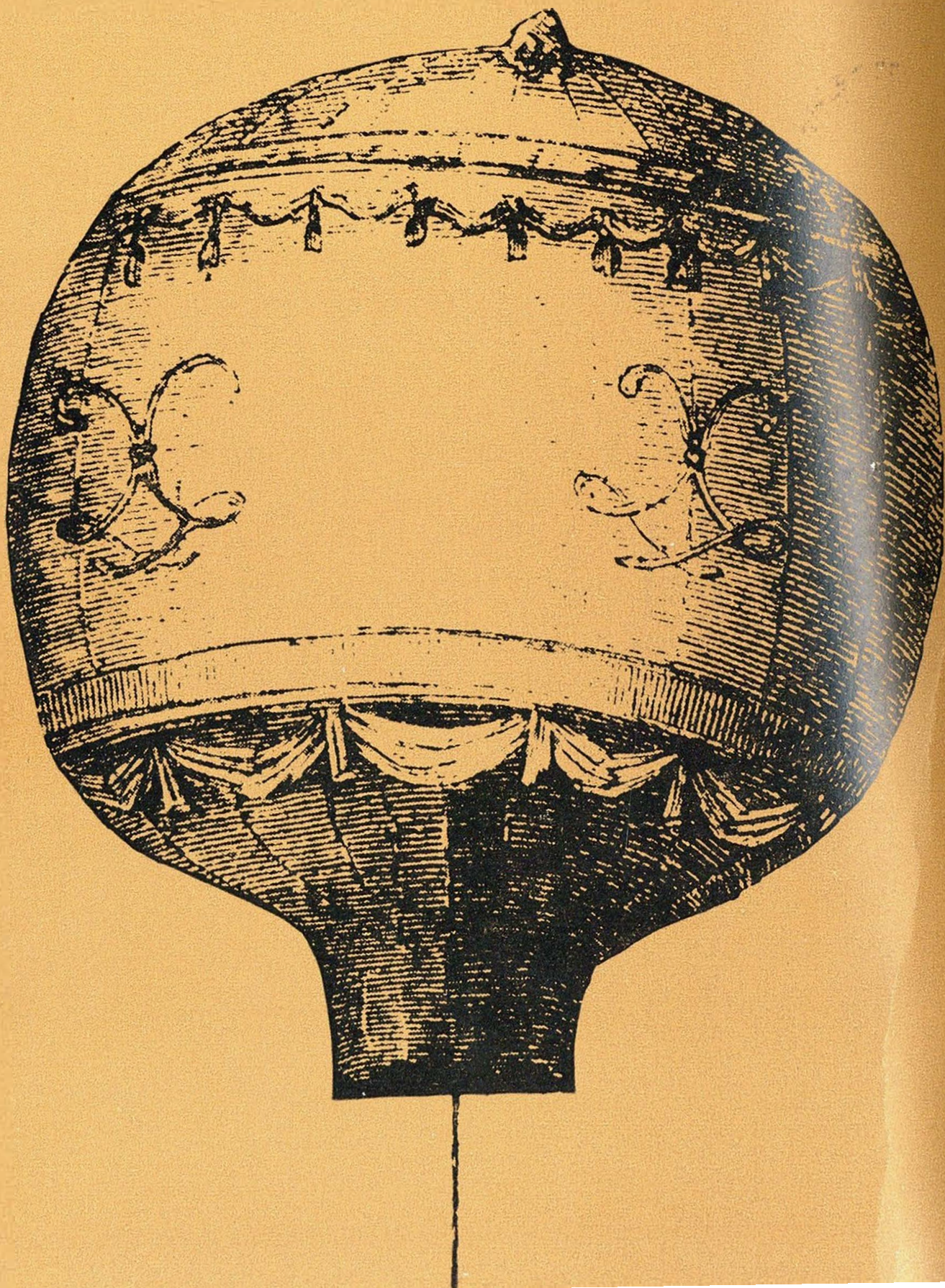


**A
L
M
A
N
A
Q
U
E**

março 1961
abril 1961

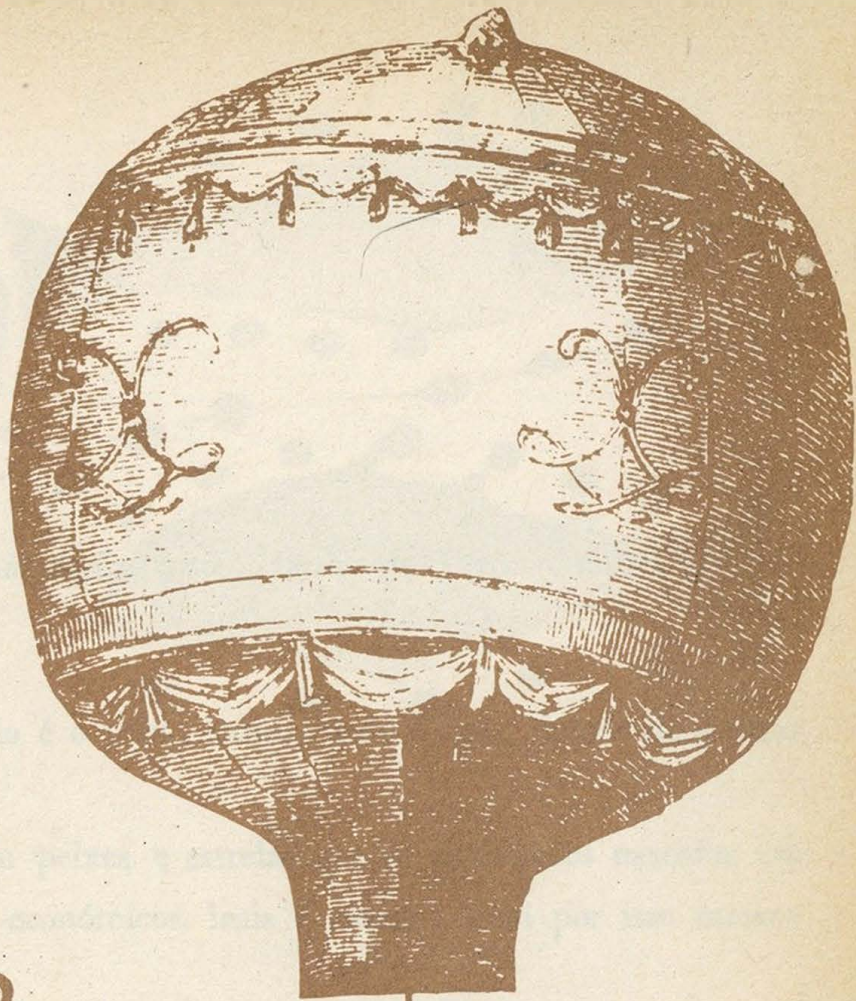


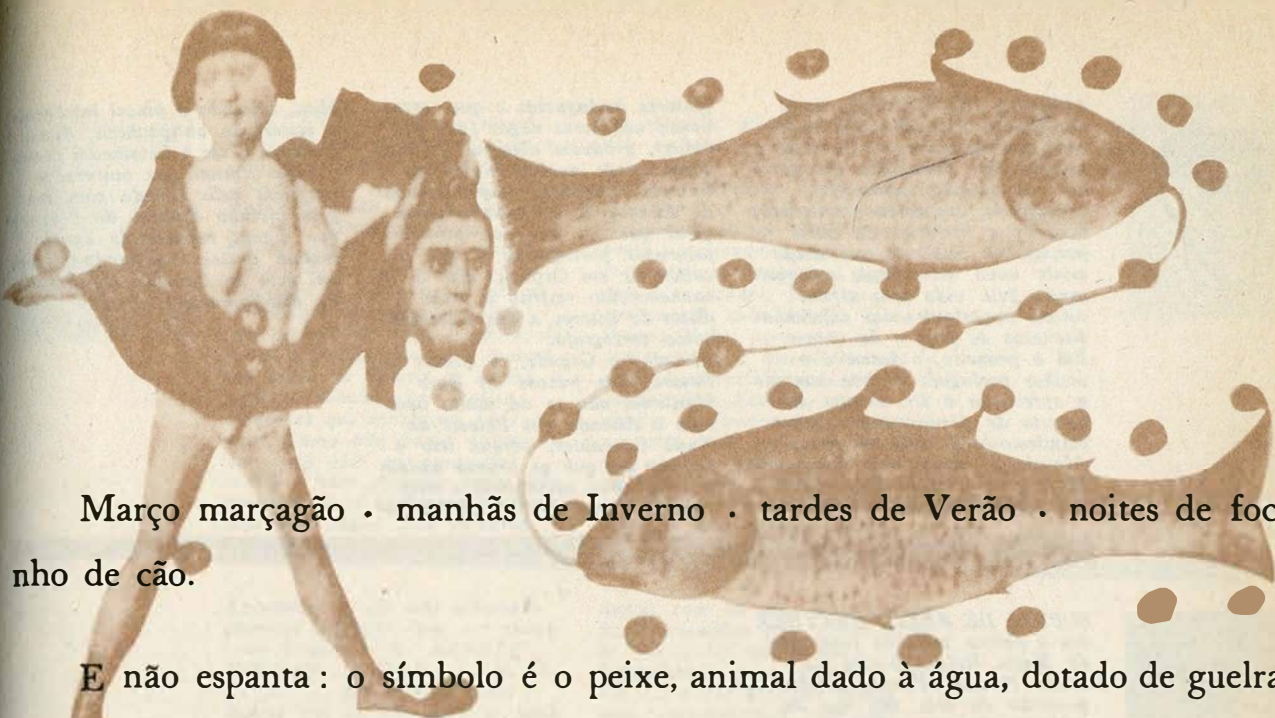
1028



PELO DIREITO

Q: E para onde apontam todos estes monumentos?
R: Apontam para a sua própria monumentalidade.





Março marçagão . manhãs de Inverno . tardes de Verão . noites de focinho de cão.

E não espanta : o símbolo é o peixe, animal dado à água, dotado de guelras e não de pulmões.

Dizem os entendidos em peixes e estrelas que os indivíduos nascidos em Março são pouco orgulhosos, económicos, leais e tímidos. Será por isso mesmo que são bons maridos ?

Abril : águas mil.

E por aqui se vê que a voz do povo não é a voz de Deus, já que à primeira vista o peixe está mais bem apetrechado para viver na água do que o carneiro — símbolo involuntário do mês de Abril. De qualquer forma existe um outro adágio popular que corrige a situação : filho de carneiro sabe nadar.

Quem nasce em Abril é dinâmico, inteligente, impulsivo e meigo. Ama a luta, o perigo, o céu e o mal. Enfim : ama. (O autor desta modesta abertura nasceu em Abril.)

Tudo isto, repete-se, é a opinião dos astronautas de água doce, que observam o céu de longe e com prudência. (Vêem o céu por um óculo...)

Que dirá Gagarine (astronauta a sério) dos que nasceram sob estes signos ? Não o sabemos. É natural que nunca lho venhamos a perguntar.

Com Gagarine ou sem Gagarine, estimadas leitoras e estimados leitores, cumpri as regras da natureza : sede tímidos e corajosos, económicos e perdulários, bons e maus maridos, estúpidos e inteligentes.

Segui, em resumo, o grande Rabelais : **Fay que vaudray.**



ALMADA NEGREIROS, neste número do **ALMANAQUE** dedicado aos Monumentos de toda a espécie, vai bem. Ele mesmo é um monumento, justamente consagrado, dos roteiros artísticos, boémios e literários da vida portuguesa. Supõe-se que desde muito novo usou força, escaqueirando pela vida fora alguns vitrais importantes das capelinhas pacheucas de hoje e de ontem. Foi o primeiro, o maior e o melhor português de boa vontade a apresentar o Dr. Dantas em barrete de dormir num célebre Manifesto-Anti. Com 68 anos, Almada é, ainda hoje, um herói da anticonvivência. Sabe muito bem que é um dos maiores

pintores portugueses e que, escrevendo nas horas vagas (que são todas), produziu algumas páginas como as do notável Nome de Guerra, romance antiprovinciano de Lisboa. É do conhecimento geral que foi um dos primeiros futuristas portugueses e que colaborou em Orpheu. Mas é do conhecimento restrito a meia dúzia de leitores a sua actividade como coreógrafo.

Almada, o Grande; o pintor de Pessoa, dos frescos da Gare Marítima, não se dá muito bem com o Almada dos Painéis de Nuno Gonçalves, porque isso é terreno em que as bruxas andam à solta. Mas escrevendo contos como este que **ALMANAQUE** pu-

blica, soltando o pincel inteligente à inspiração antipacheuca, Almada continua a ser o batalhador contra o lugar comum que outrora se passeava pelo Chiado com um galo vivinho debaixo do braço e que alguns rapazes de agora tentam imitar, passeando-se com um galo de Barcelos disfarçado de não-figurativo.



SOPHIA DE MELLO BREYNER era a pessoa indicada para falar de Maria Helena Vieira da Silva. Porquê? Porque a compreensão da arte, tão rica de subtilidade, da grande pintora exigia também uma grande poetisa. «...Puro espaço e lícida unidade, Aqui o tempo apaixonadamente / / Encontra a própria liberdade». Palavras de Sophia de Mello Breyner. A propósito de Vieira da Silva? Não. Palavras surgidas em toda a liberdade dum poema, ignorantes de que exprimiam também o mundo próprio de Vieira da Silva.

Com a transferência da Faculdade de Letras de Lisboa das velhas casas da Academia para a novíssima Universidade, o ensaísta Rogério Fernandes, que era um dos mais jovens professores assistentes daquele estabelecimento de ensino, decidiu permanecer fiel à Lisboa antiga e trocou o magistério por uma actividade mais exclusivamente literária. Numa personalidade tão pouco conformista este contraste nada tem de paradoxal. É pura questão de gosto. Se Rogério Fernandes trabalha actualmente (como secretário de uma grande editora) a dois passos da primitiva Faculdade, é bom que se saiba que o não fez por saudosismo...

Em matéria de Filosofia Portuguesa o Saudosismo não o tenta grandemente.

O autor do levantamento literário de Alves Redol — Monumento que se publica neste número começou a sua carreira como poeta (revistas *Arvore*, *Távola Redonda*, etc.) e foi um dos fundadores de *Anteu*. Por notícia dos jornais veio a saber que alguns dos seus versos tinham sido traduzidos na Jugoslávia. O facto sensibilizou-o muito e não tornou a fazer uma rima.

Entretanto os estudos que foi publicando (*Ocidente*, *Diário de Notícias*, *Gazeta Musical* e de *Todas as Artes*) impuseram-no como um ensaísta independente de

expressão objectiva e de meditada elaboração — coisas que no mundo das Letras, e particularmente na *Crítica*, são raríssimas e dão muito que pensar.



As curiosas fábulas angolanas que publicamos neste número foram apresentadas por **MANUEL FERREIRA**, o romancista de *A Casa dos Motas* e prémio *Fernão Mendes Pinto*, de 1958, com o volume *Morabeza*. Nas suas andanças pelo Ultramar, Manuel Ferreira armazenou uma vasta colheita de materiais, sobretudo em Goa e em Cabo Verde, que lhe permitiu realizar actualmente um trabalho cultural de importância nos «Estudos Ultramarinos» e no Grande *Fabulário de Portugal* e do Brasil, em publicação. Cabo Verde parece ser a Meca da sua predilecção, a sua *Pasárgada*. Viveu lá durante seis anos, casou lá e, quando

regressou, dirigiu em Lisboa colóquios sobre as ilhas redescobertas (por ele).

É self-made cem por cento. Tirou o curso dos liceus quando já tinha filhos de berço, e o curso de Farmácia quando o primeiro filho entrou para o liceu. Depois disso matriculou-se em Letras.



«FAULKNER introduziu no romance policial os elementos essenciais da tragédia grega». Estas palavras de A. Malraux traduzem muito bem o que há de mais característico no grande escritor norte-americano. Dum lado a civilização, o progresso, a máquina (e não é o romance tipicamente policial um produto do nosso tempo?); do outro o Destino, que é o mesmo em todas as épocas, e contra o qual os homens, por muitas máquinas que inventem, nada podem. Como não podia deixar de ser, este ódio ao progresso radica-se num profundo amor pela natureza: pela visão contemplativa dos regatos, dos pássaros,

das árvores. Mas essa filosofia não embotava a profundidade da sua visão e o profundo realismo das suas histórias. Poeta trágico, como raros os há no nosso tempo, William Faulkner não é um poeta reaccionário, precisamente porque é um implacável descobridor de verdades, precisamente porque não sabe mentir. E se o Prémio Nobel com que foi contemplado é discutível, não é mais discutível do que tantos outros. Que Faulkner é um escritor profundamente original, ninguém pode negar. E que na sua obra o nosso tempo se reflecte, precisamente na medida em que o progresso é posto em causa, é isso absolutamente

indiscutível. Quanto ao resto... Ver-se-á se após a sua morte os seus livros continuarão a viver.

Apresentando aos seus leitores a primeira tradução dum dos numerosos contos de Sir KENETH MORGAN, D. O. C., L. M. O., H. S. T., preenchemos uma lacuna que de há muito se fazia sentir em Portugal. Keneth Morgan, o famoso vencedor do general Karl Manheim von Unterlacken, não se notabilizou apenas pelas suas vitórias militares. Após a reforma — a seu pedido e como protesto contra o abandono da Índia pelo governo trabalhista — Keneth Morgan dedicou-se às letras. O seu primeiro livro (uma biografia de Lawrence da Arábia, de quem foi secretário) teve um brilhante, embora discutível, êxito. Mas foi

depois com as suas novelas de ficção científica que o seu nome se impôs definitivamente. Contrabando para o século IV - A. C. é um dos seus contos mais característicos: sob uma aparente superficialidade, Morgan traça um quadro cruel da nossa época. Um profundo sentimento existencial, uma angústia muito densa, a consciência de estar no mundo, uma inquietante descoberta do «em-si» das coisas, tudo isso nos é oferecido com uma ironia aguda, discreta e fascinante.



A partir deste número, o sr. cronista da careta pacheca, dito JOÃO RODRIGUES, ingressa no lar almanaqueense, com um sortido amplo de ilustrações. O nosso leitor, obrigatoriamente inteligente (ALMANAQUE é o órgão oficial das pessoas inteligentes), notará que o mundo de João Rodrigues é mais concreto do que fantástico, porque, na distorsão, o seu criador reinventou uma realidade verosímil. Estas as avisadas considerações acerca da sua arte. Quanto a dados biográficos, temos a dizer que J. R. nasceu em Lisboa, exactamente em Novembro de 1936, que se matriculou na Escola de Belas-Artes, de onde se desmatriculou,

assustadamente, para colaborar no «Diário Ilustrado», no «Jornal Europa» e nas «Edições Contraponto». Um dia, notando, perplexo, que juntara 1.000\$00, embarcou para França, onde, entre outras tarefas altamente higiénicas e civilizadoras, lavou pratos, colou cartazes e participou em vindimas. Na posse desta robusta cultura humanista voltou à Pátria. Actualmente anda por aí, miope e distraído.

Nascido sob o signo de Aquário, um signo de purificação, MANUEL PILO DA SILVA tem exercido uma acção purificadora nas páginas do ALMANAQUE. Ele é o redactor-paginador, o que, por outras palavras, significa o redactor que nada redige, mas que distribui pelas diferentes páginas, com muitos bonecos à mistura, as redacções dos outros. Isso significa também que ele é uma espécie de ditador e que dá ordens deste género aos pobres escritas: «Preciso de mais duas linhas e meia de prosa para encher a página», ou o contrário. Estes vingam-se agora e descobrem-lhe os pontos fracos: por exemplo: pinta às escondidas e

quase às escondidas esteve representado na exposição da Fundação Gulbenkian (1957), na falecida galeria Pórtico e num Salão de Primavera da elegante praia do Estoril. Estes seus quase incógnitos esforços nunca foram devidamente premiados e Pilo da Silva não obteve prémio nenhum. Publicando-lhe — e assinados — os seus desenhos, ALMANAQUE distingue-o com a medalha de mérito agrícola.

COMUNICADO URGENTE
E CONFIDENCIAL

AO LEITOR Sr. Alberto Pinto da Silva, da Póvoa de Varzim:

Não. Não. Não. O ALMANAQUE não tenciona dar por findos os seus dias apesar de certas más vontades. (Ou por causa delas...)

Sim. Sim. Sim. Sabemos que a pontualidade não é a nossa maior característica, mas, além dos sinais horários da E. N. e das missas do 7.º dia, nada é pontual entre nós.

Nem sim, nem não. Ainda há exemplares dos primeiros números de ALMANAQUE, mas não são muitos, e podemos enviá-los à cobrança desde que nos sejam indicados os números pretendidos.

Obrigado por:

a) Acima de tudo pelas provas de confiança em fazer depender de nós — suspeitos por sermos interessados — a sua decisão de adquirir, ou não, os primeiros números de ALMANAQUE.

b) Por considerar o ALMANAQUE uma revista cultural.

A Redacção, mais uma vez agradecida, curva-se respeitosamente a tão valiosa atitude.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1961

Ex.º Sr.
Director do mensário «*Almanaque*»

Ex.º Sr. Director

Sou assíduo leitor da v/ conceituada Revista desde o número «primo» e considero-a cheia de interesse, não só sobre o conteúdo, como apresentação gráfica, fotografia, etc.

O assunto que vou focar não é bem uma crítica mas, sim, uma opinião. No v/ número de Dezembro vem publicado um artigo com o sugestivo título «Feira das Virilidades». O assunto todo ele é bem observado, se bem que em qualquer país do Mediterrâneo V. encontro temperamentos iguais aos do reino do «Pacheco». Na Itália, por exemplo, vi muito pior do que cá se passa. Bem, o fim em vista não visa a leitura do artigo, mas sim, e aí é que está o abuso, a falta de tacto, a falta de correcção e mais faltas... nas fotografias. — Aqui chamo a atenção de V., pois que não entro em quaisquer das fotografias da «Feira».

Há, certamente, «Pachequianos» que nesta altura sentir-se-ão «astros» por terem o seu olhar bre-

jeiro nas páginas da Revista de V., mas também os há que se sentirão enganados, atraçoados e postos a ridículo pelo olho da máquina fotográfica.

Que se critique, que se faça humorismo em palavras, está certo. «Os Ridículos» assim vivem. Mas ir ao ponto de tirar fotografias ao cidadão descuidado para serem apresentadas nas páginas duma revista, ridicularizando-o, isso faz-nos lembrar «A Confidential» com os seus ditos e mexericos colhidos pelas suas repórteres do tipo de tia solteirona.

Nas fotografias em questão vê-se o olhar parvo do «Pacheco» e o olhar indiferente da «femme-Pacheco». Esse olhar indiferente com esses ouvidos moucos de mulher séria — sic — não é próprio da fêmea tipo «flauzina» portuguesa: a fotografada. Não, sr. Director, não está certo, mas mais propriamente está errado! Eu conheço um pouco a n/ mulher — nossa no sentido lato, bem entendido. Ela não olha, não ouve, mas gosta e até se péla para que os «Pachequianos» a olhem, lhe falem, pois caso contrário seriam elas que apareceriam nas fotografias ridicularizadas e amesquinhasadas.

Para finalizar acho que devemos pensar um pouco na opinião de Pittigrilli acerca das mulheres, que se resume mais ou menos nestas palavras:

— Não é o homem quem conquista, mas, sim, é conquistado pela mulher.

Despeço-me, pedindo desculpa do tempo tomado,

UM LEITOR CATIVO

Habitué — Brasileira do Chiado

O autor desta carta é *habitué* da Brasileira do Chiado. É por isso, possivelmente, que a carta é anónima. (Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és). Ao que parece, não gostou da feira das virilidades porque:

1) Em Itália também há machinhos de trazer por casa.

2) Deve fazer-se humorismo com palavras («Os Ridículos» assim vivem) mas deve ficar-se por aí.

3) A mulher portuguesa (que o autor declara conhecer) gosta de ser observada por alarves e «pela-se» quando estes a mimoseiam com alarvices.

Almanaque responde:

Ao 1.º ponto — Muito embora existam «machinhos de trazer por casa» em Itália, *Almanaque* não prescinde do direito de criticar os de cá de casa. Pelos mesmos motivos *Almanaque* não prescinde de

brincar com os Pachecos do reino de Pacheco, apesar de saber que existem Pachecos noutros reinos.

Ao segundo ponto — «Os Ridículos» (publicação bissetimaneal) vivem de fazer humorismo com palavras. Os ridículos (indivíduos) vivem porque no reino só se faz humorismo com palavras.

Ao terceiro ponto — É possível que o autor da carta tenha razão. Ninguém no *Almanaque* conhece as mulheres que o autor conhece. O autor lá sabe. Que lhe façam bom proveito.

O autor desta carta faz uma única citação: menciona Pittigrilli. Parabéns! *Almanaque* inclina-se respeitosamente perante a sua cultura.

Dois tipos de correspondência recebe, diariamente, a redacção do ALMANAQUE: a exclamativa, vezes sem conta exagerada no tom elogioso; e a inerte, que é como quem diz, a que chove no molhado. Esta última, ao invés de constituir uma salutar crítica, deixa-nos, frequentemente, perplexos.

Os Srs. José Tudela e Mário Borges Martins remetaram-nos cartas, e o primeiro daqueles leitores, depois de aplaudir o nosso trabalho, que, na sua opinião, «tem vindo a refinar até ao número duplo de Dezembro-Janeiro, que foi excelente, equilibrado, requintado mesmo, literária e gráficamente», interpela-nos sobre os motivos que presidiram à feitura da edição de Fevereiro, que rotula de extravasão de espírito crítico, solicitando que em números seguintes não façamos uma «tão monumental e maciça crítica pachecal».

O segundo leitor verbera a remodelação que se operou na revista, dizendo, abertamente, que a preferia como na primeira fase, sobretudo por causa do romance, e afirma não compreender por que motivo ALMANAQUE sai com atrasos.

Sabemos que não agradamos a gregos e a troianos. Mas a negação de validade

crítica, só porque esta é monumental e maciça, afigura-se-nos, porém, uma proposição extremamente severa, se atentarmos no poderoso facto de que no Reino de Pacheco todos fazem ouvidos de mercador, a não ser, talvez, que as coisas sejam ditas em doses verdadeiramente industriais. Temos querido (e parece que conseguido) fazer com que cada número do ALMANAQUE não se pareça, em nada, com o outro; o problema de uma eventual repetição não implica a nossa culpa: a inércia da temática pachecal é que determina a eventualidade, embora nós vejamos sempre as coisas através de uma nova óptica, através de um novo ângulo. E não se esqueçam os leitores, os atentos e obrigados como os desatentos e desobrigados, de que o ALMANAQUE é feito por uma redacção portuguesa, só utiliza assuntos portugueses e repele, com furor, artigos estrangeiros — o que fornece, desde já, um carácter de limitação e de grandeza que nos cumpre assinalar. Quanto aos atrasos, implicados por essas mesmas limitações e grandezas, não constituem, afigura-se-nos, pedra de toque fundamental; e verifique-se até que o tipo específico da nossa revista não lhe atribui o dever inadiável de um pacto com datas fixas. Acrescente-se, para finalizar, que numerosas vezes, feito já o número, ele sofre total remodelação — porque temos em alta conta o nosso trabalho e um profundo respeito por aqueles a quem ele é destinado.

Pacheco revivido tem um novo lugar-comum a acrescentar às suas opiniões: a péssima qualidade dos tradutores portugueses.

Depois de termos tido tradutores como Fernando Pessoa, Cabral do Nascimento, Casais Monteiro, Guilherme Cardim, etc., actualmente apenas surgiram dois ou três nomes de relevo neste campo importantíssimo da actividade literária: Rodrigues Miguéis, António de Sousa, Luís de

Sousa Rebelo, Blanc de Portugal e poucos mais.

Compreende-se o êxito porque se tratava realmente de escritores cuja reputação não podia ser manchada com uma tradução sem cuidados, mas ultimamente os arrivistas facilitaram o ritmo e o balanço das contas-correntes dos editores. Uma avalanche de tradutores clandestinos ficou assim detentora de passaporte em branco nestas excursões descaradas na literatura internacional. Dessa maneira entretêm-se a ganhar a vida e a verem o seu nome em letra de forma a seguir ao dos grandes das letras, despejando prosa aporuguesada em doses verdadeiramente industriais. Traduzem os ingleses clandestinamente de versões francesas ou espanholas, traduzem os italianos segundo as versões francesas, e os alemães recopiados de qualquer edição brasileira. Do espanhol nem é bom falar. Partem do princípio de que toda a gente entende *nuestros hermanos*.

Até aqui os atentados perpetrados por estas hordas de tradutores limitavam-se cautelosamente aos escritores menores e àqueles de prosa mais corrente, como Remarque ou Stefan Zweig. Mas com o correr dos tempos e a impunidade destas operações, os tradutores aventureiros atreveram-se a golpes longos e de alta concepção de que foram vítimas personalidades respeitáveis, como o difícil e sóbrio Ernest Hemingway, o complicado e bíblico William Faulkner... E promete-se para breve nada mais nada menos do que James Joyce!!!

Como em Portugal não é uso fazer crítica a traduções, ALMANAQUE alvitra a criação de um tribunal de delitos literários, com penalidades que vão até vinte anos de leitura forçada de gramática e de conversação, para os vários cavaleiros de pequenas letras que, necessitados de dinheiro e de glória, se tornarem delinquentes habituais nas expropriações das letras verdadeiras.

A Rémula só pode viver do tubarão enquanto este o consentir...

A má fé (ou a ignorância) não são exclusivos do presente. Em matéria de crítica e de citações o processo tradicional das «montagens», que tanto tem servido a certos literatos nas prosas das badanas dos livros e aos artistas nas abonações críticas que «transcrevem» nos seus catálogos, essas habilidades de extorquir opiniões convenientes de prosas que lhes são muitas vezes contrárias — tudo isso é moeda conhecida, gasta e regasta no decorrer dos séculos.

Nem um vulto da altura de Camilo Castelo Branco (cujos escrúpulos, como se sabe, nem sempre foram muito exemplares), nem o maior realista da nossa literatura, vítima das manigâncias acacias do grupo de Eça e de outros — nem esse escapou à tentaçãozinha da deturpação. Veja-se este mimo de má fé ou de ignorância incluído no 2.º vol. de *Narcóticos*:

«Diz o Sr. Pereira Caldas que o blasfemo anglicano desfavorecera injustamente o nosso primeiro prosador e poeta; e depois cita a blasfémia de Hughes, que é a seguinte: *The second living writer of Portugal, who appears to deserve the name of Poet, is Antonio Feliciano de Castilho*. Tradução literal: *Dos escritores vivos de Portugal é António Feliciano de Castilho o que parece digno de Poeta.*»

Camilo devia estar convencido de que o conhecimento do inglês na época era coisa tão rara como o do bantu e soltou estas calamidades. É certo que para defender um escritor tão enfadonho como Castilho a verdade e o rigor não são as armas mais adequadas... Mas enfim! Felizmente que o Camilo-romancista e o Camilo-tradutor não têm nada a ver um com o outro.

Sebastião Rodrigues é, como se sabe, padrinho, artesão e cavaleiro da primeira hora do ALMANAQUE. As capas que temos apresentado são, quase na totalidade, obra dele e algumas foram seleccionadas pela revista *Gebraus Graphik*

num número dedicado às artes gráficas europeias.

Pois muito bem. Sebastião (é assim que ele assina: «sebastião» — tudo em minúsculas) acaba de ser contemplado com o 2.º prémio geral, mais 3 (três) prémios de alínea, mais 3 (três) menções honrosas no 1.º Concurso Nacional de Embalagem, por decisão de um júri que, além do pintor Roberto de Araújo e do arq. Frederico George, era constituído por Water Herdeg, director da grande revista *Graphics*, e pelo técnico francês Pierre Louis. (Não confundir com o escritor Pierre Louys. Cruzes!!!)

O 1.º concurso geral desse Concurso foi atribuído a António Garcia, o capista revelado há anos pela Editora Ulisseia, com a qual tem exclusivo. Sebastião Rodrigues acha que a decisão foi justíssima, atitude de isenção que, no Reino de Pacheco, não é lá muito comum.

De qualquer forma, estamos todos em festa familiar. Sebastião Rodrigues, que parece ter o vício de colecionar prémios — desde o Silver Prize, da International Poster Competition ao 1.º prémio geral do Fundo de Fomento de Exportação e outros —, Sebastião Rodrigues vai ser abraçado condignamente e ao mesmo tempo advertido dos perigos que os prémios trazem a muitos académicos com menos de quarenta anos e mais de cem.

As rubricas radiofónicas dedicadas, entre nós, aos problemas de Educação seguem, em 90 % dos casos, a linha mental das páginas do género «A Mulher e o Lar» ou «Um Pouco de Cultura». Isto é: são enfaticamente acagianas, pachecas, muito domesticazinhas e descaradamente desactualizadas. Meia dúzia de banalidades em «travesti» alugado à História ou ao *carnet mondain*, mais meia dúzia de receitas à la Montessori ou à la Maria de Lurdes Modesto, algumas frases de alta profundidade no estilo «A arte

de receber convivas é, prezada auditora, a prova da harmonia do lar» ou «A Educação é um índice de Civilização», uma ou outra tirada patrioteira, e pronto — está genialmente servida ao radiouvinte a rubrica *séria* que um doutor radiofónico papagueia para a família. Serve-se a frio, toma-se a frio, ouve-se a frio.

A regra tanto dá para enaltecer as virtudes da mulher portuguesa por intermédio da novíssima receita dos bolinhos de bacalhau, como para revelar as excelências da Educação *up to date* através das cartilhas de mil seiscientos e qualquer coisa.

O, *aurea mediocritas!* repete Horácio, de além-túmulo...

Aconteceu que, num sábado (18 de Fevereiro), a Rádio Renascença apresentou uma palestra intitulada «Técnica e Educação». Pacheco esfregou as mãos e ajeitou a corneta acústica. Preparava-se para ouvir um cura de aldeia desfiar velhos conceitos de um lenço tabaqueiro e para assistir à excomunhão dessa heresia chamada Técnica, «causa e efeito das desgraças do século», como diria um Pacheco Júnior, aluno do curso abstracto de Direito, depois de ter desfolhado os Srs. Orwell e Huxley. Preparou-se para o melhor o Pacheco *pater-Familias*. Fez ar grave e impôs silêncio geral.

Pacheco jogou em plenos. Mas perdeu. Excepcionalmente, a palestra «Técnica e Educação» era um trabalho bem ordenado, desenvolvendo uma problemática *de facto* do nosso tempo. Assinava-a o eng. Eduardo Arantes de Oliveira e, pela sistematização da exposição, percebia-se o à-vontade de quem se habituou a meditar sobre questões especializadas. Nada de ornatos fáceis, nada de citações enfáticas, nada de abonações dogmáticas.

Com uma espontaneidade surpreendente, o eng. Eduardo Arantes de Oliveira equacionou em traços breves o problema geral da Educação na

quadricultura social proposta pela organização técnica deste mundo em que vivemos.

Yves de Montcheuil, em *A Igreja e o Mundo Actual*, diz que «se impõe um trabalho de adaptação para que o ensinamento dado (pela doutrina católica) corresponda às necessidades actuais (...) A adaptação não consiste em pôr-se ao gosto da moda, mas sim em fazer justiça às rectas tendências e em opor-se aos desvios».

Estas palavras comentam perfeitamente a palestra do eng. Eduardo Arantes de Oliveira. Com efeito podem os homens de mentalidade rural (os cidadãos de moral conservantista, adversários recalçados da Indústria), podem eles sonhar com a ordem dos campos e com soluções artesanais para o mundo moderno, que esse mundo, que é de Deus, evolui. A espada e o arado são símbolos anacrónicos num universo de novas armas de destruição e de novas formas de energia. É preciso que esse universo sirva o homem; e as experiências mais actualizadas garantem essa possibilidade. Mais do que isso: encorajam-na. As sociedades mais apetrechadas entrarão em litígio com os valores morais, a menos que estes, estratificando-se, pretendam ingenuamente ignorá-la. E não utilizá-la.

Já lá vão os tempos em que, a propósito dum romance português, se dizia: «Dada a nossa pobreza literária, o livro tem muito interesse». Agora — e tal como vem a verificar-se com o futebol e com o hóquei — os nossos escritores escrevem livros que exigem dos críticos a imediata comparação com as obras das grandes literaturas estrangeiras.

Agora, alertados pelas recentes vitórias do Benfica e da nossa selecção de juniores, os críticos mundiais perdem a timidez. E, à frente deles, um crítico do *Times*. Referindo-se à poesia de Joaquim Paço d'Arcos ele não hesita e, para

lhe salientar a importância, recorre às grandes imagens: compara-o a Pablo Neruda e a D. H. Lawrence. Nem mais! E se é certo que um crítico do *Time and Tide* não foi tão entusiástico — foi até um caso insólito, como hoje se diz — isso deve-se apenas a uma lamentável má vontade pessoal contra o autor dos *Poemas Imperfeitos*.

Amparada pelo exemplo inglês, a nossa crítica começa também a ganhar coragem. E quando, aqui há tempos, o crítico literário se referia a um livro de Rogério de Freitas, também não hesitou e descobriu nele «páginas antológicas que gostámos de confrontar com as do Keronac». *Do e não de*. Esta intimidade, este «tu cá tu lá» com os mais famosos nomes da literatura estrangeira, é bem um feliz sinal dos tempos. Uma autêntica internacionalização: depois de Jorge Mendonça, de Travaços, de Águas, ombro a ombro com Matews, com Puskas, temos agora Paço d'Arcos e Rogério de Freitas ombro a ombro com Lawrence e Keronac. Tenhamos esperanças: Artur Duarte e Augusto Fraga serão comparados amanhã a René Clair e a Visconti. E justissimamente!

Não basta ter dinheiro para se ser director de uma clínica que se montou, como não é condição suficiente dispor de influências sociais para garantirem-se cargos vitalícios em qualquer sector da ciência.

ALMANAQUE, como de resto a generalidade do respeitável público, tem conhecimento, pelos jornais, das muitas bruxarias com que se tem debatido a medicina (e por vezes o Torel) e não ignora que esse facto, e principalmente o primado da burocracia sobre a técnica, parece ser o grande tormento dos novos médicos portugueses.

Se a nossa medicina depende da superior orientação de um ministro com o dinamismo e a insofismável boa vontade do Sr. Dr. Martins de

Carvalho, fácil seria concluir que tudo se modificaria rapidamente neste campo importantíssimo da vida nacional. Mas há a burocracia pelo meio e os mártires *ad aeternum* que nela se enquistam com vistas reduzidas e capciosas...

Excepções, encontramos algumas, felizmente. E entre elas, o distinto Prof. Mário Moreira (nascido em 1894), catedrático há 40 anos, que, como director clínico, tem contado com a colaboração do Dr. Rocha da Silva, seu genro.

ALMANAQUE é contra os mestres-de-obras em geral, a favor dos arquitectos em particular e dos engenheiros que calculam o betão em doses comedidas.

Por isso mesmo exultou com os colóquios sobre urbanismo que se realizaram recentemente. E aplaudiu. Até que enfim! Vamos ter cidades portuguesas? Vamos evitar os *shopping centers* à maneira ianque? (Já se fala para aí nisso...) Acabam-se as Amadoras do reinado Pato-Bravo? Ótimo. Excelente. Como portugueses de hoje, que preferem Queluz às gaiolas do Areeiro e alguns blocos da Av. dos Estados Unidos ao estilo «republicano» dos telhados de ardósia da Av. da República — como tal aplaudimos e temos esperança nas resoluções inteligentes dos colóquios.

«*Estúdio 2*», programa de Orlando Dias Agudo na Rádio Universidade, reproduziu, numa das suas emissões, um artigo publicado em *Almanaque* com o título *As imitações ligeiras*, em que lamentávamos, com muita complacência e heróica boa vontade, certos atentados de contrabando cometidos no mundo do disco e do microfone.

Como o Rádio Clube de Moçambique, como o programa «*Êxito*», os universitários interessados nos problemas da

rádio dão-nos, assim, um sinal de juventude contra as pachequices que temos vindo a assinalar e que são uma espécie de varicela que atingiu os nossos produtores de reconhecida gaguez mental e os gira-discos mais desprevenidos.

Noticiam os jornais que já se constroem aparelhos auditivos tão pequenos que cabem na cova dum dente. Ao que parece, uma firma americana já está construindo dentes falsos destinados a surdos. Para certos conferencistas a notícia reveste-se de grande interesse: vão, finalmente, ser ouvidos de boca aberta...

Cada cidade tem a sua objectivação própria. Do Porto se costuma dizer que é uma cidade «laboriosa». De Coimbra que é «doutora». Por outro lado a Covilhã é a Manchester Portuguesa, Aveiro é a Veneza Lusitana, Vila Franca a Sevilha do Ribatejo. Mas Lisboa? O nosso grande historiador — informa-nos o conselheiro Acácio — chamava-lhe «cidade de mármore e de granito». Mas nós hesitamos em chamar-lhe assim, já que o mármore e o granito foram substituídos pelo cimento, se é que alguma vez existiram. Claro, podemos dizer: Lisboa, a capital. Ou Cidade Triste e Alegre, como dizia F. Pessoa. Mas propomos uma outra adjectivação: Lisboa, a ociosa. trabalhar ou marcar a presença ram pelos cafés a qualquer das vulgares e chamadas horas de trabalho. O espectáculo é sempre o mesmo: não há lugares. Donde a pergunta fatal: mas que faz essa população? Não trabalha ou marcar a presença no café é, já por si, um modo de trabalhar? Talvez por isso certo inglês, referindo-se à nossa capital, costumava dizer que havia nela uma indústria completamente original: a indústria do tempo. É que os lisboetas passavam as horas a «fazer tempo».

sumário

	38	MONUMENTOS
	20	A PRAÇA DO CAVALO NEGRO
	24	O FRISO DOS PEQUENOS BONZOS
	34	WHISKY: A GRANDE INTERNACIONAL
		MONUMENTOS (SUBTERRANEOS E
		SUBAQUATICOS) IGNORADOS DE
		LISBOA, <i>por João Abel</i>
desporto	13	FUTEBOL: O DEUS QUE FALHOU
	16	MATATEU MONUMENTO
literatura e arte	94	TEATRO: UM MONUMENTAL CHA-
		MADO DESEJO
	68	OS MONUMENTOS INTERNACIONAIS
	80	SUITE PORTUGUESA ENTRE GISTAS
rádio	46	MITOS MENORES E MAFARRICOS CA-
		SEIROS
reino de pacheco	79	O CULTO DO VENTRE
cinema	42	SORRISOS DUMA NOITE MEDIEVAL,
		<i>por José Cardoso Pires</i>
	108	CRIME: RESERVADO O DIREITO DE
		ADMISSÃO
	100	«PROVINCIA DE TOMAR, CAPITAL
		AMADORA»
flos-sanctorum	88	OS SANTOS NASCEM NA TERRA
		SURPRISE-PARTY
	86	DISCOTECA
	112	HISTÓRIA COM 6 MORAIS E SEM COZI-
		NHA
	64	FADO ANTIMARIALVA
	90	COCKTAIL NA FORTALEZA ANTIPA-
		CHECA
	116	PASSATEMPOS
ficção	30	O CAGADO, <i>por Almada Negreiros</i>
	120	UM ERRO DE QUÍMICA, <i>por William</i>
		<i>Faulkner, ilustração por Luís Filipe de</i>
		<i>Abreu</i>
	55	CONTRABANDO PARA O SÉCULO IV-
		A.C., <i>por Sir Kenneth Morgan, ilustração</i>
		<i>por Sebastião Rodrigues</i>
	83	A SABEDORIA DOS ANIMAIS, <i>por Ma-</i>
		<i>nuel Ferreira</i>
cartoons por		<i>João Rodrigues e Pilo da Silva</i>
		SEPARATA
		BREVE GUIA PARA OS TURISTAS DO
		INTERIOR, <i>ilustrações por João Rodri-</i>
		<i>gues</i>

0 JUL 1961

ALMANAQUE

Director: J. A. de Figueiredo
Magalhães

Editor: Grupo de Publicações
Periodicas

Orientação gráfica de Sebastião
Rodrigues e João Abel Manta
Redactor-paginador: Pilo da
Silva

Fotografia de Eduardo Gageiro
e Carlos Coelho da Silva

Desenhos de João Abel Manta,
Câmara Leme, Luiz Filipe, João
Rodrigues, Pilo da Silva e Vasco

Técnico de impressão Alejan-
dro Corona
Técnico de composição: João
Minda

Redacção e Administração: Rua
da Misericórdia, 125-1.º, Lisboa
Expediente e Contabilidade: Rua
da Misericórdia, 67-2.º, Lisboa
Telefones 3 18 92 / 3
Composto e impresso na Casa
Portuguesa, R. das Gáveas, 169

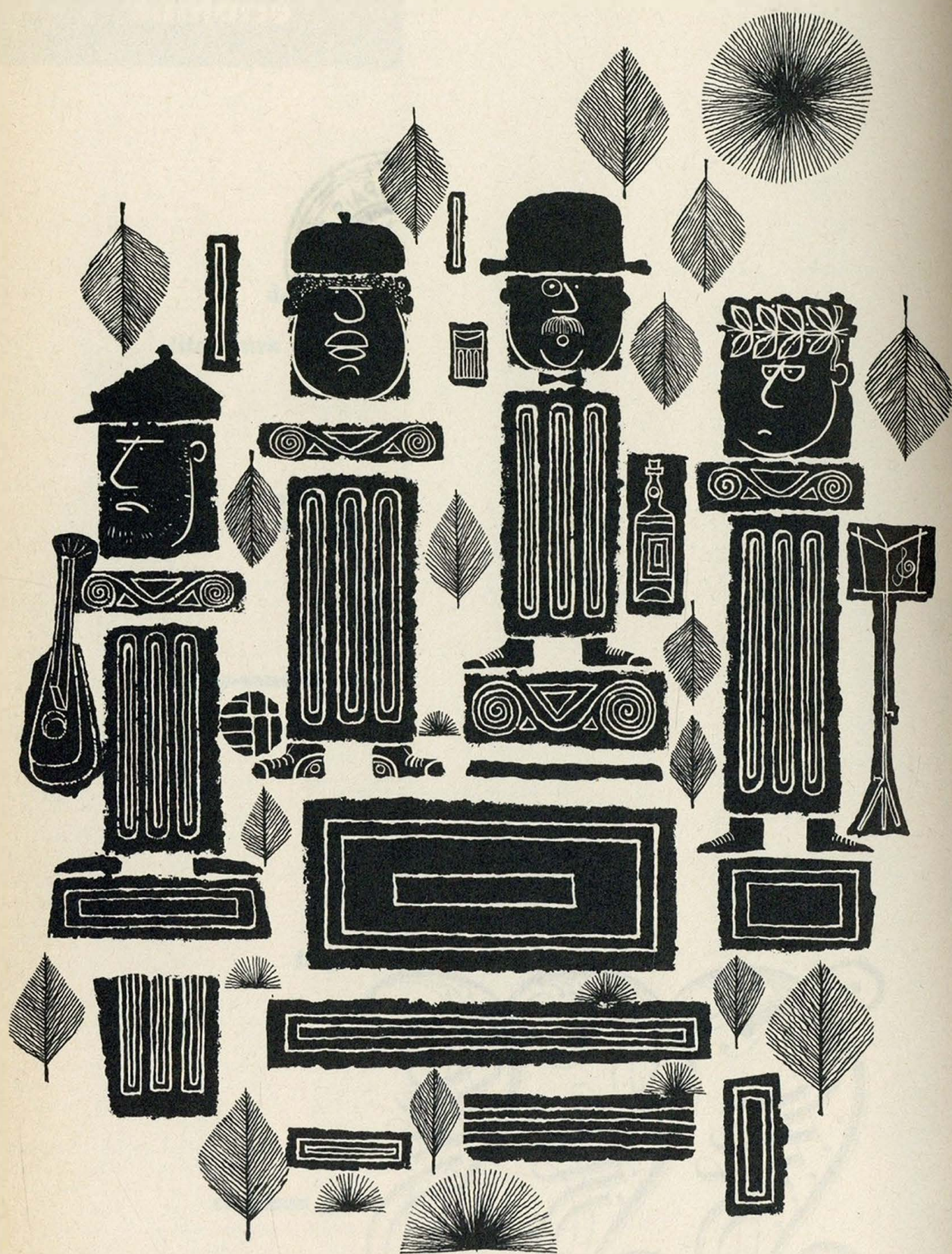
Cada volume 15\$00
Assinatura semestral 75\$00
anual 145\$00



onumentos



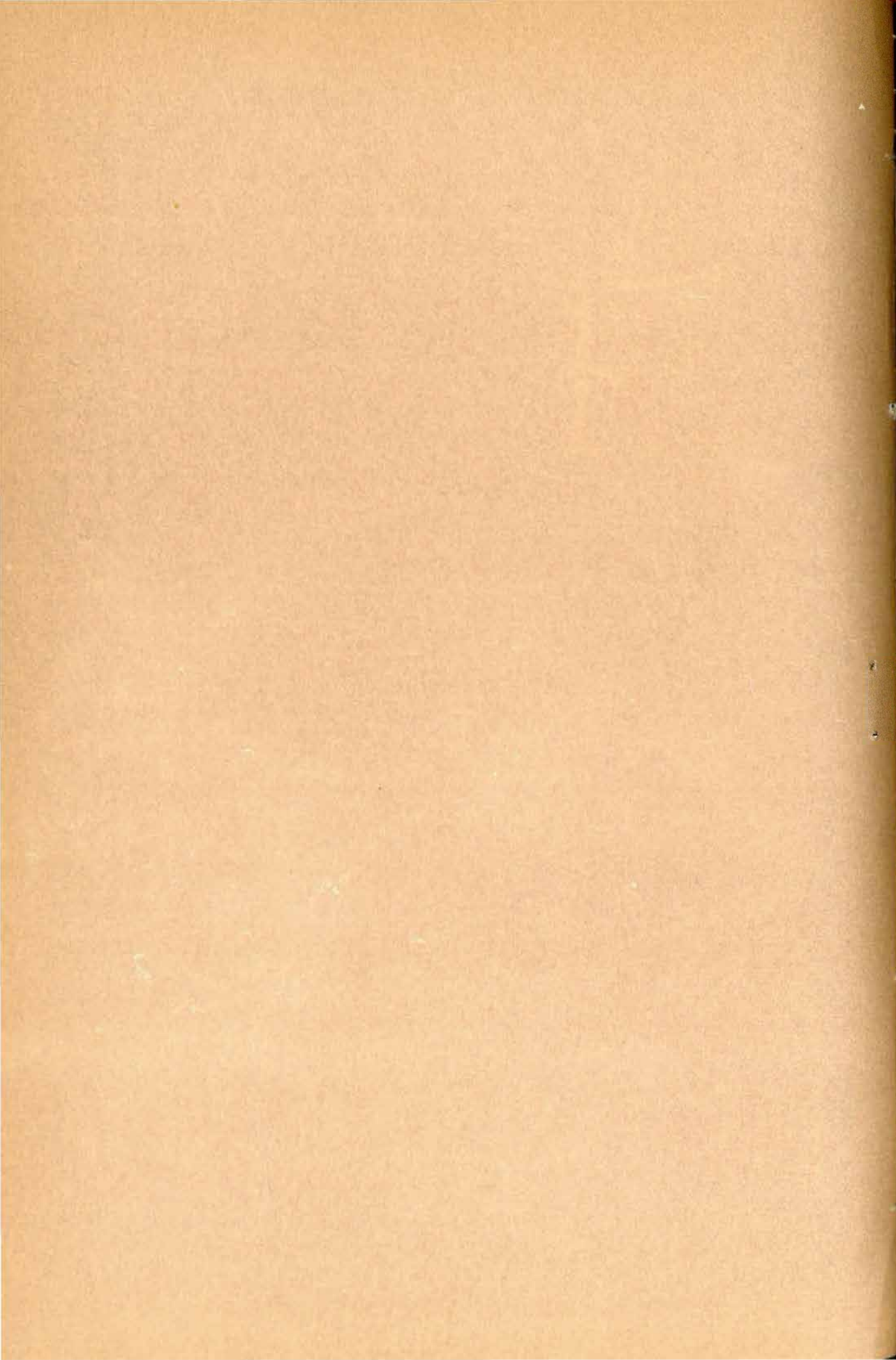
onumentos





QUI se fala dos monumentos, com a grata alegria de quem descobre as consoantes depois de ter decorado as vogais. Neste número, o «Almanaque» apegou-se a Hig-Shô-Pó (sagaz pensador da dinastia Ming), o qual, desbaratadas teias de pensamentos confusos, legou aos séculos o aforismo granítico reproduzido agora: «É preciso encontrar nos monumentos a verdadeira significação de pecados maiores». Meditadas profundamente, estas palavras originaram uma pesquisa tão prudente que a caça ao monumento do Reino de Pacheco se tornou, de súbito, para todos nós, num desporto particularmente requintado. Com escopros afiados em grossas pedras de esmeril, lascámos a pedra externa para vistoriar o aparente incógnito do interior de estátuas representativas. O nosso mérito começa com essa posição inicial. «O desbaste — lá afirmou o provector Hig-Shô-Pó, no seu «Tratado de Fábulas» — será tributário da investigação intestina, no sentido de análise interna». Conceituado e abissal pensamento este, se atentarmos no facto de que a qualidade heterogénea do ALMANAQUE pode possibilitar uma radiografia justa das estátuas pachecas.

Pois é, leitor constante : aqui se fala dos monumentos. Ou melhor : quase nos esquecemos deles !



FUTEBOL:



O DEUS QUE FALHOU

O cidadão medianamente informado cultiva em relação ao Futebol uma razoável dose de preconceitos, que vai desde o repúdio negativista dos pseudo-intelectuais relativamente ao Desporto-Rei à paixão desenfreada dos fanáticos clubistas.

Em Portugal as razões da popularidade do Futebol não são evidentemente as mesmas que levam milhões de pessoas anualmente ao estádio do Maracanã do Rio de Janeiro, às bancadas das grandes pistas de Londres ou de Manchester, ou às finais de Estocolmo. As razões da *exclusividade* (caso português) são bem conhecidas e entre elas figuram solicitações de ordem sociopsicológicas ligadas directamente ao *stress* e aos complexos de solidão ou de frustração.

Seja como for, e porque for, o Futebol atingiu entre nós proporções de Monumento. (Um monumento que está dentro de outro monumento...). As manobras clubistas e os interesses de toda a ordem (até económicos) que movimentam os mecanismos internos do tabuleiro do Futebol dão-lhe, por outra parte, um prestígio e uma proeminência na vida desportiva que o tornariam exclusivo se não fosse a súbita e espasmódica intromissão do Hóquei em Patins.

O fenómeno é universal!» — respondem os técnicos e os viajados comentadores futebolísticos. «O jogo da bola vai ganhando cada vez mais adeptos em todo o mundo».

Geoffrey Green, no *Observer*, declara precisamente o contrário. Relativamente à curva da popularidade do Futebol na Inglaterra apresenta dados sintomáticos que desmentem a opinião mais generalizada. Assim, a assistência anual aos jogos da 1.ª Divisão em Inglaterra, que em 1949 registava um total de 41 milhões de

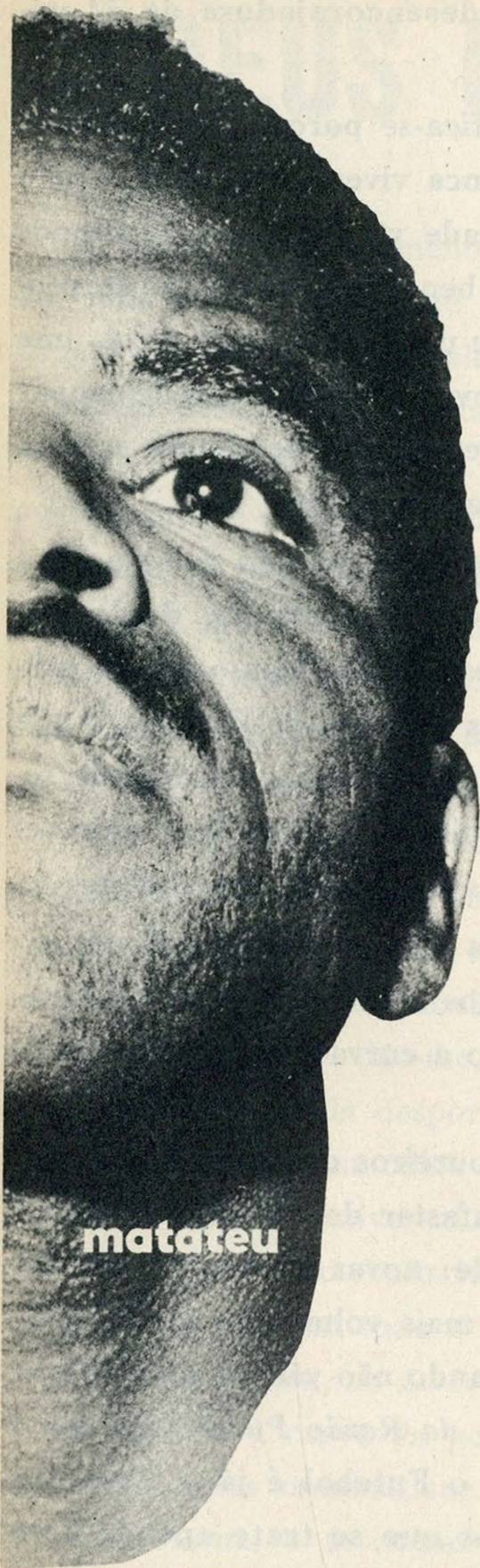
espectadores, atingiu em 1960 a cifra desencorajadora de 32 milhões...

Segundo Green, a decadência justifica-se porque «o Welfare State modificou os hábitos do país. Nunca vivemos tão bem — pelo menos é o que nos dizem, e na realidade verificou-se nos últimos anos uma melhoria na distribuição de bens de consumo e de propriedade (...). Devido a tudo isto, surgiu uma consciência nova, uma maior possibilidade de selecção (...) e novas oportunidades de ocupar o tempo livre. O público tende, cada vez mais, a despendar as suas energias em coisas que realmente valham a pena».

Por certo, Geoffrey Green não considera que não valha a pena deslocar-se um cidadão aos estádios das competições, desde que essas, por si sós, justifiquem o tempo despendido. Mas o hábito religioso, a assiduidade a todo o transe aos desafios de Futebol, é que parecem gradualmente comprometidas com a maior capacidade selectiva do homem médio dos nossos dias à medida que este vai dispondo de maiores acessos a outras formas de entretenimento.

Durante muito tempo as estatísticas de frequências dos campos de Futebol portugueses, espanhóis, gregos e da maior parte da América Latina não se processaram segundo a curva descendente verificada na Inglaterra.

Mas recentemente, segundo os tesoureiros dos grupos, também em Portugal o público se começa a afastar dos estádios. Porquê? Em Inglaterra ainda isso se compreende: novas formas de entretenimento. Mas em Portugal, onde, por mais voltas que se dê, essas novas formas não se descortinam? Quando não vão ao Futebol que fazem os portugueses? Lerão a *Crítica da Razão Pura*? Seja como for, Mr. Green continua a estar certo: o Futebol é já o Deus que falhou — *The god that failed*. A menos que se trate apenas dum intervalo. E que no próximo domingo os estádios se encham de novo.



matateu

Matateu-Monumento foi incubado nas Salésias, num famoso encontro de futebol que opôs as equipas do Belenenses e do Sporting. Fautor primeiro da clamorosa vitória do grupo de Belém, o rapaz foi sacado aos ombros por uma multidão congestiva, que o transportou pela provecta Rua das Casas do Trabalho, onde meninas se debruçaram das janelas, subtraindo da morfologia do negro atónito resquícios de uma beleza de Apolo. «Que simpático!» «Bonito, mesmo!».

A coroação processou-se no dia imediato. Cronistas desportivos, em lufa-lufa de imagética, besuntaram o nome de Lucas Sebastião da Fonseca com cognomes bizarros: «O Napoleão do Futebol Português», «O Artlheiro Negro» ou «Perigo na Grande Area com Matateu ao Remate».

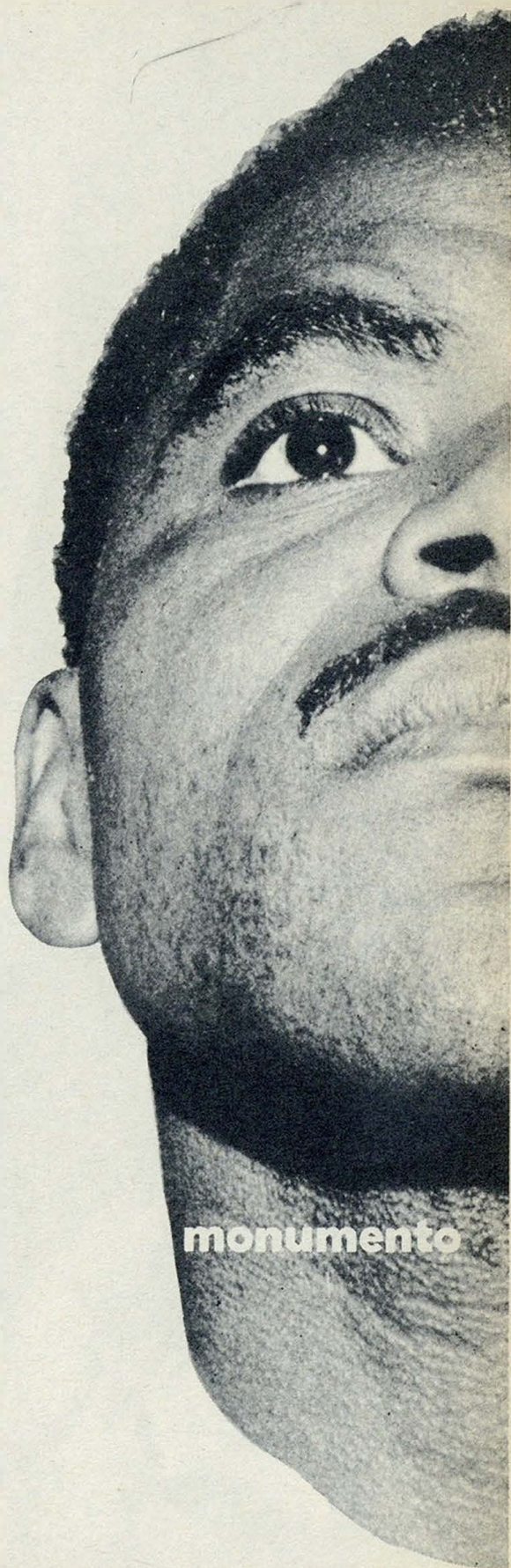
Foi assim. Depois, uma Imprensa traquinas alvoroçou-se em atribuir-lhe comentários profundos aos sistemas de jogo, dissertações didácticas sobre a galeria de futebolistas portugueses, avisos esclarecidos acerca das grandezas e misérias da bola. Matateu (termo que no dialecto landim significa «crosta»), perplexo, deslumbrado, deixou-se ir nas sugestões da popularidade doméstica. Sofreu, de bom grado, as metamorfoses psicológicas determinadas pela súbita celebridade — mas não conseguiram destruir-lhe a pureza inicial. A metade-instinto de que o carácter do homem é formado, binariamente, permaneceu fiel em si. As subtilezas da corrente arte da hipocrisia não aprendeu nunca. Os malabarismos com as palavras desconhece-os. Matateu não sabe nada de nada e confessa isso abertamente, honradamente, porque a honra, em si, não é uma conquista mas um instinto nato.

Pormenor de uma conversa havida entre um componente da equipa de ALMANAQUE e Matateu:

- Costuma ler?
- Jornais. A secção desportiva dos jornais.
- Sabe quem é Hemingway?
- Não.
- E Picasso?
- Não.
- Aquilino Ribeiro?
- N... espere... Ribeiro, disse Aquilino Ribeiro?
- Disse.

— Não, não conheço.
 — Gosta de música?
 — Um pouco.
 — Sabe quem foi Beethoven?
 — Não.
 — E Wagner?
 — Não.
 — Mas gosta de música?
 — Um pouco. Samba. Sim, gosto de
 samba.
 — Sabe quem é Dick Farney?
 — Não.
 — E Maysa Matarazzo?
 — Não.
 — Que divertimentos prefere?
 — O cinema. Mas é uma chatice.
 Adormeço sempre. As letras passam a
 correr. Adormeço sempre.
 — Leu alguma vez um livro?
 — Nunca até ao fim.
 — Porquê?
 — Não percebo o que os livros que-
 rem dizer.
 — Você tem viajado muito. De que
 país gostou mais?
 — Da Itália.
 — Porquê?
 — Por causa das mulheres. Lindas.
 Belas. Lindas.
 — E...
 — Olhe, escreva o que quiser. À sua
 vontade. Mas não ponha lá que eu
 disse mal... Matateu não diz mal de
 ninguém!

Que factores típicos originam, entre nós,
 o aparecimento e a fomentação dos «monu-
 mentos-mitos»? O caso de Matateu é parti-
 cularmente relevante para, sem delírios de
 interpretação, nos aproximarmos de uma
 perspectiva justa. O factor «paixão clubista»
 é, aqui, periférico, pois o avançado belenense
 não é um caso **local**, mas sim **geral**. Proble-
 mas de ordem vária, entre os quais um, por-
 ventura o mais importante, o de sociologia,
 entram na parada: repare-se que, servindo-
 nos da tábua cronológica, Vítor Silva e
 Pepe, Pinga e Mourão, Chico Ferreira e Ro-
 gério foram famosos no seu tempo — mas
 não **tão populares** como Matateu. Porquê?
 Porque, nos últimos decénios, os adeptos do
 futebol aumentaram em cifras impressionan-
 tes, implicando, necessariamente, o apareci-
 mento de uma Imprensa dita **especializada**,



monumento



com uma terminologia e características próprias, assim como o desenvolvimento na Rádio, e agora na Televisão, de programas estritamente dedicados ao futebol. É difícil vistoriar se foi o acréscimo do público adepto que determinou o acréscimo de toda uma nova teoria informativa, ou vice-versa. A verdade, porém, é que vários jornalistas desportivos passaram a ser conhecidos, e discutidas as suas opiniões, só depois das duas últimas décadas, embora muitos de entre eles (agora com o académico rótulo de «mestres») tivessem banca assente nos periódicos de há mais de trinta anos.

Pormenor curioso: quase todos os «mestres» conseguiram um estilo redactorial típico, que lhes conferiu uma chancela de «élite». De facto, ao analisarmos as prosas de Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis, Tavares da Silva, Raul de Oliveira e Fernando Soromenho, este na pegada do penúltimo, verificamos que reflectem um tom não contrapontístico com o dos originais dos jornalistas desportivos considerados «menores».

A reforçar esta concretização vem, depois, o facto de o futebol receber um decisivo apoio das entidades governamentais: as facilidades e as verbas concedidas para a construção de estádios e de campos de jogo são do conhecimento geral. Uma sociologia específica? Sem dúvida. E com toda a sorte de razões implicativas: interesses privados, primazia do acessório em detrimento do essencial...

Matateu-Monumento é uma consequência, não um princípio. Em Lourenço Marques, de onde é natural, levava uma existência sem sobressaltos, saudavelmente rotineira.

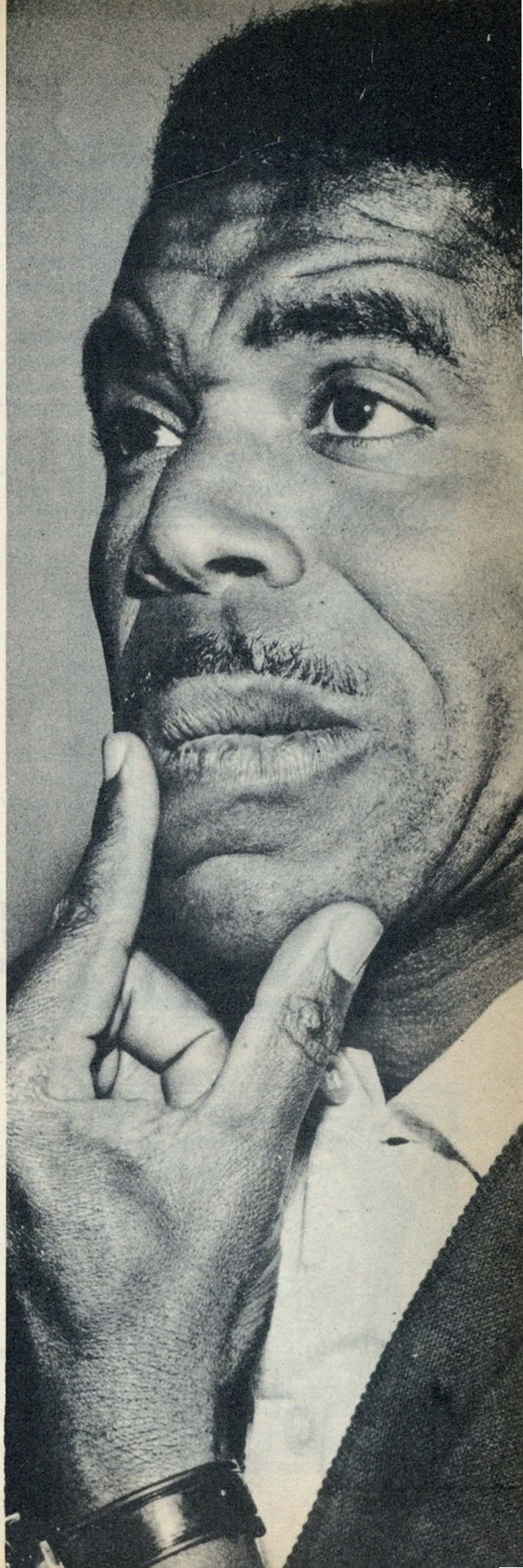




Tinha os seus amigos, as solicitações de que era objecto traduziam-se nas necessidades mais elementares, praticava o futebol como actividade marginal e tencionava especializar-se num ofício mecânico. Gostavam dele como era, não por aquilo que era. Há alguns meses, durante uma viagem profissional que fez à capital moçambicana, o autor destas linhas notou que o círculo dos amigos de Matateu se disseminara: tomavam-no por uma espécie de apóstata. De tal maneira ele estava que já nem falava landim! (Posteriormente, na conversa que tivemos com o futebolista, este próprio nos confirmou que se esquecera, quase totalmente, do dialecto). Os largos anos passados na Metrópole tinham-no metamorfoseado, sem que talvez ele próprio dissesse se apercebesse. Quais os benefícios colhidos com a deslocação? Os aplausos de uma glória condenada ao efémero? As tolices de meninas histéricas? A adjectivação alucinada de cronistas medíocres? A vaidadezinha primária de saber baptizados com o nome de «Matateu» todos os gatos e cães de pêlo escuro? O automóvel? As viagens?

O certo é que o moço jogador de futebol, arredado do seu habitat natural, continua, apesar de viver há largos anos na capital do País, a não resistir à mais banal sabatina. O que se lhe tem imputado como de sua lavra é inventado por filaiosos escrevinhadores de jornais, que, servindo um eventual prazer de leitores-desportivos, contribuem para uma lamentável confusão, traindo a verdade mais essencial e traindo o próprio Matateu. «Que não diz mal de ninguém. Que nunca leu um livro até ao fim, porque não entende o que os livros dizem.»

B.-B.





FRISO DOS



EQUENOS



ONZOS

«Descobriram-se então milhares de pequenos bonzos, os quais, na sua mediocridade, serviam à convivência do Reino de Pacheco.»

(De um contemporâneo de Pacheco)

O célebre «Friso dos Pequenos Bonzos» que mestre Xavier dos Mártires deixou em estudo e destinado ao Monumento das Glórias Menores está finalmente decifrado. Sabemos que os especialistas e críticos de arte ficaram desapontados com a arrumação deste caso transcendente, tanto mais que ultimamente andavam um tanto desconfiados com eles próprios por não terem descoberto nestas duas últimas semanas novas discordâncias a propósito dos painéis de Nuno Gonçalves. A verdade é que a «questão dos bonzos» está insofismavelmente esclarecida depois das recentes descobertas nas casas que serviram de oficina a Mestre Xavier e nas quais se inaugurou agora uma magnífica exposição sobre o inacabado monumento.

Nela figuram, além dos esboços, desenhos, apontamentos escritos e memórias sobre o monumento, os célebres cadernos do escultor. Eles dão-nos a medida do génio de mestre Xavier, da sua conscienciosa actividade, do seu labor meditado, simultaneamente um retrato do Reino de Pacheco do seu tempo. Só isso justificaria a exposição e a proibição de fumar lá dentro. Mas demos a palavra ao articulista do «Diário dos Incautos», que a este respeito se refere em termos justos e luminosos:

«Em boa hora a Comissão Organizadora da Exposição Retrospectiva de Mestre Xavier dos Mártires juntou os seus esforços aos da Liga Promotora dos Amigos dos Monumentos Inacabados e aos do Grupo Xavier dos Mártires (em organização, sem telefone) para levarem a cabo esta admirável obra de cultura. As comissões organizaram-se em comissões no momento mais adequado e o certame inaugurou-se precisamente na data própria: 29 de Fevereiro — data em que se devia comemorar as bodas de prata do falecimento do Mestre, visto que embora ele se tenha finado há vinte e sete anos, e não há vinte e cinco, houve que esperar por um ano bissexto para cumprir rigorosamente a data. Este facto, tão simples na sua argumentação, tão clarividente, tão óbvio, prestou-se a cer-

tas interpretações aleivasas por parte de espíritos retrógrados e despeitados, mas nem a opinião pública pode deixar-se influenciar por essas vozes habituais do cepticismo nem os superiores interesses da Arte devem, a nosso ver, transigir com malabarismos de calendário, seja gregoriano ou juliano.

Da comissão organizadora da exposição faziam parte olisipógrafos distintíssimos, um jornalista especializado em colunas necrológicas, um representante dos bombeiros voluntários, dois capitães de infantaria, dez senhoras de Caridade, uma do Poço do Bispo, uma hospedeira de bordo e um primo-sobrinho do falecido artista, o menino Xavier Jerónimo de Castro Argalés dos Mártires e Fonseca, que descerrou a lápida da casa onde o Mestre passou o seu último Carnaval.

Na sala do fundo, vistosamente decorada com os materiais mais modernos da construção civil, erguia-se a maqueta do monumento inacabado. Trabalho primoroso de fidelidade, realizou-o o doutor-engenheiro Violante (também rodoviário e arquitecto). Durante toda a noite desfilaram perante essa admirável peça de arte centenas de pessoas, duas turmas de crianças da Casa Pia, personalidades em evidência no mundo das letras e das artes e alguns artistas de teatro que choraram, comovidos, ao recordarem a figura do mestre escultor. De tudo, porém, o que mais despertou o interesse dos visitantes foi o célebre e discutido friso dos Pequenos Bonzos, 3 figuras (uma das quais inacabada) que servem de base ao monumento e representando as Letras Menores, as Artes Confusas e os Ofícios Irremediáveis...»

O BONZO DAS LETRAS MENORES

De todas as figuras da imortal peça de Xavier dos Mártires, a mais documentada e mais cheia de pormenores é sem dúvida a do Bonzo das Letras Menores. O Mestre nos papéis que deixou e nas diversas correspondências manifestou o desejo de que este elemento fosse inteiramente reproduzido em barro das Caldas. Dizia ele que, na qualidade de escultor funcional, a ideia e a matéria deviam corresponder-se. Barro das Caldas, por consequência. Eis o que consta de um dos seus célebres cadernos acerca desta figura:

«O Bonzo das Letras Menores deve aparecer a sorrir porque cultivava a simpatia. Vest

à vontade, cumprimenta toda a gente e sobretudo os jovens de quem tem bastante respeito. É democrático sem fazer uma ideia concreta do que isso representa, visto que neste aspecto também a sua cultura anda pelas ideias gerais. Tem uma desconfiança vaga de que não é muito dotado de talento mas finge não dar por isso. Como no seu círculo e na generalidade das capelinhas literárias ninguém lhe diz francamente o que pensa dos seus escritos, também não é a ele que compete esse encargo. É um destes sujeitos que sobe o Chiado e que procura o convívio dos Bonzos Maiores, a troco de serviços que lhes presta. (*Não esquecer*: representá-lo à porta de uma livraria). Sempre que publica um livro, percorre religiosamente as livrarias sorrindo aos empregados e pedindo-lhes que lhe ponham o livro nas montras. A livraria é a sua Bolsa de favores. Também costuma «fazer constar» que o seu novo livro tem «umas coisas». Deste modo sempre encontra uns apressados que lho adquirem e não sofre risco se, por acaso, o livro for excomungado. Adquire assim, à falta de outra, a celebridade de fruto proibido.

O Bonzo das Letras Menores não ajuda a Cultura, não faz ondas com qualquer polémica ou apreciação e esse bom tacto é-lhe salvador. É autodidacta por natureza, arrogantemente autodidacta...»

(Aqui, os estudiosos encontram a explicação de num dos esboços de Mestre Xavier ele aparecer com uma *Gramática Elementar* — pormenor que tanto intrigava os especialistas antes de serem reveladas estas notas).

ARTES CONFUSAS

Desde o friso até à cúpula do monumento a superfície é lisa e austera. O escultor radeou essa zona de alguns dísticos: «O Triunfo conquista-se pela imaginação», «Os caminhos da glória são árduos e longos», etc., etc. No alto a deusa da Glória desvia os olhos, enojados, destas figuras do friso. Mas, segundo parece, o escultor, querendo demonstrar que a escalada da celebridade é difícil e trabalhosa, não se esqueceu de pôr aos pés de cada bonzo alguns elementos não menos simbólicos. Assim, o escritor das Letras Menores esconde atrás das costas uma escada de corda e Xavier dos Mártires não se esqueceu

de anotar (caderno n.º 3, folha 23, sem data): «Penso pôr o Bonzo das Letras com uma escada de corda ou coisa semelhante, com a qual se dê a ideia de que ele pretende atingir a cúpula da Glória às escondidas. *Escada da Demagogia?* Pôr-lhe-ei este título? Não. É melhor deixá-lo assim...»

Por sua vez, o Bonzo das Artes Confusas aparece empoleirado numa alta rima de quadros.

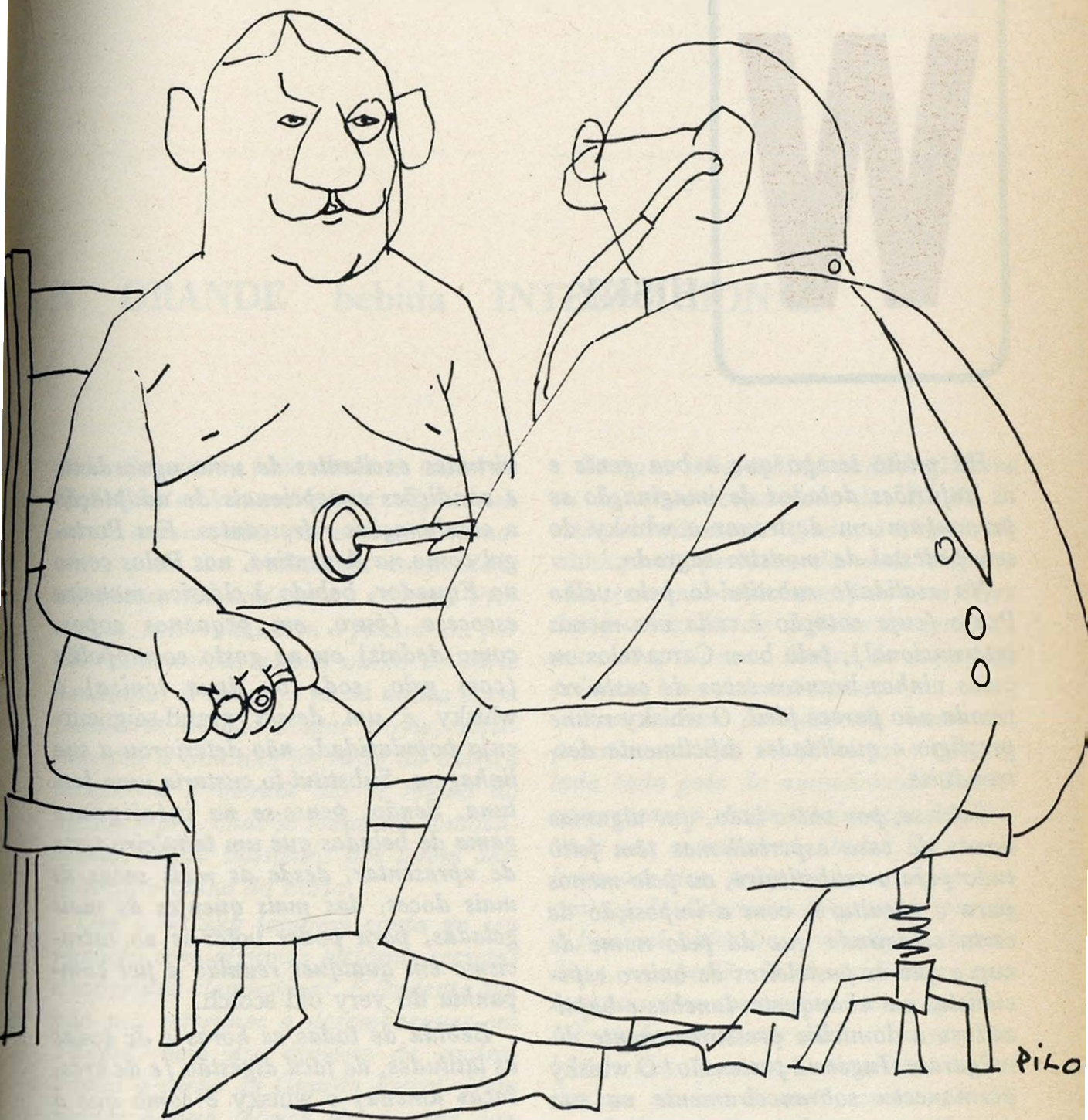
Menos completa do que a outra figura, dela pouco se apura nas notas legadas por Xavier dos Mártires. «Ao contrário do Bonzo das Letras, a segunda figura (a das artes) não tem fumaças políticas», escreveu o Mestre. «Não utiliza por tabela contrária a existência de censuras, mas tem outras muletas secretas. Pinta em abstracto e em concreto. Manda diàriamente as suas noticiuzinhas aos jornais sobre exposições e aí procura os jornalistas mais mediócrs, porque, embora não sendo os de prestígio na casa, são pelo menos os únicos que o atendem em propaganda. Um ditado francês diz que os bons espíritos encontram-se. Neste caso poder-se-ia parafrasear por os bons mediócrs sempre se juntam — e bate certo. Vi muitas vezes no estrangeiro este tipo de sujeito. É dos que aceita bolsas a qualquer preço, vende por qualquer preço e faz exposições em qualquer lugar. Por uma biografiazinha dá o cavaco, dá tudo. Em Paris ou Madrid é de uma ousadia inaudita. Abanca com os mediócrs (naturalmente) e bate à porta dos mestres com cartões de visita falsificados.»

«RIRA BIEN...»

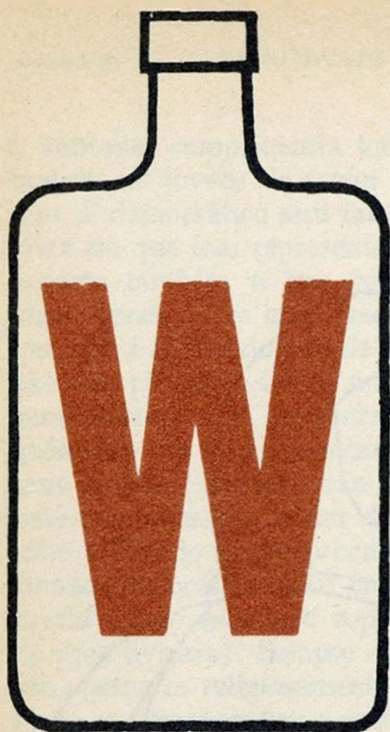
Passemos por alto o Bonzo dos Ofícios Impossíveis, de que apenas ficaram uns rápidos esboços e de que os Cadernos não dão notícia.

Como se sabe, alguns peritos descobriram recentemente que o monumento apresentado sofria de um lamentável erro. Parece que, segundo as engenhosas conclusões dos especialistas, o friso não se destinava à base mas à cúpula. Dessa forma a deusa da Glória sustentaria cá de baixo os bonzos e o olhar enojado que até aqui ela deitava lá de cima passaria a dirigir-se aos pobres mortais que formigam pelo Reino de Pacheco.

Et voilà! Rira bien... Etc.



— V. EX.^a TEM UM REI NA BARRIGA



HISKY

Há muito tempo que a boa gente e os anfitriões dotados de imaginação se preocupam em destronar o whisky do seu pedestal de monstro sagrado.

Na realidade substituí-lo pelo velho Porto (cuja cotação é cada vez menos internacional), pelo bom Carcavelos ou pelos vinhos brancos secos de casta refinada não parece fácil. O whisky reúne prestígio e qualidades dificilmente destronáveis.

Sabe-se, por outro lado, que algumas donas de casa espertalhonas têm feito tudo para o «substituir», ou pelo menos para o «ocultar», com a imposição de certa caldeirada que dá pelo nome de cup e que os pasteleiros de bairro especialistas em «banquetes-lanches-e-baptizados» a domicílio pressurosamente divulgaram. Ingénua pretensão! O whisky permaneceu sobranceiramente na sua posição consagrada, superior a todos os arrivismos.

Na verdade, um copo de bom scotch reúne prestígio e qualidades dificilmente igualáveis. Adapta-se a qualquer temperatura porque é a um tempo fresco e alcoòlicamente reconfortante. Tem as

virtudes excitantes de uma aguardente e condições excepcionais de adaptação a combinações refrescantes. Em Portugal como na Argentina, nos Pólos como no Equador, bebido à clássica maneira escocesa (puro, em pequenos copos, como dedais) ou ao gosto cosmopolita (com gelo, soda ou água tônica) o whisky é um desses grand-seigneurs cuja popularidade não deteriorou a sua linhagem. Substituí-lo custaria uma fortuna. Senão, pense-se na inteligente gama de bebidas que um tabuleiro teria de apresentar, desde as mais secas às mais doces, das mais quentes às mais geladas, para poder votar-se ao ostracismo em qualquer reunião a fiel companhia do very old scotch.

Bebida de todas as horas e de todas as latitudes, de fácil digestão (e de «ressaca» amena) o whisky é como que a fórmula geral de todos os álcoois necessários à confraternização. É por isso um monumento internacional.

Sabe-se que o vinho do Porto foi descoberto nas costas da Inglaterra, e não na cepa, como seria de supor. Por ocasião do naufrágio de um veleiro carre-

A GRANDE bebida INTERNACIONAL

gado de vinho, teria dado à costa da Grã-Bretanha uma pipa admiravelmente conservada, que os ingleses, movidos pela sua tradicional curiosidade marítima, não tardaram a encetar. Provaram, soube-lhes bem e pasmaram por não conhecerem aquele vinho de parte nenhuma. E como já nessa altura eram familiares de Sir Conan Doyle, meteram pés a caminho no rasto da barrica misteriosa e vieram dar à região do nosso Douro, onde se sentaram comodamente, muito satisfeitos por terem descoberto o vinho do Porto...

Ora o whisky também conta no seu passado com algumas histórias secretas e sobretudo clandestinas. É evidente que não nos referimos a desembarques em Tânger, nem aos dossiers de contrabando a cargo da Guarda Fiscal. Nem sequer àquela fábrica clandestina descoberta pela Intendência dos Abastecimentos na Rua Possidónio da Silva, em Lisboa...

Nada disso. Das muitas passagens da vida do whisky a mais significativa é sem dúvida a dos moonshiners.

Como se sabe, a história da Inglaterra ou as crises económicas dos E. U. A. estão estreitamente ligadas à história do whisky. Os períodos da mais violenta «lei seca» não nasceram por uma birra dos guardas-fiscais ingleses ou ianques, mas integraram-se dentro de esquemas políticos bem determinados.

Num desses períodos de maior repressão, seladas as fábricas e controlada cada gota do ambicionado álcool, começaram a surgir fabriquetas clandestinas nas montanhas. Onde? Sempre à beira dos rios, porque só com água corrente e de determinado grau de pureza é possível obter bom whisky. Sabendo disso, os agentes da lei incidiam as suas buscas sobre as margens dos regatos e sobretudo nos locais mais rochosos. Sabendo disso, os contrabandistas trabalhavam apenas de noite, ao luar, e daí serem designados por moonshiners. E foram estes «luareiros» que, nas condições clandestinas com que trabalharam, divulgaram mais tarde alguns dos mais requintados segredos do fabrico do whisky, sobretudo na destilação e no tratamento da água.

Dêem cerveja a um irlandês durante trinta dias e matá-lo-ão, porque os irlandeses são forrados de cobre por dentro e a cerveja ataca o cobre. O «whisky» tira o verdete ao cobre e salva o irlandês

MARK TWAIN

OS escoceses fazem **whisky**. Os irlandeses, os canadianos e os americanos **whiskey**. A diferença entre os dois não é só da pronúncia. Os irlandeses fazem o seu **whiskey** de aveia, milho e cevada, numa «mistura de grãos». Os canadianos e os americanos empregam centeio, usando estes últimos também o milho.

Sem desconsideração para nenhuma destas excelentes bebidas que têm aquecido os corações de milhões de homens, desde Seca até Meca, vamos começar pelo **whisky** escocês, o mais requintado membro da família e além disso o mais antigo de todos. Quase todos nós somos desleixados na forma de pedir um **whisky**. Dizemos ao «barman»: **whisky** com soda. Ora isto é o mesmo que pedir vinho, sem qualquer outra indicação de tipo.

Há muitos **whiskies** — centos deles, tanto puros (**singles**) como combinados (**blended**). Além da meia dúzia que domina o mercado inglês, há talvez mais vinte outras marcas bem conhecidas dos bebedores. E todas, sem excepção, são **blends**. Porém, os **whiskies** que lhes dão origem, carácter e sabor são puros. Para conhecer os «combinados» é necessário saber alguma coisa dos «puros». Há na Escócia duas espécies de destilarias. As que produzem o **whisky** de cevada e as que produzem os outros. E qualquer **whisky**, tal qual vem da destilaria e antes de ser «combinado» é um «puro». Os de cevada têm um **cachet** que pode comparar-se ao carácter específico dos vinhos de grande marca. Uma garrafa de **whisky** popular contém

uma mistura de **whiskies** de cevada e dos outros grãos, em partes iguais, muito embora essa proporção possa variar de marca para marca.

As proporções, porém, não vão além de 60 % das extracções de aveia e milho para 40 % de malte.

Mas a proporção do whisky de cevada em qualquer mistura contém vários **whiskies** puros de cevada, cada um de sua destilaria, e cada qual representando apenas uma parte do total.

A selecção e a proporção em que se combinam os **whiskies** puros é que dão a cada marca a sua particular característica. Os **whiskies** de milho e aveia usam-se, por assim dizer, para encher a garrafa. São mais ou menos insípidos e têm como objectivo ajudar à combinação dos que provêm da cevada, e tornar o produto misturado mais brando, agradável e leve.

É nesta altura da composição que se abre um vasto mundo para todo aquele que queira explorar os reinos dos **whiskies** puros, de cevada.

Descobrir-lhe as origens, compará-los e encontrar o favorito — eis o deleite do amador, do **connoisseur** de **whiskies**.

Um bom fornecedor de vinhos deve dispor de alguns tipos de destilados de cevada.

Não experimente um somente: pode não gostar. Na Escócia, pelo menos, tem havido ultimamente grande tendência para voltar aos «puros» — e isto porque eles existem de novo no mercado. Mas durante muito tempo não se conseguia obtê-los a não

Quando nasci já trazia um «deficit» de dois
«whiskies»

CHARLES MONTAGUE

ser nos distritos onde se fabricavam. Uma garrafa do **whisky** «simples» custa em geral um pouco mais do que uma garrafa do tipo corrente. Os de cevada (ou malte) dividem-se em quatro grupos regionais. Os de Howland são exclusivamente usados para mistura e, tanto quanto se sabe, não se encontram em qualquer mercado.

Há os de Islay, destilados na ilha do mesmo nome, nas Hébridas. Outro grupo provém das destilarias do distrito de Campbeltown. Não se encontram facilmente fora da região. O grupo predominante vem das Highlands, das ilhas de Skye ou das Orkneys.

Da ilha de Skye vem o Talisker, e das Orkneys vem o nobre **whisky** chamado Highland Park.

E o curioso é que existe uma variedade muito maior de **whiskies** entre os puros, de cevada, do que entre os de combinados. É isto o que faz com que valha a pena procurar conhecê-los. Um dos que acima se menciona é considerado um nectar paradisíaco e incomparável.

Porque não se encontram com facilidade os **whiskies** puros? Em primeiro lugar porque não são conhecidos. Em segundo lugar porque não há bastante produção para enfrentar pedidos de um mercado abundante. E finalmente porque o gosto popular se inclina para um **whisky** que tenha um sabor brando.

Em resumo: não abandone o seu **blend** favorito, porque é o produto de uma arte refinada de compor **whiskies**. Mas arrisque-se de vez em quando a explorar

esse mundo pouco conhecido dos «puros». O **whiskey** canadiano, de centeio, é muito leve, e por isso mesmo excelente para fazer **cocktails**, visto que não é tão forte que faça perder o gosto aos restantes componentes do **cocktail**.

Já o americano não serve para **cocktails**, porque é 5 graus mais forte do que o escocês e seria quase um insulto à sua virilidade bebê-lo misturado com outra coisa que não seja gelo e água.

Um esclarecimento acerca da palavra **proof** que aparece nos rótulos de todas as garrafas de **whisky** e que tanto confunde o bebedor novato:

Proof é um índice do grau alcoólico. Corresponde à quantidade de bebida alcoólica que, à temperatura de 51° F., pesa 12/13 de igual quantidade de água.

Outro esclarecimento: o **liqueur-whisky**. Esta expressão, que se tornou corrente, não tem qualquer significado sério e os fabricantes odeiam-na porque é susceptível de confundir o público na medida em que sugere tratar-se de **whisky** «puro».

Também em certos rótulos é comum encontrar-se a palavra **proprietary** e aqui estamos mais uma vez na presença de uma confusão premeditada. Na realidade os armazenistas utilizam-na com um sentido ambíguo que faz sugerir ao comprador a ideia de que está perante um tipo «particular», uma espécie de produção privada de **whisky**. A acreditar na designação, esse **whisky** corresponderia em Portugal a uma autêntica aguardente «do lavrador».

O camelo passa quarenta dias sem beber;
mas quem desejaria ser camelo?

— Aforismo escocês



Os «moonshiners» em plena actividade e transgressão da lei-seca. «...Ai que prazer não cumprir um dever...»

«Tal como os amantes mais dotados de imaginação, o «whisky» observa regras puritanas que constituem o seu segredo de hierarquia»

D. H. LAWRENCE

OLD FASHIONED

1 quadradinho de açúcar, gotas de Angostura (Bitter)
Uma casca de limão
Uma rodela de limão
Uma rodela de laranja
Uma dose de *whisky*
Gelo.

O'HENRY

$\frac{1}{3}$ de *whisky*
 $\frac{1}{3}$ de Benedictine
 $\frac{1}{3}$ de Ginger Ale
Gelo.

OLD PAL

Partes iguais de.
Bourbon
Vermute seco
Campari
Gelo.

CHOKER

8 partes de *whisky*
4 partes de Pernod
1 parte de Bitter
Gelo.

DAY STARTER

$\frac{1}{2}$ de Bourbon
 $\frac{1}{4}$ de Granadine
 $\frac{1}{4}$ de Vermute doce
Gelo.

WALDORF

$\frac{1}{3}$ de Bourbon
 $\frac{1}{3}$ de Pernod
 $\frac{1}{3}$ de Vermute
Bitter
Gelo.

WEMBLEY

$\frac{1}{3}$ de sumo de ananás
 $\frac{1}{3}$ de *whisky*
 $\frac{1}{3}$ de Vermute doce
Gelo.



o cágado

ALMAZADA



AVIA um homem que era muito senhor da sua vontade. Andava às vezes sozinho pelas estradas a passear. Por uma dessas vezes viu no meio da estrada um animal que parecia não vir a propósito — um cágado.

O homem era muito senhor da sua vontade, nunca tinha visto um cágado; contudo, agora estava a acreditar. Acercou-se mais e viu com os olhos da cara que aquilo era, na verdade, o tal cágado da zoologia.

O homem que era muito senhor da sua vontade ficou radiante, já tinha novidades para contar ao almoço, e deitou a correr para casa. A meio caminho pensou que a família era capaz de não aceitar a novidade por não trazer o cágado com ele, e parou de repente. Como era muito senhor da sua vontade não poderia suportar que a família imaginasse que aquilo do cágado era história dele, e voltou atrás. Quando chegou perto do tal sítio, o cágado, que já tinha desconfiado da primeira vez, enfiou buraco abaixo como não quer a coisa.

O homem que era muito senhor da sua vontade pôs-se a espreitar para dentro e depois de muito espreitar não conseguiu ver senão o que se pode ver para dentro dos buracos, isto é, muito escuro. Do cágado, nada. Meteu a mão com cautela e nada; a seguir até ao cotovelo e nada; por fim o braço todo e nada. Tinham sido experimentadas todas as cautelas e os recursos naturais de que um homem dispõe até ao cumprimento do braço e nada.

Então foi buscar auxílio e uma vara compridíssima, que nem é habitual em varas haver assim tão compridas, enfiou-a pelo buraco abaixo, mas o cágado morava ainda muito mais lá para o fundo. Quando largou a vara ela foi por ali abaixo, exactamente como uma vara perdida.

Depois de estudar novas maneiras, a ofensiva ficou de facto submetida a nova orientação. Havia um grande tanque de lavadeiras a dois passos e ao lado do tanque estava um bom balde dos maiores que há. Mergulhou o balde no tanque e, cheio até mais não, despejou-o inteiro para dentro do buraco do cágado. Um balde só já ele sabia que não bastava, nem dez, mas quando chegou a noventa e oito baldes e que já faltavam só dois para cem e que a água não havia meio de

vir ao de cima, o homem que era muito senhor da sua vontade pôs-se a pensar em todas as espécies de buracos que possa haver.

— E se eu não dissesse à minha família que tinha visto o cágado? — pensava para si o homem que era muito senhor da sua vontade. Mas não! Toda a gente pode pensar assim menos eu, que sou muito senhor da minha vontade.

O maldito sol também não ajudava nada. Talvez que fosse melhor não dizer nada do cágado ao almoço. A pensar se sim ou não, os passos dirigiam-se involuntariamente para as horas de almoçar.

— Já não se trata de eu ser um incompreendido com a história do cágado, não; agora trata-se apenas da minha força de vontade. É a minha força de vontade que está em prova, esta é a ocasião propícia, não percam tempo! Nada de fraquezas!

Ao lado do buraco havia uma pá de ferro, destas dos trabalhadores rurais. Pegou na pá e pôs-se a desfazer o buraco. A primeira passada de terra, a segunda, a terceira, e era uma maravilha contemplar aquela majestosa visibilidade que punha os nossos olhos em presença do mais eficaz testemunho da tenacidade, depois dos antigos. Na verdade, de cada vez que enfiava a pá na terra, com fé, com robustez, e sem outras intenções a mais, via-se perfeitamente que estava ali uma vontade inteira; e ainda que seja cientificamente impossível que a terra rachasse de cada vez que ele lhe metia a pá, contudo era indiscutivelmente esta a impressão que lhe dava. Ah, não! Não era um vulgar trabalhador rural. Via-se perfeitamente que era alguém muito senhor da sua vontade e que estava por ali por acaso, por imposição própria, contrafeito, por necessidade do espírito, por outras razões diferentes das dos trabalhadores rurais, no cumprimento de um dever, um dever importante, uma questão de vida ou de morte — a vontade.

Já estava na nonagésima passada de terra; sem afrouxar, com o mesmo ímpeto da inicial foi completamente indiferente por um almoço a menos. Fosse ou não por um cágado, a humanidade iria ver solidificada a vontade de um homem.

A mil metros de profundidade a pino, o homem que era muito senhor da sua vontade

foi surpreendido por dolorosa dúvida — já não tinha nem a certeza se era a quinquagésima milionésima octogésima quarta. Era impossível recomeçar, mais valia perder uma pázada.

Até ali não havia indícios nem da passagem da vara, da água ou do cágado. Tudo fazia crer que se tratava de um buraco supérfluo; contudo, o homem era muito senhor da sua vontade, sabia que tinha de haver-se de frente com todas as más impressões. De facto, se aquela tarefa não houvesse de ser árdua e difícil, também a vontade não podia resultar superlativamente dura e preciosa.

Todas as noções de tempo e de espaço, e as outras noções pelas quais um homem constata o quotidiano, foram todas uma por uma dispensadas de participar no esburacamento. Agora, que os músculos disciplinados num ritmo único estavam feitos ao que se quer pedir, eram desnecessários todos os raciocínios e outros arabescos cerebrais, não havia outra necessidade além da dos próprios músculos.

Umás vezes a terra era mais capaz de se deixar furar por causa das grandes camadas de areia e de lama; todavia, estas facilidades ficavam bem subtraídas quando acontecia ser a altura de atravessar uma dessas rochas gigantescas que há no subsolo. Sem incitamento nem estímulo possível por aquelas paragens, é absolutamente indispensável recordar a decisão com que o homem muito senhor da sua vontade pegou ao princípio na pá do trabalhador rural para justificarmos a intensidade e a duração desta perseverança. Inclusive, a própria descoberta do centro da terra, que tão bem podia servir de regozijo ao que se aventura pelas entranhas do nosso planeta, passou infelizmente despercebida ao homem que era muito senhor da sua vontade. O buraco do cágado era efectivamente interminável. Por mais que se avançasse, o buraco continuava ainda e sempre. Só assim se explica ser tão rara a presença de cágados à superfície devido à extensão dos corredores desde a porta da rua até aos aposentos propriamente ditos.

Entretanto, cá em cima na terra, a família do homem que era muito senhor da sua vontade, tendo começado por o ter dado por desaparecido, optara, por último, pelo luto car-

regado, não consentindo a entrada no quarto onde ele costumava dormir todas as noites.

Até que uma vez, quando ele já não acreditava no fim das covas, já não havia, de facto, mais continuação daquele buraco, parava exactamente ali, sem apoteose, sem comemoração, sem vitória, exactamente como um simples buraco de estrada aonde se vê o fundo ao sol. Enfim, naquele sítio nem a revolta servia para nada.

Caindo em si, o homem que era muito senhor da sua vontade pediu-lhe decisões, novas decisões, outras; mas ali não havia nada a fazer, tinha esquecido tudo, estava despejado de todas as coisas, só lhe restava saber cavar com uma pá. Tinha, sobretudo, muito sono, lembrou-se da cama com lençóis, travesseiro e almofada fofa, tão longe! Maldita pá! O cágado! E deu com a pá com força no fundo da cova. Mas a pá safou-se-lhe das mãos e foi mais fundo do que ele supunha, deixando uma greta aberta por onde entrava uma coisa de que ele já se tinha esquecido há muito — a luz do sol. A primeira sensação foi de alegria, mas durou apenas três segundos, a segunda foi de assombro: teria na verdade furado a terra de lado a lado?

Para se certificar alargou a greta com as unhas e espreitou para fora. Era um país estrangeiro; homens, mulheres, árvores, montes e casas tinham outras proporções diferentes da que ele tinha memória. O sol também não era o mesmo, não era amarelo, era de cobre cheio de azebre e fazia barulho nos reflexos. Mas a sensação mais estranha ainda estava para vir: foi que, quando quis sair da cova, julgava que ficava em pé em cima do chão como os habitantes daquele país estrangeiro, mas a verdade é que a única maneira de poder ver as coisas naturalmente era pondo-se de pernas para o ar...

Como tinha muita sede resolveu ir beber água ali ao pé e teve de ir de mãos no chão e o corpo a fazer o pino, porque de pé subia-lhe o sangue à cabeça. Então, começou a ver que não tinha nada a esperar daquele país onde nem sequer se falava com a boca, falava-se com o nariz.

Vieram-lhe de uma vez todas as saudades da casa, da família e do quarto de dormir. Felizmente estava aberto o caminho até casa, fora ele próprio quem o abrira com uma pá de ferro. Resolveu-se. Começou a andar o

buraco todo ao contrário. Andou, andou, andou; subiu, subiu, subiu...

Quando chegou cá acima, ao lado do buraco estava uma coisa que não havia antigamente — o maior monte da Europa, feito por ele, aos pouquinho, às pàzadas de terra, uma por uma, até ficar enorme, colossal, sem querer, o maior monte da Europa.

Este monte não deixava ver nem a cidade onde estava a casa da família, nem a estrada que dava para a cidade, nem os arredores da cidade que faziam um belo panorama. O monte estava por cima disto tudo e de muito mais.

O homem que era muito senhor da sua vontade estava cansadíssimo por ter feito duas vezes o diâmetro da Terra. Apetecia-lhe dormir na sua querida cama, mas para isso era necessário tirar aquele monte maior da Europa, de cima da cidade, onde estava a casa da sua família. Então, foi buscar outra pá dos trabalhadores rurais e começou logo

a desfazer o monte maior da Europa. Foi restituindo à Terra, uma por uma, todas as pàzadas com que a tinha esburacado de lado a lado. Começavam já a aparecer as cruces das torres, os telhados das casas, os cumes dos montes naturais, a casa da sua família, muita gente suja de terra, por ter estado soterrada, outros que ficaram aleijados, e o resto como dantes.

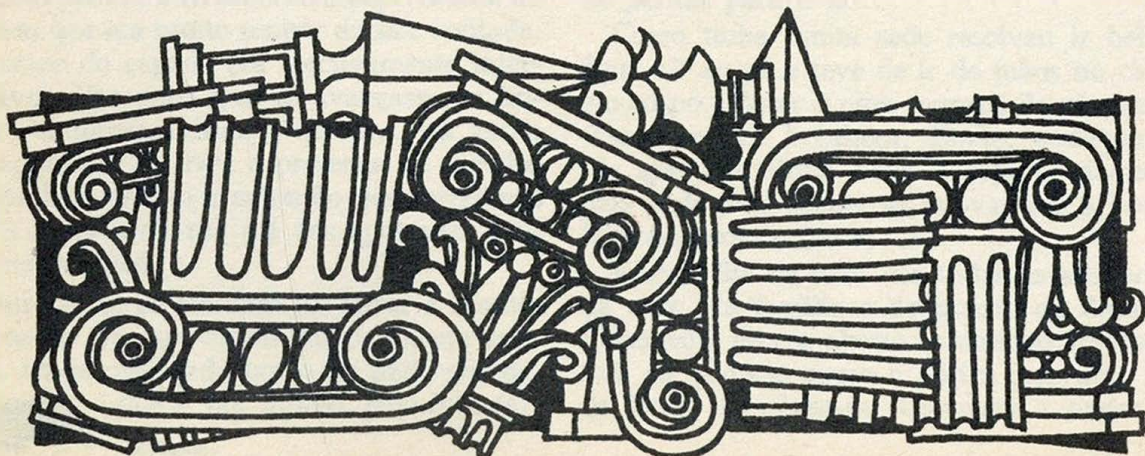
O homem que era muito senhor da sua vontade já podia entrar em casa para descansar, mas quis mais, quis restituir à Terra todas as pàzadas, todas. Faltavam poucas, algumas dúzias apenas. Já agora valia a pena fazer tudo bem até ao fim. Quando já era a última pàzada de terra que ele ia meter no buraco, portanto a primeira que ele tinha tirado ao princípio, reparou que o torrão estava a mexer por si, sem ninguém lhe tocar; curioso quis ver porque era — era o cágado.

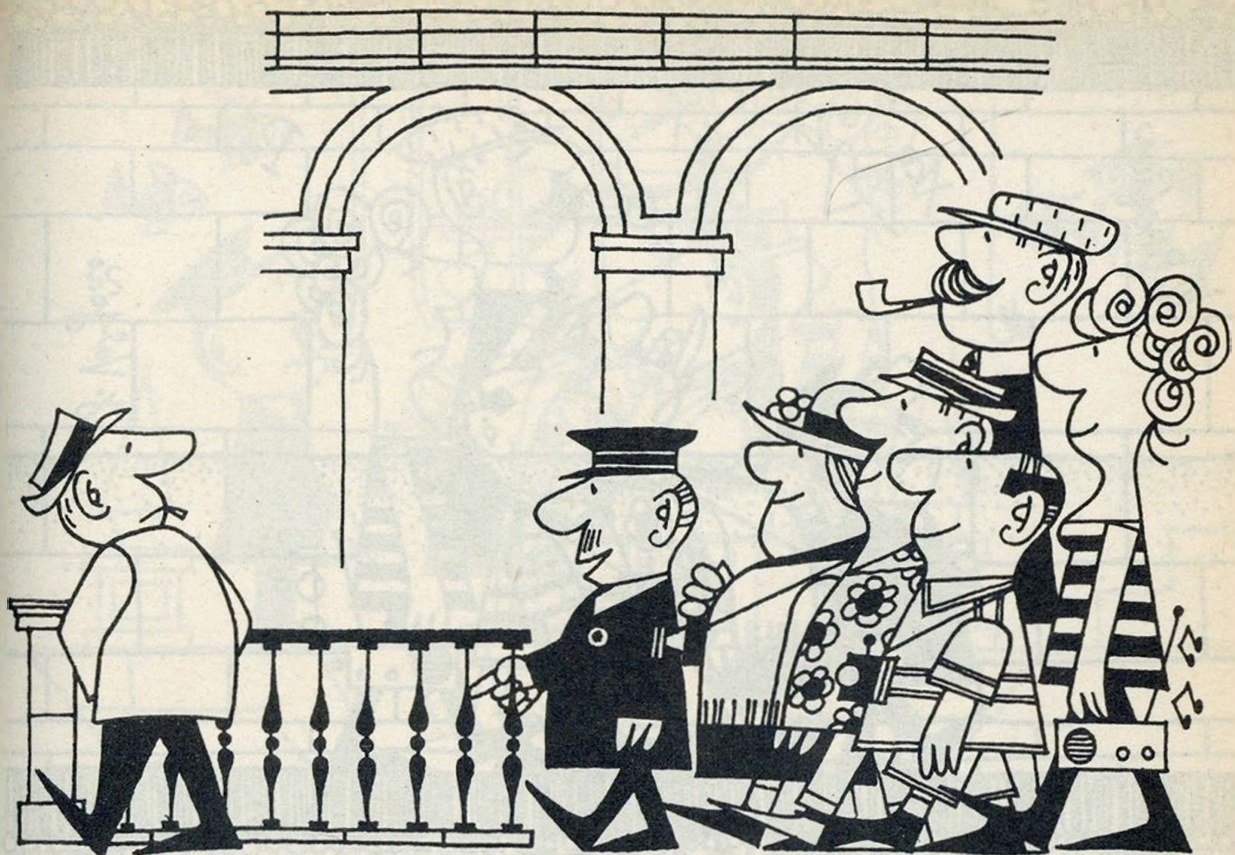
JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS



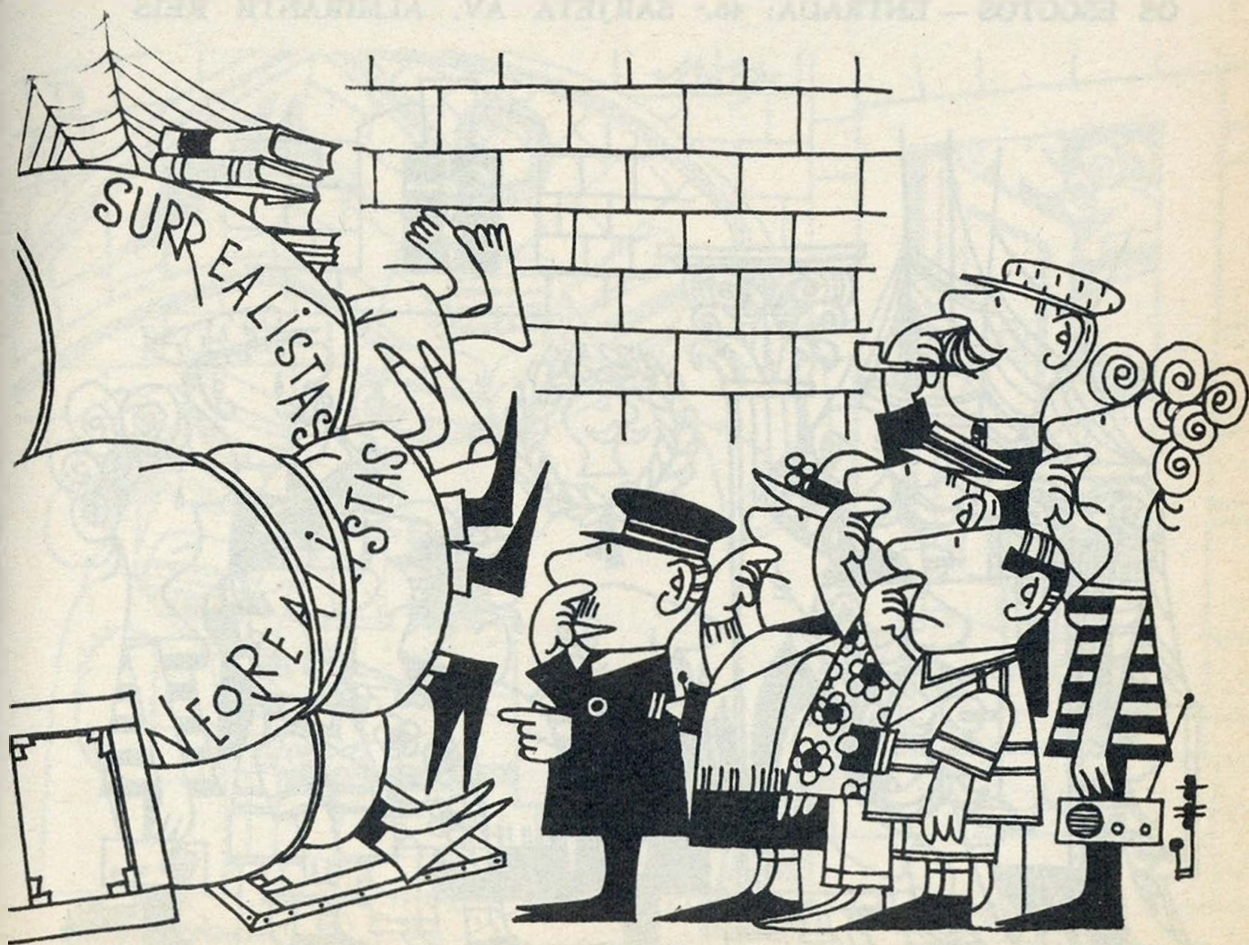


OS MODERNOS TURISTAS PERDERAM AQUELA ESPONTANEIDADE QUE LEVOU MONTAIGNE A DIZER QUANDO ATRAVESSAVA OS ALPES: «QUE DESPERDÍCIO! QUE BELOS CAMPOS PARA CULTIVAR BATA-TAS!». HOJE COMENTAM PRECIOSAMENTE: «É IMPONENTE! QUE MAJESTADE! QUE MARAVILHA!». DEFENDENDO A IDEIA DUMA CAMPANHA TURÍSTICA UTILITÁRIA E PRÓ-VEGETAL, COMPLETAMENTE DESPROVIDA DE EXCLAMAÇÕES, «ALMANAQUE» OFERECE HOJE AOS SEUS LEITORES UM CIRCUITO TURÍSTICO DE LISBOA ATRAVÉS DAS RAÍZES DA DITA

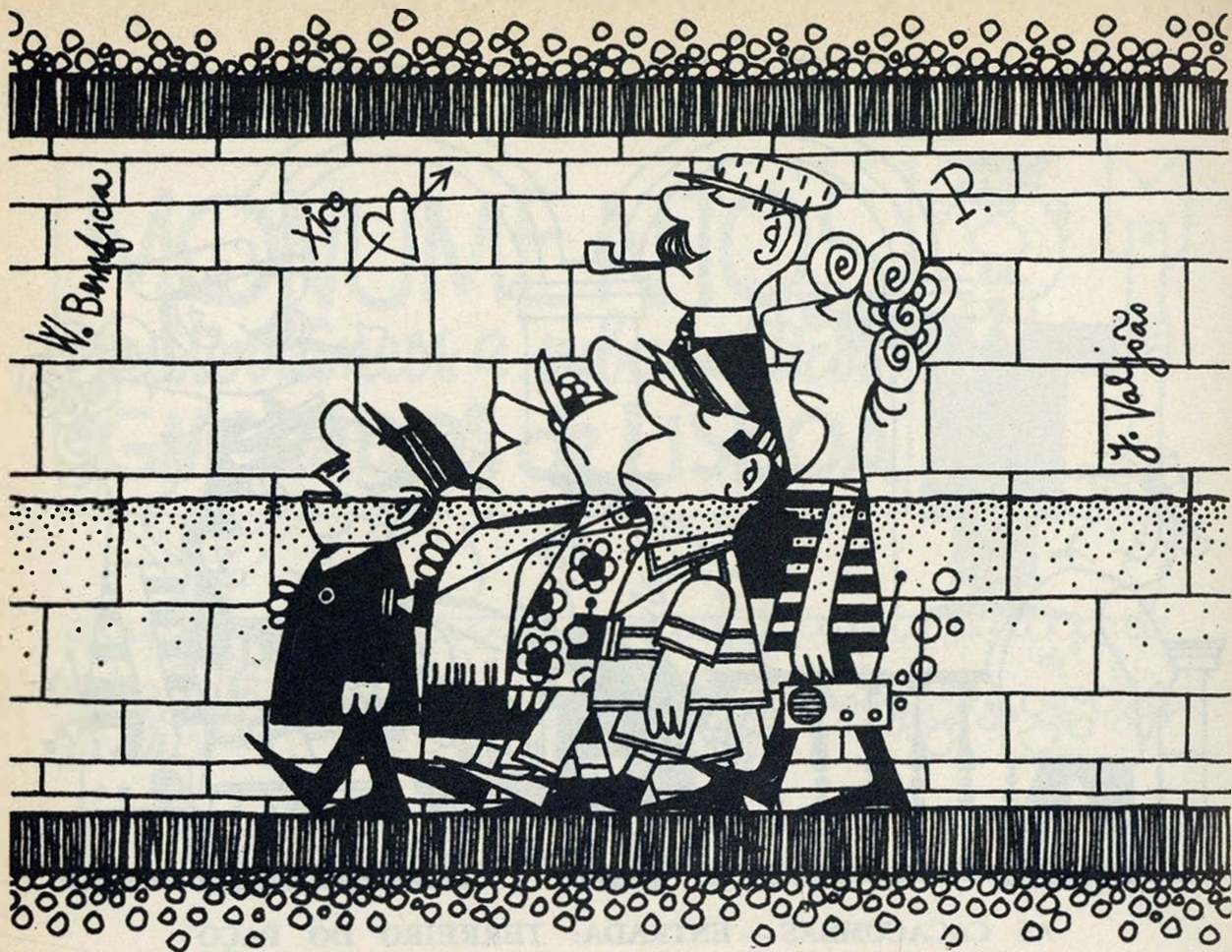




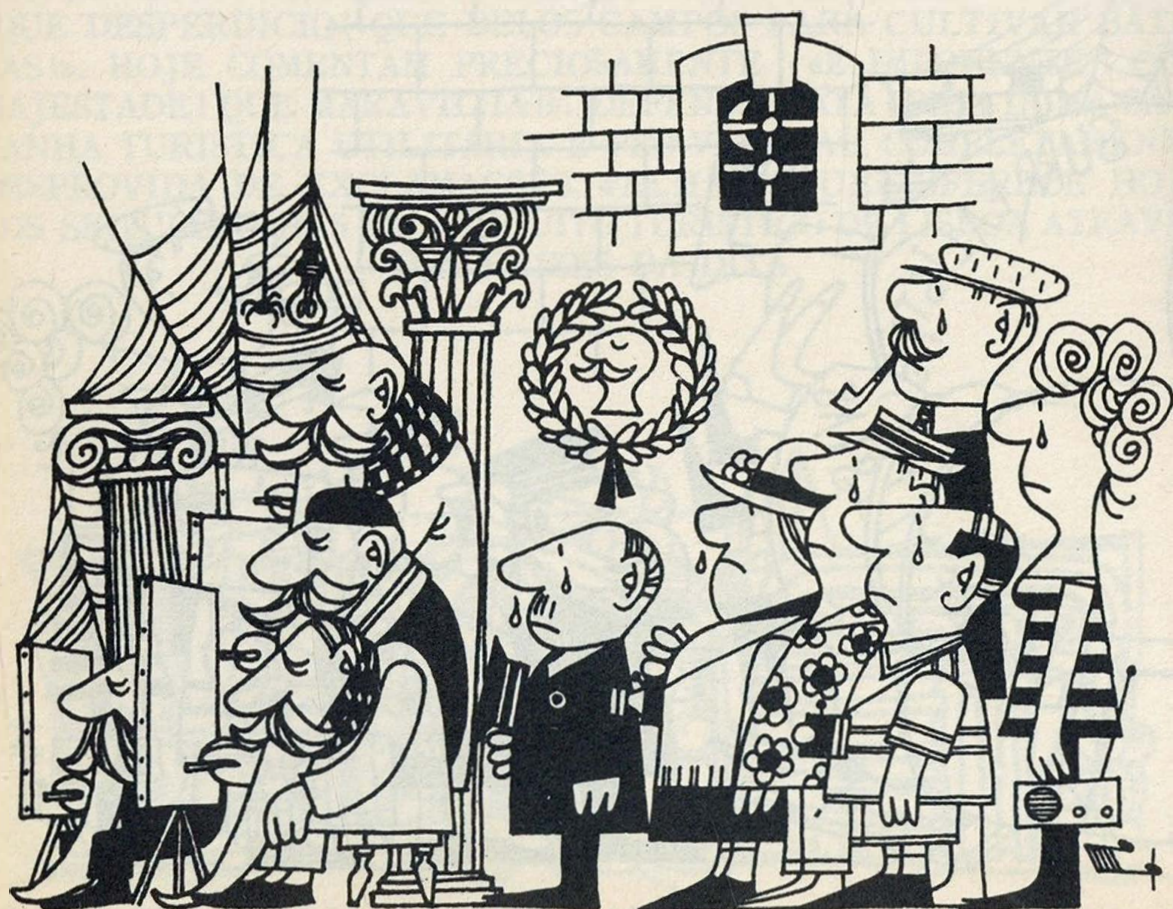
AS CACACUMBAS — ENTRADA: TERREIRO DO PAÇO



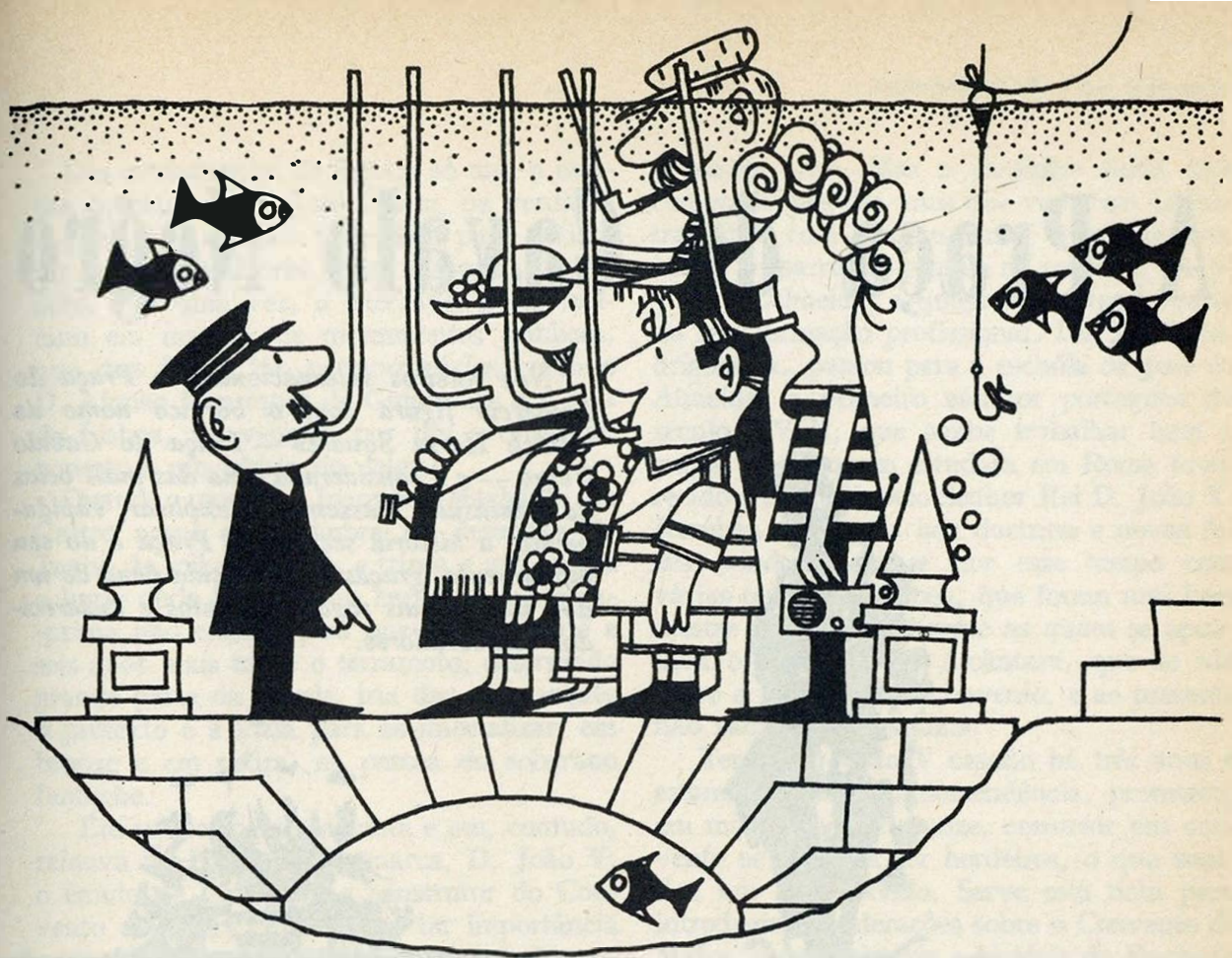
AS ARRECADAÇÕES DA BRASILEIRA — ENTRADA: ALÇAPÃO DEBAIXO DA MESA DO NIKIAS



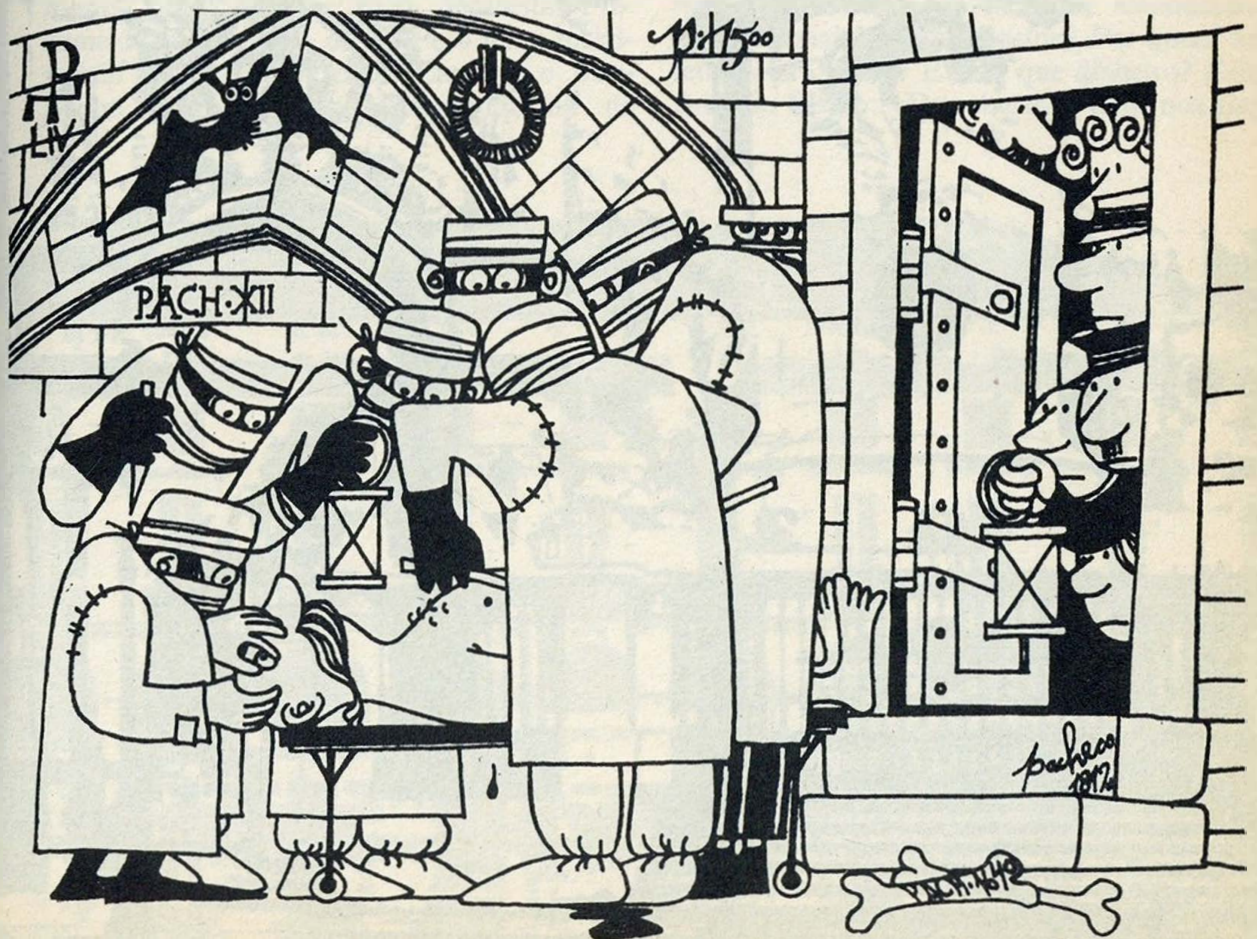
OS ESGOTOS — ENTRADA: 46.ª SARJETA AV. ALMIRANTE REIS



OS CURSOS DA SNBA — ENTRADA: R. BARATA SALGUEIRO



A PONTE SOB O TEJO — ENTRADA: CANEIRO DE ALCANTARA



AS SINISTRAS CAVES DO ALMANAQUE — ENTRADA: ALGURES R. DA MISERICÓRDIA

A Praça do Cavalo Negro

Nos roteiros internacionais, a Praça do Comércio figura com o bôrgico nome de «Black Horse Square» — Praça do Cavalo Negro — e é considerada uma das mais belas da Península. Passamos a explicar, rapidamente, a história secreta da Praça e do seu monumento, graças à esclarecida pena de um dos nossos mais sagazes, atentos e esclarecidos colaboradores.



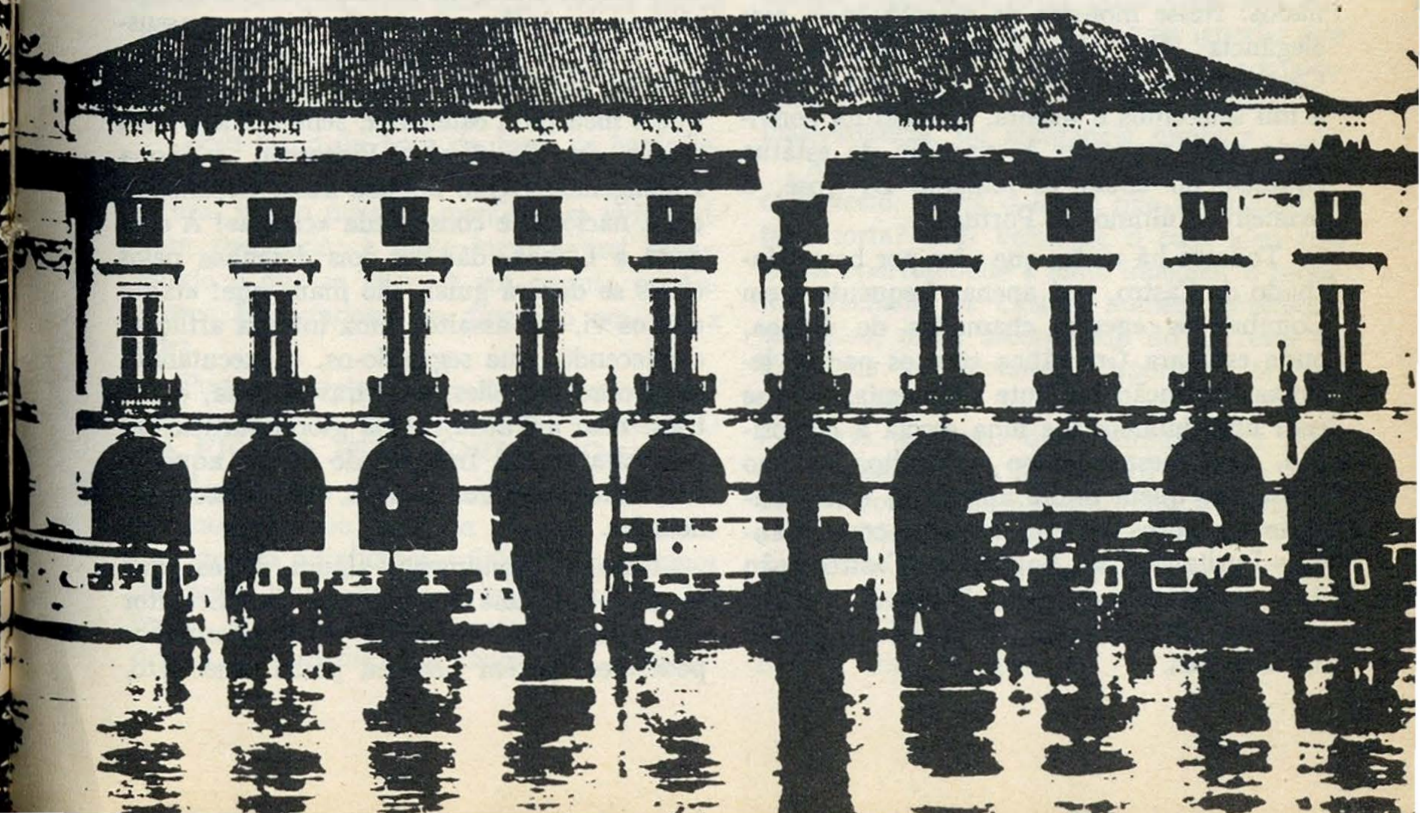
Dos monumentos de Lisboa só um, a estátua equestre de D. José I, tem, na verdade, a qualidade artística necessária para enfileirar entre as melhores obras europeias do gênero. Por uma vez, o execrável gosto lusitano em matéria de monumentos públicos, que deu frutos tão extraordinários como o D. Afonso Henriques de Guimarães e o Eça de Lisboa, foi vencido por um profissional honesto e um artista de valor.

Quando, porém, Joaquim Machado de Castro nasce em Coimbra no dezanove de Junho de mil setecentos e trinta e um, ainda o lugar onde havia de se erguer a sua obra-prima não existia, pois que apenas vinte e seis anos mais tarde o terramoto, destruindo grande parte da cidade, iria dar ao marquês o pretexto e a ideia para se immortalizar, em bronze e em pedra, na pessoa do soberano fantoche.

Em mil setecentos e trinta e um, contudo, reinava no País outro monarca, D. João V, o émulo de Luís XIV e construtor do Convento de Mafra, que virá a ter importância nesta história, como adiante se verá. Entretanto, convém dizer que o escultor era filho de Manuel Machado, também homem do mesmo ofício e, além disso, organista. Presume-se que a morte da mãe e o novo matrimônio do pai com Josefa Carreira o trouxeram à capital, jovem provinciano de

dezasseis anos. Mas o caminho ainda mal começara; nos dez anos que viveu em Lisboa trabalhou com Nicolau Pinto, como santeiro, isto é, no barro, no gesso e na madeira, e com José de Almeida, a quem deve grande parte da sua formação profissional. Diz Assis Rodrigues: «...passou para a eschóla de José de Almeida, o primeiro escultor portuguez do século XVIII, que soube trabalhar bem a pedra, como quem estudara em Roma favorecido e mantido pelo Senhor Rei D. João V. Recebeu deste guia boa doutrina e novas luzes, vindo a sair-se por esse tempo com várias obras em Lisboa, que foram mui bem aceitas do público d'entre as quaes se apontava o S. Pedro de Alcântara, que se viu sobre a porta do seu convento, e ao presente não sabemos onde jaz.»

Tendo D. João V casado há três anos e estando ainda sem descendência, prometeu, em mil setecentos e onze, construir um convento se viesse a ter herdeiros, o que sucedeu um ano volvido. Serve esta nota para introduzir considerações sobre o Convento de Mafra, a cuja história a história de Machado de Castro esteve ligada durante longo período de tempo. «Quem» é o Convento de Mafra, esse «monumento» de todos os «monumentos» nacionais? Quanto custou? Por quem foi feito? Para quem? E com que dinheiro? Fala António Sérgio: «Descoberto o ouro nos fins



do século XVII, data de mil seiscientos e noventa e quatro a primeira fundição em Taubaté. Qual foi a produção das minas brasileiras? É difícil avaliá-la com precisão; calcula-se que até mil oitocentos e vinte subiria a sessenta e três mil quatrocentas e dezassete arrobas. O quinto chegou a render, segundo Eschwege, cinco milhões de cruzados anuais, e até o dobro, segundo outros. Os diamantes, monopólio da coroa, vendidos por conta da Fazenda Nacional em Amsterdão, rendiam por ano milhão e meio de cruzados. A primeira remessa importante de ouro do Brasil recebeu-a D. Pedro II em mil seiscientos e noventa e nove: tonelada e meia. Com isto está o leitor habilitado a compreender o reinado de D. João V e ainda o de D. José.» E o Convento de Mafra, acrescentemos, agora que já se sabe donde vinha o dinheiro e se saberá que as festas da primeira pedra, benzida em mil setecentos e dezassete, foram de tal modo dispendiosas que, segundo Camilo, «todo o encarecimento viria a ser curto depois de se dizer que orçou por duzentos mil cruzados o custo delas.» Construído primitivamente para treze frades, depois para quarenta, oitenta e, por fim, para trezentos, foi executado pelo projecto do architecto alemão João Frederico Ludwig e nele chegaram a trabalhar quarenta mil pessoas por dia, fora a força militar de sete mil homens que mantinha a ordem no acampamento, visto que a maioria dos trabalhadores eram condenados. Nesse monstro de magnificência sem elegância (Byron) trabalhou Machado de Castro, desde os vinte anos aos trinta e nove, a mil setecentos e setenta, quando foi convidado para concorrer à execução da estátua equestre do então já reinante D. José, o primeiro e último de Portugal.

Todavia há males que vêm por bem. Machado de Castro, que apenas frequentara em Coimbra os «gerais chamados do Pátio», onde estudara Gramática com os padres jesuítas, instrução bastante rudimentar, viu-se com uma biblioteca e uma escola à disposição, com mestres como o escultor italiano Giusti, de quem muito aprendeu, e no convívio de outros artistas do ramo como Cândido Lusitano, João Baptista de Castro, João António de Pádua e Vieira Lusitano, a quem escreveu e dedicou um «Elogio» em muitos e maus versos.

E chegou a altura de fazer de novo um pouco de história, ainda que neste aspecto particular ela seja bem conhecida. Na manhã do dia um de Novembro, era dia feriado e estava o povo na rua, o chão tremeu, o Tejo invadiu a cidade, as casas ruíram, dez mil, mais precisamente, oito mil pessoas morreram e dez mil ficaram feridas, o terramoto fizera a sua obra de destruição. Serenados os ânimos, competia a Pombal reconstruir a cidade, o que fez com o auxílio dos homens mais competentes da época. Diz-se que esta reconstrução a que procedeu esteve na origem do seu poder e, se assim o considerarmos, não nos deve admirar que tivesse querido erguer um monumento à sua glória no centro da cidade nova, o Terreiro do Paço, embora tivesse de servir-se do rei como intermediário. E é aqui que Machado de Castro entra novamente.

Conta ele mesmo na «Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre, erigida em Lisboa à Glória do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I»: «A dezanove de Outubro de mil setecentos e setenta, me escreve Domingos da Silva Raposo, Ajudante de Architectura na Casa do Risco das Obras Públicas, convidando-me para esta obra; ao qual devi a fineza de ser, entre os Artistas, o primeiro, que em mim fallou, neste particular.» Existia porém outro concorrente, ao que se supõe, um certo italiano de nome Andrea Imbrol; dele diz Machado de Castro não temer os méritos, mas confessa que se assustou: «quando, já o meu modelo acabado, vim a saber quão fortes erão os Baluartes, com que o meu rival ostentava, sendo todo o meu receio, que decidisse a Protecção, e não a Intelligencia.» Que faltasse nesta circunstância a nacional e consagrada «cunha»! À chegada a Lisboa, dão-lhe dois desenhos pelos quais se deverá guiar, tão maus que: «tanto que os vi, me assaltou uma interna afflicção, conhecendo, que seguindo-os, e executando-se a obra por elles, não tiravão della, o Artista, nem a Patria, huma gloria sufficiente; por faltarem na Imagem do Heroe aquelles accidentes, e circunstancias, que deixo ponderadas.

Não ha Monumento algum destes, que se não confiasse inteiramente ao Escultor eleito para a sua execução, ainda os mesmos pedestaes: porém nem eu podia dizer isto,

nem deixar de seguir a olhos fechados as ordens, que se me davão; e julgando que com política poderia alcançar faculdade para melhorar, evitando os defeitos, que eu conhecia, acceitei os papéis, e dei setecentos e setenta.»

Concluída a primeira maqueta foi ao Paço, com o italiano, para que o rei decidisse, e conta: «Sua Magestade se dignou de approvar a minha obra com expressões, em que me honrou muito.» Ganhara a obra e logo realizou um segundo modelo de barro que lhe serviu para estudar o modelo em tamanho definitivo que iria servir para as formas de bronze. Três meses depois iniciou o modelo grande numa oficina que mandara construir num pátio da Fundação de Artilharia. O majestático D. José, porém, não quis pouzar e o escultor teve de valer-se apenas «do meio perfil expressado na moeda e da estampa de Carpinetti, com alguma vista casual»; quanto ao problema do cavalo foi mais fácil de resolver, visto que o marquês estribeiro-mor lhe trouxera vários cavalos, dos quais escolheu um, chamado «Gentil», que considerou o mais perfeito. Meses depois, fundida a estátua, o rei e a rainha foram-na ver e eis a descrição por Machado de Castro: «Chegando Suas Magestades à Casa da Fundação, se dignarão com effeito descer pela rampa, acompanhados de alguns fidalgos, a fim de verem a seu gosto a figura toda; e neste lance tirei, com afflicção, huma prova dos effeitos que eu esperava, e que faz a luz mal dirigida; especialmente quando cahe sobre corpos de superfície polida.

«Em torno da boca do fosso se havia levantado hum parapeito de quatro palmos de altura, pouco mais ou menos para evitar algum precipicio; e neste logar fiquei observando o que se passava em quanto os Augustos Espectadores se divertião em ver a obra.

Poucos minutos depois ouvi dizer, à Sereníssima Rainha, estas palavras: «O ROSTO DA FIGURA ESTÁ HORRENDO.»

Poucos dias depois desta visita a estátua foi montada, no meio de grandes solenidades; pesava quinhentos quintais, a que temos de juntar mais cem do ferro da armação interior, isto é, seiscentos quintais ao todo. Mas demos novamente a palavra ao escultor:

«Chegando pois o dia vinte e sete do referido Maio de mil setecentos e setenta e cinco, destinado para elevar ao pedestal, e assentar nelle aquella Figura; e prevendo-se que seria grande o concurso do povo, e poderia por isso mesmo embaraçar as manobras, se determinou que algumas companhias de Infantaria formassem na Praça hum cordão, de modo que ficasse desimpedido, com desafogo, todo o espaço de terreno, que se havia mister para os trabalhos daquela empresa: e estando eu proximo do pedestal, sobre o andaime em que estavam os cabrestantes, para assistir ao assentamento da Figura, a fim de lhe dar o seu devido prumo, e cumprir a sublime recommendação acima referida, fui lançado fóra da Praça publicamente, com tal ou qual ignominia; porque o Tenente... não quero nomeallo; pois só em declarar-lhe o nome lhe faria maior injúria do que elle me fez naquelle acto: o referido Tenente, em fim, não só usou de palavras e gestos indecorosos à sua Farda, mas até me ameaçou com prender-me; porque eu lhe instava na precisão que havia da minha assistência naquelle sítio.

A resulta disto foi ficar a estátua como se está vendo, fóra do seu prumo; toda pendente para o lado esquerdo, em lugar de inclinar para o direito, segundo se me havia ordenado: mas como foi notório o successo, a minha obediência ficou salva com Sua Magestade. E às pessoas que ainda ignorão este facto dirijo a sua declaração, para conhecerem, que aquelle defeito não procedeu de inadvertência, ou ignorancia minha.»

Aqui fica pois, mais uma vez, apontado o protesto. Sabia o leitor que a estátua estava torta? Pois verifique o caso logo que tenha oportunidade e tente imaginar o escultor Machado de Castro, homem honesto e metódico, a ser escorraçado do Terreiro do Paço por um jovem e pesporrento tenente de dragões.

Torta, e apesar disso admirável, a estátua foi inaugurada no dia dos sessenta anos do rei, com festas que duraram três dias, e ao escultor fizeram-no cavaleiro de Cristo, apesar de plebeu. Assim pôde passar a assinar-se: Joaquim Machado de Castro, Professo na Ordem de Cristo, Escultor da Casa Real e Obras Públicas.



JOSÉ CARDOSO PIRES :

ORRISOS DUMA NOITE MEDIEVAL

Ingmar Bergman é um monumento misterioso do cinema. Monumento e Mito porque fornece um apreciável sortido de verdades a cada fila de espectadores. Escolhamos um dos seus filmes: «Sorrisos de Uma Noite de Verão». José Régio encontrará nele as encruzilhadas do diabo, ao passo que Eugénio de Andrade o indicará como um hino à liberdade pelo amor. A cada espectador a sua verdade. Porém, havia um mistério por catalogar—a noite medieval, que para Cardoso Pires é a «sua» verdade de Bergman. O espectador-romancista levanta o pano dos sorrisos e aponta algumas heroínas solitárias que são anjos mais ou menos ancorados...



INGMAR Bergman, o realizador de *Sorrisos de Uma Noite de Verão*, parece comportar-se, à margem dos seus espectáculos, como um observador divertido com as imagens contraditórias que dele fazem os críticos.

Reaccionário para uns, aristocrata de místicas formais ou partidário de uma explicação freudiana do homem, Bergman é encarado por outros como um moralista sinuoso mas de coordenadas sociais engenhosamente apercebidas. Autor pessimista nuns casos, autor rosa noutros. Acusado aqui de puritanismo, enaltecido mais adiante como um liberal de perfil erótico, um neopicurista, e, apesar de católico confesso, rotulado por Kyrrou como «o mais ateu dos realizadores».

Bergman assiste e não descobre as regras maiores do seu jogo. O universo que nos descreveu até agora paira sobre uma nebulosidade confusa; é um limbo (de verdades e mitologias) a meio caminho entre a Vida e a Morte, entre o Pecado e a Redenção. Um universo suspenso, onde cada crítico vai plantar o seu Bergman, a sua Verdade — o Santo ou o Demónio.

NO levantamento dos pontos essenciais desse universo, no desenho à escala comum da sua geografia moral, debatem-se os especialistas do «caso Bergman» ou da «linha geral Bergman», enquanto o espectador de circunstância, menos ambicioso, menos comprometido com a responsabilidade de obter uma visão panorâmica, se contenta com destacar do conjunto certo filme ou certa problemática a que dá importância de maior.

Recordando agora *Sorrisos de Uma Noite de Verão*, o que para lá de tudo me impressiona é a preocupação evidente do realizador em mergulhar, esta e outras histórias

que nos tem contado, num clima insólito, relativamente às personagens e à acção.

Quem viu por exemplo *La Nuit des Foirains* não pode deixar de perguntar-se por que razão transferiu Bergman aquela narrativa para um cenário historicamente indefinido, em que a farda dos soldados estilo século XVIII e os canhões anacrónicos dominam uma paisagem por vezes medieval. Não se trata de um filme histórico, nada justificava aparentemente essa atmosfera fabricada — e no entanto a deliberada recusa ao tempo actual é flagrante.

Outro caso: *Morangos Silvestres*. Sabemos que a tragédia do velho professor decorre nos nossos dias, mas Bergman sobre-carregou-a de tantos *flashbacks*, ora românticos, ora caligarescos, que o ambiente se repassa de um tom «irreal». E tão depressa nos encontramos numa auto-estrada de asfalto, como no mundo fantasma de Freud, como ainda em plena farsa do «lar burguês 1900».

Consultam-se a seguir os manuais e a verificação subsiste. A ficha de Bergman assinala-o como um artista sem preferência pelo argumento histórico, se bem que uma parte substancial dos seus *scripts* seja recuada a um cenário física e historicamente equívoco.

Existe, portanto, uma *anactualidade* voluntária no quadro de costumes e de valores em que se processa a tragédia do homem de Bergman, e esse recurso, essa obsessão de o demonstrar ridiculamente constitui a demonstração pelo absurdo dos preconceitos que ele ingenuamente conserva em relação à sua época. Preconceitos *actuais*, vivos, mas que só um cenário obsoleto pode ainda suportar.

O espectador de Bergman, homem do século nuclear, comporta-se ainda «em família» como um retardatário alheado do tempo. Como um provinciano em palácio de *chauffage*.

Semelhante atitude provém de uma sublimada visão medieval do homem e isso explica a dominante das atmosferas obscuras (e obscurantistas) em que Bergman desenha certos momentos primitivos ou brutais.

MESMO numa capital altamente civilizada como Estocolmo, as exteriorizações do provincianismo revelam-se aos primeiros contactos do viajante. O machismo juvenil, o patriarcalismo familiar, algumas expressões puritanas demonstram superiormente essa tendência. E *Sorrisos de Uma Noite de Verão* sublinha-o cruelmente. Aqui o provincianismo doméstico organiza-se nos seus condimentos basilares: Egerman (muito mais velho do que a esposa — como mandam os antigos códigos) aparece-nos como um honrado do nosso século XVII. Ele, o varão, braço da autoridade; ela, as inferioridades naturais da mulher. E o drama íntimo da jovem Sr.^a Egerman ilustra essa submissão: embora vítima de um matrimónio não consumado, a lei patriarcal impõe-lhe uma obediência ao esposo de que a própria Igreja nos dias de hoje a dispensaria.

Ingmar Bergman aponta deste modo um dos primeiros vestígios medievais que subsistem na ética provinciana em vigor na sociedade *fin de siècle* e fá-lo pelo lado mais sensível: através das relações sentimentais.

Quando afirmou certa vez que «o cinema permite desenterrar realidades que ultrapassam toda a realidade», quando Beranger o definiu como um realizador que se passeia no tempo actual através de abismos sem fundo onde se debatem autênticos pavores de Jerónimo Bosch ou de Shakespeare, compreende-se a preocupação de desmontar as influências medievais que se exalam do subsolo moral do mundo civilizado. O clima crepuscular que pesa inesperadamente sobre as sequências de *La Nuit des Forains*,

a «mistificação» propositada da realidade física e o facto de ter sido Bergman o realizador de *La Source*, lenda da Idade Média sobre o calvário de uma virgem, provam que ele soube localizar o ponto histórico de onde partem as raízes bárbaras da tragédia sentimental.

Herdadas directamente dos catecismos da Idade Média, a concepção primitiva da Mulher, a ideia de autoridade sob formas instintivas e a Vida considerada como provação expiatória constituem os vértices do palco insólito em que circulam as personagens de *Sorrisos de Uma Noite de Verão*. Petra, a criadita, simboliza a mulher tentação, a mulher instrumento do pecado; o pastor Henrik, o apóstolo seduzido. Adão e a Serpente. O Diabo ladino e o apóstolo atormentado em versão camponesa.

Geomètricamente dispostos os trunfos deste jogo em família provinciana, a carta de *bluff* é desempenhada por um capitão sedutor. Aparece de crista levantada. Fala em duelos, atira facas ao retrato duma velha, ostenta armas e pergaminhos. É a caricatura viva de um outro autoritarismo provinciano: o «machismo», a exibição das virilidades.

Fraco *bluff*, afinal. E o caso é que nem ele, nem Egerman, nem o pastor, cada qual com o seu tipo de privilégios, nenhum deles logra alcançar as felicidades elementares.

Esse troféu entrega-o Bergman à criadinha Petra. É ela quem ouve da boca do namorado a mensagem do último sorriso dessa noite de Verão: «Nada mais alegre do que a Vida!», diz-lhe o namorado. «Repara: agora sorri para os infelizes, para os humilhados, para os pobres».

E é ela quem corre o pano àquele cenário obsoleto de *fin de siècle*, de fim de uma sociedade, voltando costas ao pequeno mundo provinciano, correndo e cantando pelos campos, e abrindo-se para a Vida em gargalhadas saudáveis.



**MITOS MENORES E
MAFARRICOS CASEIROS**

OS mafarricos menores aviltam o nosso quotidiano doméstico sob mil aparições. Fazem-no principalmente através das «seduções» da publicidade radiofónica, de programas humorísticos (que repugnam ao mais elementar senso de humor) ou ainda de conceituosas rubricas, ditas *sérias*, em que o saber enciclopédico e a sã moral se misturam em doses verdadeiramente industriais e se apresentam com as superficialidades mais chocarreiras. O bom conselho em farda dominical mas sem roupa interior...

O auditor da rádio é permanentemente injectado dessas verdades prudentes. Cifras de correspondência astronômicamente multiplicadas, despudoradamente elevadas à potência do irreal provam-lhe à saciedade que o nosso mundo anda preocupadíssimo com problemas de segunda categoria e que a solução dos mesmos, a VERDADE, está nas mãos de um sujeito (assaz culto, não pode deixar de ser) que faz voz grave, compreensiva e por vezes levemente divertida com as ingenuidades dos pobre mortais que vêm a ele, como o penitente a um santuário.

Nos Estados Unidos o desespero resolve-se com as confissões psicanalíticas; aqui, a uma escala naturalmente inferior, a angústia e o problema privado curam-se pelo microfone após a necessária «confissão pública». E tudo isto graças à amabilíssima colaboração do produto Qualquer-Coisa, a quem o radiouvinte, penhoradíssimo, curva respeitosa e a cabeça.

O locutor Paulo Cardoso, quando entrevistava uma colega nortenha no programa *Diário do Ar*, afirmou que «a Publicidade mata a Rádio», e esta afirmação (corajosa por ser pública) repousa num conhecimento directo do nosso ambiente radiofónico. O *Diário do Ar* é, sob esse aspecto, um oásis nesta avidéz fétida das programações. Superficialmente dinâmico, muitas vezes? É possível. De um sensacionalismo ingénuo, noutras? Evidentemente de acordo. Mas todos esses defeitos, incluindo aqui e ali a fatal

coluna de poesia fácil (o pseudopoético é o vírus adorado do microfone...) ou o tal discurso solene das verdades banais — tudo isso não compromete a qualidade de autêntico jornalismo radiofónico que caracteriza o *Diário do Ar*. Mais ainda: todos esses defeitos de pormenor são a medida oscilante e contraditória das equipas que se rejuvenescem e dos quadros que procuram alargar-se. E num meio como o nosso, em que as instituições do microfone estão moral e tènicamente burocratizadas, este programa parece representar, não um feudo dos bem instalados no estúdio, mas uma escola voluntária de trabalho radiofónico.

«A Publicidade mata a Rádio...». Há um palpitante sentido de desafio à regra comum do locutor nestas palavras que Paulo Cardoso lançou ao microfone. Uma crítica e um protesto. E, com efeito, a Publicidade *daqui*, a Publicidade dos emissores espanhóis, brasileiros ou argentinos destrói o prazer de criar e ouvir programas. Aparece entre nós como um mal necessário e não passa de um falso mal que falsos médicos se propõem tratar com mais música ou menos música, com mais prosa ou menos prosa, mas sem jamais a atacarem pela raiz. Para isso é preciso talento, saber e imaginação (ah, sobretudo isso: imaginação) e também muito, mas mesmo muito, desprezo pelo fácil.

Ninguém duvida dos complicados meandros que surgem no binómio Produtor Radiofónico - Empresa Comercial quando se trata de organizar um programa de publicidade. As firmas têm também a sua rotina de mau gosto, mas são também afectadas pelo mau gosto e pela falta de originalidade dos cérebros da propaganda ao microfone. Um círculo vicioso? Pior: um baile de figuras diferentes dançando a mesma valsa.

HÁ um litígio latente entre o auditor e a rádio; um litígio que tem, fundamentalmente, as suas bases assentes numa posi-

ção de desconfiança do primeiro em relação à segunda. A crise aguda da rádio portuguesa começou a sentir-se muito antes do evento da televisão, porta dos fundos por onde tenta, agora, escapar a justificação colectiva de todos aqueles que se consideram lesados e vítimas de uma concorrência desleal. Foi o inevitável caminhar das ideias, o alargar dos processos e uma incompreensível estratificação da dinâmica radiofónica que provocaram, inicialmente, essa crise a longo prazo, logo preenchida com a distribuição, ao domicílio e em doses maciças, do «écranzinho» riscado, com implicações económicas, solertemente resolvidas pelos técnicos da publicidade e das contas. Hoje, na verdade, a família pequeno-burguesa prefere um aparelho da TV, pagável, pelo método dos pequenos saldos, em prestações oscilantes entre doze e trinta e seis meses, e detrai a caixinha da T. S. F., ainda há pouco sua fiel companheira sonora ou objecto decorativo sobre a qual assentava todo o engenho bordador da dona de casa.

Mas a crise começou com o lugar-comum. O período romântico dos cançonetistas à *Fernando Curado Ribeiro*, vértice primeiro de uma assimetria bizarra da aceitação geral feminina (o próprio F. C. R. *dixit* em «Diário de uma voz»: *Encontro certo prazer em sentir «óculos apontados» tomando-me por alvo... na ponta de lá, olhos muito abertos procuram ver como é um homem que segue medíocemente uma vida fútil, sem definição possível e a quem se apontam excentricidades (...) e os óculos aumentam, e os olhos abrem-se mais, os factos reais da vida real desse homem misturam-se com fantasias e mentiras*), foi superado pelo facto de as pessoas se cansarem do lugar-comum. Talvez sem darem por isso, na sua definição mais exacta, mas cansadas. Depois, lenta mas metódicamente, principiou a queda de falsos ídolos e a ascensão de outros, porventura mais verdadeiros e menos míticos. Foi quando se começou a incensar Frank Sinatra e a destruir a futilidade caduca da

geração irremediavelmente perdida e efémera de Dick Haymes, de Tony Martin, de Bob Eberly. E, ao aliciar o interesse do radiouvinte para a nova fauna canora, os postos emissores portugueses não se apercebiavam de que cavavam a própria sepultura. Começou com o snobismo *fino e chique* de dizer bem deste ou daquele que Cocteau (adepto de Ella Fitzgerald), Hemingway (amigo e admirador de Sinatra), Orson Welles (descobridor de Eartha Kitt) e Paul Eluard (íntimo de Yves Montand) aplaudiam — e terminou com a situação de *impasse*, clamorosamente ostentado no celebrado programa da manhã da Emissora Nacional, que reunia uma equipa de colaboradores tão diferentes e tão confusos como Francisco Mata, Augusto Fraga, Redondo Júnior, Pedro Moutinho, Artur Agostinho, etc. A aparente «juventude» desse programa era determinada pela exigência de «qualquer coisa de novo»; pelo súbito cultivar «de uma irreverência», falsa porque premeditada; o essencial era destruído pelo acessório; a seriedade de certos problemas reduzia-se a uma anedota, a uma «blague» de importação. Numa voz monócórdica, fria, insensível, Moutinho sibilava palavras com este conceito, só não de imediato acaciano porque todos estavam predispostos à aceitação dessa «irreverência»: «Bons-dias, estimados ouvintes: chove lá fora, mas cá dentro, na cabina, faz um calor impossível. Enquanto chove, e o senhor faz a barba e a senhora prepara o cafèzinho, vamos apresentar a voz maviosa, repleta de sons encantadores, do Dick Haymes... Perdão, enganámo-nos no disco; quem vai cantar é o Frank Sinatra...» «Este tu cá tu lá com o ouvinte era agradável, porque se transformava na penetração de uma intimidade caseira («na realidade, estou a fazer a barba», pensava o senhor. «De facto, estou a preparar o cafèzinho», congeminava a senhora). Uma irreverência fácil e premeditada. Mas a juventude e a irreverência, quando se prolongam, são casos de atraso mental.



O Programa da Manhã cedo foi tomado como um Monumento de academismo. Como um novo dantismo de trazer por casa, mais impertinente e desagradável porque pretendia envolver-se e imiscuir-se e tomar carta de alforria. Faltou um Eça, um Almada ou um Leitão de Barros para zurzir esse grupo fingidamente jovem e truculento.

A insistência no «azougue» fatigou os ouvintes. Sintonizaram outros postos. Moutinho continuou a ser monótono; Agostinho a cultivar, com frenesi, a técnica da autopublicidade a todo o preço. Quanto aos colaboradores literários do programa, fácil foi ver até que linha-limite chegava o seu suposto talento.

QUEBRAR a monotonia não é tão difícil como propagandeiam os doutos instalados. A Emissora Nacional, a mais complexa organização do género, beneficiou de uma remodelação cujos frutos se sentiram imediatamente. Desde os sistemas noticiosos à variedade de rubricas; desde a ampliação de horários às selecções musicais, a emissora oficial tem-se desenvolvido em franca curva ascendente, apesar dos elementos enquistados e das popularidades consentidas que já vão agora destoando ali.

Aos problemas do ofício e do papel selado que a Emissora Nacional tem vindo a vencer correspondem os impasses da publicidade e das receitas miórficas que as estações particulares têm vindo a cultivar. O particular, neste caso, mais burocrata que o oficial... E, como resultado prático, a publicidade a matar-se publicitariamente, o produto abafado pela prosa de «cliché», a mesma valsa, enfim, que os ouvidos não escutam.

Esta mística da propaganda radiofónica vive por consequência da surdez conseguida do auditor, que automaticamente selecciona a música apagando o fundo do verbalismo

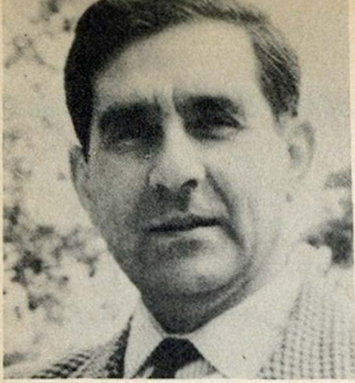
publicitário. De contrário, ou se envereda pelo caminho escolhido em tempos pela Rádio Renascença (discos sucessivos intervalados a longos espaços com uma sequência de anúncios) ou se recorre ao difícil, à imaginação e ao talento — caminho este que foi escolhido, entre outros raros produtos, por Igrejas Caeiro.

Agrade-nos ou não o propositado clima familiar ou a temperatura repousada de ambiente doméstico, publicitariamente o programa dos *Companheiros da Alegria* é dos raros que *funcionam* e que interessam uma pequena e média burguesia.

Atingidas estas camadas, o sentido eficiente de Caeiro impeliu-o a recontar novo público e o *Perfil de um Artista* surge como contraponto bem logrado desse intento. A popularidade dessa rubrica sacudiu as convicções rotineiras dos especialistas do microfone e, colocada ousadamente no clima geral dos *Companheiros da Alegria*, processou-se em duplas vitórias: impondo-se comercialmente e não transigindo com facilidades pseudodivagadoras; penetrando nos vastos sectores dos ouvintes e recontando público radiofónico nos sectores mais cultivados.

Leitura, outra hora intelectual da nossa Rádio, não teve a projecção que poderia esperar-se. Curado Ribeiro apresentou-a, a nosso ver, sem o enquadramento que a popularizasse (como foi o caso do *Perfil de um Artista*) ou sem condimentos vivos que a amenizassem, e parece ser actualmente o que se está passando com o próprio Caeiro no seu momento semanal «O casal Caeiro conversa sobre literatura»...

POR sua vez, Olavo de Eça Leal instala deliberadamente o seu microfone num ambiente totalmente diverso daquele em que o Casal Caeiro conversa com o companheiro ouvinte. A companhia aqui é a irreverência e o snobismo autocultivado e auto-ridicula-



rizado; a atmosfera é de requinte, de tédio perfumado e boas relações sociais. Octávio Mendes (perdão: Olavo), sobranceiramente, sofisticadamente, serve o produto ao radiouvinte, com alguns dos mais acabados e espirituosos diálogos da nossa rádio. E sabe bem.

UMA análise feita à linha evolutiva da nossa rádio deixar-nos-á, inevitavelmente, decepcionados. Os microfones foram, entretanto, invadidos por toda uma corte de ineptos, que assumiram o direito de dizer o que quiserem devido ao pagamento de X por hora; ou por grupelhos que defendem interesses privados em detrimento das verdades e realidades mais elementares. Ouve-se, em alta ou baixa grita, apregoar os méritos deste ou daquele produto, ou fazer o jogo de cenáculos inatacáveis.

As novelas radiofónicas, transmitidas a horas-H, e dirigidas a um público certo, são, efectivamente, muito menos nocivas e perigosas do que, por exemplo, as crónicas cinematográficas de Ápio Garcia; os incríveis «apontamentos», ditos sérios, do programa nocturno de Armando Marques Ferreira; as tiradas patrioteiras do grupo orientado por José Rocha; as mímicas agostinianas feitas por Marques Vidal, cultivador atento e obrigado dos mediócras; ou os programas rotulados de pedagógico-didáctico-infantis de Jaime da Silva Pinto. Isto para não falarmos do espírito fecundo e gracioso de Oliveira Cosme.

PEDRO Sem (Moutinho, é claro) permaneceu fiel à «truculenta juventude» do finado programa da manhã. Entendeu por bem, Pedro Sem, ser aquela a mecha boa para o paiol explosivo do ineditismo. Vejamos a prosa magnífica que Sem brotou, na «Onda Musical»:

«E as horas escorrem na ampulheta do tempo...»

Insistindo:

«Onda musical, uma onda que lhes entrega, com boa vontade e suavidade, a música que lhes interessa (...)

Esta onda que nos envolve, como neblina melodiosa e refrescante...»

«...Para si e para muitos outros, que não encontram encanto no marulhar das ondas, na risada das crianças alegres, também para esses a nossa onda musical...»

(...) «Optimismo é o primeiro andamento do poema sinfónico chamado Vida, que há muito começámos e que não acabará jamais. Alguns momentos que a Emissora Nacional tem o prazer de vos proporcionar, nesta hora, nesta tarde, onda musical, um *Intermezzo* agradável na sua casa. (...) Onda Musical que propositadamente quisemos dispersar por todos os ritmos, tal e qual como na multidão há milhões de olhos e nos jardins milhões de cores».

Há quem ouça esta prosa oca, pseudo-poética e cheia de ênfase sem requinte. E esses (os que ouvem) são os que se afastam depois. Um outro aspecto do litígio.

MAS há que distinguir entre o cavalheiro satisfeito consigo mesmo e o profissional consciente das mediocridades em que vive. Satisfeito, impante com a mediocridade (que julga exclusivo dos outros), sem se aperceber, sequer, da mitomania que cultiva, o locutor do grande público parte do princípio de certo comerciante a retalho de que «quanto mais improvisado melhor». Outros, não. Esses são os raros.

Um D. João da Câmara instalou-se num sector privado e reduzido e soube escapar a essa triste situação. Fernando Curado Ribeiro e Igrejas Caeiro, dois artistas de teatro, cultos e conscientes, são homens da Rádio



por fatalidade do tempo. O próprio Francisco Mata é jornalista e parou.

Conscientemente, Curado Ribeiro tornou-se sóbrio e «impessoal» diante dos microfones; conscientemente, Igrejas Caeiro fornece ao radiouvinte um clima familiar de «mano-a-mano» que acarretou um grande êxito à mentalidade provinciana do nosso País e que nos E. U. A. (uma nação ansiosa por estabilidade domésticas e lares idílicos) tem o maior êxito.

Mas os satisfeitos consigo próprios? Pedro Moutinho é um exemplo típico. Um exemplo do passado — diríamos — e a programação da rádio oficial é hoje muito melhor com o eclipse parcial de Moutinho. Mas sempre que o locutor tipo *standard à la portugaise* se põe a funcionar, sempre que lhe dão uma abertazinha, o assalto à cultura média e o arrojo entram depravadamente. Pedro Moutinho fala inglês, alemão, italiano — tudo, mas tudo. Tendo, como temos, uma ou duas figuras modestas de reais qualidades que sabem inglês, por exemplo (Mary e Maria Leonor, entre outras) a rádio nacional pôs-nos a ouvir as travessuras germânicas de vozes de contrabando. Porquê? Porque se parte de uma ideia generalizada de que quem tem unhas é que toca guitarra. Mesmo que não se saiba de música nem se tenha ouvido... E porque se acredita que a humanidade auditiva está votada a um analfabetismo latente e irremediável...

A rádio carece de um estudo sociológico. Os elementos que nos fornecem são por demais escassos e a análise peca, na maioria dos casos, por uma notável falta de estatística. Sabe-se, no entanto, que as mulheres batem os «records» de ouvintes, com predominância acentuada das domésticas, estudantes e intelectuais. As operárias e as empregadas quase não ouvem rádio. Mas existe uma mitomania de nomes e um furor azou-

gado pela episneografia. Há senhoras que escrevem cartas vai para duas décadas.

O locutor tem as suas seduções específicas. É a voz que sugestiona, uma presença mítica, um perfil, uma verdade física e psicológica. Um episódio que passamos a narrar é revelador do facto. Um dia, uma mulher, «apaixonada pela voz que entra no leito» (sic), de certo locutor popular, telefonou-lhe, dizendo ser a «Preta Carocha». A mulher era inteligente, hábil na conversa e culta. «Querida, apenas, falar». E esse diálogo telefónico manteve-se durante três anos, sem que o locutor conseguisse conhecer, pessoalmente, a sua misteriosa interlocutora. A «Preta Carocha» tornou-se o alvo da curiosidade do estúdio: desde a telefonista ao regente todos sabiam da sua existência... vocal. Depois, um dia, deixou de telefonar. Passaram meses. Nova chamada telefónica. O locutor ouviu este apelo angustiado: «Sou a mãe da «Preta Carocha». A minha filha vai casar dentro de dias e está muito doente. Não come, não tem apetite; só o senhor a pode auxiliar. Dê-lhe alma...»

O locutor deu-lhe alma e, ao que parece, «Preta Carocha» curou-se mesmo.

Era, na verdade, a época romântica (a longo prazo e com imprevisíveis resultados pessoalistas) da rádio portuguesa. Ao que parece, agora, o que ela, a pobre, carece, urgentemente, não é de um romantismo revolucionário — mas de um revolucionarismo romântico.

O gosto provinciano, «muito ao doméstico», implantou-se com armas e bagagens nos estúdios portugueses. Ouça-se, por exemplo, um programa como *Amadora em Marcha* (em Rádio Renascença). Vale a pena, prezadíssimos radiouvintes. Nesse momento dinâmico fala-se de tudo; das três enfermeiras que possui a simpática capital do estilo «mestre-de-obras» — três enfermeiras («devidamente diplomadas» — sic); fala-se

de uma charcutaria onde numa reportagem azougada e cheia de inovações se faz o elogio de um... frigorífico; ouve-se uma locutora de voz exclusivamente *suis generis* que ignora patrioticamente a mais elementar pronuncia de inglês; e pode-se finalmente assistir a um glorioso desfile de mensagens musicais dedicadas por vários excelentíssimos senhores a parentes e amigos. A título de curiosidade, damos a lista dos discos transmitidos numa das emissões de *Amadora em Marcha*: «Oh, Carol», pelos Conchas; «Quero um casaco», por Júlia Babo, e «Arrebita», por António Mafra.

E depois disto, adiante.

Mas há pior. Paralelamente ao provincianismo barato, aparece o gosto possidónio. Pois não é verdade que um outro programa (*Despertar às 7.30*) foi inventar uma locutora brasileira para nos arrancar de um sono de natural e insofismável necessidade? Uma locutora brasileira? É o fim! (como diriam os cariocas). Os heróicos produtores radiofónicos comportam-se como certas flausinas da Graça que cantam com macaqueados nas ancas e sílabas brasileiras... Como o «Conjunto Sem Nome» cantando (e mal) no dia 25 de Março, num programa da EN, a *Lisboa Antiga* apregoada à brasileira...

À força de se ouvir a si mesmo, o ignorante julga ser ouvido com o almejado respeito. E é isso que, em parte, constitui a tranquila autoridade dos mafarricos caseiros que são cuspidos pelos aparelhos de TSF no dia-a-dia do pacato cidadão. A Imprensa menor dá-lhes sensacionalismo, o mafarrico cresce, impante aos olhos do público, aparece em corpo inteiro, em mangas de camisa empunhando o dinâmico microfone, ou em «smoking» levando pela mão as celebridades ao palco do Mundo. Já não é o mafarrico doméstico ou o bezouro insólito que zumbe por

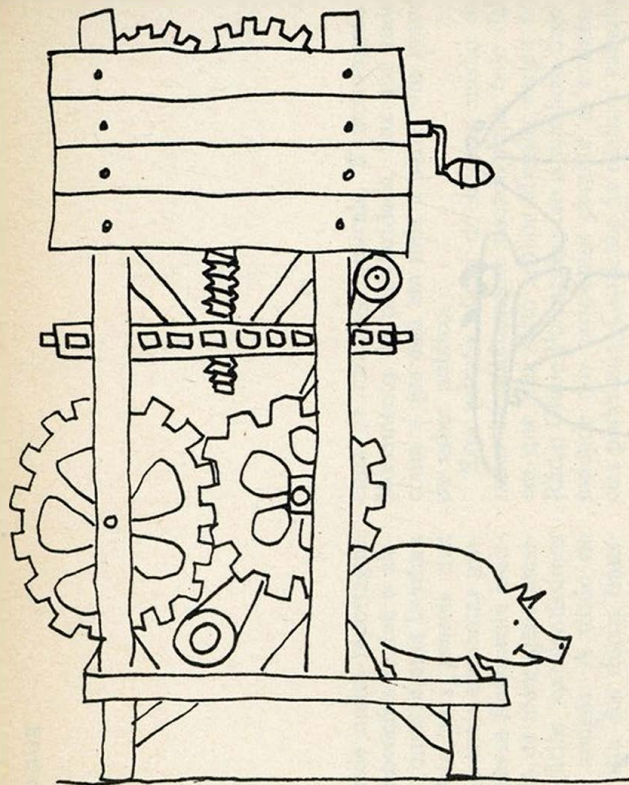
cima de rotações musicais. É monumento Monumento de popularidade, voz que tudo conta e que está em toda a parte, voz grave do saber público.

Esse retrato oficial do homem médio da rádio foi súbitamente riscado num belo dia em que um certo senhor Messias surgiu no Rádio Clube Português com a manhosa ingenuidade dos campónios perante as eminências poderosas. Caprichos do destino: caberia a um profissional da Rádio desenvolver a sátira mais oportuna ao monumento do microfone...

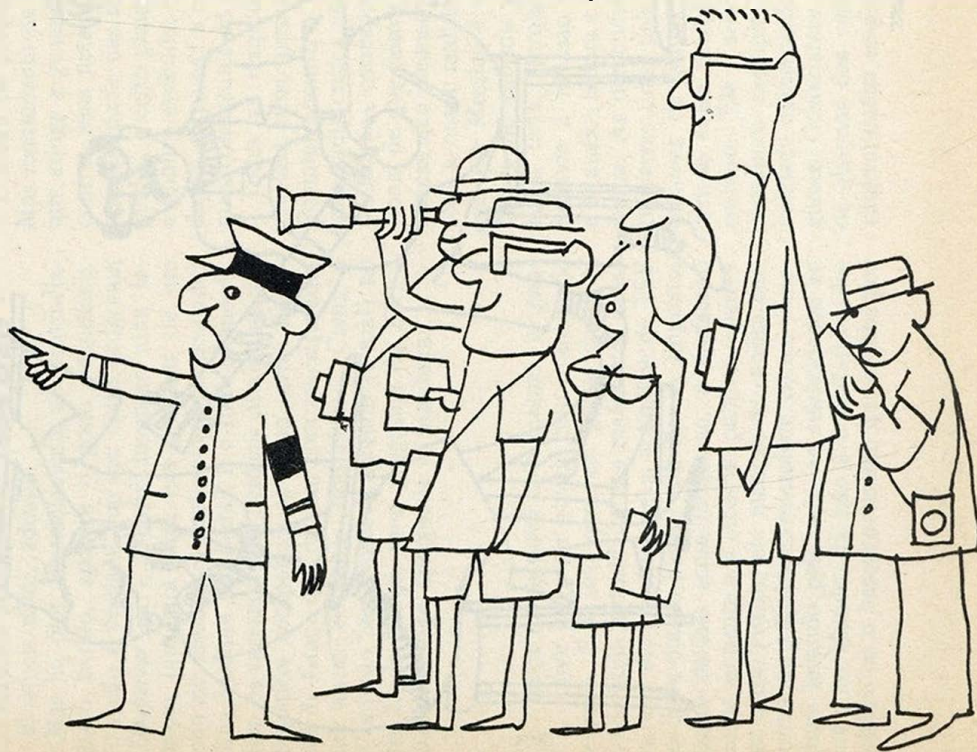
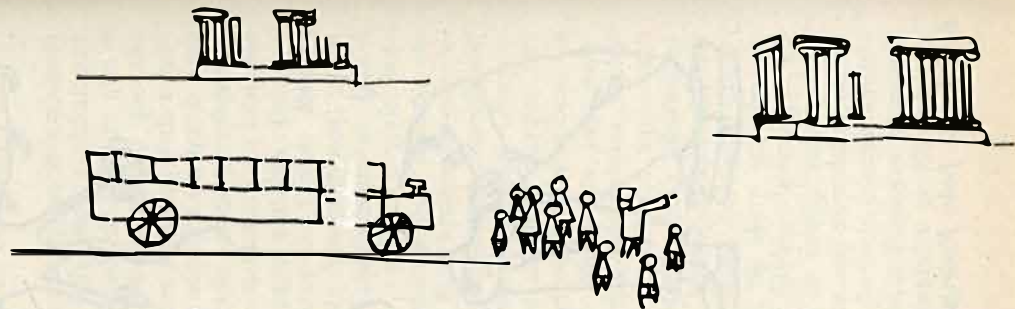
E assim ele próprio se tornou monumento. Mas monumento de dois pisos: a plataforma que atinge a generalidade do público, que ri com os seus notáveis improvisos e que não abrange parte das suas anedotas mais conseguidas, e certo plano superior em que o situa o público evoluído, cada vez maior sobretudo depois de passar a contracenar com locutores mais conscientes do papel que lhes cabe.

Todas as traquinices do Senhor Messias revelam uma posição bem definida: o Zé Povinho perante o Talento Superior. Que é uma sadia critica no-lo prova o próprio facto de Messias corresponder a esse tipismo nacional de que falava Eça, tipismo de características não inconsequentes mas consentâneas com a nossa realidade portuguesa. Observe-se que Messias é o antitudo, porque está filiado no próprio princípio educacional da nossa terra, porque não aceita nem compreende a invasão dos subprodutos usados e estafados lá fora e apresentados, aqui, como novos. As desconcertantes (não hilariantes) conversas tidas pelo Senhor Messias aos microfones de Rádio Clube Português traduzem-se nessa posição de sátira ao falso, ao embuste. Ele é sem dúvida alguma um dos raríssimos exemplos de inteligência e originalidade apresentados aos microfones portugueses. Gostaríamos de ver o comportamento de algumas das vedetas faladoras perante a «ingenuidade» zé-povineira de Messias.





PiLo



...E AQUI!... É ONDE A PORCA TORCE O RABO

contrabando para o século IV-AC

Ralph Burton entrou na Estação Norte onde se tomavam os foguetões destinados ao Passado e comprou um bilhete para Atenas.

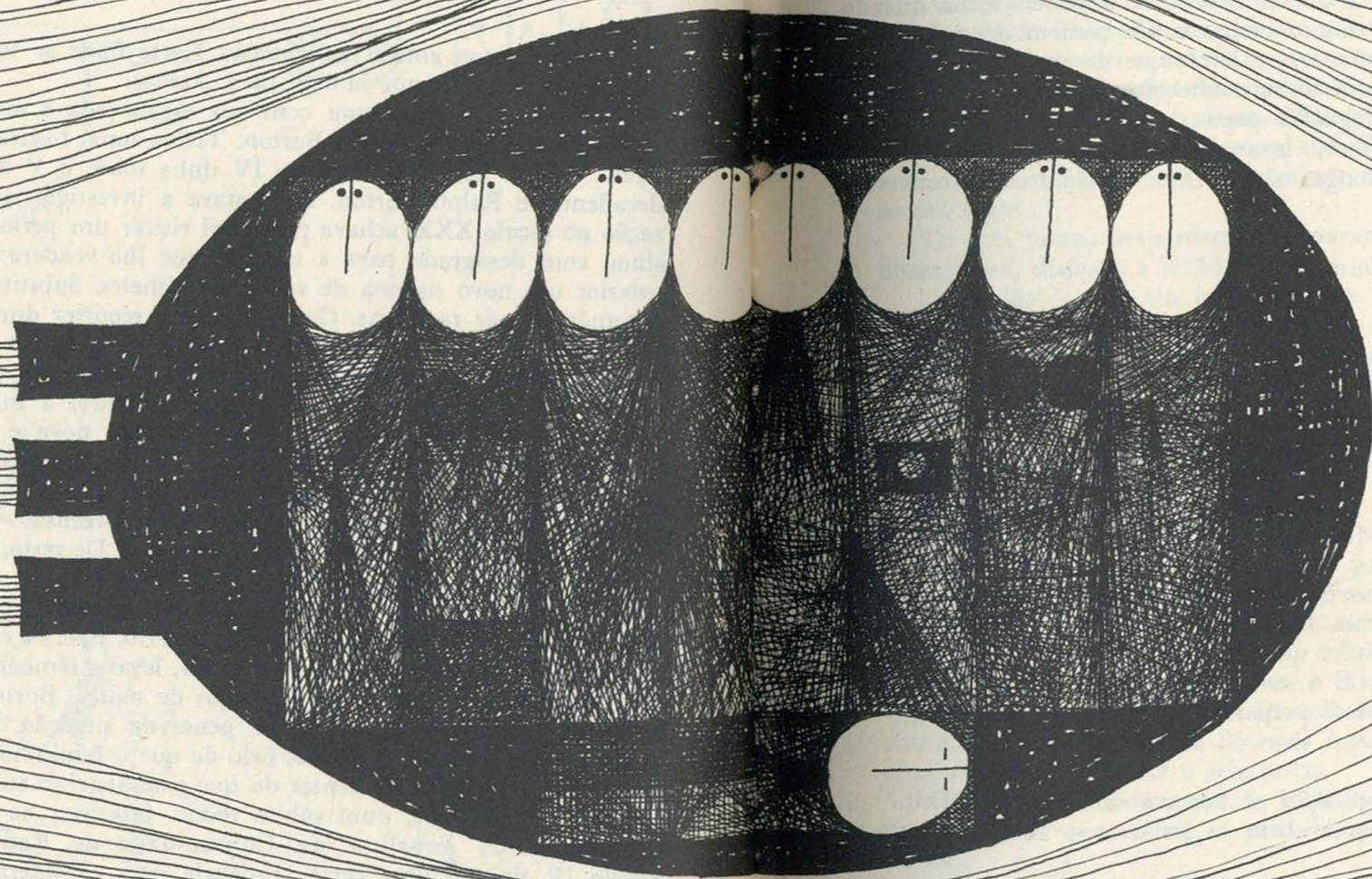
— Século...? — perguntou com voz esganiçada a menina do «guichet».

— IV a. C. — respondeu Burton. Tivera uma hesitação, sentira-se tentado a pedir o século V, mas desistira. O século IV tinha sobre o V a grande virtude de ser uma época decadente, e Ralph Burton, que estava a investigar as **Causas de Decadência da Civilização no século XXX**, achava preferível visitar um período de declínio. Recebeu o bilhete e olhou com desagrado para a menina que lho vendera: a Estação Norte inaugurara no dia anterior um novo sistema de venda de bilhetes. Substituíra as ineficientes e frias máquinas automáticas por raparigas. Como dissera o repórter dum jornal da manhã: «Esta inovação vem mais uma vez demonstrar o carácter progressivo da nossa cidade. De facto, as máquinas electrónicas em serviço na Estação Norte eram uma vergonha, um atraso. A última palavra no tempo que passa é o calor humano; a máquina é um produto reaccionário, inteiramente ultrapassado por essa realidade nova e viva: a pessoa humana!» Asnos — pensara Burton. Porque Burton era um homem culto: ele sabia o que raras pessoas sabiam: que fora o homem que inventara a máquina e não a máquina que inventara o homem. «Embora» — pensou Burton com uma certa apreensão — «o problema não esteja bem decidido. Há uma grande margem para dúvidas.» De resto, a sua viagem a Atenas (século XIV) poderia talvez resolver a questão

O foguetão partia daí a meia hora. Burton seguiu lentamente ao largo do cais. Ter-se-ia esquecido de alguma coisa? Decerto, não. A escova de dentes, a pasta, a máquina eléctrica... Como não podia deixar de ser, levava também roupas atenienses para não passar por estrangeiro. Trajos de tarde, trajos de noite... Burton recordava algumas das alíneas do seu inquérito; a Eurípedes («Que pensa da situação da mulher?»), a Praxíteles («Por que razão o corpo masculino é mais belo do que o feminino?»), a Aristóteles («Sempre é verdade que o homem tem mais dentes do que a mulher?»), etc. Subiu para o nonagésimo segundo andar do foguetão e, num súbito receio, procurou na carteira os documentos que o acreditavam como jornalista da Comunidade de Repúblicas Britânicas. Os gregos do século IV tinham uma certa tendência para considerar espiões macedónicos os jornalistas estrangeiros e não era a primeira vez que os punham na fronteira, o que significava quase sempre que eles nunca mais podiam regressar ao século XXX, visto não haver ainda carreiras para a Macedónia do século IV a. C. Em todo o caso, começava a falar-se na possibilidade de inaugurar essas viagens. O interesse por Filipe e por Alexandre aumentava de dia para dia, tornando comercial a exploração dessa linha.

Burton sentou-se e observou com ar aparentemente distraído mas atento os companheiros de viagem. Uma senhora idosa, de óculos, mergulhada já na leitura do **Guia do Século de Tibério** e que se dirigia a Capri, um homem também idoso que olhava para a janela do foguetão e outros dois mais jovens que conversavam animadamente. Estes dois últimos, conseguiu Burton perceber, dirigiam-se a Londres 2000 para assistirem a um jogo de futebol entre o Arsenal e o Manchester. Eram coleccionadores de jogos entre esses grupos e todos os anos faziam uma viagem ao passado para verem esse desafio. De

conto de ficção científica por Sir Keneth Morgan



resto, o futebol era um desporto muito antigo de que só tinham conhecimento os colecionadores desportivos (que eram os dignos sucessores dos já esquecidos filatelistas).

Burton pôde portanto concluir que dois dos seus companheiros eram idiotas. Mas os outros dois? Que iria fazer a senhora idosa a Capri? Estava ele a pensar assim quando chegaram dois novos viajantes: uma rapariga muito bonita e um homem de meia idade que Burton conhecia de vista (sem que, no entanto, se lembrasse de onde). Ele ajudava a jovem a levar a mala, mas era evidente que a tinha conhecido ali mesmo.

A hora exacta ouviram um assobio e o foguetão partiu. Alguns momentos depois a senhora que se dirigia a Capri-no-tempo-de-Tibério levantou os olhos do guia e disse:

— E se nos apresentássemos? A viagem é longa, não teremos remédio se não conversarmos uns com os outros... Chamo-me Ruth Rusk.

— Margaret K. — disse a jovem.

— John S. — disse um dos desportistas, o loiro.

— Karl L. — disse o outro, o moreno.

— Ralph Burton.

— Francis D. — disse o velho, desviando os olhos da janela.

— Philip R. — disse o homem de meia idade.

A conversa generalizou-se.

— Sigo para a Mesopotâmia — explicou Margaret. — Vou assistir ao banquete que o príncipe Baltasar deu na véspera da...

— Vai sozinho ao festim? — perguntou Ruth Rusk. — Esses homens eram incivilizados...

— Não tenho receio — disse Margaret. — Mas estou tão excitada! Vou ouvir a voz de Deus!

— Também assiste à queda de Babilónia no dia seguinte? — quis saber Burton.

— Não gosto de batalhas. Aproveitarei umas horas para descansar. Mas quero ver depois a libertação dos judeus, uma amiga minha que já assistiu a isso diz que é muito interessante. — Margaret voltou-se para Philip. — E o senhor? Para onde vai?

Ele teve uma hesitação, como se não estivesse preparado para aquela pergunta.

— Capri — disse.

— Época? — perguntou Margaret.

Burton fixou a senhora Ruth Rusk, cuja respiração se tornava súbitamente difícil.

— Época de Tibério — disse Philip, martelando bem as palavras. — Terei porventura algum companheiro?

A senhora Rusk fingia não ouvir. Intrigado, Burton dirigiu-se-lhe:

— Salvo erro, Vossa Excelência, minha senhora...

— Sim, sim...

— Encantado! — exclamou Philip. — Não nos sentiremos tão sós!

Francis explicou que a sua viagem era muito curta: dirigia-se apenas a Paris, quarenta anos atrás. Ia visitar a sua adolescência e Martine, uma jovem francesa que morrera poucos dias depois de haverem descoberto que se amavam.

— É a primeira vez que a visita? — perguntou Margaret.

— A segunda... A primeira foi há sete anos, ela não me reconheceu... Disse-me que não a importunasse, gostava já de alguém...

— Outro...?

— Não. De mim... Espreitei-os: ele era eu. Vi-os enlaçados, felizes...

Burton desinteressou-se daquela conversa e adormeceu. Depois, ao acordar, através dos altifalantes ouviu um aviso: «Dentro de vinte minutos pararemos em Roma 2500. Agradece-se aos senhores passageiros que preparem as suas malas». Francis saíra já e os outros pareciam adormecidos. Não. Nesse mesmo instante Burton notou que Philip, com o pre-

texto de ir buscar o sobretudo, pegara na mala da senhora Rusk e sacudira-a várias vezes como se estivesse a avaliar-lhe o peso. Fez-se luz no espírito de Burton: vira Philip na Scotland Yard, de certa vez em que tivera de lá ir prestar declarações como testemunha do assalto ao Banco Central. Philip era um detective e perseguia, por qualquer razão, a senhora Rusk. Fingindo sempre que dormia, Burton procurou observá-la melhor. E, de repente, compreendeu que ela estava acordada e que seguia todos os gestos de Philip. Este, entretanto, saíra do compartimento. Então ela levantou-se depois de se assegurar de que todos dormiam e desapareceu também. Mal fechou a porta, Margaret deslizou rapidamente até o lugar da senhora Rusk e tentou abrir-lhe a mala. Nesse momento, porém, os altifalantes anunciaram que dentro de vinte minutos chegariam a Londres 2000 e Margaret recolheu ao seu lugar.

Os dois jovens desportistas levantaram-se. Um deles, o moreno, pegou na mala da senhora Rusk, disposto a levá-la.

— Perdão! — disse ela, que entretanto regressara. — Essa mala é minha!

Tratava-se duma confusão, de facto. A mala do jovem desportista era parecida com a de Ruth Rusk.

Através da janela Burton podia agora ver, por um brevíssimo instante, Lisboa 1970: apenas a fita prateada do Tejo e os folclóricos cacilheiros prosseguindo nas suas eternas viagens.

Burton pensava na mala da senhora Rusk. Para levar um cadáver era demasiado pequena e parecia também demasiado leve. Tratava-se, pois, de contrabando. Mas que espécie de contrabando?

Em princípio ninguém podia levar para o Passado objectos que não se usassem já nesse passado. Em todo o caso, as autoridades fechavam os olhos a certos pequenos objectos de uso doméstico próprios da civilização: a pasta de dentes, a calçadeira, o relógio de pulso, a esferográfica, a água-de-colónia, o tabaco, a aspirina... Apenas se exigia que os viajantes fossem discretos. E contava-se o caso dum turista alemão que, tendo levado consigo **O casamento e a Moral**, de B. Russell, fora obrigado na **Atenas-do-século V a. C.** a beber cicuta. Por sinal conhecera Sócrates quando este regressava do segredo, depois de ter feito uma «estátua» de trinta e seis horas.

Observando a fisionomia de Ruth Rusk, Ralph Burton procurou determinar que espécie de mulher seria ela. E o primeiro problema que se lhe pôs foi este: admiraria Tibério ou não?

— Capri é uma ilha encantadora — começou Burton, dirigindo-se à senhora Rusk. — Estive lá no ano passado...

— ...em que século?

— Não foi uma viagem ao Passado, mas dentro do presente... Pude visitar as ruínas de Tibério e...

— Que interessa visitar as ruínas se com uma simples viagem ao Passado poderia conhecer os edifícios em todo o seu esplendor? — perguntou Philip, interessando-se pela conversa.

— Prefiro as ruínas — respondeu Burton. — São muito mais sugestivas. Estas viagens ao Passado cheiram-me sempre a castelos ou igrejas restaurados, perdem a autenticidade...

— Mas porque vai a Atenas-do-século-IV? — perguntou Margaret.

Burton encolheu os ombros. Sorriu.

— Olhe, não sei! É um pouco para dizer aos meus amigos que já lá estive... — E depois: — Sou um especialista de épocas de decadência...

— Em sua opinião — perguntou Margaret — qual é na história universal o século mais notável, aquele em que se atingiu o apogeu da civilização?

Burton hesitou:

— Eu sou especialista de períodos de decadência, não de períodos de ascensão... Em todo o caso parece-me que o século XX, sobretudo os primeiros sessenta anos, é o momento mais admirável da história. Em todos os domínios: na arte, na ciência, na guerra... Que outro século teve filósofos tão notáveis como o general Salan, por exemplo? Um incompreendido, é certo... Da sua obra não restou nada.. Mas ficou a fama!

— E Hitler? — perguntou Margaret.

— Ah, era um pintor admirável. Infelizmente perderam-se todas as tabuletas que ele pintou... E diz a lenda que mandava matar judeus e bombardear cidades para melhor se inspirar.

Margaret não percebeu se Burton falava ou não a sério e calou-se. Mas Philip, interessado em Capri, insistiu, para a senhora Rusk:

— E ficará lá muito tempo?

— Algum — disse ela, numa resposta manifestamente vaga.

Burton:

— V. Ex.^a admira Tibério?

— Conheça-o mal... — respondeu.

A conversa prosseguiu sem que Burton conseguisse perceber o que se passava. A menos que fosse Ruth Rusk a verdadeira estranguladora de Tibério!

Esta conclusão perturbou Burton. Ainda tinha várias horas de viagem, estava com sono, e não mais se atreveria a dormir com aquela mulher ao lado.

E no entanto adormeceu, quando o foguetão passava pela Tomada da Bastilha.

— Que interessante! — ainda ouviu dizer a Margaret. — Que estão eles a fazer?

— Estão a destruir a monarquia — respondeu Philip.

Quando abriu os olhos e olhou para Ruth Rusk sentiu um calafrio. Dir-se-ia que estava morta. Burton levantou-se num pulo e olhou para o lado. Lá estava Philip com o jornal aberto sobre os joelhos.

— Sim — está morto, disse ele. — Um colapso cardíaco, quando assistia a um auto de fé.

— Será possível? — Mas Burton notou que a mala de Ruth Rusk havia desaparecido. — Miss Margaret? — perguntou.

— Foi comer qualquer coisa... — E depois de um silêncio, Philip disse com voz lenta: — Que é feito da mala? — Observou-o com sorriso irónico e acrescentou: — Sim, ela **terá** morrido com um colapso cardíaco, se o meu amigo me disser onde está a mala. De contrário... — Hesitou. — De contrário **terá** sido assassinada por si...

— Bem sabe que estou inocente... Bem sabe que os crimes hoje podem ser descobertos graças às viagens ao Passado... Bem sabe que a Polícia ordenará um inquérito e que poderemos todos ver como a coisa se passou...

— Meu amigo! — disse Philip. — Conhece algum crime que tenha sido investigado assim? Você não sabe quanto custa uma viagem ao Passado? Milhares de libras... Este foguetão gasta 40 000 libras por dia, não sabe? Só é possível viajar nele porque somos dois mil passageiros... E mesmo assim a passagem é caríssima... Supõe você que a polícia tem 40 000 libras para gastar na investigação da morte duma velhota? Bem sabe que não... O orçamento do Estado não serviria para outra coisa! Os métodos de investigação serão portanto os normais...

— Seria uma injustiça. A polícia conhecer os métodos de investigar a verdade e não os aplicar!

— Talvez, mas é assim. Fica mais barato enforcá-lo do que saber a verdade. — Sor-

riu. — Falemos francamente: quem a matou fui eu. Mas o meu amigo aproveitou-se da minha ausência para lhe roubar a mala...

Burton compreendeu que não seria fácil continuar aquela discussão e que, para ele, havia poucas saídas: encontrar a mala, demonstrar que Philip era o criminoso, ou fugir. Mas de repente lembrou-se:

— Como a matou? — inquiriu, voltando-se para Philip.

— Assim mesmo. A senhora sofria do coração e eu preguei-lhe um susto.

«Ora aqui está!», pensou Burton. «Como há-de ele então responsabilizar-me pela morte dela?» Dir-se-ia que Philip estava a ler-lhe o pensamento.

— Há um morto a bordo. Seremos obrigados a declará-lo na próxima estação que é Coimbra-século-XIV. Está lá Pedro, O Cruel. Se eu, que sou da polícia da Comunidade de Repúblicas Britânicas, lhe disser que você é o assassino, o rei não terá dúvidas.

— Mas um colapso cardíaco...

— Os médicos do príncipe ignoram ainda as técnicas médico-legais, ignoram as autópsias... A mala?

Para Burton não havia qualquer dúvida. Se ele não a tinha e Philip também não, a ladra era com toda a certeza Margaret. Sugeriu:

— Porque desconfia de mim e não de Margaret?

— Margaret está fora de causa — garantiu Philip.

Burton não insistiu. Mas perguntou:

— Qual era o conteúdo da mala? Lâminas de barba? Tabaco? Fósforos? Coca-Cola? Cosméticos? Penicilina? — Burton não ignorava que qualquer destes produtos era objecto de intenso contrabando, não tanto para a Idade Média como para Roma e Atenas. (Quanto à Idade Média, o contrabando principal era de relíquias).

— Papel higiénico multicolor e perfumado.

— Ah! — Burton sentiu um peso no coração. O papel higiénico, sendo o mais rendoso dos contrabandos para a Roma imperial e decadente, era também o mais perigoso. O empacotamento era o castigo inevitável.

Ralph Burton foi autorizado a ir até ao corredor (a fuga do foguetão era impossível). Procurava Margaret, mais do que a mala. E quando a viu iniciou uma conversa vulgar sobre o tempo que faria em Babilónia.

— Informei-me — disse Margaret. — Está muito bom. De resto, detesto a chuva. A minha ideia inicial era visitar o Dilúvio, mas depois disseram-me que chovia muito e desisti. É uma pena que no Dilúvio tenha chovido, não é? Gostava tanto de ver...

Burton atacou:

— Já sabia que a senhora Rusk morreu?

— !!!

— Que foi assassinada?

— !!!

— Assassinada com um colapso cardíaco?

— !!!

— E que a mala dela desapareceu?

— !!!

Burton teve de amparar Margaret, muito lívida, quase desmaiada.

— Pobre senhora Rusk — disse por fim.

Ralph Burton convenceu-se de que Margaret estava inocente, de que não tinha nada a ver com a mala. Pediu-lhe então que permanecesse onde estava, que ele ia regressar ao compartimento onde ficara Philip. «Afinal — pensava —, porque me considero batido, logo de começo? Porque considero que Philip estava numa posição superior à minha?» Cheio

de decisão abriu a porta e entrou. Mas o espectáculo que se lhe deparou deixou-o petrificado.

A senhora Rusk estava de pé e olhava atentamente para Philip, estendido no chão. Burton baixou-se e tomou-lhe o pulso. Estava morto!

— Que se passa? — perguntou.

— Não vê? — respondeu a senhora Rusk. — Philip S. roubou-me a minha mala e eu matei-o...

— Mas — balbuciou Burton — se me não engano V. Ex.^a estava morta há dez minutos ainda...

— Mas agora estou viva — disse com naturalidade e ironia.

— Não pode ser! — insistiu Burton. — Estava simplesmente desmaiada!

— Se isso o sossega... — A senhora Rusk encolheu os ombros e comentou: — Basta-lhe substituir a palavra «morta» pela palavra desmaiada» para ficar descansado, para que todos os seus problemas, todas as suas dúvidas, desapareçam? Meu pobre amigo: e vai você conversar com Eurípedes, esse incrível Eurípedes que defendia a igualdade entre os homens e as mulheres!

Burton pensou que o momento não era o melhor para aquelas discussões. Havia ali um cadáver! E ainda por cima assassinado! Mas lembrando-se de que a única diferença existente entre aquele cadáver e os outros biliões de cadáveres que enchiam a terra desde que a humanidade era nascida estava no facto de que este ainda não apodrecera, resolveu continuar:

— V. Ex.^a não é partidária da igualdade...?

— Sou, mas não a que Eurípedes e as idiotas das sufragistas costumam pedir: tornar a mulher igual ao homem. Pelo contrário: o que é preciso é tornar o homem igual à mulher! Porque às mulheres não bastam as palavras, não basta substituir a palavra «morta» pela palavra «desmaiada». Mas entretanto — continuou, sem transição — vamos lá a saber: onde está a mala? — Pausa. — A malinha...

— A do papel higiénico? Ignoro. Mas tenho uma sugestão: quantos rolos caberiam lá? Nunca mais de vinte. Ora bem: damos uma volta pelos W. C. do foguetão e roubamos um número equivalente de rolos!

A senhora Rusk sorriu:

— Papel higiénico? Não só. Algumas centenas de ferraduras para os cavalos de Dario. Não sabia, talvez, que os antigos não conheciam a ferradura... — disse muito admirada. — Um historiador, um sábio como o senhor!

— O que eu não sei é o que é uma ferradura — respondeu Burton com humildade. — Mesmo cavalos... devo confessar que só vi o esqueleto dum no museu de história natural!

— Sim, trata-se dum fóssil — anuiu Ruth Rusk. — Mas compreende o meu amigo a gravidade do caso? Isto significará que Dario e os Persas vencerão Alexandre... A história passará a ser diferente do que foi!

— Dá-me licença? — Burton atirou o cadáver para debaixo do banco. — Não gosto de ver cadáveres. Mas continuemos: se bem percebo a senhora é contra o contrabando, contra a falsificação histórica...

— Por quem me toma? Contra o contrabando era Philip. Eu sou contrabandista. Vou ajudar Dario.

— Quanto recebe?

— Não trabalho por dinheiro — respondeu Rusk. — Trabalho por amor à arte. Agrade-me falsificar a História! E nisso não sou original. Não é verdade que a grande maioria dos políticos, sobretudo os ditadores, falsificam a História?

Burton sentou-se. Que iria fazer. A senhora Rusk era louca, com toda a certeza. Fosse

como fosse, era preciso participar o caso ao comandante do foguetão. Levantou-se, fingindo o seu ar mais natural, e dirigiu-se para a porta.

— Um momento! — disse a senhora Rusk. Burton sentiu nas costas uma dor aguda, muito afiada e fria. Não sentiu mais nada. Caiu desamparado.

Ruth Rusk não perdeu tempo. Debruçou-se sobre o cadáver, procurou-lhe nos bolsos a carteira, abriu-a, tirou de lá a passagem (para Atenas — século IV a. C.) e escondeu-a rapidamente. Era isso um ponto essencial no seu plano, porque, a fim de despistar Philip (ela não ignorava que era seguida) comprara um bilhete para Capri-no-tempo-de-Tibério. O papel higiênico tinha a mesma função: dar uma pista falsa. Philip tirara o curso dos liceus e portanto não sabia nada de nada e muito menos de História Universal. Ele ignorava que a ferradura era uma invenção relativamente recente e que os gregos e os romanos a desconheciam. Ao ver as ferraduras pensara que Ruth Rusk as levava como lembranças a possíveis amigos. Pensara: «As ferraduras são para esconder o papel higiênico.» Em verdade, o papel higiênico é que se destinava a esconder as ferraduras...

Quando Margaret regressou e viu Ruth Rusk ficou perplexa.

— Burton brincou comigo! — disse ela. — Garantiu-me que a tinham assassinado!

— Esse nosso companheiro é um brincalhão! — comentou Ruth Rusk. E depois: — Sente-se, minha amiga. — E com ar sério. — Vejamos. Qual é o seu contrabando?

— Mas nenhum...

Ruth Rusk esfregou as mãos.

— Nenhum? Nem sequer tinta para pintar o cabelo? — E aproveitando um momento em que a rapariga lhe virou as costas, a senhora Rusk desferiu sobre ela a sua pequena pistola automática. Depois, com a mesma calma de sempre, escondeu o cadáver debaixo do banco.

Fazia tudo isso com uma certa repugnância, com um certo espírito de sacrifício. Acreditava que vivia uma época em que os homens não mais se matariam uns aos outros. Mas antes de chegar lá era preciso matar alguns. De resto, a senhora Rusk pensava que era necessário conquistar para os indivíduos do sexo masculino os mesmos direitos e virtudes de que as mulheres já eram detentoras. Porque as mulheres — pensava a senhora Rusk — são essencialmente práticas, os homens essencialmente romanescos. Tornava-se necessário que eles se tornassem práticos também, que perdessem o carácter utópico e romanesco que tanto havia prejudicado a humanidade. Deste modo, Ruth Rusk propunha-se modificar a História Universal: vencendo os Persas, Alexandre da Macedónia assegurava a vitória do espírito helénico sobre o espírito oriental. Por outras palavras: assegurava a vitória do ideal utópico e masculino da existência sobre o ideal prático e feminino dos Persas. Dotada de ferraduras, podendo atacar durante largas horas e dias, a cavalaria de Dario seria imbatível, Alexandre da Macedónia e tudo quanto ele representava (Aristóteles, Descartes, Tolstoi, etc.) seria destruído. Uma civilização feminina, e portanto realista (uma civilização de donas de casa, impor-se-ia ao mundo e todos seriam felizes.

E enquanto nisto pensava Ruth Rusk descobriu a mala. Nem sequer estava escondida: encontrou-a num corredor. Mas quando, já na Pérsia, a abriu perante o imperador Dario, ficou espantada! As ferraduras não estavam lá. Durante a viagem um ratoneiro de segunda ordem roubara-as para as vender como amuletos no século XX. Pregadas nas portas das casas, dependuradas nos automóveis, elas esconjuravam os maus espíritos, defendiam os habitantes desse supersticioso século contra as enfermidades, os ladrões, os coriscos, os homens que assaltam a virgindade das donzelas.

Naturalmente Dario matou a boa da senhora Rusk e com o papel higiênico perfumado e colorido mandou mandar forrar as paredes da sala do trono.

Mas a História cumpriu-se. Com um ar cansado Alexandre venceu mais uma vez. Os homens e as mulheres continuaram a ser infelizes.

«The fado — informa, convictamente, o Vacation Guide da TWA — is a nostalgic ballad sung to evoke sorrowful sentiments. It is usually improvised by the singer who is accompanied by two guitars — one Spanish and one portuguese».

Menos instrutivo, mas mais explícito, Fernando Pessoa disse: «O fado é poesia ajudada».

Temos, pois, duas definições da canção da terra, que podem servir de Baedeker a quem quiser penetrar nos meandros de uma coisa que, hoje, não é coisa nenhuma: Canta-se o fado? Não! A improvisação, que era «inspiração de momento» do Vimioso, de D. José de Almada e Lencastre, do conde da Anadia e do marquês de Castelo Melhor, entre os aristocratas, e do Chico Machado, do Dentinho da Severa e da Cesária, entre os plebeus, cedeu a vez ao estudadinho, ao macaqueado, à gesticulação híbrida e às hesitações apócrifas. O profissional corrompeu o amador (no sentido de amar) «e a Amália — diz-nos D. Vicente da Câmara — não faria o nome que fez se fosse a cantar o fado, que ela, afinal, sabe cantar, mas que não vai ao encontro dos gostos do público».

No seu magno tratado, Pinto de Carvalho comenta: «A aparição do fado en-

F A

D O



gendra um novo factor do viver lisboeta — o fadista (...). O fadista — minado de taras, avariado pelas bebidas fortes e pelas moléstias secretas, com o estômago dispéptico, o sangue descraseado e os ossos esponjados pelo mercúrio — é um produto heteromorfo de todos os vícios, atinge a perfeição ideal do ignóbil. Tem sempre um raciocínio imperioso, um argumento pouco friável, uma dialéctica agressiva e resoluta, que não presta flanco ao assalto das objecções — a navalha.»

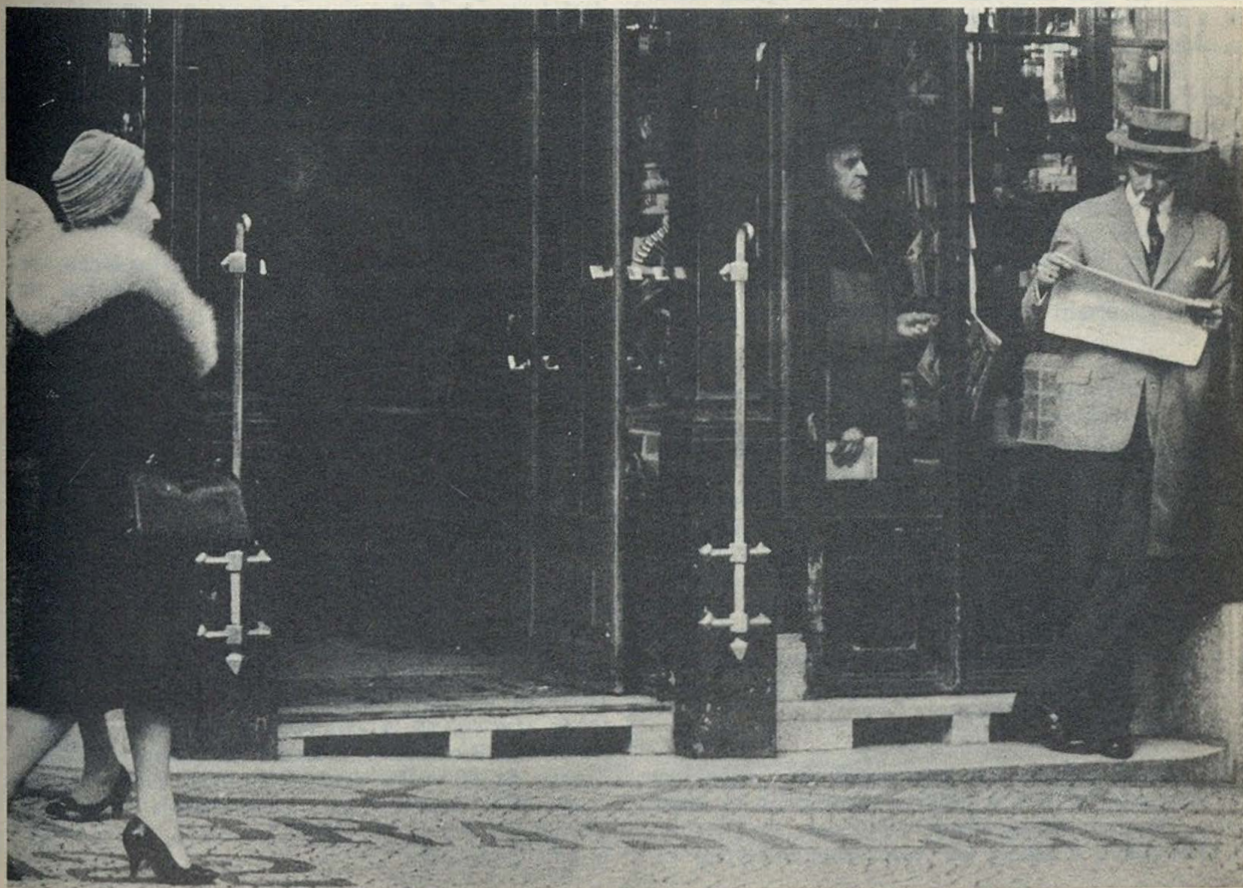
O fadista deste tipo é uma personagem marginal, como se pode verificar. O fado é o pretexto da sua geração espontânea; um arrivista de gema que se encobre com a bota afiambrada, a calça à boca de sino e a mosquinha impertinente numa sugestão de queixo malandro. Não tem nada a ver com o fado. É a periferia de uma determinante sociológica, mais perto de razões económicas do que da boémia sã (permita-se-nos o termo), tesa e marialva.

D. Vicente da Câmara: «O marialva é um folião inconsequente. Gosta do fado

mas não é uma consequência do fado. Se o fado não existisse ele continuaria a existir. Creio, mesmo, que para se ser fadista não é necessária uma tendência para o copinho do carrascão, para a zaragata dura, para a farpela esquisita. Os fadistas do Beco do Carrasco, da Rua do Capelão e da Mãe d'Água corresponderam, na época, ao papel hoje desempenhado pelos «teddy-boys». Os fadistas da Mouraria sabem, mesmo, cantar o fado? Os «teddy-boys» sabem, mesmo, cantar «jazz»? O fado é ordinárico e o «jazz» é apenas «sexo?»

Demos a vez a Pinto de Carvalho, que joga com estes termos ortodoxos: «Ordinariamente, o fadista sabe cantar — com uma entonação febril e húmida de soluços, olhos quebrados e a inamovível ponta de cigarro soldada ao lábio inferior — os fadinhos docemente articulados sobre um ritmo em que brincam fantasias de espasmos, as pornografias igualitárias das tascas onde o álcool flameja e a embriaguez estrebucha, os versos de uma moral tão moderada quanto oportunista, as obscenidades levadas até à incongruência fétida, as in-

antimarialva



decências envoltas em palavras doces como suspiros abafados — todas as chulices do reportório escatológico. A taberna, o café de lepes e o baixo alcouce são a arena dos seus combates e o Capitólio dos seus triunfos. E resvalar deste Capitólio à Rocha Tarpeia do cárcere ou do estarem, por ter anavalhado uma fêmea treda, uma amante pérfida, é o *dernier cri* da boémia rufianaz, o último espasmo da fadistice.»

D. Vicente da Câmara: «Também eu andei com amigos, a beber até às tantas, a frequentar sítios mal afamados. Entrei em algumas zaragatas. O meu pai preocupava-se. A minha saúde perigava. Eu próprio julgava que um cantor de fados tinha de ser assim. Cantava, altas horas, nos bairros pífios, entre gente estranha que achava bizarro e patricio um jovem fidalgo acamaradar assim. Tudo falso, meu amigo, tudo falso. As ceatas, as jantaradas prolongadas, o vinho. Não, isso não era ser amante do fado: era ser ingénuo. Arrepiei caminho a tempo. Era um rapaz normal, sou um homem normal. Que canta fados porque gosta de cantar fados. Sem outras solicitações. Qual ambiente, nem meio ambiente! Não é preciso ambiente, o que é preciso é sentir a necessidade de cantar, em qualquer local, com qualquer gente.»

Fado é, pois, invenção súbita. Ao serviço da poesia. «O que interessa é a letra e a forma como se a diz. Veja que, hoje, a guitarra já não desempenha um papel secundário, exactamente porque não acompanha uma improvisação, mas sim um indivíduo que canta de cor e salteado. Há, agora, uma aristocracia da guitarra, a qual, nas mãos de um Pedro Lafões, de um Carlos Paredes (que não gostam, note bem, de acompanhar cantadores), se transformou num requintado instrumento de concerto. O fado a sério está, de novo, a subir de marca, por snobismo e por chiquismo. Fado nas ruas? Ridículo. E imperceptível. Fado nos recintos soi-disant típicos? Mais falso do que Judas.»

Também Eça de Queirós verberava («Lisboa», folhetim publicado na «Gazeta de Portugal») a mentira do assim-fado: «Atenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou a revolução, a Alemanha achou o misticismo. Lisboa que criou? O Fado... *Fatum* era um Deus no Olimpo; nestes bairros é uma comédia. Tem uma orquestra de guitarras e uma iluminação de cigarros. Está mobilada com uma enxerga. A cena final é no hospital e na enxovia. O pano de fundo é uma mortalha.»

«Entre o fadista e o artista vai uma diferença fundamental. E até o próprio estrangeiro se apercebe, muitas vezes, dessa diferença. O Corrido, o Mouraria e o Menor são raramente cantados em

improvisação. Maria Teresa de Noronha, o Marce-neiro e poucos mais é que tentam cantar, unicamente, o fado. E os que gostam é, apenas, de imediato, ou por snobismo.»

Um dia, numa festa de homenagem a um cantor antigo, no salão da «Voz do Operário», Filipe Pinto, que fazia de mestre-de-cerimónias, apresentou D. Vicente da Câmara, elogiando-o como um fadista novo que cantava «à moda antiga.» O rapaz foi apludido com entusiasmo, em todas as improvisações. «Estava num dia bom, sabe?» Mas, depois, o mesmo público pediu o Fado das Caldas, falso e mal enfiado, e aclamou-o com um calor muito maior.

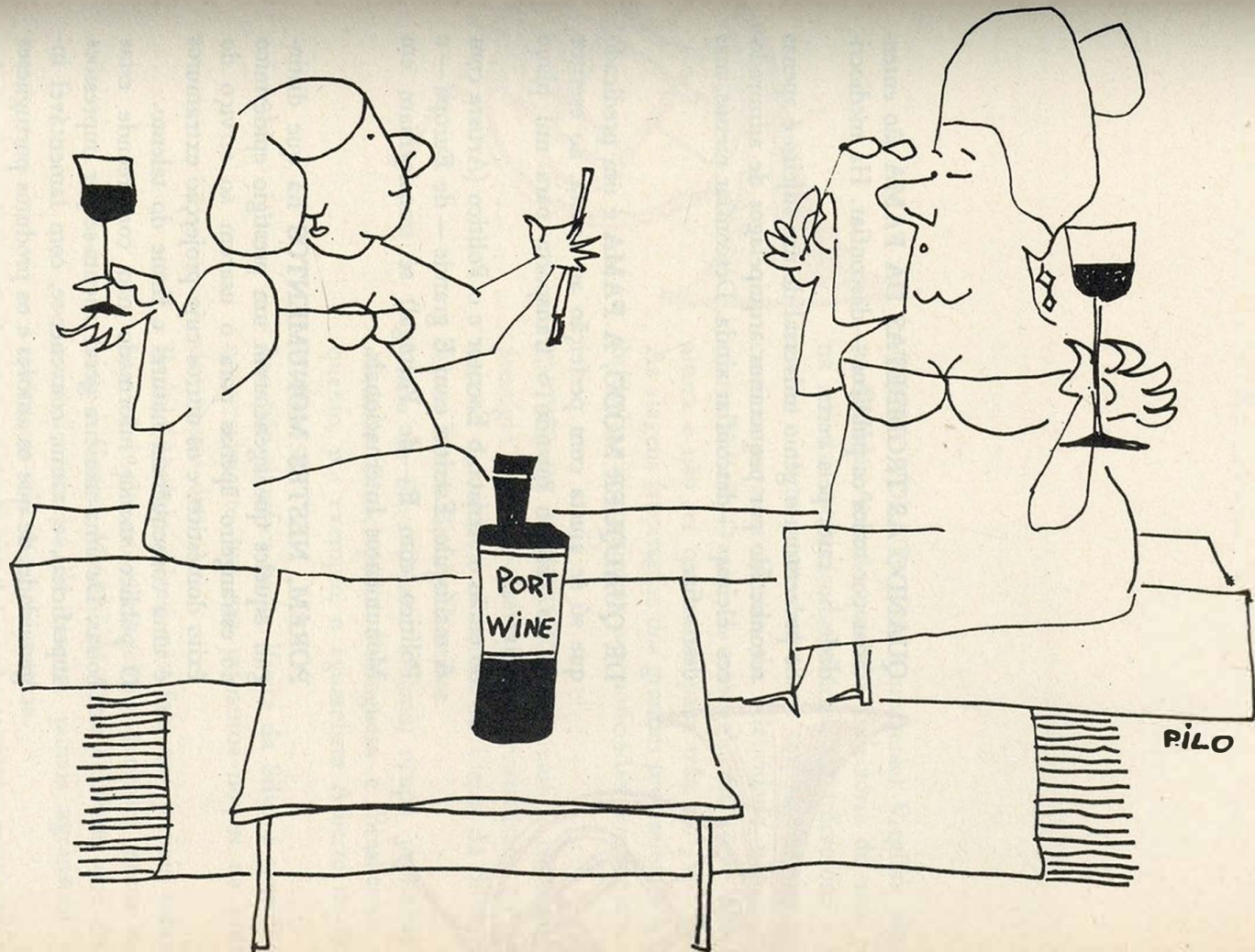
«Mas porque não poetas maiores ao serviço do fado? Já fiz a experiência. Resultou magnífica. Acabei de gravar fados com letras de Olavo Bilac, do conde de Monsaraz e de D. João da Câmara. Gostaria de interpretar poetas contemporâneos.»

«Quais? (pergunta metida a medo pelo cronista): Torga, Gomes Ferreira, Alexandre O'Neill, Armindo Rodrigues, Casais Monteiro?»

«Porque não? Poetas maiores porque o fado é uma coisa maior. Se a poesia é, afinal, destinada a iniciados, por que motivo o fado não é dirigido a eleitos? No fundo, começou por ser assim: cantado para grupinhos e, depois, enfiado no pseudotipismo de fadistas madraços. A rufiagem ordinária e suja não tem nada a ver com o fado; não pode (não devia) imiscuir-se. Gerry Mulligan tomou cocaína: pois bem, tomando ou não tomando, foi e é um extraordinário intérprete de «jazz». Pepe Caracoles está habitualmente bêbado: mas não é esse facto que faz dele um exímio executante de flamenco.»

Como os «teddy-boys», os «cá-cá», os «blouson noir», produtos periféricos de um ambiente central, «o fadista continua a ser (Pinto de Carvalho *dixit* em «História do Fado») a cristalização dos pecados capitais — exceptuando a avareza —, é um hexaedro objecto. A sua vida continua a ser um constante melodrama com *coups de théâtre* imprevistos. Boémio errante nos confins de uma sociedade regular, as suas taras atávicas conservam-se irredutíveis à profilaxia da polícia judiciária e à acção coerciva dos tribunais.»

O fado é, pois, coisa séria e coisa tesa. Qualquer semelhança com a marialvice arruaceira e alcoólica é pura coincidência. O pobre está inocente. Levem-no a tribunal e indiquem o Júlio Peres e o Marce-neiro, Vicente da Câmara e Maria Teresa de Noronha seus defensores. Eles vão de graça. Não querem ser remunerados. E COLOQUEM OS MARIALVAS NO BANCO DOS RÉUS E NO CARCERE!



UMA MULHER EM CADA PORTO



QUANDO AS TROMBETAS DA FAMA são entendidas por todos os públicos — desconfiar. Há mediocridade no caso, pela certa.

Se porventura o génio universal de um sujeito é apenas reconhecido por pequeninos arquipélagos de admiradores «eleitos» — desconfiar ainda. Desconfiar menos, mas desconfiar.

DE QUALQUER MODO, A FAMA é um predicado que só se ajusta com perfeição ao artista, ao escritor ou ao político quando o transporta para um plano universal.

Só então o Artista, o Escritor e o Político (Artista com **A** maiúsculo, Escritor com **E** grande — de **E**uropa — e Político com **P** — de **P**ortugal) se transformam em Monumentos Internacionais.

PORÉM, NESTES MONUMENTOS há que distinguir aqueles que agenciaram um prestígio epidérmico no estrangeiro apenas para o usarem ao serviço do êxito doméstico, e os outros cuja projecção extramuros é uma consequência natural e firme do talento.

O público menos informado não compreende estas coisas. De uma maneira geral orienta-se por impressões superficiais, e, assim, convence-se, com lamentável ingenuidade, de que os autores e os produtos portugueses de maior cotação internacional são aqueles cujos anúncios encontra com mais frequência nos jornais e no **carnet mondain**.



«**FAMA VOLAT**» disse o universal Virgílio, algures na **Eneida**. Atenção porém à trajectória do voo, pois, na era das rotativas dos diários, do microfone e dos aviões a turbo-jacto, deslocar-se um sujeito das pistas caseiras para as alturas da celebridade não é coisa muito difícil. O pior é conseguir manter-se em boa altura e não ter que voltar para trás.

As viagens fracassadas dos grandes pretendentes à celebridade não costumam ser noticiadas nos jornais.

ENTRE OS MONUMENTOS reais e concretos de prestígio internacional que se construíram na linha austera do talento, os nomes de Vieira da Silva e de Alves Redol são significativos.

Vieira da Silva (Maria Helena) ocupa 30 linhas da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», enquanto, por exemplo, o aguarelista Alberto de Sousa ocupa 150.

Isso não significa nada. Vieira da Silva é considerada universalmente um dos primeiros nomes da pintura dos nossos dias.

Redol (António Alves) não fala nos jornais sobre as suas traduções no estrangeiro e declarou, numa entrevista à **Gazeta Musical de Artes e Letras**, que em 25 anos de carreira de escritor jamais agradeceu uma crítica ou solicitou uma notícia.

Apesar disso, é um dos nossos escritores mais reputados além-fronteiras e, no País, um dos Cinco Grandes da literatura actual.

VIEIRA DA SILVA

POR SOPHIA DE MELLO BREYNER



Conheci Maria Helena Vieira da Silva em 1951. Devia ser Fevereiro ou Março. Lembro-me de que estava um tempo enevoado. E parece-me que às vezes chovia.

No dia seguinte perguntaram-me:

— Que é que fizeste ontem?

— Conheci uma vidente — respondi eu.

Toda a atitude de Maria Helena Vieira da Silva é uma atitude de atenção e descobrimento. Ela vê as coisas descobrirem-se em frente de si.

Por isso parece tão intensamente viva: como alguém que renasce em tudo quanto vê.

Pensando nela lembro-me duns versos meus que escrevi há muitos anos:

*«Mostrai-me as anémonas, as medusas e os
[corais*

Do fundo do mar.

Eu nasci há um instante».

O seu olhar parece ver em todas as direcções e em todos os planos, parece fazer aparecer o que estava escondido, parece chamar o que estava longe e velado.

Ela parece multiplicar o mundo porque nada nela está adormecido. O seu espírito é um espírito de busca atenta, densa, apaixonada.

É por esta atenção continuamente viva em frente das pessoas e das coisas que ela é verdadeiramente o poeta — aquele que cria.

Vê-la é ver como tudo para ela é importante.

Vê-la é vê-la a ver as coisas.

E também os outros e a obra dos outros.

Nunca conheci ninguém que mais do que ela olhasse e ouvisse com entusiasmo a obra e a pessoa dos outros.

Ao contrário de muitos artistas que só entendem a sua própria linguagem e que quando são pintores não entendem a música e quando são músicos não entendem a pintura, ela tem um profundo sentido daquela unidade de todas as linguagens que é a poesia.

Ela vê e ouve tudo, com os seus olhos muito abertos e a sua inteligência incrivelmente lúcida.

Teixeira de Pascoaes diz num dos seus poemas:

«O que há de aparição no seio da aparência».

Este verso faz-me pensar em Maria Helena Vieira da Silva.

Também ela vê a «aparição no seio da aparência».

A visão dum poeta é uma visão maravilhosa e inteira, porque para ele não há fórmulas mortas, nem aparências vazias, mas um mundo constantemente criado onde tudo é fantástico. Este é o mundo de criação e poesia. Uma coisa é criada sempre que al-

guém a vê. O poeta é aquele que não deixa o mundo sozinho, abandonado e morto. Ele chama as coisas à sua inteira realidade e presença.

Um dia, numa época em que a Maria Helena Vieira da Silva estava em Lisboa, fui ao seu atelier. Para lá chegar atravessei metade da cidade, da cidade que eu conheço há tantos anos.

Ela mostrou-me muitas gouaches que tinha pintado desde que estava em Lisboa. As gouaches não «representavam» uma cidade e não me lembravam Lisboa.

Mas no fim da tarde, quando me vim embora, tornei a atravessar a cidade. Então vi que umas janelas eram quadrados azuis e outras quadrados verdes. E vi que a cidade estava cheia de corredores sem fim, de espaços sobre espaços e de labirintos. E pareceu-me que a cidade tinha nascido daquilo que ela pintara.

E assim eu vi de repente na cidade conhecida uma beleza que primeiro não me tinha aparecido. E era ela, Maria Helena, quem a tinha feito aparecer.

Porque ela tem o ar duma pessoa que está sempre a descobrir.

Há uma frase que ela diz muitas vezes:

— Hoje vi uma coisa extraordinária!

E tem uma maneira especial de nos fazer ver como as coisas são realmente extraordinárias.

Um dia contou-me que tinha visto na rua um gato. Mas a maneira como ela contou o gato, a rua e os passos do gato a atravessar a rua, era uma história extraordinária.

Ela é alguém para quem não existe realmente «mundo quotidiano», nem um círculo fechado de conhecimento, mas sempre sucessão, mundo que se descobre, se desdobra e se aprofunda.

A sua forma de conhecimento não é frontal nem directa, mas visão sucessiva, espaço sobre espaço, aparecimento e labirinto.

As coisas para ela nunca são superfície mas sempre o que está antes de outra coisa.

Um dia, no meio duma conversa em que se discutia o mau hábito de cortar as árvores, alguém disse.

— Parece que as pessoas têm medo das árvores.

— Não — disse ela — as pessoas não têm medo das árvores: têm medo do que está por trás das árvores.

Esta consciência do mundo que está do outro lado das coisas está presente em toda a sua maneira de ser e de estar.

Porque uma das características da Maria Vieira da Silva é a forma como a sua maneira de ser está unida à sua pintura.

O espírito e a inspiração são nela visíveis em todos os momentos.

Ela parece uma antena muito afinada e sensível que ouve todos os murmúrios, todas as vozes, todas as vibrações, todas as pausas, todos os silêncios.

E parece Cassandra.

Parece ter uma mão dada ao mistério, ao insondável, ao encoberto. Há sempre nela uma certa inquietação, uma consciência de espaços múltiplos, de abismos e de labirintos.

Num artigo publicado no número de Março de 1960 da Revista «L'Oeil» B. Raoul Duval cita esta frase de Maria Helena Vieira da Silva:

— «Para lhe explicar a minha pintura era preciso contar-lhe cada minuto da minha vida».

Nesta frase está contido o que eu tentei dizer: a unidade da pessoa com a obra e com a vida.

E quem vê Maria Helena Vieira da Silva vê isto: onde ela está, está, com ela, o seu reino, o seu mundo.

ALVES REDOL

POR ROGÉRIO FERNANDES



reger-se a orquestra das condenações e das bênçãos. Mas, acaso podemos inculcar uma opção lúcida e justificada, frente aos caminhos que ante nós se desdobram, se não queremos averiguar por que razões ou desrazões se prefere o amor ao ódio, ou o ódio ao amor, por que razões ou desrazões se vive, por que razões ou desrazões se morre? Nada mais peço ao escritor senão uma imagem verídica da condição humana.

É neste ponto que inevitavelmente se manifestam os compromissos do escritor e a subjectividade da perspectiva de que encara o mundo. Uma arte sem «parti-pris» não é possível, como não é possível viver sem mostrar quem somos. Uma arte que não revele como pensam, sentem e morrem os homens do nosso tempo, na diversidade das suas ocupações e das suas preferências, será pelo menos ininteligível.

Há escritores que aceitam conscientemente a tarefa de exprimirem sem mutilações a realidade em que se situam. Que buscam nacionalizar a sua arte, arrancando-a ao solo que pisam, cônscios da variedade de sulcos de que esse chão anda trilhado; e, por outro lado, que buscam inseri-la inteligentemente nas tradições literárias do seu próprio país, nelas escolhendo, para as fundirem com outras experiências, aquelas fontes que melhor lhes matam a sede e lhes vitalizam a energia.

É o caso de Alves Redol. Desde *Gaibéus* até *Olhos de Água* é-nos dado assistir ao progredir seguro de um escritor que jamais perde de vista as grandes linhas sociais e culturais do seu país. Homens da terra ou homens da lezíria, da planície ou da montanha, as personagens de Redol pertencem a grupos sociais portugueses bem definidos, não só pelos problemas, com que se medem, mas também pela linguagem que falam. São retratos forjados segundo a melhor tradição realista portuguesa, cheios de vida e de verdade.

Há nos livros de Redol uma qualidade bem

rara entre nós: o serem obras em que é sensível a cuidada observação sociológica, o estudo, feito de perto, das condições de vida, da psicologia e da linguagem dos grupos sociais que analisa. Essa preocupação levou-o, até determinado momento, a partir de uma «psicologia de grupo» que não permitia uma clara individualização de caracteres e que tornava os seus romances algo como largos painéis em que nem sempre eram bem visíveis os perfis dos vários homens neles esboçados. Depois de *Olhos de Água*, o escritor consegue superar a antinomia entre «romance psicológico» e «romance social», que talvez não haja sido mais do que a bandeira distintiva de uma geração que se afirmou, e ultrapassou, alargando-os e aperfeiçoando-os, os seus utensílios de trabalho.

Paralelamente, há na obra de Redol, se me não engano — e o processo atinge funda maturação em *Olhos de Água* —, uma evolução operada no sentido de uma maior segurança e de mais perfeito domínio da prosa. A par da linguagem de cru realismo, a par de inesperados apontamentos de ligeira ironia ao retratar os homens e os meios sociais, surge nos livros de Redol uma intenção poética, um lirismo claro, limpo, desataviado e saborosamente rude, que lhe dá o direito a um lugar de primeiro plano entre os nossos prosadores contemporâneos.

Desse equilíbrio atingido entre o fundo e a forma talvez seja Redol o menos satisfeito dos seus espectadores. Porque, se desde *Olhos de Água* o estilo lhe ganhou um carácter inconfundível nos seus traços incisivos e ao mesmo tempo poéticos, não é menos verdade que a técnica se lhe foi enriquecendo com novas experiências e recursos novos. Sinal de coragem, de atenta, paciente e árdua procura de uma forma rigorosamente adaptada ao desvendamento das significações humanas de cada tema.

Assim, entre o romance citado em último

lugar, livro que voluntariamente recusa toda a unidade temática, e *A Barca dos Sete Lemes* surgem diferenças que não diremos respeitantes ao estilo mas sim ao processo de construção romanesca, e, por consequência, ao conteúdo e respectiva significação.

Olhos de Água é como um conjunto de crónicas ligadas pelo fio das condições gerais do meio em que os acontecimentos ocorrem. Personagens várias, diversas, encaradas de diferentes ângulos. Em *A Barca dos Sete Lemes* não há unidade de cenário geográfico nem de condições, para os acontecimentos que se desenrolam. É a história das sucessivas transformações por que passa um homem, desde a sua meninice até o ponto em que a narrativa se suspende. Neste livro é verdadeiramente notável o modo por que Redol segue o aventuroso itinerário da personagem central, revelando, com uma imparcialidade a que não falta a vontade sincera de compreender, como podem transformar-se os homens desde a candura até ao desvario e ao crime, e como essa transformação, que é a própria essência da vida humana, decorre no seio da mais profunda alienação. Chegado ao termo deste romance, o que o autor deixa de pé, em última análise, é um problema de largas implicações: o da exploração do homem por uma sociedade incapaz de dar livre curso ao pleno desenvolvimento do indivíduo. Homem solitário a quem a felicidade foi negada, esta figura, simbolizada pelo título de «barca dos sete lemes», será orientada por quem pretenda manejá-la para quaisquer fins. E presente-se que, para o romancista, o mais importante seria que os homens tomassem o homem como fim exclusivo dos seus empreendimentos, ou antes: o que o homem tem de melhor, de mais belo, de mais humano.

A narração, efectuada com grande segurança técnica, adapta-se às várias peripécias do aventuroso itinerário do pobre herói desta

Tudo quanto peço a um escritor é que saiba revelar-nos os vários itinerários seguidos pelos homens do nosso tempo. Que saiba exprimir, do mesmo passo, o ponto onde conduzem: — ao amor ou ao ódio, à harmonia ou à luta, ao desespero ou à esperança. Tudo quanto peço a um escritor é que saiba revelar-nos a riqueza da existência, nos seus conflitos e contradições, através de um caso circunscrito no tempo e no espaço.

Não lhe peço, pois, que nos dê uma imagem unilateral da vida. Demasiadas vezes temos cedido à tentação de uma arte edificante, sob pretexto de ser urgente a transformação da realidade humana que nos cerca, e de que a arte, tomada de consciência do real, deve contribuir para a aceleração desse processo. Neste momento acodem, por vezes, os esquemas simplistas, à luz dos quais a humanidade fica dividida em anjos e demónios e se estabelece a pauta por que há-de

história, numa prosa de extraordinário vigor, a que não faltam o imprevisto e a graça espontânea de um grande estilista.

Uma Fenda na Muralha aborda outro aspecto de uma problemática muito diferente. Em brevíssimo apontamento, pode talvez dizer-se que o problema central deste romance se subdivide em dois aspectos principais. Por um lado, a interacção dos motivos individuais que levam os homens, neste caso concreto, a empreenderem uma acção colectiva determinada. Colocados em condições difíceis, os tripulantes da barca que parte para a pesca definem-se perante o leitor, no choque dos seus impulsos, das suas tendências, dos seus problemas mais íntimos. Do mesmo passo, e esse é o outro lado da questão, Redol dá-nos uma análise lúcida e objectiva do medo, frente às arremetidas do mar cuja presença tempestuosa nos é apresentada com vigorosa sobriedade.

Escrito com admirável intensidade, **Uma Fenda na Muralha** não apela para o sensacionalismo que o «tema da Nazaré» tem vulgarmente suportado. Este livro contém inúmeras páginas que pela sua simplicidade, pela sua intensidade, pelo seu realismo só são, na verdade, comparáveis a algumas das melhores relações da **História Trágico-Marítima**. Com **Uma Fenda na Muralha**, Redol demonstra que é possível escrever uma «história da Nazaré» sem o fácil pitoresco do rodriguinho e sem concessões.

O Cavalo Espantado, o mais recente romance de Redol, é um livro que vem introduzir na obra deste autor um novo tipo de problemática. Conduzido segundo uma técnica anteriormente experimentada, mas que o escritor não havia utilizado ainda de forma decisiva, **O Cavalo Espantado** é um romance que constitui uma tentativa, tanto no aspecto do conteúdo como no da forma.

Através desta obra, Redol pretendeu colocar-nos perante um drama de amor, vivido por um casal de judeus refugiados em Lisboa, por alturas do último conflito mundial.

Drama individual, por certo, visto que representa uma experiência que verdadeiramente só foi vivida pelos próprios protagonistas do romance, mas, ao mesmo tempo, drama de implicações sociais, pois toda a acção humana está afectada pelas coordenadas de tempo e de lugar, e também pelo que a educação, a classe, a profissão, o grau de cultura dos homens lhes projecta nos actos e atitudes, ainda nas circunstâncias mais banais.

Assim, Jadwiga, personagem feminina do romance, parece simbolizar a trajectória de muitos seres reais e concretos que não alcançam libertar-se das peias inerentes à mentalidade da sua própria classe, ainda que a cultura e a aventura humana que as circunstâncias lhes propiciaram hajam criado uma pátina sobre a mais íntima tendência da sua individualidade. A adesão de Jadwiga, ou, pelo menos, o seu interesse ou curiosidade pelo rumo que considera mais válido, jamais é completa e total. Há nessa figura de mulher uma incapacidade radical para superar a experiência acumulada desde a meninice. E todavia, entre Jadwiga e Leo surge nada menos do que um abismo. Leo conhece o seu caminho, tem o seu rumo, adopta sem desfalecimentos uma ética fechada de classe. Visivelmente, Leo nada compreende de tudo quanto se passa à sua volta no mundo. Mas segue inexoravelmente o seu rumo, se bem que desejando, ou parecendo desejar, conservar Jadwiga a seu lado, numa união impossível. Jadwiga e Leo representam, se me não engano, duas fracções do mesmo grupo social. Em Jadwiga a consciência de classe já se encontra esfacelada no choque de múltiplas contradições; em Leo, a consciência de classe não encontrou ainda as razões da sua própria derrota, não se experimenta como derrota e é por isso que julga vencer, ou poder vir a vencer. A suposição burguesa de que tudo se compra, de que tudo é possível comprar, é um reflexo de uma ética que justifica o lucro, a alta finança, a luta impie-

dosa pela estabilidade económica, único meio de soçobrar no único mundo considerado possível — aquele em que o homem é lobo do homem.

Ora, a terceira personagem, entre as mais importantes (Pedro), de **O Cavallo Espantado**, é visivelmente um homem cuja ética se encontra em oposição à de Jadwiga e de Leo. Em Pedro, a solidariedade é humana, carregada de tensões e de impulsos que o herói vai tentando penosamente racionalizar. No que se revela inconciliável com Jadwiga, para quem, ao cabo, há um problema psicológico a liquidar, ligado às camadas mais profundas da sua individualidade. No que se manifesta igualmente irredutível ao modo de ser de Leo, porque para Pedro há coisas no Mundo que se não compram nem vendem, e que os homens não devem tentar vender ou comprar.

A técnica utilizada por Redol, neste romance, ajusta-se às necessidades do que o escritor pretendeu exprimir. O monólogo interior alterna com a comunicação dialogada, sendo esta interrompida algumas vezes por um solilóquio breve, que intercala, entre o que se diz e o que se responde, uma interrogação, uma observação, uma dúvida.

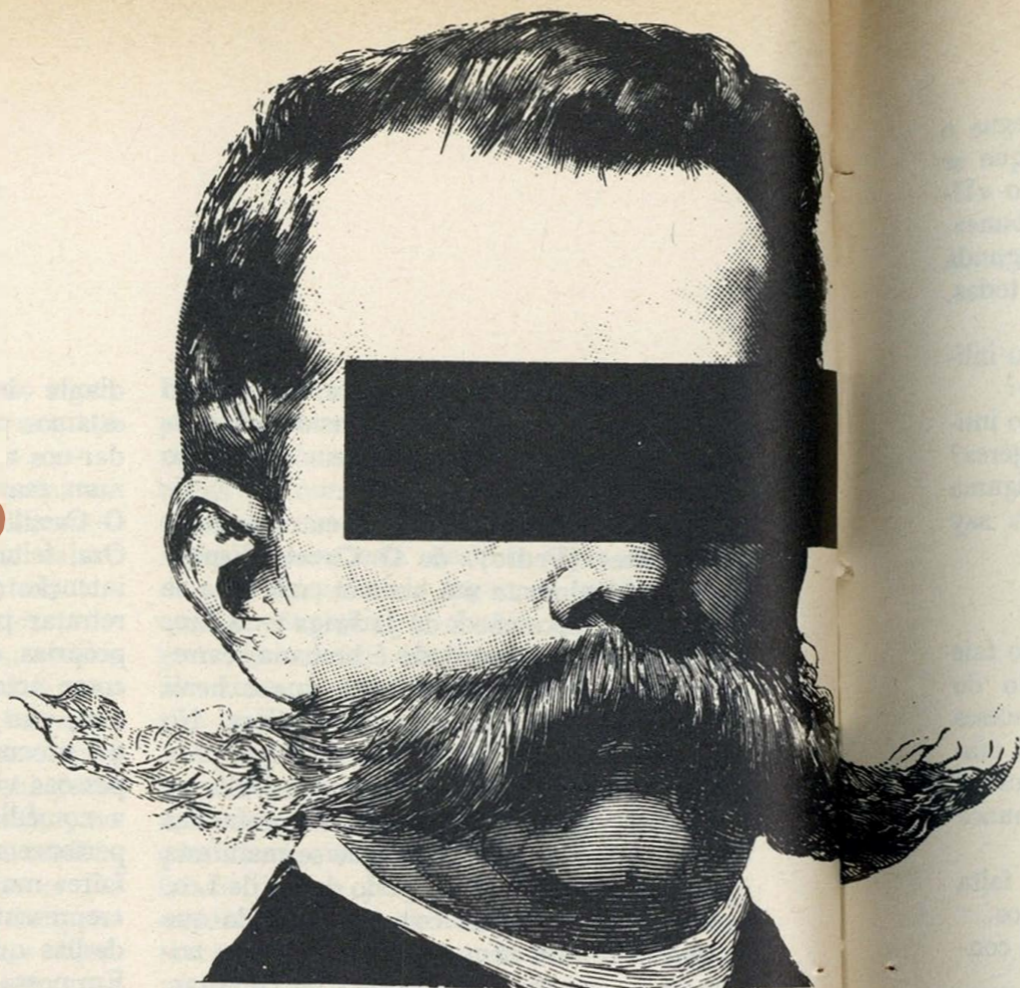
O Cavallo Espantado representa uma nova experiência de Redol, e como tal deve ser apreciado. Bem sei que é um escândalo que um escritor recuse a categoria de consagrado e procure abrir para si próprio novos horizontes, sem rejeitar o trilho já calcorreado. E por isto mesmo, porque Redol é um romancista dotado de singular coragem, de invulgar perseverança e honestidade, é que o crítico tem o dever de colocar, perante este seu livro, um problema que julgo de importância.

Após a leitura de **O Cavallo Espantado** ficou-nos a impressão, em especial a propósito de Jadwiga e de Leo, de que há artificialidade nas reacções, nos pensamentos e sentimentos das personagens. O diálogo atinge, por vezes, um nítido tom de teatralidade. Dir-se-ia que Jadwiga, Leo e Pedro evoluem

diante de nós como num tablado, e que estamos perante actores que não conseguem dar-nos a ilusão de que nos não encontramos num teatro. Há, em muitas passagens de **O Cavallo Espantado**, um ar de irrealdade. Ora, feitas as contas, o leitor verifica que a intenção de Redol foi precisamente a de nos retratar pessoas que **representam** perante si próprias, que se comportam, de algum modo, como actores inseguros dos seus papéis. Porém, não seria acaso mais acertado que Redol procurasse mostrar-nos que determinadas pessoas vivem a sério e com perfeita mestria a comédia da sinceridade? Leo e Jadwiga pertencem a uma classe social cujo «savoir faire» mundano é proverbial, cujo sentido da «representação» dificilmente se adequa ao deslize que põe a nu o artifício da atitude. Em nossa opinião, a máscara devia ir caindo-lhes aos poucos, e não de golpe. A acção, que em **O Cavallo Espantado** nos parece algo arrastada, porque, em suma, a partir da primeira centena de páginas já o leitor se encontra de posse das linhas principais do conflito, ganharia talvez em interesse e em intensidade.

O Cavallo Espantado é, no entanto, um livro belo e audacioso, pelo que apresenta de renovador, quer quanto ao tema, quer no concernente à perspectiva de que foi concebido. Através desta obra, e aproveitando inteligentemente os factos ocorridos em Lisboa com a vinda de refugiados judeus que por aqui passaram, Redol recorda-nos uma das fases mais dolorosas do nosso tempo. Neste momento, em que as raízes ocultas dessa planta daninha que minou o solo da Europa rebentam em floração malévola de inumanidade e de ultraje ao humano, o livro de Redol é uma resposta, um aviso, um grito deserto. Para além do seu mérito literário, que devemos discutir com a simpatia e a admiração a que o autor tem pleno direito, **O Cavallo Espantado** adquire um valor inestimável: o de ser um documento. O de ser mais um testemunho de lucidez e de coragem.

NO REINO DE PACHECO



Como todos sabemos, existem no Universo duas grandes zonas: o reino de Pacheco e os reinos dos maus, a que alguns chamam os reinos das Dinamarcas, e outros, mais simplesmente, «o resto do Mundo».

Não interessa perder tempo em questões de mera terminologia; o que interessa, como diria qualquer Pacheco barroco, é a «essência» e, portanto, a distinção entre o Reino de Pacheco e os outros reinos.

Muitos têm sido os autores que têm estudado estes assuntos, escrevendo acerca deles volumosos tratados que, uma vez publicados, oferecem uns aos outros com extensas e belas dedicatórias.

Resumi-los, reduzi-los a um quadro sinóptico, seria tarefa digna do mais barroco dos Pachecos, e não da modesta pena deste modesto cronista que apenas tem um desejo na vida: não vir a figurar na história ao lado dos seus ilustres Pachecos contemporâneos. (Para os não manchar, evidentemente...).

Nestas circunstâncias pomos de parte o volumoso tratado que poderíamos escrever (temos, para tal, tantas qualidades como

qualquer outro) e vamos circunscrever-nos ao estudo dum capítulo específico e determinado: o da anatomia.

Como todos sabem, a anatomia é incluída, pelos indígenas dos «maus reinos», naquilo a que chamam a ciência médica ou, mais simplesmente, a medicina. Os Pachecos, ao contrário, entendem que a anatomia faz parte da chamada ciência mística, a mais elevada, a mais nobre e a mais importante de todas as ciências. (A única, aliás, que cultivam).

Desta distinção, aparentemente subtil, resultam consequências que afectam a vida dos Pachecos.

Uma breve resenha histórica dar-nos-á uma ideia clara do que vimos dizendo.

Em 1140 (trata-se duma data histórica, e não, como pensam os cultores do passado, do número do telefone de D. Afonso Henriques) os cientistas dos «reinos maus» definiam a «mão» como sendo a «extremidade dos membros superiores». Na mesma data os cientistas do reino de Pacheco definiam a mão como sendo «um órgão especialmente

O CULTO DO VENTRE

criado para empunhar a espada e para fazer juramentos de fidelidade ao rei».

Mais tarde, por volta de 1500 (anos e não escudos...), os cientistas dos «reinos maus» mantinham a mesma definição de «mão», enquanto os cientistas do reino de Pacheco já tinham transformado a sua. («Quem não admirará os progressos desse século?»).

Diziam então os cientistas Pachecos que a «mão é o órgão criado pelo rei para segurar o leme das embarcações que espalhavam o seu (do rei) santo nome na terra».

Daqui se vê como a diferença de critérios, no respeitante à classificação da anatomia, afecta a vida dos povos.

Actualmente a distinção mantém-se. Estudemos, por exemplo, o conceito de «ventre». Para muitos o ventre é a parte do corpo humano que fica entre o peito e o resto. Os cientistas dos reinos maus entendem que o ventre é o domicílio dos intestinos e que a sua função é, portanto, a de... bem... a de... digerir.

Os cientistas do reino de Pacheco, ao contrário, entendem que o ventre é meramente o domicílio da sua massa encefálica. (Utili-

zamo-nos do advérbio «meramente» porque nos referimos apenas à massa encefálica dos Pachecos...).

Todos conhecemos a expressão popular «subiu-lhe à cabeça». O vinho, por exemplo, tomado em excesso, «sobe à cabeça».

Com o ventre dos Pachecos sucedeu a mesma coisa.

O ventre é a parte do corpo humano que tende a crescer com a idade, a importância, a fartura e a pompa dos seus detentores. Assim, quanto maior for a convicção dum cidadão de que é imprescindível, admirável, diferente de todos e por todos olhado com admiração e espanto, maior será o seu ventre.

Os Pachecos, ao verificarem que os turistas pobres de todos os países passavam as férias no seu reino e que ao seu Carnaval assistiam as miladies impedidas de passarem o Carnaval nos seus locais habituais, foram tomados duma súbita admiração por si próprios.

É claro que o mal já vinha de longe.

Há já muitos anos que os Pachecos tinham descoberto que a sua história ultrapassava, em número de páginas e em beleza de edi-

ção, as histórias dos povos maus. (Os restantes...). Desta descoberta resultou uma outra (ou a lógica é uma batata...) segundo a qual o Primeiro Rei (ordem cronológica, evidentemente...) escolhera para seu reino favorito o reino de Pacheco!!

Foi após essa descoberta que o ventre começou a subir à cabeça dos Pachecos. E o caso, diga-se de passagem, não é para menos!

Que outro povo se poderá orgulhar de semelhante honra?

A verdade é que só por circunstâncias acidentais o rei não escolheu o reino para sua residência durante a sua curta estadia na terra.

Só, repete-se, por circunstâncias acidentais: devido ao chamado movimento de rotação da terra, que faz deslocar os povos em volta dum eixo central, para glória de tudo o que é central, nomeadamente o poder e o umbigo, a Palestina deslocara-se de forma a ocupar o lugar onde então deveria estar o reino de Pacheco.

Com os reinos a deslocarem-se, assim, ao acaso, qualquer rei se podia enganar!

De qualquer forma o reino dos Pachecos é o reino eleito e o ventre subiu à cabeça dos seus naturais.

É claro que a subida dum ventre à cabeça dum indivíduo é um fenómeno que afecta toda a sua maneira de ser.

O modesto cronista destas linhas poderia indicar inúmeros exemplos do que está afirmando. Não o faz por modéstia e por motivos óbvios, que não passarão despercebidos aos leitores mais inteligentes ou de pachecosidade menos intensa. Mas citemos um exemplo do que se tem vindo a dizer.

Referimo-nos ao prazer que os Pachecos sentem quando verificam que as suas muitas virtudes e qualidades são postas em relevo pelos indígenas dos «outros reinos».

Este atributo é exclusivo dos Pachecos e mostra a segurança e a fé que estes têm em si próprios.

Repete-se: e mostra a segurança e a fé que estes têm em si próprios.

Não?! Há leitores que duvidam do que afirmamos? Há leitores que nos consideram azedos, sarcásticos, derrotistas ou destrutivos?

Há?

Pois bem! Invertamos as coisas. Pegue o Estimado Leitor (com maiúscula porque se trata duma homenagem à Pacheco) no «Times», no «Figaro», no «Chicago Tribune».

Leia a primeira página. Leia a segunda página. Leia a terceira página. Leia-as todas. Releia-as. Volte a lê-las.

Encontrou no «Times» alguma secção intitulada «England in the foreign press»?

Encontrou no «Figaro» alguma secção intitulada «La France à la presse étrangère»?

Encontrou no «Chicago Tribune» alguma secção intitulada «What the foreigners say about the U. S. A.»?

Não! Não! Não! Não! Não! Não!

E porquê?

Porque os ingleses receiam que se não fale neles e não ousam chamar a atenção do público para tal facto. Porque os franceses pretendem esconder dos franceses que já ninguém falava França. Porque os americanos sabem que a Imprensa internacional nunca se refere aos E.U.

Tudo isso revela a insegurança e a falta de fé que caracteriza a vida nesses reinos.

No reino de Pacheco tudo se passa ao contrário.

Alguns leitores mal-intencionados destas modestas crónicas poderiam pensar que os Pachecos receiam que se não fale neles. Poderiam, mesmo, pensar que, tímidos e inseguros, receariam que se falasse neles...

Nada disso, porém, corresponderia à realidade.

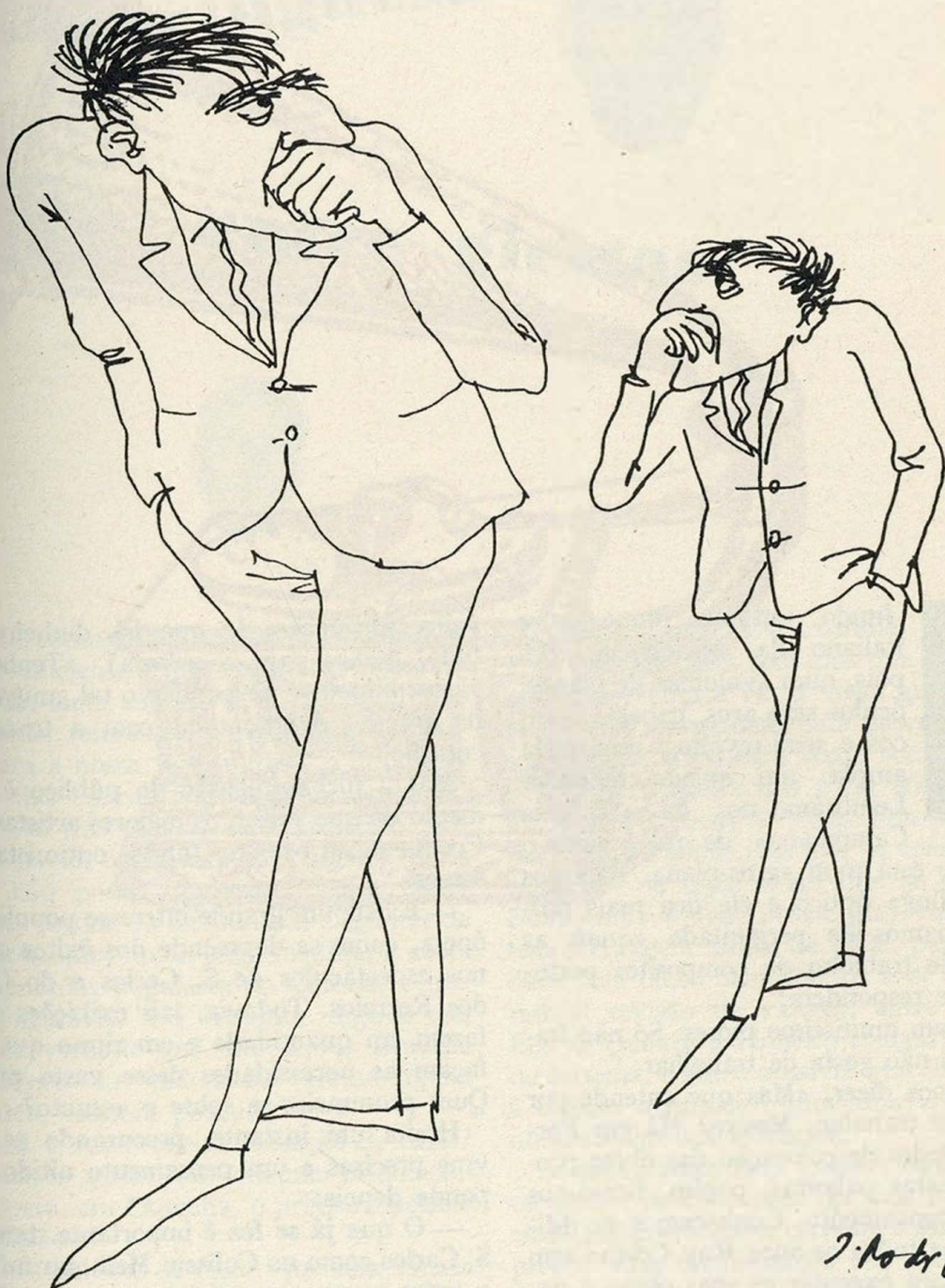
Os Pachecos não receiam nada. Ousam mesmo fazer o que nenhum país ousa: publicar as referências que a Imprensa estrangeira faz ao seu reino!

Todas as referências? Não. Nem isso era preciso. Bastam algumas, as necessárias para que todos compreendam que os Pachecos encaram o presente e o futuro cheios de confiança em si próprios. É quanto basta para desmascarar esses pseudocientistas que falam em complexos de inferioridade.

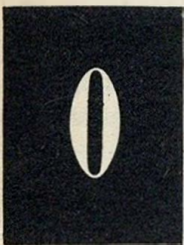
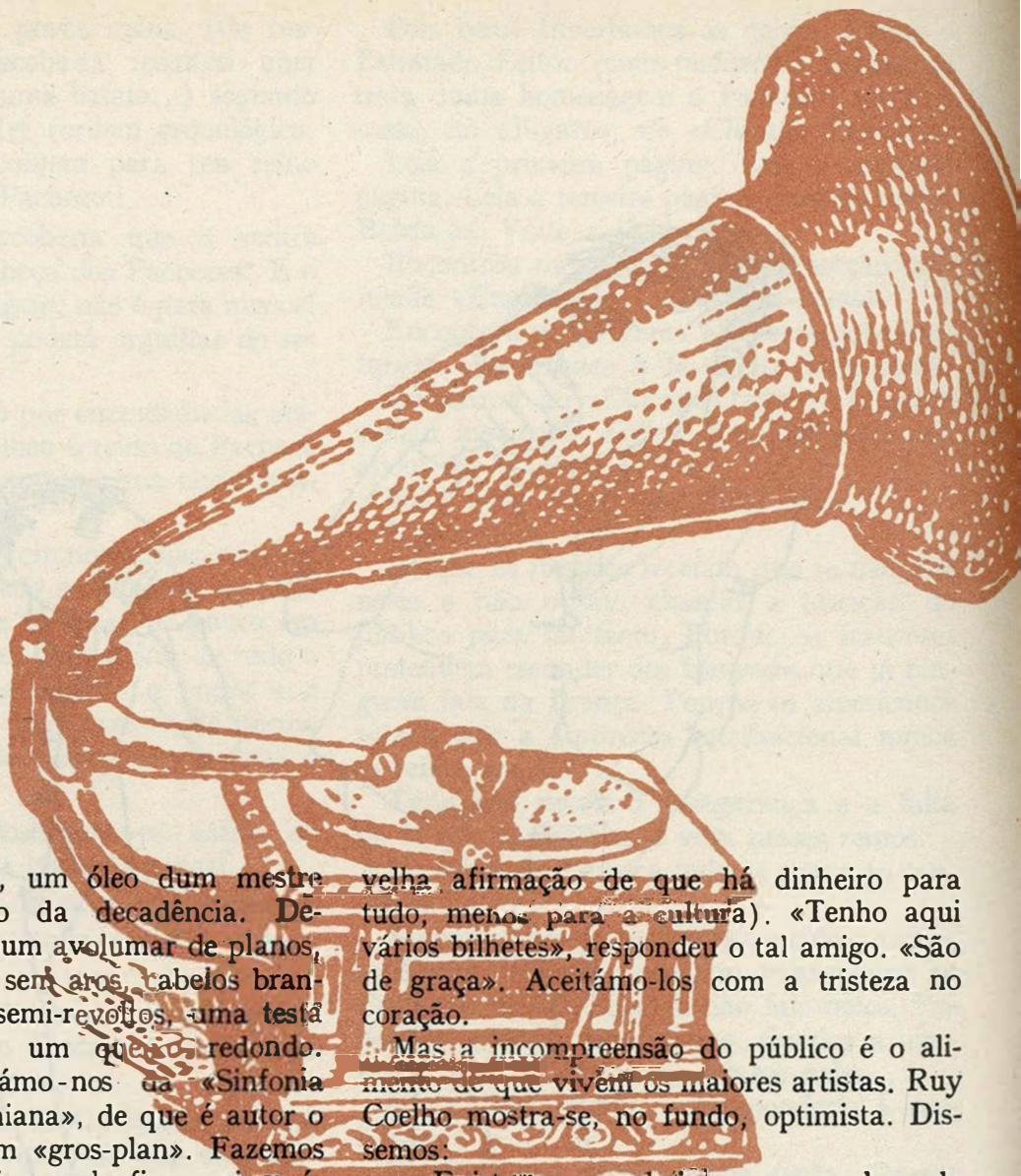
E chega!

Tudo isto, Estimados Leitores, resulta do culto do ventre (pompa, convicção de importância, etc....) ou, como disse um poeta muito em voga entre os Pachecos da nova bossa,

«Venha o que vier, nunca será maior do que o ventre dum Pacheco».



João Rodrigues



fundo, um óleo dum mestre italiano da decadência. Depois, num avolumar de planos, óculos sem aros, tabelos brancos e semi-revóltes, uma testa ampla, um queixo redondo. Lembrámo-nos da «Sinfonia Camoniana», de que é autor o

homem que está num «gros-plan». Fazemos um «travelling» óptico e ele fica mais próximo. Tínhamos-lhe perguntado «quais as condições de trabalho do compositor português», e ele respondera:

— Já foram muitíssimo piores. Só não trabalha quem não gosta de trabalhar.

Apetecia-nos dizer: «Mas que entende por condições de trabalho, Mestre? Há em Portugal facilidades de colocação das obras produzidas?» Estas palavras, porém, ficam-nos apenas no pensamento. Conhecemos as dificuldades que todos os anos Ruy Coelho tem de vencer para executar as suas obras e parece-nos de mau gosto insistir nesse ponto. Recordamo-nos de que ainda há poucos anos alguém nos telefonou a perguntar se queríamos bilhetes para o São Carlos, onde iria à cena uma ópera do Mestre. «Falta o dinheiro», respondemos (embora isso não fosse completamente verdade, o que demonstra a

velha afirmação de que há dinheiro para tudo, menos para a cultura). «Tenho aqui vários bilhetes», respondeu o tal amigo. «São de graça». Aceitámo-los com a tristeza no coração.

Mas a incompreensão do público é o alimento de que vivem os maiores artistas. Ruy Coelho mostra-se, no fundo, optimista. Dissemos:

— Existe um grande interesse popular pela ópera, como se depreende dos êxitos obtidos nos espectáculos de S. Carlos e do Coliseu dos Recreios. Todavia, tais exhibições não se fazem em quantidade e em ritmo que satisfaçam as necessidades desse vasto público. Quer pronunciar-se sobre o assunto?

Hesita um instante, procurando as palavras precisas e um pensamento nítido. Responde depois:

— O que já se fez é importante, tanto em S. Carlos como no Coliseu. Melhorar interessa a todos, quer aos artistas, quer ao público, mas quando se tenta melhorar qualquer coisa significa que essa coisa já existe. Há realmente um interesse enorme da parte do público pela ópera. E quem tiver mais competência para melhorar o meio que o melhora. Mas de forma que não destrua o que já é realidade. De resto, em cinco folhetos que



suite portuguesa

entre giestas

publiquei, consagrados a esses problemas, já marquei suficientemente a minha posição.

Com um tacto admirável, Ruy Coelho não fez qualquer referência ao retrocesso que significa para a nossa vida cultural o desaparecimento das épocas populares de ópera no Coliseu. Ao que parece, esse retrocesso provém de haver ópera em S. Carlos e de o Coliseu não poder, portanto, dispor duma orquestra. Assim, as temporadas elegantes de ópera far-se-iam, numa larga medida, à custa das temporadas populares do Coliseu, o que seria lamentável. No entanto, diga-se em abono da verdade que este ano a situação se modificou um tudo-nada. Houve ópera no Coliseu, embora pouca.

— Qual a sua primeira sensação de êxito?

— Quando ganhei no concurso internacional de ópera, em Espanha, o primeiro prémio com a *Belkiss*.

Não nos parece, de resto, que esta vitória seja apenas uma vitória de Ruy Coelho. Ela integra-se num plano mais geral: no meio da decadência que atinge as velhas nações da Europa, a nossa cultura afirma-se cada vez mais. É certo que os Portugueses são levados, uma ou outra vez, a descrerem dessa cultura. Um desejo de tudo negarem leva-os às lamentáveis conclusões de que Eça de Queirós

é exemplo típico. Ele exprime, de facto, o Português de olhos fechados que sistematicamente se recusa a ver a nossa grandeza cultural, que sistematicamente deprecia os nossos valores: a maneira como retratou (nesse detestável romance que é *Os Maias*) os políticos e os homens de letras dum período tão fecundo como esse, em que se construíam os caminhos de ferro e em que se escrevia o *Dom Jaime*, é disso prova. Mas, tímidos, não temos coragem ainda de olhar para a realidade com olhos bem abertos e de fazer uma radical revisão de valores: entre o céptico Eça de Queirós e Pinheiro Chagas, premente de certezas, como é possível que continuemos a colocar o primeiro num altar e o segundo no armazém das velharias?

Se procurámos Ruy Coelho, se o quisemos ouvir, foi precisamente por nos parecer que ele se integrava nessa corrente cultural que se propõe uma revalorização dos nossos verdadeiros valores.

— Porque escreve Ruy com «y» — perguntámos-lhe.

— Porque assim me ensinaram — respondeu.

Pequena resposta, grande conceito. O criador da ópera portuguesa revela assim o seu profundo amor pelo passado, pelas opiniões dos avoengos, pela tradição, pelos hábitos.

E quando pretendíamos saber que bebidas preferia, respondeu:

— Água. Poucas vezes vinho. Quase sempre café.

Numa época em que tanto português desportuguesado prefere o *whisky*, Ruy Coelho continua fiel aos princípios tradicionais: a água que é a linfa das nossas montanhas, o vinho que é o sangue dos nossos campos, o café que se tornou um dos mais saborosos motivos da fraternidade luso-brasileira.

Revalorização dos nossos verdadeiros valores. De facto, o esforço de Ruy Coelho integra-se nesse esforço mais geral de que a descoberta duma filosofia portuguesa, muito mais rica do que a filosofia europeia, é exemplo magnífico e prova irrefutável de que estamos finalmente no bom caminho: um caminho de crítica construtiva e supervalorizante. Uma análise bem dirigida revelaria (estamos certos) que esse movimento abrangia: um Júlio Dantas, um Malta, um Medina, um Ruy Coelho, valores consagrados. É certo que alguns espíritos menos avisados persistem em ignorar estas verdades insofismáveis e em atacar aqueles autores, quando, patrioticamente, o que há a fazer é louvá-los, para assim enriquecermos o nosso património artístico. E foi talvez por isso mesmo que Ruy Coelho, depois de lhe perguntarmos quais os escritores portugueses que mais admirava, respondeu:

— Muitos, antigos e modernos.

E acerca dos compositores preferidos:

— Todos os que trabalham a sério.

Exemplo pertinente de crítica construtiva e subtil. Porque, embora Ruy Coelho não tenha citado nomes e não tenha dito que amava todos os compositores portugueses, mas que amava apenas alguns, ele limitou-se a fazer uma afirmação de princípios. Afirmação muito geral para que não pudesse provocar divisões inúteis, mas claríssima e sugestiva.

De facto, nos tempos que correm os homens cada vez mais fogem às grandes generalizações. Vivemos no século da máquina e o nosso espírito é modelado por ela e torna-se essencialmente prático. Sofremos da lamentável doença do conceito e raros são os que têm coragem de fazer afirmações de carácter universal.

Insistimos:

— Que opinião tem da música electrónica e dodecafónica?

— Que interessa especialmente aos electricistas e mecânicos.

— E quanto ao «jazz», não será música menor? — perguntámos.

— Deixai-o seguir o seu próprio caminho — responde profeticamente.

Mas, não obstante o seu culto do passado, Ruy Coelho vive no presente. Ele não ignora — nem quer — as novas realidades. Perguntamos-lhe:

— Da sua experiência como compositor para o cinema, que conclusões tirou?

— Que é um campo ainda por explorar a fundo, sobretudo em Portugal, em que os assuntos portugueses são tantas vezes comentados com música estrangeira.

Modestamente, o maestro Ruy Coelho não se referia às numerosas vezes em que ele próprio compusera música para os nossos filmes. Modestamente, ele escondia que grande parte do prestígio de que o nosso cinema desfruta hoje no panorama europeu lhe era devido.

— Que pensa do fado?

— Que se podem escrever bons fados.

— E do Conservatório Nacional?

— Que tem mestres que muito podem ensinar.

Proposições muito gerais, quase com um carácter matemático. Ruy Coelho recusa-se sistematicamente a citar nomes, não vá ser desagradável para alguém. E quando lhe lembramos uma velha polémica com Lopes Graça, ele responde:

— Acho que isso não tem qualquer interesse nem para mim nem para ele.

Os anos passaram, a época é de paz. «Não provoquemos conflitos», parecem dizer os seus olhos, onde se espelha um nobre ideal de pacifismo. A sua filosofia, à beira dos setenta anos, parece-nos ser, portanto, a filosofia do homem que acredita ter o Mundo — apesar de todos os seus defeitos — atingido o equilíbrio máximo, dentro do possível. Em todas as suas respostas podemos descobrir essa preocupação. Nada de agitações, até podem piorar o que existe! Ruy Coelho trabalha actualmente em música sinfónica — segundo nos garantiu. Não ouvimos uma única nota. Mas será prova de grande intuição adivinharmos que nessas obras transparecerá a calma confiante, a alegria de viver, o desejo das águas tranquilas onde se reflecte um mundo que se deseja tranquilo e idêntico a si mesmo?

a sabedoria dos animais

por Manuel Ferreira

O MOCHO, O MACAQUINHO DE NARIZ BRANCO E O CORVO

Outrora, numa ilha de Bijagós, mandava o mocho.

Certa manhã, o mocho intimou o macaquinho de nariz branco a apresentar-lhe, sem tardança, um cacho de chabéu. O macaquinho, embora muito submisso, teve a leviandade de perguntar ao mocho o que lhe dava em recompensa

— Dou-te um esplêndido par de chifres, tão fortes e temidos como os meus — prometeu o mocho, sem deixar de se mostrar melindrado pelo atrevimento do macaquinho.

O macaquinho, todo esperançado, trepou a uma palmeira o mais depressa que pôde. E enquanto cortava o cacho chegou o seu amigo corvo que se pôs a retirar do mesmo cacho alguns bagos de chabéu para preparar a refeição da manhã.

O mocho, aguardando em baixo, acompanhava com os olhos o trabalho de ambos. A sua atitude de mandão causou no espírito do corvo uma revolta. E disse-lhe :

— Como nos encontramos atarefados no cimo da palmeira, seria conveniente que tu, oh mocho, fosses preparando a panela e a água para, quando descermos, arranjarmos o pequeno almoço.

— Que atrevimento ! — respondeu o mocho. — Apeia-te imediatamente para ires à fonte, se não enfio-te nestes meus chifres.

O corvo, com medo, pôs-se a caminho da fonte e voltou com o pote cheio de água.

Nessa altura o macaquinho apareceu com a lenha. Acenderam a lareira, cozinham debaixo da fiscalização do mocho. E antes de ser servida a refeição o mocho ordenou que o macaquinho fosse ao matagal escolher madeira rija para lhe preparar os chifres que lhe prometera.

Doido de alegria, o pobre animal lá foi a correr, à procura da madeira que entregou ao mocho. Este aparelhou os chifres, aguçou-os a primor e, em seguida, disse ao inocente macaquinho :

— Pronto !, aqui tens o prometido. Assenta-te para os encaixar.

E começou a operação. Tuca... Tuca, até lhe furar o crânio. O animal gemia e sangrava com abundância. Tuca... tuca, o mocho ia-lhe entalando os cornos. A vida do desgraçado acabava-se ao som das pancadas. E o mocho foi massacrando o macaquinho que acabou por morrer. Em vez dos chifres deu-lhe a morte.

O mocho, a bem dizer sozinho, regalou-se com a apetitosa refeição, pois o corvo ficou tão pesaroso pela perda do seu amigo que mal provou o manjar e esteve durante três dias a fio chorando em silêncio o defunto. Ao quarto dia, achando-se a preparar um punhado de mancarra bijagó para o almoço, notou que o mocho ressonava ali perto num sono de chumbo.

Então o corvo teve a ideia de saber de que eram feitos os chifres do mocho. Pé ante pé, acercou-se do mocho e passou-lhe os chifres com as mãos. Viu, apalpou, e, olá !, afinal eram simples penas — cornos postiços, sem préstimo algum.

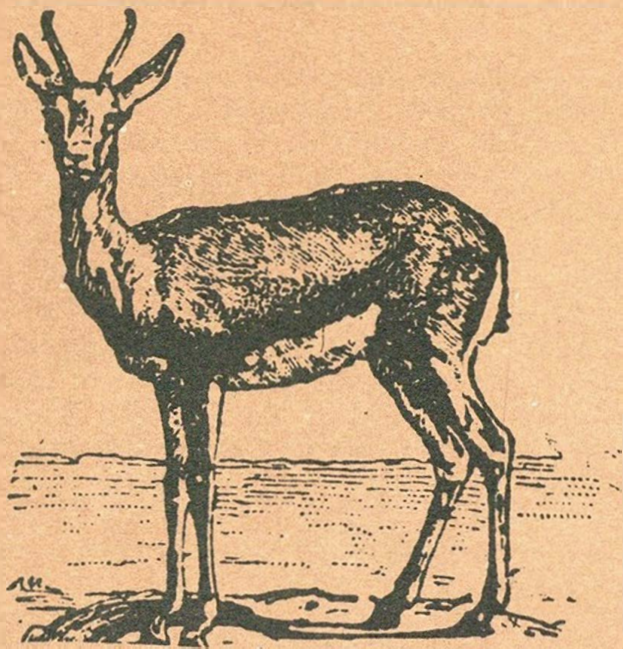
Contente da vida, e sentindo-se valentão, aguardou pacientemente que o mocho acordasse. Quando o mocho acordou exigiu ao corvo que lhe desse de comer. Mas o corvo, estendendo com a esquerda o pedaço da vianda ao mocho, agrediu-o com a direita no rosto e na cabeça.

O ferrabraz, ao recompor-se das taponas, compreendeu que o corvo lhe descobrira o ardil e fugiu da tabanca para o centro da floresta e nunca mais foi visto a vaguear à luz do sol.

Veio a alegria, a paz e o bem-estar entre os naturais daquela ilha distante.

Eis a razão por que o mocho só sai à noite do seu esconderijo e se tornou noctívago a partir daquela data.

O CÁGADO E A GAZELA



Um cágado foi ter com uma gazela para apostar a ver qual corria mais. A gazela, espantada, disse que estava pronta para a aposta e combinaram logo ali o dia da corrida, que ficou para daí a quinze dias, e o sítio onde se haviam de encontrar.

O cágado foi para casa e chamou todos os cágados, irmãos e patrícios. Contou a aposta e combinou com os cágados para se porem na estrada à distância de um quilómetro uns dos outros.

Chegou o dia marcado. O cágado foi ter com a gazela para lhe lembrar que era aquele o dia da corrida e combinaram o sítio em que deviam de parar. Começaram a correr. A gazela no fim de um quilómetro chamou pelo amigo cágado e perguntou-lhe:

—Então, vens ou não vens?

O cágado que estava parado naquele ponto respondeu:

—Vai andando, vai andando que eu já te apanho.

E assim por diante. A gazela em todos os quilómetros, quando perguntava pelo amigo, recebia a mesma resposta. Até que por fim já não pôde mais e disse para o cágado:

—Não posso correr mais. Tenho de o considerar, a você, como um «homem» de respeito. E foi assim que o espertalhão do cágado ganhou.

A CAVEIRA E O FALADOR

Um homem ia de jornada. Chegou a uma aldeia em ruínas e viu uma caveira.

—Olá, caveira! Como pode ser que toda a gente tenha fugido daqui e só tu te deixasses ficar?

Duas vezes repetiu a pergunta e duas vezes a caveira se negou a dar-lhe resposta, até que à terceira ouviu-a dizer:

—Estou aqui, caminhante, porque a minha boca morreu. Tu também hás-de morrer um dia por causa da tua.

O homem ficou muito espantado com a resposta da caveira, porque uma caveira não é capaz de falar. Dirigiu-se à aldeia do chefe e disse:

—Uma caveira falou-me!

Ninguém quis acreditar, mas o homem manteve a sua palavra:

—Falou-me, com certeza. Se duvidam mandem dois homens comigo e, se a caveira não falar, eles que me matem.

Os outros concordaram e ele partiu com os dois homens. Quando chegou à aldeia em ruínas começou a interrogar a caveira, ao pé dos dois rapazes.

—Diz lá, caveira: como pode ser que todos tenham fugido e só tu ficasses?

Mas a caveira não respondeu. Esteve o dia inteiro a interrogá-la e a caveira não soltou uma palavra. Então os companheiros do homem disseram-lhe:

—Vamos matar-te. Estamos fartos de esperar.

Mataram-no. Mal tinham acabado de o matar, a caveira pôs-se a dizer:

—Eu bem o tinha avisado: «eu tenho a boca morta e tu também hás-de morrer por causa da tua...»

É o fim.

O CAMALEÃO E A LAGARTIXA



Quando Deus criou o Mundo mandou o camaleão dizer a tudo e a toda a gente que as pessoas e os animais quando um dia morressem haviam de ressuscitar.

Perto estava a lagartixa, que tudo ouviu e que, como corresse mais do que o camaleão, foi na frente a dizer a tudo e a todos que quando se morre é de uma vez para sempre. Quando o camaleão chegou com o recado de Deus tudo começou a dizer que era mentira, pois que já tinha chegado notícia muito diferente.

Dizem que, se se morre de uma vez para sempre, foi porque o camaleão se demorou tanto no caminho...

discoteca



Além de Raul Solnado, que foi uma espécie de propagandista, por efeito contrário, da subestirpe das Flausinas, parece que ninguém mais — cançonetistas, poetas ou compositores de música ligeira — dedicou ao assunto as necessárias reguadas tão do agrado do público em geral e das Flausinas em particular. Não se compreende muito bem. A nossa produção de disco ligeiro não anda assim tão rica de temas, como se pode provar em meia dúzia de horas de desdenhosa atenção aos programas radiofónicos...

É indiscutível que o padrão Flausina não tem os méritos dos seus correspondentes estrangeiros, mas constitui uma fauna que *ainda* acredita nos *music makers*, na Discoteca como um Monte Olimpo da consagração, e nas patilhas Sprite como sinal de virilidade. É portanto da mais flagrante injustiça e da maior falta de senso comercial ignorar este público devoto do *pick up*, que é talvez o derradeiro a acreditar na mitologia dos nossos estúdios ligeiros.

No Brasil, a Bossa Nova soube descobrir o filão a tempo, e um artista da real categoria de Carlos Lyra recrutou mesmo nesse tema algumas das suas interpretações mais notáveis. O *broto* ali não andou apenas a ser especulado

a retalho pelos *rocks* de Celly Campello. O «brotinho Bossa Nova / fina flor do sindicato / do cachorro quente / da Lambretta e do boato» / existe por cá. A imagem repete-se trocando o cenário dos arranha-céus da Avenida Atlântica, de Copacabana, pelos «fura-nuvens» da Praça de Londres

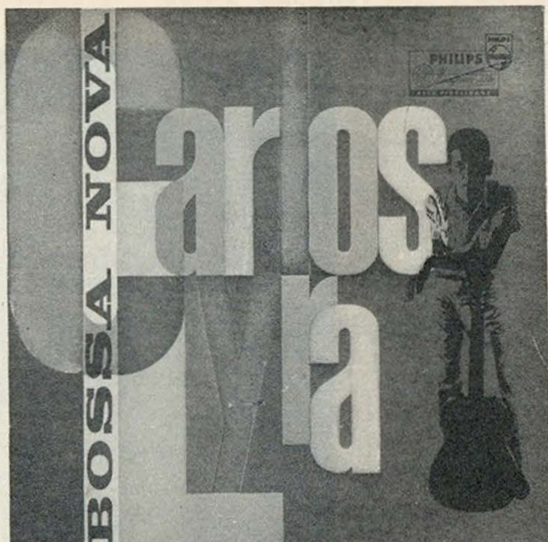
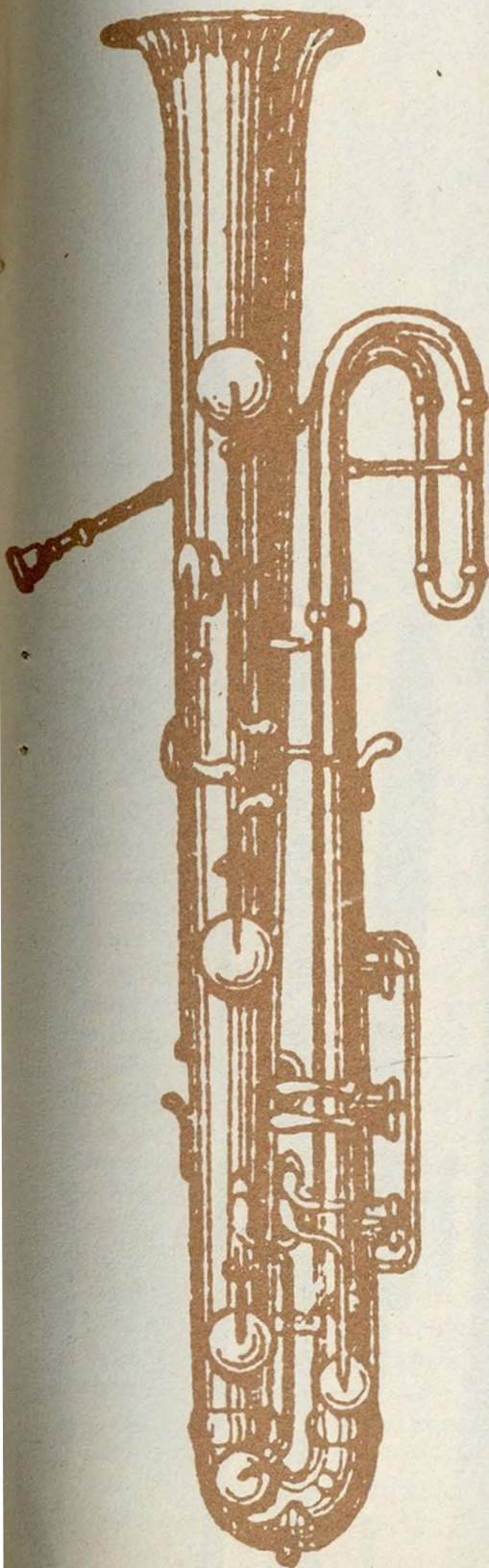
*Cabelo no ombro
Na pinta, um assombro,
Porém não engana
Com todo o seu «it»
É a falsa Brigitte
De Copacabana...*

(ou dos inferninhos da Discoteca...)

Em Portugal, além dos *notáveis* Conchas e das traduções pelo *Dicionário do Povo* de algumas cançonetas estrangeiras (ah! aquela admirável versão portuguesa de *Papa et Maman* onde se fala na carne assada que se queimou...!), nada consta que se tenha feito para abastecer a insaciável discofilia dos *brotos* lusitanos chamados Flausinas.

À falta disso as *pobrezinhas* recorrem ao estrangeiro. Ídolos? Paul Anka, Elvis Presley, Cliff Richard, os Platers, Johnny Bunnett...

Mas as Flausinas discófilas estão divididas em duas categorias distintas: as «cultas» (as que sabem inglês) e as



incultas (as que não sabem inglês).

O clamoroso êxito dessa estranha parelha que responde pelo nome de Os Conchas é devido, sobretudo, à aceitação que lhe foi dada pelas «incultas»: verifique-se que o tandem entoa baladas «roquistas» traduzidas. Por indício, é fácil constatar que as vedetas de grosso encaixe para o *box-office* são as acima designadas, entre outras.

Sinatra, Brassens, Yves Montand, Eartha Kitt, por exemplo, não são cotados entre a galeria flausínica. O seu êxito é determinado por uma compreensão intelectual (ou *snoob*) mais próxima de iniciados do que de adventícios. Eles não pertencem ao modismo; inserem-se, sim, no capítulo da permanência. A Flausina e o Bau-Bau classificam-nos de *chatos, peceeeebes* (?).

Depois desta confusão de preferências há outra confusão ainda maior. Ninguém sabe explicar, com clareza, por que motivo é que dois Bossa Nova de grandes méritos, João Gilberto e Elza Soares, estão agrupados na lista de alta classificação flausínica com as espanholadas repugnantes de Nat «King» Cole, com as borbulhadas necrófilas de Juanito Valderrama (o *flamenco* (?)) «El Emigrante» está, de novo, na ordem do dia) e os espasmos

amigdalíticos de António Calvário.

Note-se ainda que a tipologia característica a que com tanta proficiência nos temos vindo a referir, quando vai à compra de discos não costuma falar no nome do artista. Garantiram-nos que começou a ser hábito formularem os pedidos deste tipo:

«Tem o último disco do urrador romântico?» (Paul Anka).

«Já saiu a última gravação da boneca que tem um coração que bate?» (Celly Campello).

«E a voz do pijama no leito?» (Lúcio Alves).

Recentemente, numa conhecida loja da especialidade, entrou pressuroso um rapazote com travessão no colarinho e cinco botões no casaco:

«Quero a *Nona Sinfonia* em 45 rotações!»

E uma rapariga, com pernas de aracnídeo e saia dois palmos acima do joelho:

«O *Vai-te Lixar!*»

(A inteligente moça confundira o *My Foolish Heart*, de Roberto Inglês!)

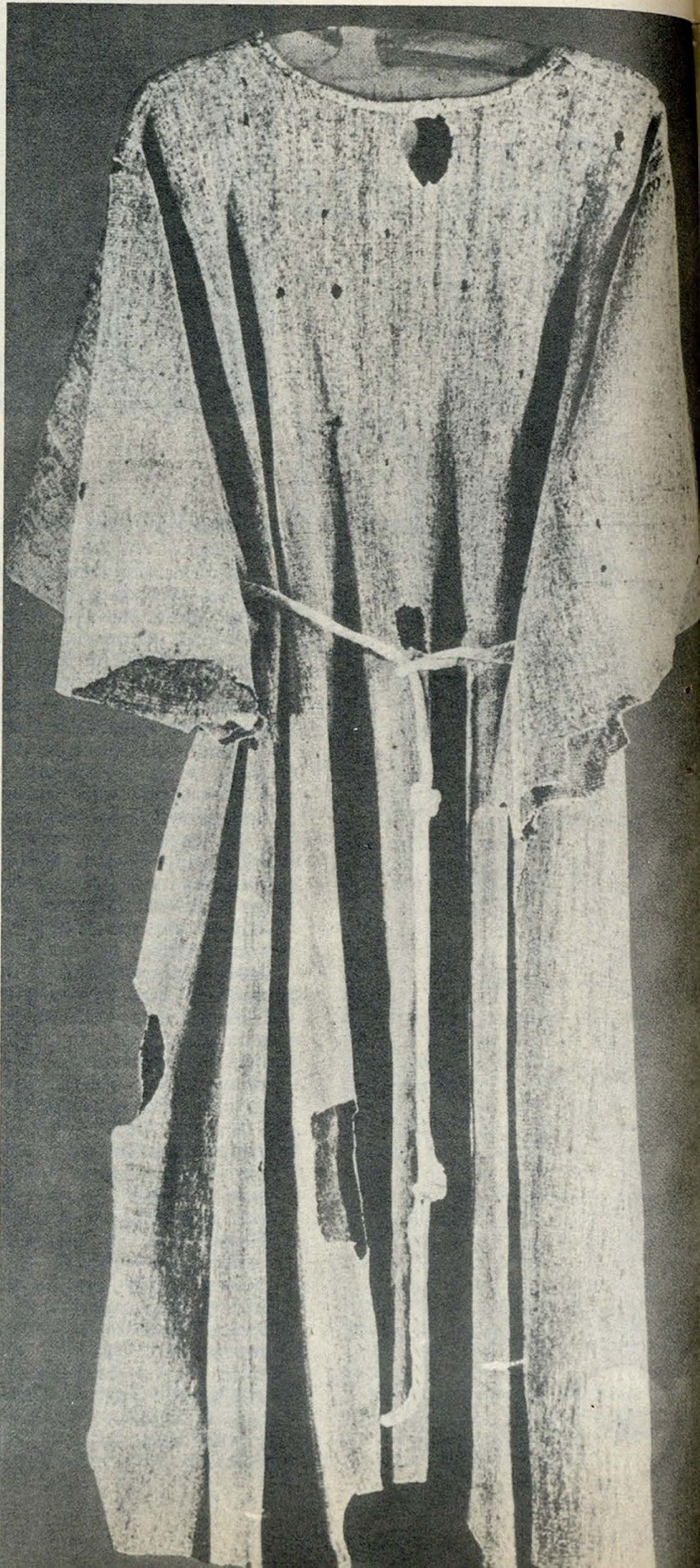
E, para terminar, o espantoso diálogo estabelecido entre uma Flausina e uma empregada de uma casa de venda de discos:

— O W. C.?...

— Em 33 ou 78 rotações?

(A empregada percebera Debussy).

flos-sanctorum



os santos nascem na terra

A cada cristão o seu santo. São Domingos para uns, São Francisco para outros — a cada cristão a sua imagem do homem na luta contra o pecado.

Homem com os pés na terra, liberal em tempo e espaço definidos, adversário da violência (que é a coragem dos cobardes), um cristão como Guedes de Amorim «escolheu» o seu exemplo de fé no **Poverello de Assis**. Compreende-se a adesão do escritor a uma figura de simplicidades tão gloriosas e de tão terrena humanidade quando se lê o seu **Francisco de Assis, Renovador da Humanidade** — uma profunda, amena e detalhada biografia com duas edições publicadas em menos de quatro meses. O santo poeta está ali em corpo inteiro, situado no clima medieval, nas qualidades e nos defeitos da sua condição humana. Os santos vêm da terra. Os santos, mesmo os mais contemplativos, fazem-se amassados no barro dos mortais; e Francisco de Assis (propositadamente Guedes de Amorim não lhe antepôs a designação de santidade no título do livro), Francisco de Assis só através da sua aventura terrena e dum corajoso exercício de renúncia às injustiças alcançou a sobrenaturalização que fez dele São Francisco.

Da mesma forma, o papel desenvolvido pela missão franciscana nas grandes empresas sociais, a força revolucionária que representa quando levanta a sua chama no pân-

tano negro das suposições medievais, e depois, na Idade Moderna, quando junta a sua acção organizada à revelação de novos mundos, tudo isso reforça e estrutura o apostolado do Pão e da Salvação que constitui a expressão mística desse pensamento humano.

Para os Portugueses, Francisco de Assis está indirectamente ligado à História numa das suas etapas mais luminosas e a conhecida homenagem póstuma de Jaime Cortesão ao franciscanismo é testemunho simbólico dessa actividade. Guedes de Amorim encontra, por isso mesmo, raízes mais directas que o ligam ao Herói Santo — além das religiosas, evidentemente. Mas, como se deduz do seu livro, o escritor procurou seguir a linha geral do exemplo do Santo: partiu da vida para a explicação superior dela mesma. E daí que a epopeia de **Francisco de Assis, Renovador da Humanidade** nos seja dada com a amenidade de um romance vivo, objectivo e de prosa moderna, sem enjeitar, para tanto, as sugestões problemáticas que lhe estão patentes.

Santo poeta, homem natural, irmão da música e do sol — Francisco de Assis dificilmente pode caber nas limitações de um biógrafo clerical.

Aí está porque se tornou herói de escritores como Chesterton e Kazantzaki e como, pela primeira vez entre nós, se nos revela, em perfil vertical, neste livro de Guedes de Amorim.

COCKTAIL

na fortaleza antipacheca

(do nosso enviado especial)

REINO DE PACHECO, Março (Pelo telefone). — Para fortalecer os laços de uma sã amizade, até então mais tácita do que concreta, entre o clã do «Almanaque» e os Jograis de Hoje, realizou-se ontem, na redacção daquela operosa revista, uma sessão solene, que decorreu com o brilho que era de presumir. Presentes, além do director do magazine, toda a equipa redactorial. Esses senhores, localizados pelas profissões que utilizam e de que abusam, são um escritor conceituado, um sereno licenciado em Letras, um advogado impertinente, um jornalista traquinas e um finalista de Medicina, moço de falinhas mansas e gesticulação comedida —mas todos eles, enfim, detentores de robusto talento, de sagaz percepção, de cultura para lá da consentida e de inteligência muito mais vasta do que a que permite a actual força humana. João Abel Manta, Sebastião Rodrigues e Pilo da Silva, o triângulo que perpetra, gloriosamente, a cápsula gráfica das prosas formosas e abissais de intenções, também se colocaram a um canto da sala, conferindo ao ambiente uma nota distinta e higiênica.

UMA NOTA ELEGANTE ERA CONFERIDA PELA PRESENÇA DE GENTIS SENHORAS

Outras entidades que assistiram à sessão: um realizador de cinema, rapaz de olho melifluo, com círios cavos a fornecerem especulações bizarras; Vítor



Três Jograis e uma máscara, sem contar com os chapéus.

Marques, locutor do excelente programa «Êxito», portador de um nó de gravata perfeito, e um grupinho de senhoras muitíssimo distintas, com elegantes vestidos de «lamé», de cetim Duchesse, de linho da Bretanha, de Jacard, de cambraia e de «peau de soie».

Neste clima mundano, a que as estantes da redacção, repletas de livros muito instrutivos, e as paredes das diversas salas, salpicadas de reproduções de Bosch, de Gauguin, de Breughel, conferiam uma nota de discreta severidade, movia-se, de um para outro lado, presa de uma inquietação mais interior do que táctil, uma figura cujo nome a nossa reportagem não conseguiu averiguar e que falava um francês com uma pronunciada troca dos ss pelos xx.

A distinta personagem envergava um paletó cinzento-escuro, uma gravata sem sobressaltos de cor, tinha olhos de batráquio, boca rasgada por um fio de navalha de barba e um nariz a descair em duas fases góticas.

— Sabe, meu amigo, a união faz a força — dizia para um circunstante.

— A amizade entre todos e o bom entendimento são processos operantes de se operar uma operação especialmente produtiva, que conduzirá, inevitavelmente, a uma concretização segura — tornou a dizer.

— Estes encontros, meu amigo, fazem com que nos conheçamos melhor, sabe? O verbalismo, tão utilizado no século XVIII, é muito mais eficiente do que a epistolografia. Assinar cartas, afigura-se-me, não dá ca-

pazes resultados. A convivência, a convivência, a convivência é absolutamente necessária. Cá por mim, que sou pelas tradições, voto na convivência — disse ainda. E acrescentou: — Na convivência verbal, bem entendido; além do que a epistolografia incorre no feio pecado de irritar pessoas de costumes brandos e hábitos morigerados.

Os Jograis de Hoje (são quatro: Fernando Midões, Vasconcelos Viana, Fernando Alves dos Santos e José Luís Louro, mas ainda há mais um, o Fundador, o Crânio, hoje radicado no Funchal, e que responde imediatamente pelo nome de António Malaquias de Lemos) foram apoteoticamente recebidos na sala Magna com vivas apopléticos e palmadinhas nas costas, mais sorrisos besuntados de prazer. — Estamos todos, não? — sussurrou, inquieto, o Redactor Um, adepto de realidades corais e, portanto, desejoso de auditório avantajado para a formosa oração de improviso, que preparara quatro dias antes. Foi nessa altura que os Jograis perguntaram em coro:

— E o Pacheco? Onde está o Pacheco?

O aludido Redactor Um deitou à volta olhadelas altamente desconfiadas, mirou, remirou e tremirou, e acabou por declarar, fazendo a sua habitual rábula de Humphrey Bogart, numa voz de além-túmulo:

— Está em toda a parte, meus senhores. À mesa, debaixo da cama, nas consciências, nos manuais de reeducação de adultos, nas letras do fado menor ou vacinado, em algumas letras de pátrios letrados, na Academia...

— Basta! — clamaram vários dos presentes.

— Em toda a parte menos aqui!...

(Nessa altura a distinta personalidade que trazia gravata sem sobressaltos de cor abandonou furtivamente a sala).

UMA FORMOSA OFERTA QUE EMOCIONOU TODOS OS PRESENTES

Duas gentis criancinhas, uma sardenta e de tranças e muito bem vestidinha de branco, a outra de fato à maruja, com ligeiros sintomas de macrocefalia e a fungar uma constipaçãozita, ambas filhas do nosso dono,



Pormenor fisionómico dum Jogral.

aproveitaram a inaudita oportunidade para avançar pela sala Magna e oferecer vários discos com gravações dos Jograis de Hoje, os quais discos se encontravam mimosamente depositados num bonito açafate, muitíssimo bem arranjado pelas pren-

(Continua na pág. 92)



Tendo por «décor» um painel de João Abel, os Jograis cumprimentam, ejusiva, espantada e simplicamente, todos V. Ex.º»

(Continuação da pág. 91)

dadas mãos da excelsa esposa do nosso querido dono.

Um «oh!» de surpresa saiu de todos os peitos (alguns dos ditos exactamente num opulento plural), enquanto o nosso dono fazia disfarçados gestos para as suas duas reproduções. A do sexo masculino lembrou-se, de súbito, do que a gesticulação significava, e, acotovelando a maninha, lá conseguiu um tandem de vozes:

— Temos muito prazer em arrecebê-los aqui.

Riram e saíram. Pelos olhos do clã almanaqueense perpassou um faiscar homicida. Mas sorriram todos depois. Papá ficou muito satisfeito. Fez outro sinal e logo de uma porta saiu uma esbelta rapariga, com colarinhos de goma arredondados nas pontas, avental muito branquinho e braços ao léu, que, numa enorme cesta de vime, transportava pastéis de bacalhau e filetes de pescada, garrafas de vinho branco e tinto, para os cavalheiros, e capilé e carapinhada, com as respectivas palhinhas, para as elegantes damas.

— Esqueci-me de trazer garfos — lamuriou a criada.

Alvorçado, logo o finalista de Medicina ciciou:

— Não faz mal. Comemos à mão, como na Idade Média...

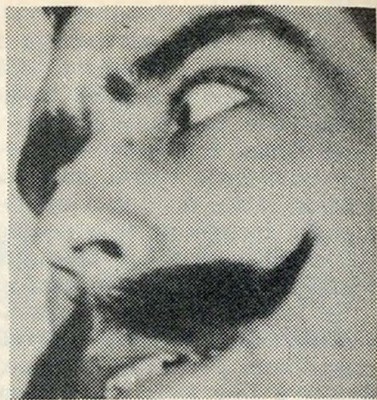
O nosso dono metralhou-o com o olhar, mas o finalista não deu por isso, preocupado como estava em engolir, simultaneamente, um pastel de bacalhau e um filete de pescada. A um canto, uma senhora, com uma delicadeza filigranada, chupava um dedo, enquanto o jornalista traquinas esgaravatava os buracos do nariz, numa pesquisa desenfreada e, pelos vistos, improfícua.

— Aqui é assim — dizia o nosso dono para uma outra dama —, é encher a barriga, é encher a barriga até fartar.

«NO NOSSO CLÃ PODEM ENTRAR TODOS OS HOMENS DE BOA VONTADE» — DISSE O REDACTOR UM

A marabunta passara pelos sólidos e pelos líquidos. Nesse interim digestivo, o Redactor Um puxou de um papel, tomou fôlego em doses industriais e leu a seguinte prosa, de fino recorte literário:

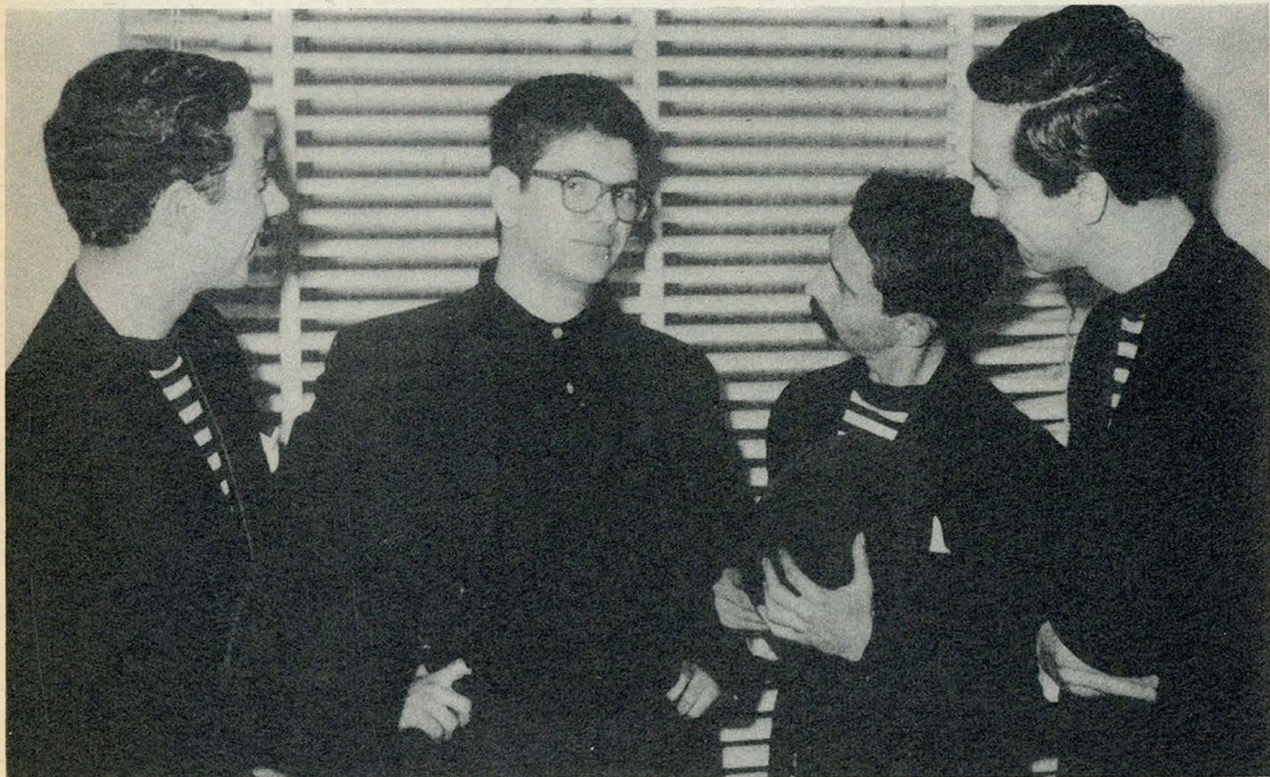
«Cidadãos requintados que so-



Um Jogral visto de perto. Demasiadamente.

mos, com o culto do belo e do bom arreigado no plasma e no ectoplasma, detentores de um critério selectivo que nos permite, rapidamente, a percepção do que é amigo e do que é inimigo, aqui clamamos, de braços bem abertos, para vocês, Jograis de Hoje: amigos! amigos! (Aplausos).

Pois bem, amigos, aqui, no nosso clã, podem entrar todos os homens de boa vontade, teentes às verdades sibilinas, leitores atentos dos jornais e dos livros de Hanam, tranquilos ouvintes da rádio e da TV e,



«Que querem? Comigo não, hein?»

eventualmente (esta é uma condição secundária), com basta biblioteca de ficção científica...» (*Aplausos fortes*).

«...Porque o nosso clã não é só pertença estrita de meia dúzia de bem apetrechados intelectuais, mas está aberto a toda a gente que queira servir os superiores interesses, os quais estão muito acima das especulações torpes e sinistras que ovelhas tresmalhadas do caminho linear fazem em seu derredor». (*Aplausos fortísimos*).

A APOLOGIA DA CONSCIÊNCIA DA CONSCIÊNCIA FOI FEITA PELO ORADOR

«Pois bem, vocês, Jograis de Hoje, por um lado—o lado oral; nós, «Almanaque», por outro—o lado da epístola—, ambos temos cumprido o nosso dever, e

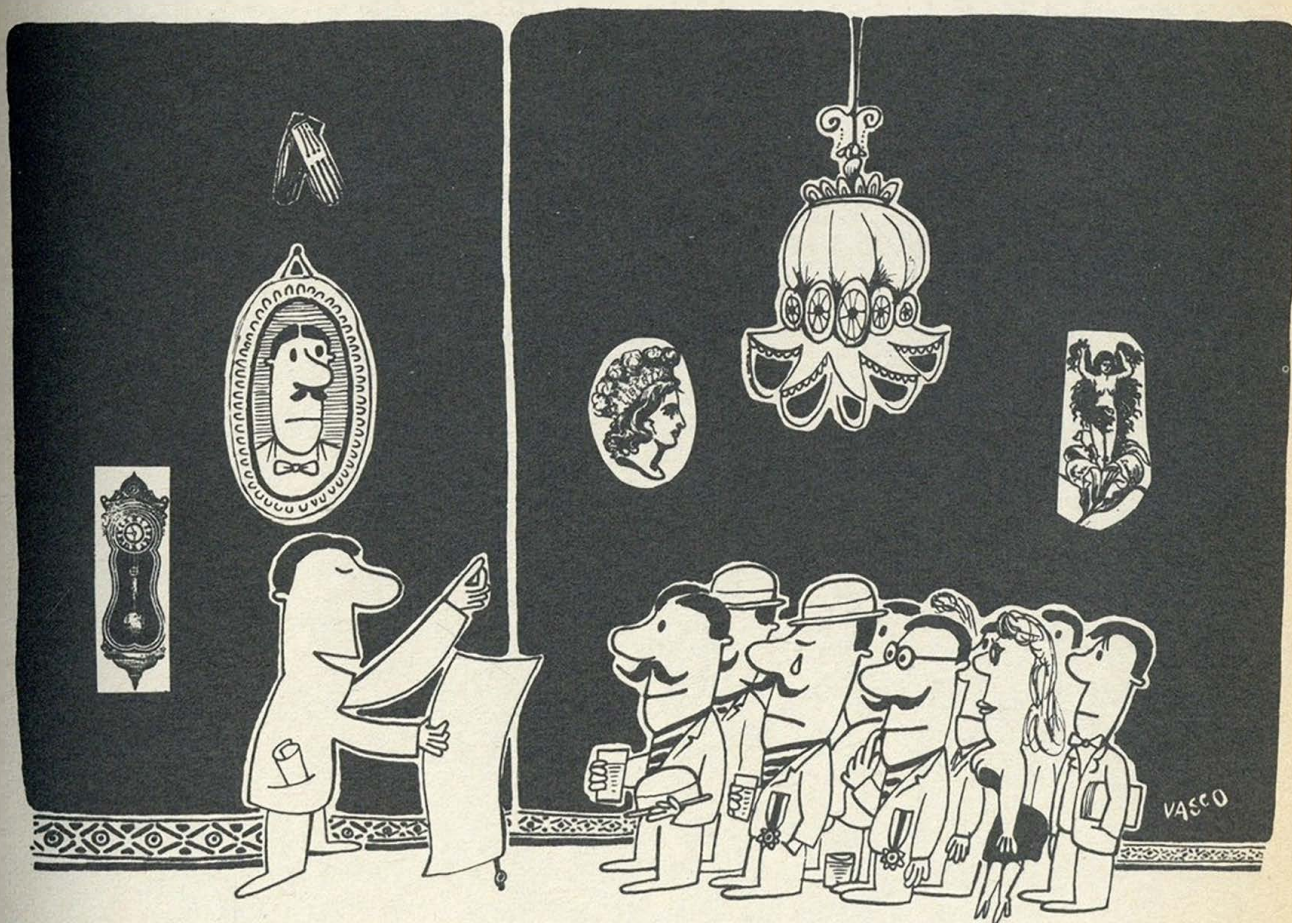
com essa consciência, com esse orgulho, podemos responder «presente» à voz da chamada. Que coisa mais bela, que coisa mais maravilhosa do que a consciência dessa consciência? Claro que existem erros, pequenas lacunas; mas a verdade é que todas essas insignificantes excrescências num todo tão formoso e palpável serão limadas com o tempo, pois o tempo, já o afirmou, após cerebração longa, o poderoso filósofo Xipomedes, clássico entre os clássicos, o tempo—dizia eu, eu não, perdão, Xipomedes—é um grande mestre.» (*Vivas entusiásticos e lágrimas a deslizar pelos rostos*).

«Na minha qualidade de Redactor Um, falo em nome de todos, na certeza de estar a exprimir o que os meus rapazes, pessoas de costumes brandos e hábitos morigerados, pensam cons-

tantemente. É a voz do coração, das ideias concretas, que lhes fala, amigos: sigam sempre o caminho que traçaram, inspirados nos nossos maiores, nas nossas tradições seculares, indiferentes à calúnia, ao veneno bolido pelas tais ovelhas negras a que já me referi. E obrigado, porquanto a vossa presença na nossa redacção é a prova inofismável da verdade que nos inspira e preside às nossas boas acções!»

Vibrantemente aplaudido, o Redactor Um preparava-se para bisar, mas logo um dos Jograis, receoso de que as palmas se esgotassem e não houvesse tempo para uma segunda edição, agradeceu o discurso com outro, repleto de citações que não podemos publicar por absoluta falta de espaço.

Agradeceu, está tudo dito.



O notável discurso de improviso do Redactor Um.



TEATRO:
UM
MONOMENTAL
CHAMADO DESEJO

Espelho de enganos,
Teatro de Verdades,
Mostrador de horas minguadas,
Gazua Especial
do Reino de Pacheco.
Oferecido
a quem se preze de direito
para que o emende e rectifique.

W. Trindade

Crónica com capítulos e um posfácio
a cargo de
MANUEL TRINDADE,
Zeloso da Pátria

Composto com caracteres móveis de Gu-
tenberg e impresso na única oficina do
Reino que possui máquina de estampagem
pelo vapor



CAPÍTULO NÚMERO UM

Sob a arbitragem de Pedro Bom, as equipas têm alinhado, no Pavilhão dos Desportos, para um *match* desigual, dado que os adversários não podem defender-se, devido à sua irremediável condição de cadáveres. De Garrett a Camilo, com expedições punitivas por Gervásio Lobato e D. João da Câmara, nada há que faça parar a fúria ofensiva da linha avançada do poderoso *team*, onde avultam, pela traça visigótica dos seus *dribblings*, os nomes de Rui Mendes e Alexandre Vieira, Maria Albergaria e Fernanda Alves, quarteto monolítico de intenções que bem merecia enfiar a camisola da internacionalização. Os jogadores estão mal pagos: os 2.500\$00 que arrecadam, mensalmente, são minguados para o exaustivo trabalho que têm de arrancar aplausos a adeptos pouco entusiastas, e a Câmara, sob cujas complacentes e maternais dioptrias os jogos se organizaram e disputam, talvez pudesse esportular mais algum dinheiro que permitisse a robustez dos atletas — e, sequentemente, tarefas mais espectaculares em adversários vivos. Para a eventualidade de um próximo campeonato, alvitramos os nomes de Bernardo Santareno, Tomás Ribas, Romeu Correia, Luís Francisco Rebelo e Luís de Oliveira Guimarães, rapazes já clássicos neste desporto tão requintado. Um desafio que opusesse a singular equipa do Pavilhão dos Desportos a estes briosos atletas teria o mérito maior de uma meça de forças aferível: é que, assim, as partes afectadas tinham a possibilidade de conceder entrevistas sobre as deficiências da arbitragem, as grandes penalidades não assinaladas pelos *liners*, a incorrecção de parte do público... Podiam, também, apresentar queixa na Federação e aguardar, pacientemente, os resultados dos seus protestos.

Como é do conhecimento geral, só as equipas podem protestar. O público não. E, neste caso especialíssimo, ainda menos: o espectáculo, pelas suas características formativas, é gratuito. Pobre e mal agradecido, não? Ah!, os mono mentais desafios que se disputam no Pavilhão dos Desportos!... Que Bom!...

CAPÍTULO NÚMERO DOIS

Pior do que a escarlatina, do que a brotoeja piorreica, do que a comicha dos fenos — é a laurite aguda. Epidemia com carácter permanente, começou a ser localizada, discretamente embora, numa certa agremiação de cultura popular, mas atingiu proporções alarmantes no Saldanha. A laurite atacou alguns dos representantes mais típicos da «esperançosa geração», que ficou assim irremediavelmente tatuada com a célebre frase da célebre Gertrude Stein: «Vós sois uma geração perdida». Nomes dos doentes cujo estado inspira sérios cuidados: Rui de Carvalho, Rogério Paulo (este até cantou), Armando Cortês, Paulo Renato, Raul Solnado, Canto e Castro. Um corpo a denotar evidentes sintomas de putrefacção: Fernando Muralha. Absolutamente irrecuperável: Vasco Morgado. Com febrícolas: vários capitalistas, que financiaram a compra de apetrechos, talvez para debelar a epidemia, mas que foram contaminados.

Ah!, o nosso monumental desejo era que a mono mental epidemia fosse celeremente dominada, para graça e pureza de tão belo Reino.



CAPÍTULO NÚMERO TRÊS

Consta que Ribeirinho, após o fecundo *en attendant godot* do Variedades, vai recolher, por exaustão, à casa de repouso criada pelo grande benemérito Sr. Costa Carvalho e pela distintíssima romancista Sr.^a D. Sara Beirão. Desejando pronto restabelecimento ao inimitável recriador da figura de Ernestinho, na cinemascópica versão (quer dizer: o cinema a estender-se ao comprido) do *Primo Basílio*, ficamos a aguardar, com grande ansiedade, mais uma meia dúziazinha de mono mentais criações e recriações, para recriação do nosso alvoroçado espírito.

CAPÍTULO NÚMERO QUATRO, que também podia ser o TRÊS-B, cá por coisas

José Miguel, empresário de primeiras letras (é proprietário, como se sabe, do Teatro ABC), tem sido um dos mais estrénuos defensores da cultura popular. Apoiado no fino gosto, na elegância, na *verve* deliciosa de dramaturgos tão representativos como Aníbal Nazaré, César de Oliveira, Paulo da Fonseca, Eduardo Damas, Manuel Paião e António Cruz, cujos formosos talentos interpretam, maravilhosamente, com subtilezas inenarráveis, as aspirações culturais do nosso bom povo, José Miguel tem edificado uma mono mental obra, que é justo louvar e humano agradecer, porque de ingratos anda, na verdade, o humano cheio. Como o Inferno de boas intenções. Pois o jovem e inteligente empresário, não contente com as magníficas aquisições feitas, no domínio da cultura literária, assegurou os serviços dessa robusta construção de actor que é Camilo de Oliveira, o qual tomou, de imediato, as rédeas do comando artístico, para recrutar, apressadamente (não fosse ela cumprir a sua ameaça de regressar ao Brasil, pelas rotas de Álvares Cabral), a fina comedianta que é Salúquia Rentini, esforçada intérprete de Xequespíres, Xequemates e de outros Xeques muito contemporâneos. Após um pequeno período de adaptação, logo Camilo transformou o ABC no seu pequeno mundo, exigindo que os dirigidos articulassem bem as palavras, lendo, horas a fio, num produtivo exercício, algumas das mais belas páginas da cartilha maternal. Patrício exemplo este, que devia ser seguido, até como medida higiénica, no Capitólio, no Avenida e no Maria Vitória, onde os Srs. Carlos Coelho-Humberto Madeira, Santos Carvalho-Teatro Alegre, Eugénio Salvador-António Silva, levando à cena peças de autores estrangeiros como Bernard Shaw, Arthur Miller, Ibsen, Maeterlinck e Nelson Rubiralho (este último um autêntico apátrida, pois é partidário do cosmopolitismo), prestam um mau serviço à cultura popular. E ainda mais: obrigam os infelizes comediantes seus contratados a aprender francês, inglês, alemão e outras línguas pagãs!

Convinha, pois, um jantar de homenagem ao inteligente José Miguel, ao telúrico Camilo, à formosa e nunca assaz louvada Salúquia, e um anátema àqueles proscritos, talvez expresso, mais concretamente, num abaixo-assinado enérgico, duro, inflexível. Aqui fica a sugestão.



CAPÍTULO NÚMERO CINCO

Segundo notícias procedentes de fontes geralmente bem informadas, a Cidade Invicta prepara um exército comandado por António Pedro, que tem como oficiais subalternos João Guedes, Baptista Fernandes e Vasco de Lima Couto. Ao que parece, a mono mental força, couraçada com peles de rinocerontes, prepara uma viagem ao fim da noite e está armada devido ao legado de um certo caixeiro viajante cuja morte foi muito sentida. Há, no entanto, uma possibilidade de se escapar à ameaça: António Pedro, de velho que está, pode finar-se pelo caminho. As mesmas fontes informam ainda que o provectoro general, na eventualidade de o ataque se realizar, dirigirá as operações seràficamente sentado numa cadeira de rodas, que será empurrada por Egito Gonçalves.

CAPÍTULO NÚMERO SEIS

O cronista recebeu o seguinte telegrama, que transcrevemos na íntegra, para não lhe furtar a singeleza do significado:

PEÇA ASPAS SÉRGIO O ATREVIDO ASPAS ESCRITA ANOS POR NÃO TEM PONTA POR ONDE SE PEGUE E PEQUENINO SER REPRESENTADA STOP PARECE QUE NO TEATRO NACIONAL STOP ARMANDO FERREIRA VIRGULA LOG VIRGULA MATOS SEQUEIRA VIRGULA FERNANDO FRAGOSO COMEÇAR A FAZER CRÍTICA SÉRIA STOP SANTARENO VOLTA MAR STOP RECEIO DE QUE SE AFOGUE COMPLETAMENTE STOP FINAL.

CAPÍTULO NÚMERO SETE

Especialista de estudos hegelianos, intelectual de bem estruturada formação filosófica, um dos principais animadores dessa clara revista que tem um número em vez de um nome, 57, Orlando Vitorino é, da mesma forma que José Miguel e Camilo de Oliveira, merecedor do nosso entusiástico aplauso. O notabilíssimo critério que tem presidido à escolha das peças levadas à cena no Trindade (não a cervejaria, o teatro) só podia ser oriundo de um crânio detentor de tamanhas meninges. Acompanhado da validade cerebral de Carlos Wallenstein, Azinhal Abelho, o lírico cantor dessa máscula província que é o Alentejo, Afonso Botelho e de outros proficuos homens de letras, Orlando Vitorino está a tentar restituir o teatro à sua posição adulta, vezes sem conta minimizada por decadentes figuras que preferem Sartre a Edoardo De Filippo, Ibsen a Ugo Betti, Claudel



a José Régio, Adamov a Gráham Greene. Ainda bem que essas decadentes figuras são rapidamente postas de parte! O teatro é uma coisa muito séria e com ele não se deve brincar! Vitorino tem compreendido muito bem o nobre significado testemunhal da arte de Talma e a prova táctil dessa compreensão está no trabalho que, serenamente, sem sobressaltos, sem a alta grita da publicidade barata, tem vindo a realizar no Trindade. Parabéns, pois, ao pio e prendado grupo do Teatro d'Arte.

E já agora, como a pena do cronista está leve de ânimo e empolgada no louvor (e até para que se não diga que a dita pena emperra sempre no má-linguajar verrinoso), endereçamos daqui muitas salvas de palmas à excelsa Senhora Dona Amélia Rey Colaço, cujo temperamento artístico tem possibilitado algumas das mais clamorosas vitórias do nosso teatro ligeiro. A qualidade e a quantidade não são irreconciliáveis, como se pode verificar pelos nomes que há tantos e tão luminosos anos têm engrandecido a Casa de Garrett. A série exaustiva de grandes dramaturgos revelados pela distinta atriz-empresária foi culminada, recentemente, pelo aparecimento de um, verdadeiro génio, autêntica jóia da literatura dramática. Referimo-nos, naturalmente, a Varela Silva, cuja peça, *Ponto de Vista*, demarca o início de uma nova linguagem teatral. Com que subtil inteligência esse rapaz, bem nosso, bem nacional, doseia a crítica aos costumes com a irreverência pelos preconceitos. E a sua fina ironia? E a sua elasticidade mental? E a sua singular galeria de tipos? Este excepcional rapaz até tem talento para versejar, vejam lá! Esperamos, ansiosos, que a excelsa Senhora Dona Amélia Rey Colaço estimule os engenhos de tão garboso moço. Não se importe com as suas (dele, bem entendido) irreverências, traquinices essas que só fortalecem os génios, como os xaropes peitorais os ameaçados de brôncopneumonias. E, Varela Silva, para quando uma nova peça? Que o êxito do *Ponto de Vista* não o envaideça. Que não se deite à sombra dos louros merecedoramente colhidos. Sempre em frente, meu rapaz! Sempre em frente! De túbios (e de túbias) anda o mundo farto e cansado. Sempre em frente! Sempre em frente!

POSFÁCIO

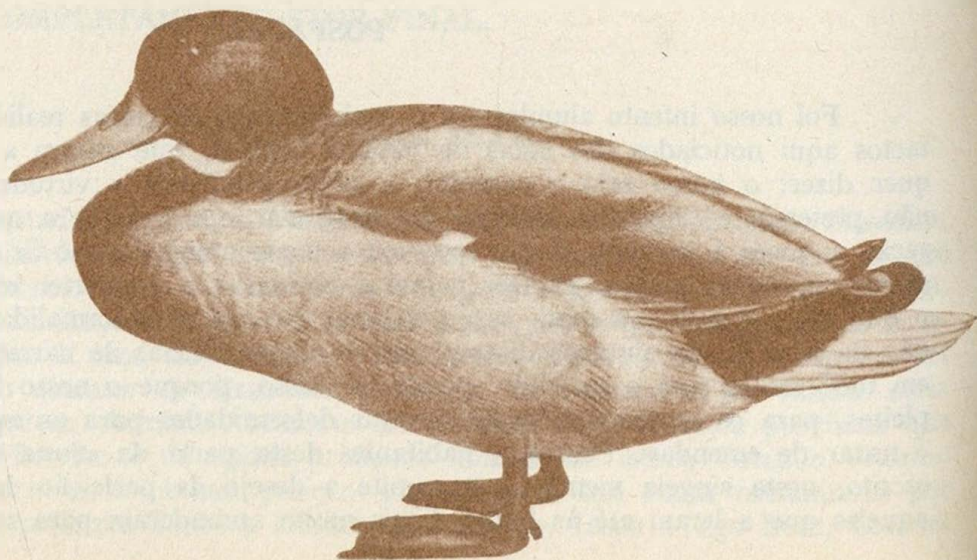
Foi nosso intento alumiar-vos o conhecimento de certas realidades fundamentais. Os factos aqui noticiados são balas de batalha campal, que atiram a montão sem pontaria; quer dizer: o nosso zelo e conceito, a nossa prudência e virtude bate só no comum e não pretende escarpelizar alguém em particular. Os méritos a quem os tem. A verberação a quem a procura. Como escreveu o nosso amigo íntimo Sr. Padre António Vieira, agora em outras plagas, a dizer palavras bonitas e a converter mais bárbaros, «só digo o que vi, o que li, ou ouvi, sem pesquisar autores nem formalidades mais que as coisas dão de si; e se em algumas discreparem as circunstâncias da narração, e não se ajustarem em tudo muito com o sucedido, pouco vai nisso, porque o nosso intento não é deslindar pleitos, para os sentenciar, senão mostrar deformidades para as estranhar e dar doutrina e tratar de emenda». Portanto, habitantes desta parte da crosta terráquea, o que ficou escrito, nesta singela memória, transmite o desejo da perfeição do Reino de Pacheco, e aqueles que a leram até às linhas finais muito aprenderam para ser virtuosos e tementes.

«...e também a nova Amadora parece ter sido erguida com vista aos interesses de alguns, em prejuízo de todos os outros, sendo os outros a sua população.»

Arq. Conceição Silva

«Pobre Amadora! Confrange vê-la desnudada em público, exibindo as horrorosas mazelas à luz crua do Sol... Porquê esta piedade por um monstro impiedoso? Mal de nós. Essa tal Amadora, produto urbano de uma conjuntura viciosa e podre, repete-se com outros nomes, aqui e ali, em volta da grande urbe — sempre albergando as mesmas esperanças e as mesmas frustrações.»

Arq. António Freitas



PROVÍNCIA DE TOMAR, CAPITAL AMADORA

Tomar, a cidade dos Templários, museu vivo de algumas das melhores expressões da arte portuguesa, tem a pesar-lhe na alma uma calúnia que a voz pública aleivosamente tem propagado: a de ser principal exportadora dos exemplares da conceituada espécie «mestre-de-obras», tão maltratada pelos arquitectos e tão adulada pelos vendedores de automóveis cromados. Esta calúnia é, evidentemente, ridícula e torna-se numa espécie de *boomerang* que atinge precisamente aqueles que pretendem servir-se dela. Na verdade, um elementar raciocínio prova que, sendo Tomar uma das mais belas cidades, do ponto de vista architectónico, com tradições monumentais, como o Convento de Cristo, a Igreja de São João Baptista, o Castelo dos Templários, etc., e não se descobrindo hoje por lá atentados de maior importância em matéria de construção moderna (como na generalidade das capitais), isso significa que Tomar se soube defender do estilo chamado «pato bravo», exportando todos os mestres-de-obras que nasceram naquelas regiões.

Poder-se-á considerar egoísta esta atitude. Mas é indiscutivelmente uma prova de inteligência, de bom-senso e de sagaz prudência...

PIONEIROS! OH, PIONEIROS!

Os mestres-de-obras quando nascem não se chamam assim. Pertencem, até à idade do serviço militar, à espécie indefinida do *homo vulgaris*. Só depois disso abandonam as paragens onde foram criados e, um a um, em filas como os patos, fazem a sua marcha sobre Lisboa. Dotados de grande resignação e muito espírito de sacrifício, começam a rondar talhões e capa-

tazes e assim se mantêm durante a época da primeira metamorfose — a metamorfose larvar de mestre-de-obras. Pouco a pouco, começam a engordar, a criar olhinhos rijos e argutos, e passam a deslocar-se em grossos bandos, cheirando a pão com queijo e palitando os dentes e os ouvidos com pedaços de fósforo. Preferem, nesses voos, as regiões vizinhas das Câmaras Municipais.

Nessa altura ou pouco antes, o mestre-de-obras em embrião escolhe companheira e é enternecedor verificar que vai quase sempre buscá-la às vizinhanças do seu berço, não fazendo questão de que use carrapito ou que não saiba ler. Exige, sim, que seja trabalhadora e saiba comprar no mercado.

Depois desta fase indefinida, os antropologistas garantem que a transformação se opera rapidamente. Em menos de nada, o indivíduo engorda, compra anilhas de ouro (para ser mais facilmente identificado), começa a construir com medo de si mesmo e das suas contas e passa a construir com medo dos outros e da contabilidade em geral, sobretudo no que respeita ao consumo de ferro e de cimento. Quando atinge esta fase, é comum perceber-se-lhe um cheiro a chispalhada muito característico, a que os vendedores de furgonetas e dos carros cromados chamam «o cheiro da massa», designação errada que poderia com mais facilidade ser traduzida por «cheiro dos feijões».

O mestre-de-obras é, apesar deste ciclo inoperado, um espécime de grandes virtudes e grandes engenhos. Se o deixassem, seria capaz de construir um arranha-céus na cabeça de um tinhoso, tal a sua imaginação; de fazer blocos de cimento apenas com areia e meia dúzia de



alfinetes, tal as suas capacidades de adaptação ao *habitat*; de fazer Roma e Pavia em menos de um dia, tal a sua rapidez e iniciativa; e de, finalmente, inventar novas tabelas de betão ou colónias de férias perpétuas para os Ex.^{mos} Arquitectos e Engenheiros.

O comportamento destes exemplares é característico e revela-se por grandes sentimentos de solidariedade para com o próximo, sensibilidade ao sofrimento alheio, modéstia no trato com inferiores, sendo característica típica a sua aptidão para conduzir automóveis. Alimentam-se principalmente de carne. Em Lisboa frequentam o Restaurante Polícia e no Verão as cervejarias, cujo sobrado costumam atapejar com cascas de tremoços e restos de santola. Também são herbívoros nas horas vagas e omnívoros nas horas ocupadas. Sendo de grande fragilidade de alma e de requintada educação, compensam-se comendo seja o que for e quando for.

DOIS VINTÉNS E UM PALÁCIO

Depois desta identificação morfológico-intestinal, convém esclarecer os nossos advertidos leitores acerca das rotas normalmente utilizadas pelo solerte mestre-de-obras.

O capital médio, repellido, com energias múltiplas, do centralismo citadino, avança, abertamente, para a periferia, onde os terrenos são mais baratos e a «Carris já tem em projecto um sistema de comunicação, por autocarro, com Lisboa». «Baratinho e rápido, sabe?», ou «Há alguma coisa que se compare aos ares do campo? É a saúde em golfadas, sim, em golfadas!» Amadora, Queluz, Moscavide e Almada são os locais onde o «baratinho, o rápido, as golfadas de saúde» atingem aspectos requintadíssimos. Se cada cidade tem o seu Manhattan, cada vila tem o seu Areeiro. A tradição areirica pegou. O mestre-de-obras lá tem a sua ideia bem assente sobre o que é que deve ser uma praça de vila e vá de a acotovelar com esguichos modernações, onde a pirâmide, as estacas, o caixote, as cores verde, terra-sena, vermelhão e topa-o-burro se incubam e proliferam numa orgia de gosto esquisito, mas a condizer com a chispalhada, a orelheira com feijão branco, a morcela aborígene. *A chacun sa verité*. Mestre-de-obras está certo: permanece fiel aos seus gostos e às suas virtualidades, arrecada uns dinheiros, serve bem os clientes («O ar é magnífico», «Se a Carris ainda não estabeleceu carreiras a culpa não é nossa») e vai ao encontro das possibilidades económicas do cidadão médio e quedo.

«Se calhar, por dois vinténs queria um palácio, não?»

Claro que não.

TOMAR(A) QUE CHOVA... TRÊS DIAS SEM PARAR

Os recursos de imagética dos augustos mestres-de-obras não estiolaram. *Nã senhora*. O seu

reinado estendeu-se e criou raízes fundas na Baixa da Banheira, próximo do Lavradio, onde a uniformidade estilística prosseguiu, cientes os construtores de que a fórmula estava integrada nos princípios elementares tão sãmente estabelecidos pelo Sr. Arquitecto Raul Lino. E vai de repetir a linearidade caixotesca da Amadora, de Queluz, de Moscavide e de Almada: zonas inteiras com o mesmo desenho de prédios, os mesmos vícios, os mesmos arrebiques, tudo levando, portanto, a crer que foram os mesmos os mestres daquelas obras — e de outras.

O moderno caixote entrou num trânsito de validez insuspeita. Mestre mestre-de-obras sabe bem (diga-se isto em seu abono menín-gico) que o português tem do moderno uma visão deformada e que entende pela palavra tudo o que tenha uma característica insólita e, simultaneamente, monolítica. A determinação do ambiente sobre a construção é para ele letra morta e enterrada. Topou com uma terminologia bizarra e vá de a empregar a torto e a direito: «é funcional» (caixote), «está dividida modernamente» (a casa de banho fica a vinte centímetros da cozinha, que, por sua vez, liga, directamente, com o quarto de dormir), «tem muito ar e luz» (as janelas são rasgadas no sentido vertical e todas juntas), «a renda está inserida nas possibilidades do português médio» (800\$00, quer dizer: uma distância normal de 14 quilómetros do centro das suas ocupações habituais).

As sugestões económicas implícitas neste palavreado aliciam os desejos do candidato a cônjuge. Mestre mestre-de-obras é, também, o «padrinho» tácito de numerosos matrimónios, que, ainda por cima (cúmulo da economia!), podem ser celebrados sob a égide de Santo António e do «Diário Popular».

Mas as possibilidades económicas do cidadão médio e quedo nada têm a ver com a realidade, ou a irrealidade, dos factos. Um inquérito que fizemos junto de vários architectos dá-nos margem a afirmar que, com o mesmo dinheiro de renda e nos mesmos sítios (só para falarmos nos nossos sítios), é possível a construção de casas efectivamente potáveis e possíveis, de gosto correcto e sentido proporcional das coisas. «A monotonia da vista» (*Frank Lloyd Wright*), iniciada com a Praça do Areeiro, continua impante e meteórica, atingindo um aguçado gume no inenarrável Bairro do China (Amadora). A esportulação da ingenuidade indígena é, já, alarmante. Se se podem fazer prédios *a sério* com o mesmo minguido encaixe de capital — que se façam. As «horrosas mazelas» de que fala o architecto António Freitas precisam de urgente medicina, para que se não sirvam, como diz o architecto Conceição Silva, «os interesses de alguns, em prejuízo de todos os outros».

Tomar — capital Amadora.

Tomar — capital periferia.

Tomar — capital credulidade alheia.

Tomar... tomara que chova, três dias sem parar...

Segundo o Recenseamento Geral da População elaborado em 1950, a população residente da freguesia da Amadora era de 18.789 indivíduos (8.981 do sexo masculino e 9.808 do sexo feminino), constituindo 4.960 famílias. Daquele total, sabiam ler 6.973 homens e 6.559 mulheres, sendo de 16.820 o número de católicos, dos quais 7.792 do sexo masculino.

Em 15 de Dezembro de 1950, a população activa com profissão e segundo a classe de actividade (conforme o mesmo Recenseamento Geral da População, editado pelo Instituto Nacional de Estatística) era constituída por 3.038 indivíduos do sexo masculino e 1.036 do sexo feminino, distribuídos do seguinte modo:

ACTIVIDADES	Homens	Mulheres
Indústrias extractivas	14	7
Indústrias de alimentação	75	1
Tabaco ..	2	22
Têxteis ..	49	90
Calçado e vestuário ...	81	1
Indústrias de madeira	51	
Cortiça ..	5	
Móveis ...	38	
Papel e artes gráficas	71	
Couros e peles ...	10	
Indústrias químicas ...	31	11
Indústrias minerais ...	41	8
Diversas	131	17
Construção e Obras Públicas ..	221	2
Transportes ..	271	45
Comércio e Seguros ...	361	134
Serviços administrativos e de interesse geral	626	672
Outras actividades (total)		486
TOTAL		4.074

Segundo a Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal, referente a 1959 e publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, o número de consumidores, na freguesia da Amadora, era de 11.601, sendo o consumo, por Kwh, de 1.109.150 para o 1.º escalão, 336.966 para o 2.º e 550.397 para os restantes (domésticos). O consumo, também por Kwh, para os consumidores não-domésticos foi de 294.896 (1.º escalão) e 218.124 (2.º escalão).

Havia 604 lâmpadas de iluminação pública (de 39,9 Kw), cujo consumo foi de 158.269 Kwh.

OUTROS CONSUMOS

de iluminação

MONTRAS E ANÚNCIOS LUMINOSOS	82 Kw
COZINHAS E AQUECIMENTO C/ CONTADOR PRÓPRIO	113.466
ESTADO E CORPOS ADMINISTRATIVOS	56.227

de força motriz

INDUSTRIAL	471.391
AGRÍCOLA	2.432

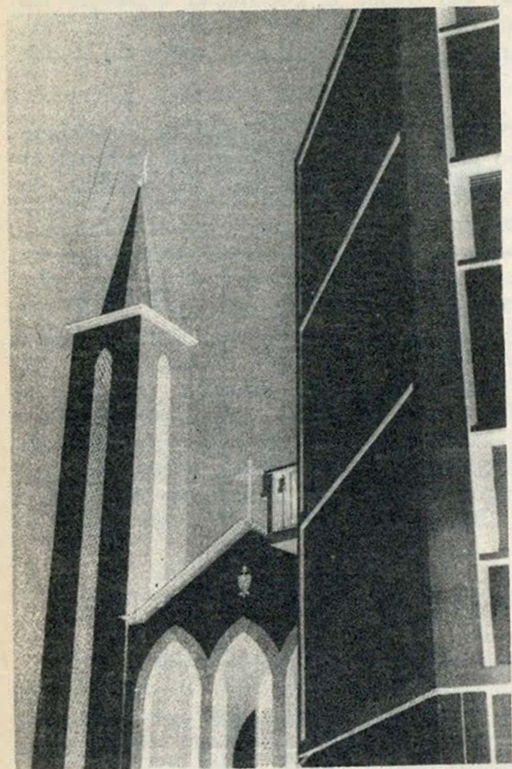
TARIFAS

de iluminação

	1.º Escalão	2.º Escalão	3.º Escalão
DOMÉSTICA	2\$00	1\$30	\$30
NÃO-DOMÉSTICA	2\$00	1\$70	
DE MONTRAS E ANÚNCIOS LUMINOSOS	1\$10		

de força motriz

INDUSTRIAL	1\$60	\$95
AGRÍCOLA	1\$60	\$95



Um novo estilo: o gótico da Amadora! Monstruosidade gerada pelo saudosismo inculto, peça de cenário que é a negação da própria arquitectura.

Quem não ambiciona viver em contacto com a natureza, e fugir para o campo depois de um dia de trabalho?





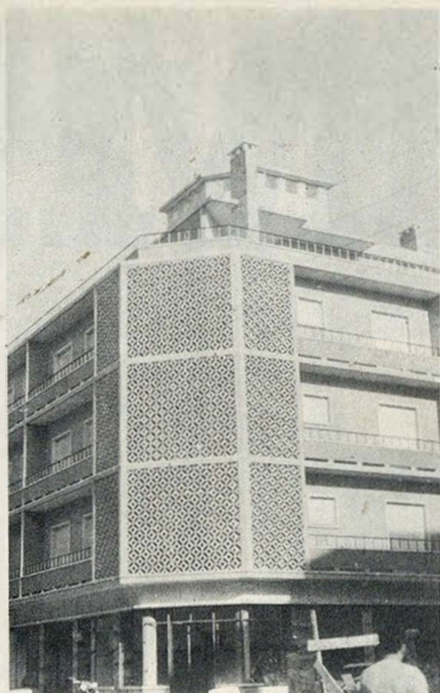
Os campos são espaçosos e atraentes; no entanto, a cupidez cega dos negociantes de terrenos sômente nos oferece ambientes urbanos, duros, acambaidos e torpes. Onde está a bela cidade de amanhã?



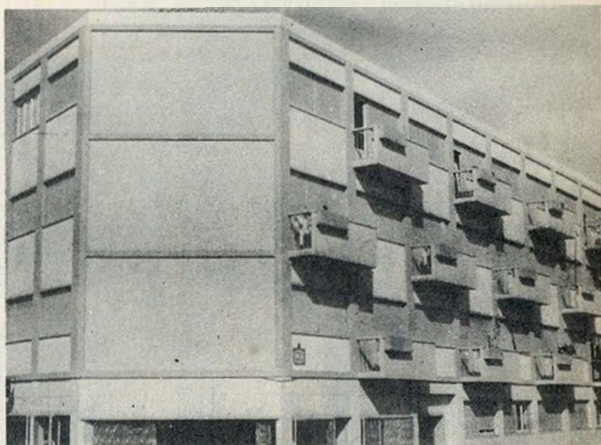


«Mas o melhor do Mundo são as crianças. O luar, e o sol que peca quando, em vez de criar, seca.» Parques infantis? Para quê? Então a rua não basta?

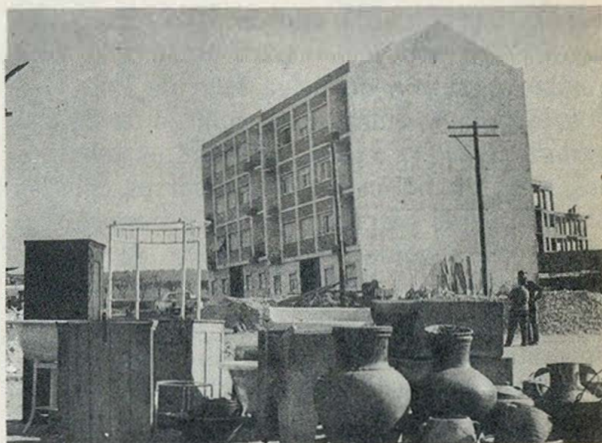




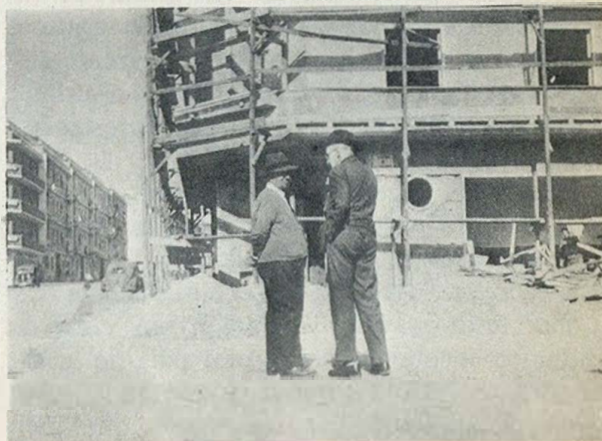
«Prédio de esquina ou morte ou ruína», diziam os nossos avós. «Para os inquilinos», deviam acrescentar. Mas não para os patos bravos.



Deus fez a terra, o Tomarense estragou-a e o homem não tem muito por onde escolher.



Dois dinâmicos «criadores» junto da sua «obra».



CRIME:

RESERVADO O DIREITO DE ADMISSÃO

Com o crime do Café Padrão, no Porto, pode dizer-se que Portugal alinha entre os seis países do mundo com casos policiais mais importantes no ano de 1961. Efectivamente, um «affaire» — para usarmos a adequada linguagem do belga Hércule Poirot — que faz movimentar duas polícias, a de Segurança e a Judiciária, crepitar os teletipos das agências noticiosas e alarmar as colunas das primeiras páginas dos mais importantes jornais estrangeiros, transformou, de súbito, o nosso quedo e rotativo país dum cenário propício aos malabarismos de inteligência de um Maigret, à violência de um Sam Spade, ao sado-masiquismo de um Philipe Marlowe.

O Café Padrão, por natureza calmo, envenenou, assim, igualmente, pelos trilhos da celebridade internacional, escapando-se à quietude e ao rotativismo. Segundo apurou a nossa brigada de reportagem, expressamente enviada ao local do crime, a criminosa, sem qualquer espécie de contestação, pois os factos são evidentes, é a sr.^a D. Maria Luísa da Piedade Reis Oliveira, e a vítima o sr. João de Barros Cerqueira, gerente daquele plácido «café», que decidiu tomar uma atitude drástica em consequência de aquela senhora estar a fumar um cigarro. Tamanha inconveniência, num país de hábitos tradicionalistas e numa cidade de mansos costumes, abalaria, naturalmente, qualquer

cidadão respeitável e, mais ainda, o sr. João Cerqueira, que se ufana de ser, entre os respeitáveis e respeitadores, o campeão incontestado.

A OPINIÃO DE TRÊS JORNALISTAS ESTRANGEIROS

Para que não nos acusem do feio pecado da parcialidade, resolvemos ouvir três dos jornalistas estrangeiros que se encontram no nosso país para fazerem a cobertura do sensacional acontecimento, cujo processo está a ser cuidadosamente investigado por uma das melhores equipas de detectives. Assim, Prottler Davis, o famoso colunista inglês do «Nighth and Day», disse-nos:

— Pelo que observei, «mister» João de Barros tem inteira razão. Fumar? Uma mulher fumar num «café»? Horrível! Inacreditável! Nunca se viu comportamento tão inaudito! Afigura-se-me que os juizes que vão julgar o crime só têm um veredicto: culpada!, e uma sentença: trabalhos forçados!

Jean-Pierre Costumet, repórter criminalista do importante matutino parisiense «Passe-par-tout», não sentiu reboço em afirmar, num tom peremptório:

— Culpada. Ela é culpada! Ainda bem que ainda existem no mundo pessoas tão

RESERVADO O DIREITO
DE ADMISSÃO



sensatas, tão cordatas, tão inteligentes e responsáveis como «monsieur» João de Barros. É consolador verificar-se que, no Ocidente, ainda há homens como este, defensores da moralidade, da decência, dos sãos e lisos costumes.

Por último ouvimos Carlo Sigogna, redactor do «Giornale Romano» e autor de alguns notáveis volumes de ensaios sobre a decadência da civilização do século XX. Declarou-nos o traduzido ensaísta de «Factos, Factos e Factos»:

— A minha opinião é que o sr. João de Barros merecia um monumento. Impressionante atitude! Magnífico gesto! Quanto à criminosa, não me pronuncio antes de estudar, se tiver possibilidades para isso, as suas tendências psíquicas, através de um exame minucioso que tentarei fazer.

O DEPOIMENTO DA ACUSADA

A sr.^a D. Maria Luísa da Piedade Reis Oliveira entregou a um dos nossos repórteres o seguinte depoimento:

«Estava sentada no «café», acompanhada por meu tio, a ver televisão. Por motivos

profissionais, meu marido não pudera deslocar-se comigo ao Porto, nessa visita à família. E, como gosto de fumar — nem pela cabeça me passou ofender alguém com o meu gesto —, tirei um cigarro e fumei. Não tardou que, com grande espanto meu e de meu tio, aparecesse na mesa um surrateiro bilhete, enviado pelo gerente do «café», avisando-me de que devia abandonar imediatamente o estabelecimento. Ciente dos meus direitos, não obedeci. Então, o homem, desenvolto, ordenou a um dos empregados que chamasse um polícia. O agente aproximou-se da nossa mesa, onde nós, impávidos e serenos, expusemos a nossa razão, a única do interessante caso: apetece-me fumar e fumara! O guarda entendeu que o facto de se fumar um cigarro não era motivo para tanto escarceu se, ainda por cima, a senhora do caso, que era eu, tinha como apoio a sua própria honestidade e uma conduta sem evasivas. Não tardou que o feitiço se voltasse contra o feiticeiro, e, daí a nada, o gerente estava a caminho da esquadra, agora como réu, pois o meu tio não quis perdoar-lhe a impertinência, nem o escândalo que se levantara em nossa volta. Aliás, tínhamos os fre-



quentadores do «café» todos por nós. Apresentámos, portanto, queixa na Judiciária.»

A VITIMA SOFREU VIOLENTO ABALO NERVOSO

Para a manutenção do equilíbrio com que sempre fornecemos notícias aos nossos leitores, tentámos entrar em contacto com a infeliz vítima, o sr. João de Barros Cerqueira. Porém, fomos informados de que o honrado e inteligente defensor dos bons costumes portugueses e portugueses se encontra no leito, devido a um abalo nervoso que sofreu em consequência do lamentável incidente.

No entanto, como se pode verificar pelas próprias declarações da acusada, a vítima chegou a enviar-lhe um «surrateiro bilheteinho», tentativa evidente de fazer com que o criminoso acto passasse despercebido. E foi a própria criminosa que insistiu na fumurada, engasgando e originando consequentes ataques de tosse em alguns dos presentes. Para um total apuramento da verdade, as autoridades investigam, cuidadosamente, e, ao que parece, já foram ouvidas mais de cento e cinquenta testemunhas oculares.

Expulsa do café, por fumar um cigarro!

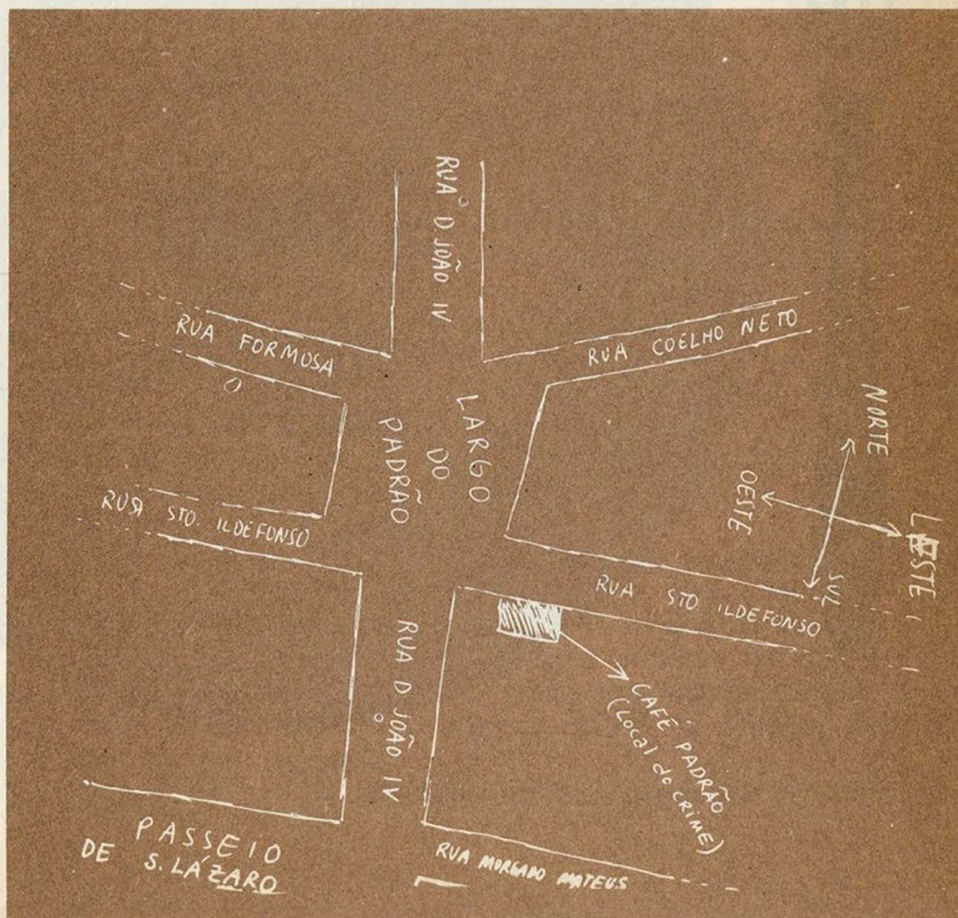
O sr. João de Barros Cerqueira, gerente do Café do Padrão pediu a intervenção da guarda da P. S. P. para expulsar do seu estabelecimento a sr.^a D. Maria Luísa da Piedade Reis Oliveira, residente na Rua de Entre-Campos, 27. 6.º em Lisboa, porque, segundo declarou, aquela senhora, que estava acompanhada de um tio, resolveu fumar um cigarro.

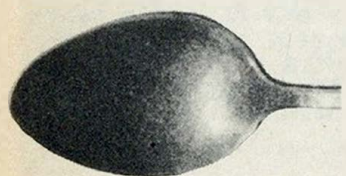
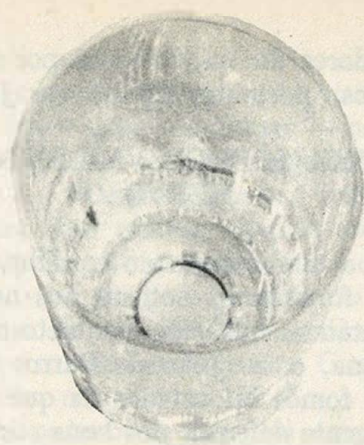
Evidentemente, a sr.^a D. Maria Luísa não se conformou com a estranha atitude do sr. Cerqueira e foi apresentar queixa na P. S. P. contra ele, considerando que tal atitude era contrária à sua dignidade.

Fotocópia da notícia publicada no jornal «O Século» em 25. de Fevereiro último.

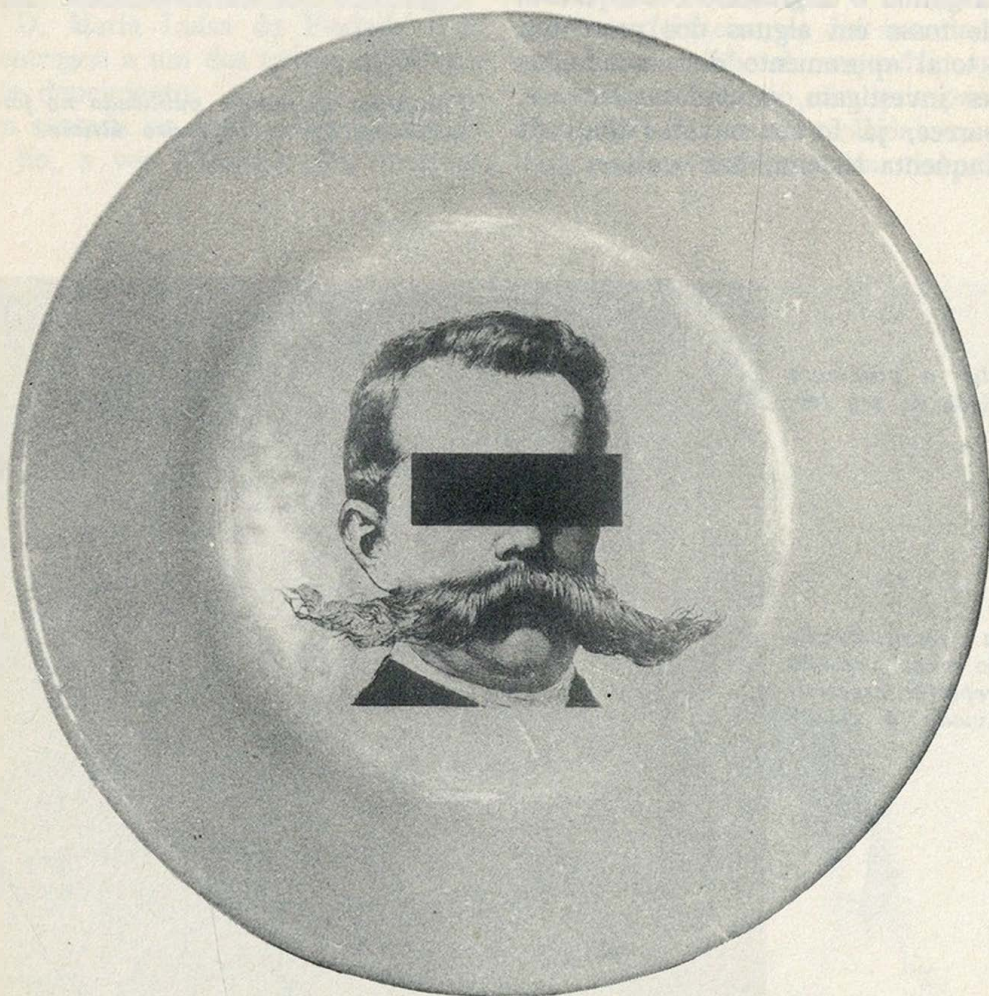
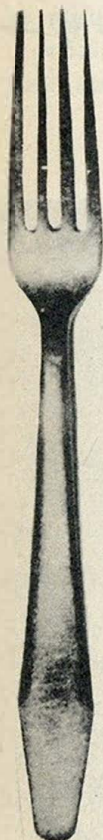
A esquerda: a criminosa na intimidade do seu lar.

A direita: reconstituição do local do crime, segundo o nosso repórter especialmente enviado à cidade invicta.





história com seis morais e sem cozinha





CONTA-SE que na Arménia, em data que não é possível determinar, alguns dos vagões que transportavam petróleo dos campos petrolíferos para os portos de embarque regressavam de novo cheios de vinho destinado ao

consumo dos residentes do interior. E claro que os referidos vagões não eram lavados e que o vinho chegava a casa dos consumidores com uma mistura de petróleo que lhe dava, além duma cor muito especial, um sabor grandemente apreciado. Segundo reza a História, estabeleceu-se certo dia no porto de embarque de petróleo um comerciante de vinhos que, ao tomar conhecimento do facto apontado, se riu a bandeiras despregadas e logo concebeu um negócio que o faria prosperar rapidamente. Se os habitantes do interior gostam tanto do vinho que bebem, apesar de misturado com petróleo, pensou o espertalhão, muito mais vinho beberão desde que não saiba ao referido produto...

Levado por esta ideia e pensando nos haréns e nos Rolls Royces que iria comprar com o lucro do negócio, mandou lavar os vagões que iam regressar às montanhas e encheu-os do seu produto — um vinho especial que adquirira por baixo preço na Sicília.

Os vagões lá regressaram ao interior e o seu conteúdo foi, como sempre, distribuído pelas tascas da região.

Em sua casa o comerciante espertalhão aguardava as encomendas que julgava inevitáveis e enviava telegramas ordenando aos seus agentes que adquirissem mais vinho para fazer face ao aumento de consumo que previra.

Passou-se um dia, uma semana, um mês, e de encomendas nada...

Certa noite o nosso comerciante foi acordado por um ruído estranho que parecia partir das montanhas.

Levantou-se, foi à janela e viu, ao longe, uma fila de luzes semelhante a uma serpente iluminada ziguezagueando por entre os penhascos da serra e aproximando-se em passos lentos, mas seguros, da cidade.

Pouco a pouco o espertalhão foi verificando que se não tratava duma serpente mágica, mas duma multidão que avançava para a cidade, iluminada por alguns milhares de archotes.

— Eles aí vêm — pensou o nosso comerciante, doido de alegria. — Não conseguiram esperar pelos vagões! Vêm comprar o meu vinho! Que grande dia!

Vestiu-se, acordou a família, chamou os empregados e mandou abrir as portas do armazém.

Não conta a história se o espertalhão mandou colocar sobre o balcão uma estatueta muito usada nas tabernas, com o dístico «Aqui não se fia». É de julgar que sim, porque os taberneiros são todos iguais, quer vendam tinto na Arménia, quer vendam Gerês em Espanha.

De qualquer forma todos os historiadores são unânimes ao descrever o que se passou em seguida.

A multidão, à medida que se aproximava do armazém, ia destruindo tudo o que encontrava no caminho. O edifício do tribunal ardeu. Dos três haréns públicos da cidade não resta, hoje, senão uma agradável recordação e o próprio edifício da Câmara foi arrasado.

A tudo isto assistia o negociante esperta-

lhão com um sorriso sabido. De si para si pensava que, na próxima remessa, misturaria mais água no vinho, já que, desta vez, a água que misturara não chegara para acalmar os ânimos exaltados dos rudes montanheses. 50 litros de vinho, pensava ele, com 100 litros de água, vendidos pelo preço de 150 litros de vinho sem água..., e já se imaginava passeando entre as mulheres dum harém novinho em folha, tão grande e tão bem fornecido de beldades que faria inveja ao próprio sultão.

(Isto pensava o espertalhão na sua ingenuidade e por desconhecer que os grandes sultões da Arménia vivem em Lisboa...)

De repente a multidão surgiu na praça, mesmo em frente do armazém, e o espertalhão já se preparava para abrir as pipas de vinho e as torneiras de água, que montara debaixo do balcão, quando viu que, à frente da multidão, vinham três ou quatro sultões de segunda, montados em cavalos ricamente ajaezados à Andaluzia.

Um deles, o mais ricamente uniformizado, desmontou, aproximou-se da porta da loja e começou a falar.

Mal abriu a boca a multidão pousou os archotes e, enquanto o discurso durou, não se ouviu na praça um único ruído.

Ao que parece o sultão de segunda teria proferido as seguintes palavras:

— Vendedor de vinho, comerciante imundo que vives à custa deste pobre povo bom e crente: acaba de chegar aos ouvidos da autoridade a notícia de que enviaste para as montanhas um vinho de má qualidade e que o pretendeste vender como se de bom vinho se tratasse. Mostraste, desta forma, que não respeitas as instituições sagradas da tua terra e que desprezas o teu povo. Esta pobre gente acaba de chegar das montanhas. Caminhou toda a noite pelos vales e pelas florestas a fim de se vir queixar às autoridades, e estas, conscientes da sua missão, julgaram-te e condenaram-te à morte. As autoridades estão sempre do lado do povo e são os seus melhores defensores... Foste julgado, comerciante imundo, e vais ser, agora, decapitado...

O comerciante, ao ouvir isto, sentiu um arrepio terrível subir-lhe pela espinha acima e, sem saber porquê, começou a sentir um mal-estar difícil de descrever na zona do pes-

coço. Felizmente, porém, lembrou-se de que o sultão de segunda era seu cliente há muitos anos e que, ainda por cima, era um grande entendedor de vinhos. Chegava mesmo a beber duas e três dúzias de garrafas do melhor vinho francês por semana, e raro era o domingo em que não bebia, a meias com a esposa, uma garrafa do melhor Armagnac, importado para o sultão de primeira, sem que o mesmo tivesse conhecimento do facto.

Atendendo a isto, pensou o comerciante espertalhão, vai-me ser fácil desfazer este mal-entendido. Avançando para o sultão de segunda, proferiu as seguintes palavras:

— Amado senhor representante da mui digna e mui amada autoridade: há muitos séculos que o nosso povo, bom e crente, bebe, sem o saber, vinho transportado em vagões sujos de petróleo. Este vinho tem mau sabor e causa prejuízos irreparáveis à saúde. Não há, no mundo inteiro, quem beba vinho semelhante a este e nenhum povo teria a ousadia de se considerar civilizado se bebesse vinho misturado com petróleo. Sabendo isto, resolvi mandar lavar os vagões de forma a que o vinho chegasse às montanhas com a sua pureza original. Sou um amigo do povo. Julgo até que mereço uma medalha, e não, como V. Ex.^a acaba de sugerir, uma viagem gratuita para um mundo melhor. A prova do que afirmo é fácil de fazer e V. Ex.^a, entendedor de vinhos como é, não pode deixar de me dar razão...

O comerciante desapareceu no interior da loja e regressou, pouco depois, com dois copos de vinho que entregou ao sultão de segunda. O primeiro, explicou, contém petróleo e é semelhante ao que bebia o nosso povo bom e crente. O segundo é puro, tal como a cepa do deus. É este o vinho que enviei para as montanhas. Prove-o V. Ex.^a e verá que tenho razão...

O sultão de segunda levou o copo do vinho com petróleo à boca e saboreou-o longamente. Em seguida provou do segundo copo e, num gesto de raiva, cuspiu o vinho e gritou:

— Bandido! O nosso povo bom e crente tem razão! Mereces a morte!

Ataram logo o pobre comerciante espertalhão a uma árvore enquanto este balbuciava:

— Mas... como pode isto suceder? V. Ex.^a que é entendedor... que só bebe vinho fran-

cês... que sabe de vinhos... que nunca bebeu petróleo...

Tudo isto balbuciava o pobre comerciante enquanto o sultão de segunda o contemplava com ironia.

Por fim lá o mataram e todos ficaram satisfeitos. O povo regressou às montanhas depois duma grande manifestação em que agradeceu à autoridade o seu zelo e a sua dedicação. O sultão de segunda regressou a casa onde o aguardavam duas dúzias de garrafas de Chateau Laffite 47 e o comerciante deu entrada num mundo melhor sem compreender que a autoridade tem, como função principal, conservar-se no poder, ainda que para tal seja forçada a provar, de vez em quando, vinho com petróleo. Inútil será dizer que o povo da Arménia continua bom e crente.

E aqui acaba a história do vinho com petróleo, estimados leitores, uma história que apenas se distingue das outras por ter várias «morais», enquanto as outras, como todos sabem, têm só uma.

1.^a moral da história — Se queres conservar a cabeça não a uses.

2.^a moral da história — Vox populi, vox Dei.

3.^a moral da história — Deixa-te de fantasias e vende o que os clientes querem comprar.

4.^a moral da história — É preferível ser bom e crente a ser mau e descrente.

5.^a moral da história — Em terra de cegos quem tem dois olhos é morto.

6.^a moral da história — Se queres ser rei nos reinos que ficam atrás das montanhas, vaza um olho.

E pronto. Ficamos por aqui. Como todos viram, esta história refere-se àquilo a que, agora, se entende (entendem os donos dos restaurantes...) por cozinha portuguesa.

Cada um que a interprete à sua maneira.

Somos ou não somos um povo bom e crente?

brevemente! a colecção



marabu-júnior

PARA JOVENS DE TODAS AS IDADES

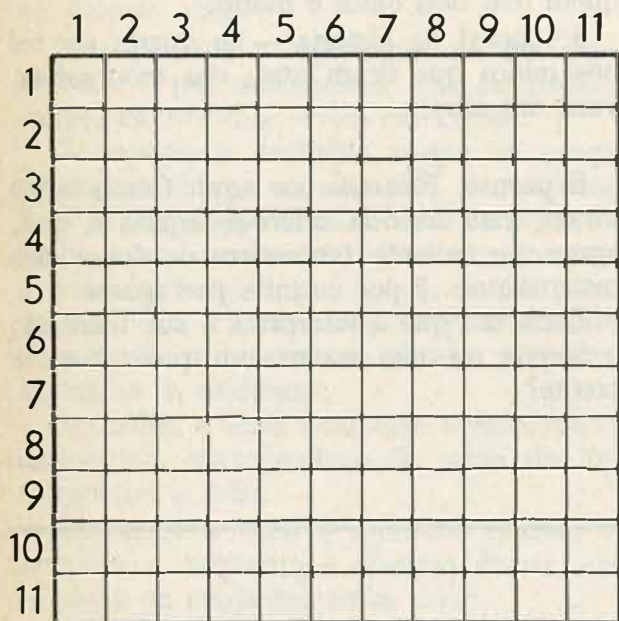
se fuma...
experimente
o novo



satisfaz mais!

3810

passatempos

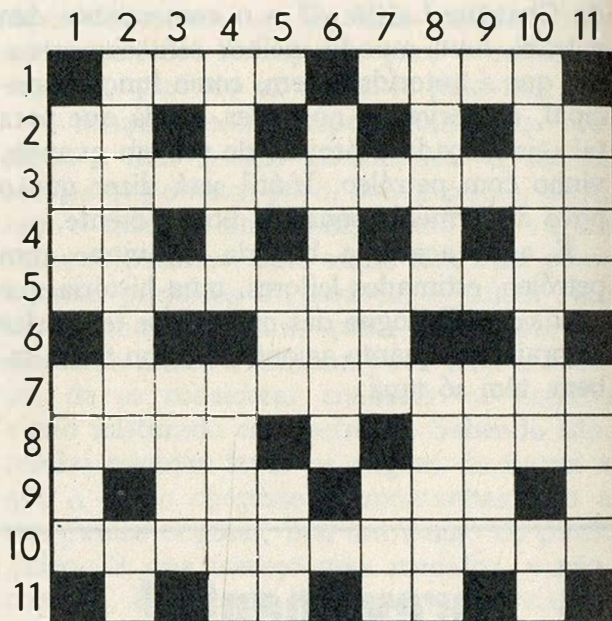


PALAVRAS CRUZADAS

NOVA MODALIDADE

HORIZONTAIS: 1 — Inflamai; agrada. 2 — Enraivecem; rio europeu que nasce nos Alpes e desagua no Mar do Norte. 3 — Isolado; fantasma; aqui. 4 — Igual; negativa. 5 — Macaco americano; uivo. 6 — Reclames. 7 — Oca; qualquer. 8 — Terminação verbal; suf. desig. pequenez. 9 — Letra grega; falsifica; quatro (romanos). 10 — Cedo; apre. 11 — Fogos; transpirou.

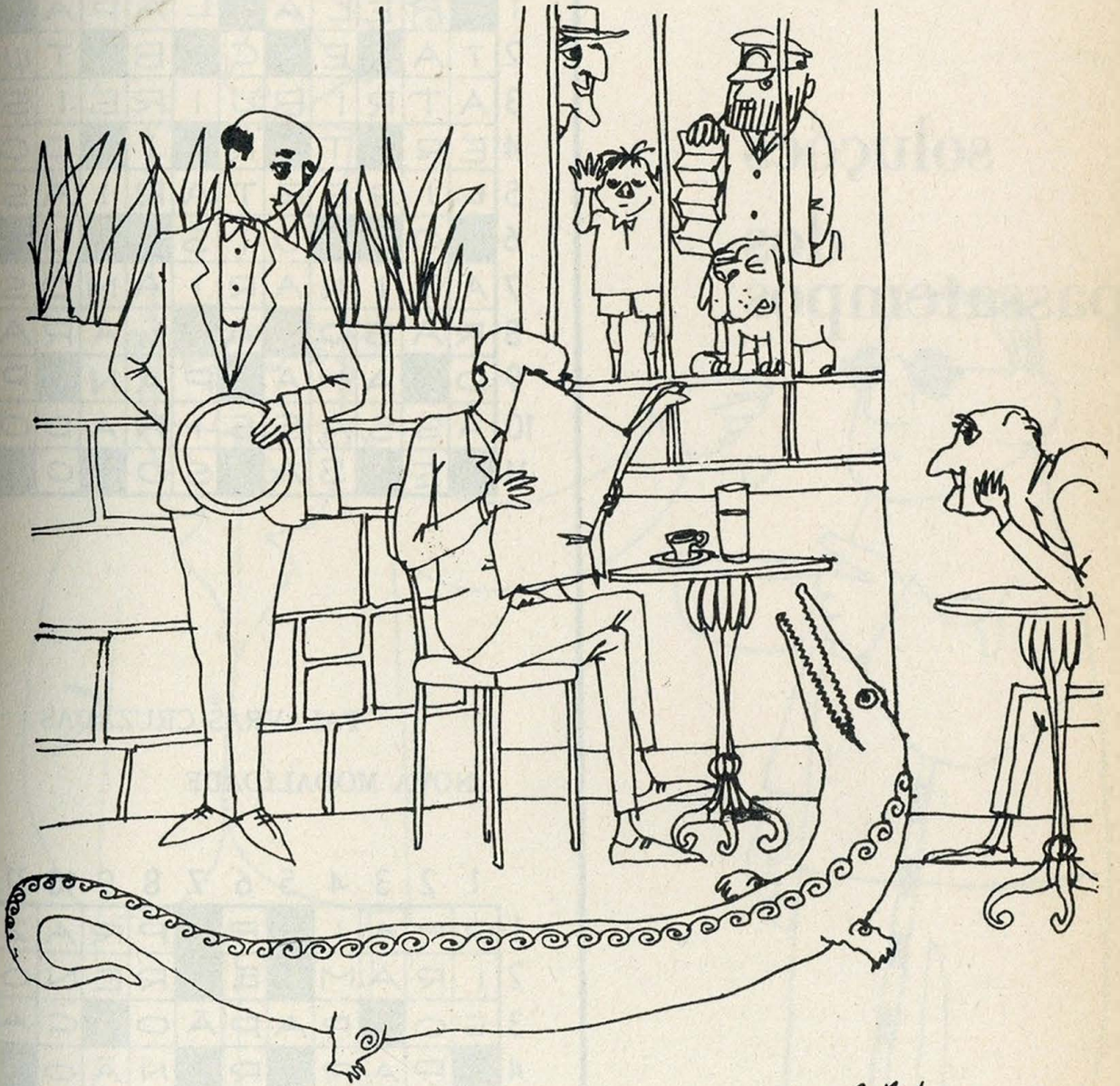
VERTICAIS: 1 — Suf. desig. estado (pl.); ápode. 2 — Oferece. 3 — Igual de cada; divide em toros; interj. de espanto. 4 — Injúrias. 6 — Tornarias a pregar. 8 — Dizeis. 9 — Pref. desig. repetição; consumam-se; interj. de desmoronamento. 10 — Varadouro. 11 — Zumbe; suf. desig. cheia de; baixo.



PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 — Bola; gruta. 2 — Alto aí; pron. pess. 3 — Concedereis. 4 — Também; símb. quím. do cobalto. 5 — Solitários. 6 — Interj. de dor (pl.). 7 — Dispararíamos. 8 — Rente; apelido. 9 — Aia; deus dos rebanhos. 10 — Trucidado. 11 — Saudável; apenas.

VERTICAIS: 1 — Unidade de peso com valor monetário na China; queime-se. 2 — Que ama a sua pátria; catedral. 3 — Nome próprio fem. (pl.). 4 — Suco branco de alguns vegetais; nome de fruta (pl.). 5 — Via; pega. 6 — Endurecera. 7 — Empunhei; letra grega (pl.). 8 — Descerrar; indivíduo dos bárbaros da Sarmácia, que por algum tempo dominaram a península. 9 — Brota. 10 — Espevitador; prep. e art. 11 — Costumes; batráquio anuro.



desenho de João Rodrigues

soluções
dos
passatempos

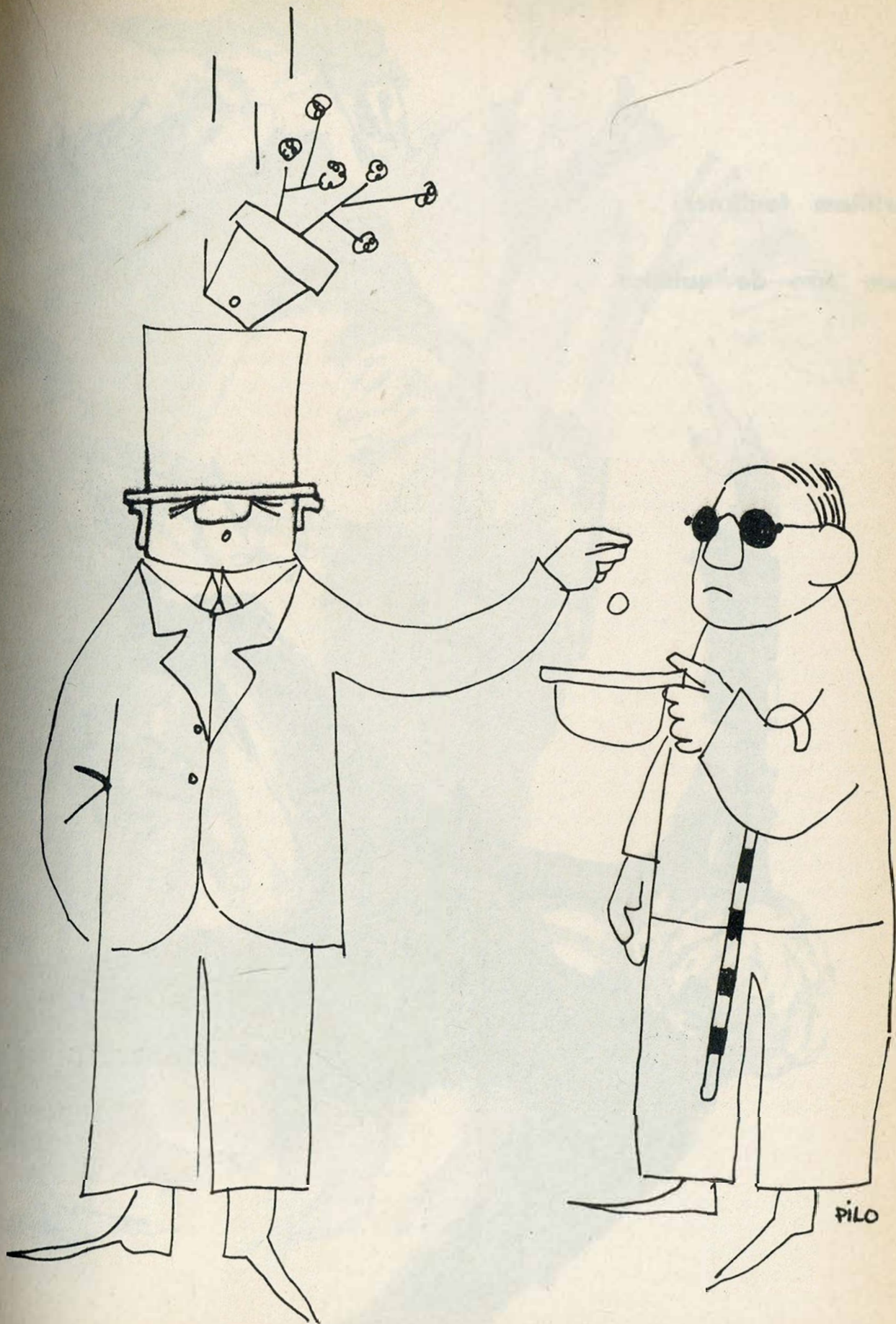
PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1		P	E	L	A		L	A	P	A	
2	T	A		E		C		B		T	U
3	A	T	R	I	B	U	I	R	E	I	S
4	E	R		T		R		I		C	O
5	L	I	B	E	R	T	A	R	I	A	S
6		O				U	I	S			D
7	A	T	I	R	A	R	I	A	M	O	S
8	R	A	S	O		A		L	A	R	A
9	D		A	M	A		P	A	N		P
10	A	S	S	A	S	S	I	N	A	D	O
11		E		S	A		S	O		O	

PALAVRAS CRUZADAS

NOVA MODALIDADE

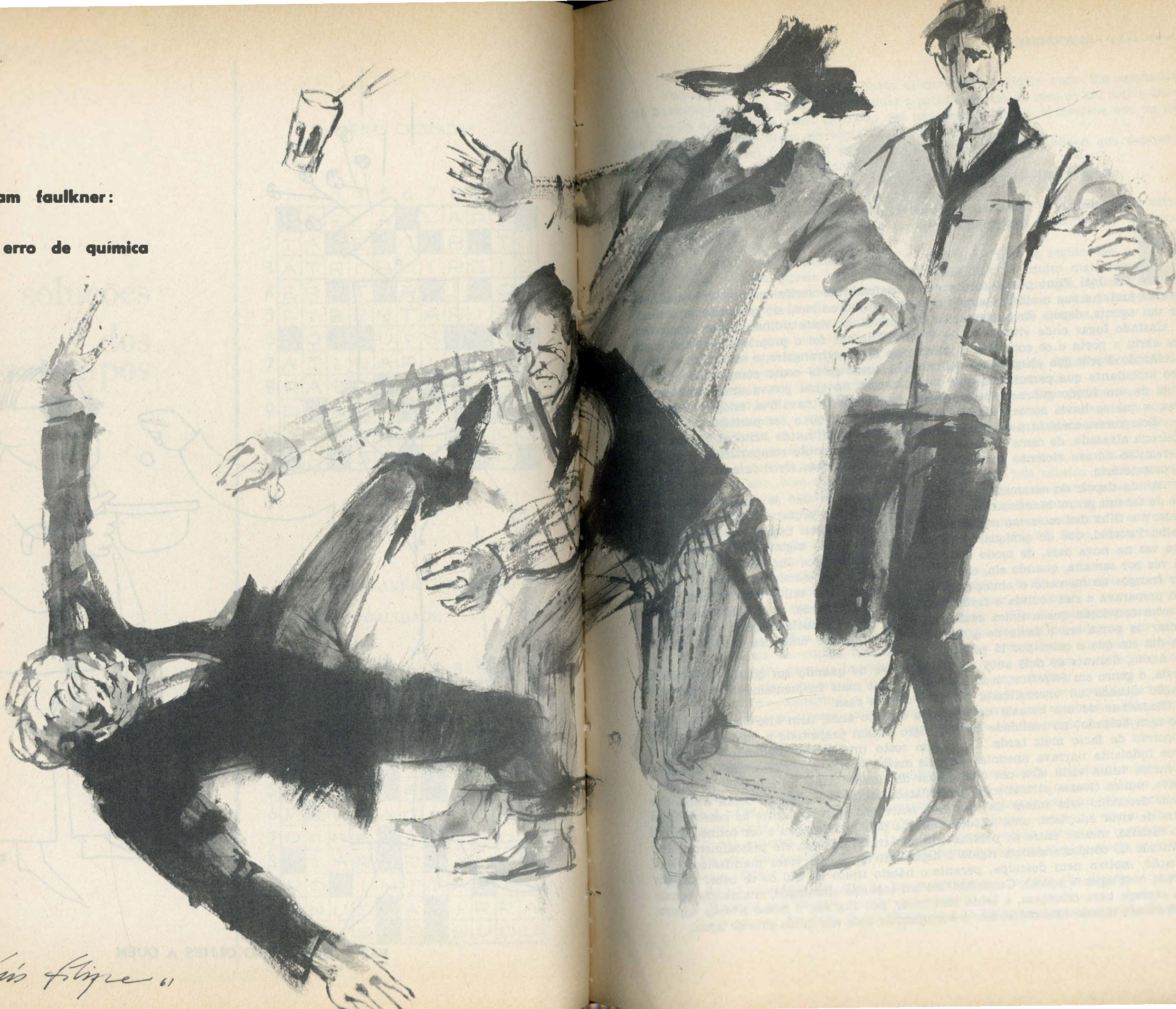
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1	O	P	A	I		R		P	R	A	Z
2	I	R	A	M		E		R	E	N	O
3	S	O		P	A	P	Ã	O		C	A
4		P	A	R		R		N	Ã	O	
5	A	O	T	O		E		U	R	R	O
6	P	R	O	P	A	G	A	N	D	A	S
7	O	C	R	E		A		C	A	D	A
8		I	A	R		R		I	M	O	
9	R	O		I	M	I	T	A		I	V
10	A	N	U	O		A		I	R	R	A
11	S	A	I	S		S		S	U	O	U



FAZ O BEM E NÃO OLHES A QUEM

william faulkner:

um erro de química



Luis Filipe '01

F

OI Joel Flint pessoalmente quem telefonou ao xerife comunicando que acabava de matar a sua mulher. Quando o xerife chegou ao local do crime, acompanhado por um agente, depois de percorrer de automóvel as vinte milhas que o separavam do afastado lugar onde vivia o velho Wesley Pritchel, foi o próprio Joel Flint quem lhes abriu a porta e os convidou a entrar. Ele era o estrangeiro, o estranho, o desconhecido do Norte que chegara ao distrito dois anos atrás como componente de um circo ambulante que percorria o país numa casota na qual girava uma tómbola em frente de um fundo guarnecido de pistolas niqueladas e navalhas, relógios e harmónicas, e que se havia conservado no lugar depois de o circo ter partido.

Dois meses mais tarde tinha casado com a única filha de Pritchel. Sim, com a solteirona atrasada, de cerca de quarenta anos, que até então participara da vida de eremitação do seu violento e irascível pai na pequena mas fértil fazenda de que ele era proprietário.

Ainda depois do casamento, aparentemente Pritchel não se conformava com a ideia de ter um genro. Mandou construir para o casal uma pequena casa a duas milhas da sua, e a filha dedicou-se ao negócio da criação de frangos. Segundo o que se dizia, o velho Pritchel, que de qualquer maneira não ia a parte alguma, não entrou uma única vez na nova casa, de modo que via a única filha que lhe ficara viva apenas uma vez por semana, quando ela, com o seu marido, ia aos domingos no velho camião levar frangos ao mercado e almoçavam com o pai na casa velha. Era Pritchel agora quem preparava a sua comida e fazia os trabalhos domésticos, e os vizinhos afirmavam com convicção que a única razão por que o velho permitia ao genro que passasse o limiar da porta era o facto de a sua filha lhe preparar uma boa refeição quente nesse dia em que o casal por lá passava.

Assim, durante os dois anos seguintes, via-se de quando em quando, e também se ouvia, o genro em Jefferson, sede do distrito, mas mais frequentemente na pequena povoação situada na encruzilhada próxima da sua casa.

Tratava-se de um homem de quarenta e cinco anos, nem alto nem baixo, nem grosso nem delgado; na realidade ele e o sogro teriam projectado a mesma sombra, o que ocorreu de facto mais tarde. Tinha um rosto inteligente, desdenhoso e frio; a sua voz indolente narrava anedotas daquele matizado mundo exterior que o seu auditério nunca tinha visto. Era um conhecedor de cidades, embora, segundo ele próprio afirmava, nunca tivesse permanecido por dilatado tempo em qualquer delas. Antes que tivessem decorrido três meses da sua vida entre nós marcara, entre as pessoas cuja maneira de viver adoptara, uma atitude definida pela qual chegou a ser conhecido em todo o distrito, mesmo entre as pessoas que não tratavam com ele pessoalmente. Era uma atitude de condescendência rígida e depreciativa, muitas vezes manifestada sem provocação, motivo nem desculpa, perante o hábito típico no Sul de se beber *whisky* misturado com água e açúcar. Considerava-o um costume efeminado, chamando àquela bebida «xarope para crianças», e bebia sem parar, por sua vez, o nosso *whisky* áspero, forte, destilado clandestinamente, sem o acompanhar com um único golo de água.

Naquele domingo, de manhã, havia telefonado ao xerife para lhe comunicar que havia morto a sua mulher. Ao atender a polícia à porta da casa de seu sogro, disse:

— Já a levei para casa, de modo que não percam tempo a dizer-me que eu não lhe devia ter tocado antes de vocês chegarem.

— Fez bem em levantá-la do chão — disse o xerife. — Segundo o que depreendi das suas palavras, foi um acidente.

— Depreendeu mal — observou Flint. — Eu disse que a tinha morto.

E foi tudo.

O xerife levou-o para Jefferson e meteu-o no calabouço, e naquela tarde entrou pela porta lateral do escritório onde o tio Gavin me estava a aconselhar os termos de uma alegação.

O tio Gavin era unicamente fiscal do distrito, e não da região. Ele e o xerife, o qual havia ocupado aquele lugar com intervalos durante muito mais tempo que o tio Gavin o tinha desempenhado, haviam sido sempre muito amigos. Quero dizer amigos no sentido em que o são dois homens que jogam juntos o xadrez, ainda mesmo quando os seus objectivos são com frequência diametralmente opostos.

Ouvi-os falar disso uma vez.

— A mim, o que me interessa é a verdade.

— Também a mim — respondeu o tio Gavin. — Mas é tão difícil encontrá-la! No entanto ainda mais me interessam a justiça e os seres humanos.

— Mas a verdade e a justiça não são a mesma coisa? — disse por sua vez o xerife.

— Desde quando? — replicou o tio Gavin. — Nunca vi na minha vida uma verdade que fosse justa, e já vi a justiça utilizar-se de meios e instrumentos que pessoalmente eu não lhes tocaria nem com pinças.

O xerife, de pé, olhando-nos por cima do candeeiro da mesa, contou-nos o facto. Era um homem alto, com olhos pequenos e duros, fitos nos cabelos prematuramente brancos do tio Gavin e no seu rosto delgado e expressivo, enquanto este o escutava quase sentado sobre as omoplatas, com as pernas cruzadas sobre a secretária, mordiscando a boquilha do seu cachimbo e fazendo girar incessantemente a corrente do seu relógio, donde pendia a condecoração universitária da Fi, Beta, Capa, com que tinha sido agraciado em Harvard.

— Porquê? — perguntou o tio Gavin.

— Foi o que lhe perguntei — respondeu o xerife. — E ele respondeu-me: «Porque matam os homens as suas mulheres? Digamos que por precaução».

— Isso não faz sentido — observou o tio Gavin. — São as mulheres quem assassina os maridos com fins interesseiros, por exemplo, seguros de vida, ou por instigações ou promessas de outros homens. Os homens assassinam por ódio, cólera ou desespero, e também para as impedirem de falar, pois que nem o suborno nem a simples ausência são capazes de travar a língua de uma mulher.

— É verdade — comentou o xerife, e os seus pequenos olhos pestanejaram rapidamente. — É como se tivesse querido que o encerrassem no calabouço. Não como se tivesse sido preso por matar a mulher, mas como se tivesse morto a mulher para que o prendessem e o protegessem.

— Porquê — repetiu o tio Gavin.

— Tens mais uma vez razão. Quando um homem fecha deliberadamente as portas atrás de si é porque receia alguma coisa. E um homem que se entrega voluntariamente à prisão por suspeita de assassinio... — novamente os seus olhos perspicazes piscaram ao olhar o tio Gavin durante alguns segundos, enquanto este o olhava da mesma forma intensa. — Mas não teve medo, nem então, nem em qualquer outra altura. De vez em quando encontra-se um homem que nunca teve medo, nem sequer dele mesmo. Este é um deles.

— Se na realidade ele queria que o prendesses, porque lhe fizeste a vontade?

— Parece-te que deveria esperar um pouco?

Novamente se fixaram. O tio Gavin já não brincava com a corrente do relógio.

— Bem — disse. — O velho Pritchel...

— Era aí onde eu queria chegar — observou o xerife. — Nada.

— Nada? Nem sequer o viste?

O xerife continuou a falar no assunto. De repente, enquanto permanecia na galeria com o agente, tinham visto o velho a olhar para eles por uma janela: um rosto rígido, irado, que os fixou através do vidro por uns momentos e se retirou logo, deixando um rasto de fúria exaltada, de triunfo iracundo e alguma coisa mais...

— Medo? — repetiu o xerife. — Não. Garanto-te que não tinha medo. Ah! — acrescentou: — Referes-te a Pritchel...

Desta vez ficou a olhar o tio Gavin durante tanto tempo que este, por fim, disse-lhe:

— Está bem. Continua.

E o xerife falou disso também. Entraram em casa, ele deteve-se no vestíbulo e bateu na porta fechada à chave do quarto onde anteriormente tinham visto a cara ao mesmo tempo que chamavam, aos gritos, o velho Pritchel. Mas não obteve resposta. Acharam o corpo da mulher de Flint, com uma bala no pescoço, na cama do quarto do fundo, e por fim o camião de Flint estacionado junto dos degraus da porta traseira, como se tivessem descido dele naquele momento.

— Achámos três esquilos mortos no camião — explicou o xerife. — Eu diria que os tinham morto ao amanhecer; via-se sangue nos degraus e no chão entre eles e o camião, como se a tivessem morto no interior do veículo. E a espingarda, ainda com o cartucho vazio, estava encostada à parede do vestíbulo como a deixaria qualquer pessoa ao entrar em casa. Voltei outra vez para junto da porta fechada e bati nela novamente.

— Fechada por onde? — perguntou o tio Gavin.

— Por dentro. Gritei contra aquela porta sólida, ameaçando arrombá-la se Pritchel não respondesse ou não a abrisse. Desta vez ouvi a voz áspera e furiosa:

— «Fora de minha casa. Levem esse assassino e desapareçam de minha casa.»

— «Terá de fazer declarações», disse-lhe eu.

— «Farei as declarações quando for oportuno», gritou o velho. «Agora fora da minha casa, mas todos».

O xerife mandou o agente de automóvel buscar os vizinhos mais próximos, enquanto ele e Flint esperavam a sua vinda acompanhado por um casal. Depois levaram Flint para a povoação, meteram-no no calabouço, e o xerife telefonou para casa do velho Pritchel. Foi o vizinho quem respondeu e disse que Pritchel continuava em casa e que se negava a abrir a porta e a responder a não ser para dizer que se pusessem dali para fora. Entretanto começara a constar a tragédia e tinham aparecido mais vizinhos. Alguns deles estavam dispostos a conservar-se ali em casa, fizesse o que fizesse o velho, o qual parecia ter enlouquecido. O funeral realizar-se-ia no dia seguinte.

— E é tudo? — perguntou o tio Gavin.

— É tudo por hoje. Já é muito — respondeu o xerife.

— Para quê? — quis saber o tio Gavin.

— Matou o que não corresponde.

— Pode acontecer... — comentou o tio Gavin.

— Por exemplo?

— O caso da barreira.

— O que é isso da barreira?

Todo o distrito sabia da existência da barreira do velho Pritchel. Mesmo no centro da sua fazenda havia uma formação de argila com a qual a gente das imediações fabricava artigos de cerâmica para o seu uso sempre que conseguia extraí-la em quantidade suficiente antes que o velho os surpreendesse e os expulsasse da propriedade. Durante gerações os rapazes do lugar tinham encontrado relíquias dos índios, cabeças e setas de pedra, machados, vasilhas, caveiras, fêmures e cachimbos,

e uns anos antes uma missão de arqueólogos da Universidade estadual tinha feito escavações até o momento da chegada do velho Pritchel com uma espingarda. Toda a gente tinha conhecimento disso e era o assunto a que o xerife aludia. Agora o tio Gavin estava sentado no seu cadeirão, com os pés sobre o solo.

— Nunca ouvi falar disso — comentou o tio Gavin.

— Toda a gente das imediações conhece o caso. De facto podemos chamar-lhe a distração local. Começou já há seis semanas. Há três homens do Norte que pretendem adquirir a fazenda do velho Pritchel para ficarem de posse da barreira para fabricar um material qualquer para a construção de estradas, segundo ouvi dizer, e as pessoas divertem-se ao ver os esforços deles para a comprar. Aparentemente esses homens do Norte são os únicos da região que ignoram que o velho Pritchel não tem a menor intenção de lhes vender a argila quanto mais a fazenda.

— Mas sem dúvida que lhe terão feito qualquer oferta!

— Uma excelente oferta, certamente. Alguns dizem que é de duzentos e cinquenta dólares, outros afirmam ser de duzentos e cinquenta mil, e os do Norte não sabem como encarar o caso. Se se acalmassem e lhe dissessem que todo o distrito está convencido de que ele não a vende, provavelmente adquiri-la-iam hoje mesmo.

— O xerife, a pestanejar, olhou para o tio Gavin. — Por isso eu digo que matou o que não correspondia, e verás que tenho razão. Se se tratava da barreira, não está hoje mais ao seu alcance do que anteriormente. Antes nada havia entre as suas ambições e o dinheiro do sogro, a não ser os desejos, esperanças e os sentimentos íntimos que pudesse ter tido essa pobre atrasada. Agora, em troca, espera-o as grades da penitenciária ou talvez a corda. Não se compreende. Se tinha receio de alguma presumível testemunha, não só destruiu essa testemunha antes que pudesse haver qualquer coisa que presenciar, mas também antes que houvesse tal testemunha para destruir. Foi como se tivesse afixado um cartaz de onde constasse. «Olhem todos e lembrem-se de mim» não é para este distrito e neste estado, mas sim para toda a gente que creia num dos mandamentos da lei de Deus «Não matarás». E logo conseguiu fazer-se encerrar no lugar próprio para o castigo do seu crime e para impedir de cometer outro. Não se compreende. Qualquer coisa ia mal.

— Assim suponho.

— Supões?

— Sim, suponho que alguma coisa tenha corrido mal no que aconteceu antes que o sucedido não tenha ainda terminado.

— Como não tenha ainda terminado? Como pode terminar o que quer terminar? Acaso não está já preso e não é o pai da mulher a quem ele praticamente confessou haver dado a morte o único homem que podia afiançá-lo para que ele fosse posto em liberdade?

— Aparentemente é assim — disse o tio Gavin. — Há alguma apólice de seguro?

— Não sei. Amanhã investigarei. Mas não é isso que quero saber. O que pretendo é conhecer a razão por que desejava ele que o prendessem. Porque, repito-te, Gavin, ele não tinha medo, nem então nem em qualquer outra ocasião. Já deves ter adivinhado quem tinha medo.

No entanto teríamos de saber a resposta. Havia uma apólice de seguro. Mas quando tivemos conhecimento do facto tinha ocorrido outro incidente que nos fez esquecer momentaneamente todo o restante. No dia seguinte, quando o carcereiro entrou na cela de Flint, encontrou-a vazia. Não tinha fugido forçando a porta; havia simplesmente saído da cela, da cadeia, da povoação, e aparentemente da região. Nem rasto, nem indícios, nem ninguém que o tivesse visto, nem alguém que pudesse ser ele. Ainda não era completamente dia quando fiz entrar o xerife pela porta lateral; o tio Gavin já estava sentado na cama quando chegámos ao quarto.

— O velho Pritchel — disse o tio Gavin. — O pior é que é tarde.

— Que te lembra? — perguntou o xerife. — Disse-te ontem à noite que era tarde de mais no momento em que apertou o gatilho contra quem não correspondia. De

resto, para tranquilizar-te, dir-te-ei que já telefonei para lá. Passaram a noite lá em casa umas doze pescas a velar... a Sr.^a Flint; o velho Pritchel conserva-se são e salvo fechado em casa. Ouviram-no tropeçar nos móveis e andar pouco antes de amanhecer e alguém bateu na porta e o chamou insistentemente, até que por fim a abriu apenas o suficiente para insultar todos os presentes e dizer-lhes que se pusessem dali para fora e logo a seguir fechou outra vez a porta. Segundo me disseram, o velho está muito comovido. Deve ter presenciado o que aconteceu, e com a sua idade, depois de lhe terem morrido todos da família, excepto aquela filha, que depois também o deixou sem olhar ao preço de tal abandono. Creio que não tinha de se surpreender casando com um homem como Flint. Que diz o Evangelho a este respeito? Ah! «Quem com ferro mata com ferro morre!». E no caso de Pritchel, este sempre preferiu o ferro ou coisa idêntica aos seres humanos, pelo menos enquanto foi novo, vigoroso e forte, e nunca precisou deles. Mas, para que te tranquilizes, como te disse, há meia hora mandei para lá Bryan Ewell com a recomendação de, até que eu o avise, não perder de vista a porta fechada e ver se Pritchel sai, e também mandei Ben Berry e outros para casa de Flint com a missão de me telefonarem no caso de ele chegar. Quando souber alguma coisa telefonar-te-ei. Naturalmente nada saberei porque o homem foi-se. Hontem surpreenderam-no porque cometeu um erro, e quem é capaz de sair do calabouço como ele o fez não cometerá outro idêntico em quinhentas milhas à volta de Jefferson nem do estado de Mississippi.

— Erro? — repetiu o tio Gavin. — Esta manhã revelou-nos virtualmente porque quis que o prendessem.

— Porquê?

— Para poder escapar-se.

— E para que havia de escapar-se quando podia não ter entrado e ficar em liberdade em vez de me telefonar informando-me de que havia cometido um assassinio?

— Não sei — respondeu o tio Gavin. — E tens a certeza de que o velho Pritchel...?

— Não te disse há pouco que esta manhã a nossa gente lhe falou e o viu pela porta entreaberta! E calculo que neste momento Bryan está lá sentado na cadeira encostada à porta... ou pelo menos devia estar. Telefonar-te-ei se chegar qualquer notícia. Mas desde já te digo que não conto com ela.

Telefonou uma hora depois. Acabava de falar com o agente que revistara a casa de Flint, o qual admitiu que ele estivera lá a qualquer hora da noite. A porta traseira estava aberta, um candeeiro de azeite jazia em bocados no chão, que Flint certamente derrubara ao entrar às apalpadelas, e tinha encontrado também, por trás de um baú grande, aberto e com sinais de ter sido o conteúdo apressadamente revolido, um papel torcido de que certamente Flint se teria servido à laia de archote durante a busca no interior do baú. Era um papel que parecia ter sido arrancado de um cartaz de teatro.

— Quê? — exclamou o tio Gavin.

— Foi o que ouviste. Ele disse-me: «Bom, se lhe parece que eu não vi bem, mande outra pessoa ver. É um pedaço de papel arrancado sem dúvida de um cartaz de teatro, porque diz num inglês que até lhe posso ler.» Eu interrompi-o. «Diz-me precisamente o que tens na mão». E ele disse-me. Tratava-se da página de uma revista ou de um pequeno jornal chamado *Cartaz*. O que estava impresso Ben não pôde ler porque tinha perdido os óculos no monte enquanto rondava a casa para surpreender Flint no que supunha que ele estivesse a fazer: o almoço talvez. Sabes o que é?

— Sei — disse o tio Gavin.

— Sabes o que significa? Sabes o que fazia ali?

— Sim, mas porquê?

— Não posso dizer-te, e ele nunca o dirá. Porque se foi embora, Gavin. Apanhá-lo-emos; quero dizer um dia qualquer, nalguma parte, mas não será aqui, nem

por este motivo. É como se aquela infeliz atrasada não tivesse sido suficientemente importante para ser vingada pela justiça que dizes preferir à verdade.

Aparentemente era tudo. O velho conservou-se fechado no seu quarto durante a vigília e ainda depois da partida do corpo para o cemitério, ficando apenas o agente da polícia sentado na cadeira encostada à porta e duas vizinhas que se conservaram para preparar a comida quente para o velho. A única coisa que o persuadiram a fazer foi o agradecimento à boa vontade daquela gente durante vinte e quatro horas. Uma das mulheres ainda se ofereceu para voltar no dia seguinte a fim de lhe tratar da comida, mas o resultado de tal oferecimento foi o aumento da cólera habitual, e ainda a pobre mulher se lamentava do seu oferecimento quando a voz dura e cava, através da frincha da porta entreaberta, acrescentou: «Não preciso de nada. De qualquer maneira, já há dois anos que não tenho filha», e a porta fechou-se na cara e a lingueta correu na fechadura.

As mulheres partiram e ficou só o agente da polícia sentado na cadeira encostada à porta. No dia seguinte este também voltou para a povoação contando que o velho havia aberto a porta com um pontapé, fazendo cair o homem quando este dormitava e ordenando-lhe com grosseiros impropérios que abandonasse a casa. Quando pouco depois, escondido no estábulo, olhou na direcção da casa, ouviu um tiro de espingarda disparado da janela da cozinha e a bala veio espetar-se na parede a menos de um metro da sua cabeça. O xerife contou tudo isto pelo telefone ao tio Gavin.

— De maneira que está novamente só. Uma vez que ele assim o quer, não vejo inconveniente. Certamente que tenho pena dele. Tenho pena de qualquer pessoa que tenha de viver com semelhante génio dentro de si. Velho, sozinho e agora com todos estes casos em cima de si. É como ter sido arrebatado por um furacão e volteado no ar até cair no mesmo ponto da partida, e tudo isso sem ter tido o prazer ou o benefício de haver feito uma viagem. Que disse eu ontem a respeito de ferro?

— Não me recordo — respondeu o tio Gavin. — Falaste muito ontem.

— É muito do que disse era verdade. Disse que tudo tinha acabado ontem, e de facto terminou. Aquele homem tropeçará um dia, mas não aqui.

No entanto o caso era mais complicado. Era como se Flint nunca estivesse estado junto de nós; nem marca, nem indício que demonstrasse que havia permanecido alguma vez no calabouço local; o reduzido número de pessoas que se compadeciam, mas não se lamentavam, separavam-se afastando-se da nua sepultura da mulher que em vida nos havia interessado pouco ou nada, a qual alguns de nós conhecíamos sem nunca a ter visto e outros a tínhamos visto sem a chegar a conhecer; o ancião sem filhos, a quem muitos de nós não conhecíamos nem de vista, mais uma vez sozinho em casa, onde, como ele dissera, não havia filha há dois anos...

— Como se nada tivesse acontecido — comentou o tio Gavin. — Como se Flint não só nunca tivesse estado na cela mas também como se nunca tivesse existido. Esse triunvirato de assassino, vítima e marido não são três seres de carne e osso, mas simplesmente uma ilusão, um jogo de sombras chinesas contra um lençol, não já homens e mulheres, jovens e velhos, mas simplesmente três dísticos que projectavam duas sombras pela única e simples razão de que é preciso um mínimo de dois para postular as verdades da injustiça, do pesar. É isto mesmo. Nunca projectaram senão duas sombras, não obstante levar três dísticos, três nomes. Era como se só no momento da sua morte aquela pobre mulher tivesse adquirido substância suficiente para projectar ao menos uma sombra.

— Mas alguém a matou — atalhei eu.

— Sim — repetiu o tio Gavin. — Alguém a matou.

Era meio-dia quando tivemos esta conversa. Pelas cinco da tarde atendi uma chamada telefónica do xerife.

— O teu tio está aí? — perguntou. — Diz-lhe que espere. Vou buscá-lo agora mesmo. Acompanhava-o um estranho, um homem da cidade, muito bem vestido.

— O Sr. Workman — apresentou —, o agente de seguros. Tem uma apólice de seguro no valor de quinhentos dólares emitida há dez meses. Mas não veio cá por ter sido alguém assassinado...

— Se foi um assassinio — atalhou o agente. A sua voz era fria, fria, mas com alguma ira contida. — O seguro será pago imediatamente sem averiguações nem pesquisas; e digo-lhes mais, alguma coisa que parece que ignoram: o velho está doido. Não deviam encerrar esse Flint, mas ele.

Mas quem relatou o incidente que vou contar não foi o agente de seguros mas o xerife. Na tarde anterior havia-se recebido na companhia de seguros um telegrama com a assinatura do velho Pritchel comunicando a morte da segurada. O agente chegou a casa de Pritchel na mesma tarde, às 2 horas, e em menos de meia hora conseguiu obter de Pritchel a verdade acerca da morte da filha com todos os pormenores corroborados pelas provas materiais do que acontecera: o camião, os três esquilos mortos e o sangue nos degraus e no chão. O velho contou ao agente que, enquanto a filha preparava o almoço, Pritchel e Flint foram de camião ao bosque caçar esquilos para o jantar.

— É verdade — observou o xerife. — Eu confirmei. Saíam à caça todos os domingos de manhã. O velho Pritchel não consentia que alguém, excepto Flint, caçasse os seus esquilos, e nem ao genro permitia que o fizesse se não o acompanhasse.

Haviam apanhado três esquilos e Flint conduziu o camião até o fundo da casa e deixou-o ficar junto dos degraus da porta traseira. Quando a mulher desceu para vir buscar os esquilos Flint abriu a porta do camião, pegou na espingarda e, quando descia, o salto da bota prendeu-se-lhe no guarda-lama e ele levantou o braço para se equilibrar; nessa posição a espingarda apontava directamente para a cabeça da mulher quando se desfechou. O velho Pritchel não só negou ter enviado o telegrama, mas em termos inconvenientes e violentos negou totalmente a hipótese de conhecer sequer a existência da apólice de seguro. Até ao último momento negou também que o facto tivesse sido de algum modo um acidente. Por último tentou negar as suas próprias declarações sobre o acontecido quando sua filha saiu de casa para receber os esquilos e foi atingida acidentalmente por um tiro da espingarda, retratando-se ao admitir que havia salvo seu genro da suspeita de assassino, e arrebatou das mãos do agente de seguros o documento, que evidentemente confundiu com a apólice, e procurou rasgá-lo, no que foi impedido pelo outro.

— Porquê — perguntou o tio Gavin.

— Porque não? — replicou o xerife. — Havíamos deixado fugir Flint. Pritchel sabia que ele estava em liberdade em qualquer parte. Acreditas que ele permitiria que o assassino de sua filha fosse recompensado?

— Talvez — disse o tio Gavin —, mas não o creio. Não creio que isso o preocupasse de qualquer maneira. Creio que Pritchel sabe que Joel Flint não vai receber o montante da apólice nem qualquer outro prémio. Possivelmente sabia que um cárcere sem condições de segurança como o nosso não poderia conter muito tempo um homem tão experiente, que tinha corrido tanto mundo. Esperava que Flint regressasse e estaria então preparado para o receber. Creio que tão depressa nós deixemos de o maçar lhe enviará um aviso para que vá à fazenda.

— Ah! — disse o agente. — Então já deixaram de o incomodar! Ouçam: quando, esta tarde, cheguei a casa de Pritchel, estava ele na sala acompanhado de mais três homens com um cheque assinado, um cheque de uma grande quantia. Estavam a comprar-lhe a fazenda com tudo incluído. Diga-se de passagem que nunca pensei que a terra valesse tanto cá na região. O velho tinha o título de propriedade já escrito e assinado, mas quando me apresentei concordaram em esperar até que eu pudesse ir à povoação e regressar à fazenda com alguém, provavelmente com o xerife. Quando eu saía seguiu a meu lado até à porta, agitando o título junto da minha cara e gritando: «Diga ao xerife, desgraçado! E traga também um advogado! Chame esse Dr. Stevens, que dizem ser tão esperto!».

— Muito obrigado — disse o xerife. Falava e ~~movia-se~~ com aquela cortesia calma levemente afectada das pessoas do passado que só fica bem aos homens altos, mas a sua cortesia era constante. Foi a primeira vez que o viu sair sem se despedir de alguém, ainda mesmo quando pensasse vê-lo novamente no dia seguinte. Nem sequer olhou outra vez para o agente de seguros.

— O automóvel está à porta — disse ao tio Gavin.

Pouco antes do ocaso chegámos de automóvel à impecável paliçada de tábuas pintadas de branco que rodeava o pequeno jardim e a casa do velho Pritchel. Em frente dela estava um grande automóvel cheio de pó com a chapa de matrícula da cidade e o camião de Flint quase desfeito com um desconhecido rapaz de cor ao volante; desconhecido porque o velho Pritchel nunca tivera criados de qualquer categoria, a não ser a sua filha.

— Ele também se raspa — disse o tio Gavin.

— Está no seu direito — respondeu o xerife. — Subimos os degraus, mas antes de chegar à porta ouvimos o velho Pritchel gritar que entrássemos. A sua voz rouca parecia vir do vestibulo, de trás da porta da casa de jantar, onde havia uma enorme mala de viagem de fole, atada e cheia de coisas, sobre uma cadeira. Os três homens do Norte, com os seus poeirentos fatos de cor parda, olhavam para a porta, e o velho Pritchel, por sua vez, estava sentado junto da mesa. Pela primeira vez vi o que o próprio tio Gavin tinha visto apenas duas vezes, segundo me disse mais tarde: a hirsuta mata de cabelos brancos, umas sobrancelhas emaranhadas sobre uns óculos com armação de aço, um bigode como uma escova que não foi aparada e umas mechas de barba, manchada pelo fumo do tabaco, que pareciam de algodão sujo.

— Entrem — disse. — Com que então o advogado Stevens, hem?

— Sim, Sr. Pritchel — disse o xerife.

— Hum — grunhiu o velho. — Bem, Hule: posso vender a minha fazenda ou não?

— Suponho que sim, Sr. Pritchel — disse o xerife. — Não sabíamos que pretendia vendê-la.

— Hum! Mas talvez o que se passou me tivesse feito mudar de ideias.

O cheque e o título de propriedade estavam em frente dele sobre a mesa. O velho agarrou no cheque e aproximou-o do xerife. Não voltou a olhar para o tio Gavin e disse-lhe simplesmente:

— O senhor também.

O tio Gavin aproximou-se e examinou o cheque. Nenhum dos dois lhe tocou. Observei-lhes os rostos mas não lhes notei qualquer expressão.

— Está bem? — inquiriu o velho Pritchel.

— É um rico preço — comentou o xerife.

Desta vez o velho respondeu com um «sim» breve e explosivo, e depois na sua voz rouca e trémula:

— Daqui para fora todos! Fora da minha casa! — mas o xerife não se moveu, nem nós, e o velho, depois de uns momentos, deixou de tremer, mas apoiava-se na borda da mesa.

— Dê-me o meu *whisky*. Aí sobre o aparador. E três copos.

O xerife agarrou numa velha garrafa de cristal lapidado e em três grandes copos e pô-los em frente do velho. Quando este falou novamente, a sua voz era quase tranquila e compreendi o que sentira aquela mulher na tarde em que se tinha oferecido para voltar no dia seguinte a fim de lhe tratar da comida.

— Desculpem-me. Estou cansado. Tenho sido ultimamente vítima de tantos acidentes e creio que estou esgotado. Talvez necessite de mudança de ares.

— Mas não esta noite, Sr. Pritchel — redarguiu o xerife.

E mais uma vez, quando a mulher se oferecera para voltar a cozinhar, deitou tudo a perder.

— Talvez parta esta noite e talvez não. Mas os senhores quererão talvez voltar

à povoação, de modo que vamos beber pelas nossas despedidas e por dias melhores. — E, tirando a rolha à garrafa, deitou *whisky* nos três copos e olhou à volta da mesa.

— Tu, rapaz — disse-me —, traz um jarro de água. Está no armário do corredor.

Ao voltar-me e quando me dirigia para a porta vi-o agarrar num açucareiro e mergulhar a concha no açúcar. Então detive-me. Lembro-me das caras de meu tio e do xerife. Tão-pouco podia acreditar no que os meus olhos estavam a ver quando o velho deitou uma colherada de açúcar no seu *whisky* puro e começou a mexer, porque não só tinha visto o tio Gavin mas também seu pai, meu avô, e o meu, antes da sua morte, e todos que iam a casa de meu avô e bebiam esta mistura que nós no Sul chamamos «*cold toddy*», e sabia bem que para a preparar não se deita o açúcar no *whisky* puro, porque não se dissolve e deposita-se como uma borra areenta no fundo do copo. Sabia que primeiro se deita água no copo, com um gesto que é quase um ritual, e se dissolve o açúcar nela. Só depois se deita o *whisky*. Estava farto de saber enfim que qualquer pessoa que, como o velho Pritchel, tivesse visto preparar *toddies* durante quase setenta anos e bebido os mesmos durante cinquenta e três tê-lo-ia também sabido. Recordo-me de que o homem a quem tínhamos tomado pelo velho Pritchel reconheceu tarde de mais o que tinha feito e levantou a cabeça precisamente no momento em que o tio Gavin se atirou a ele. Levantou o braço e arrojou o copo à cabeça do meu tio; lembro-me do choque surdo do vidro contra a parede e da mancha escura que deixou, do estrépito da mesa derrubada e do cheiro forte do *whisky* entornado da garrafa, e por último o tio Gavin, que gritava.

— Ajuda-me, Hule! Depressa!

Caímos os três sobre ele. Lembro-me da força hercúlea e da agilidade daquele corpo, que não era o corpo de um velho. Vi-o deslizar por baixo do corpo do xerife quando se lhe desprende a cabeleira; presumi que o seu rosto se contorcia furiosamente para desfazer a caracterização das rugas pintadas e das sobranceiras postiças. Quando o xerife lhe arrancou a barba e o bigode foi como se com eles se desprendessem bocados de carne viva, e a sua pele retraiu-se, primeiro rosada, depois vermelha, como se naquele desesperado engano quisesse ter querido ocultar por trás da barba não tanto o seu rosto mas o sangue que tinha derramado.

Levou-nos só trinta minutos a achar o cadáver do velho Pritchel. Estava debaixo do telheiro da palha, no estábulo, numa cova superficial apressadamente aberta, apenas oculto dos olhares. Não só lhe tinham tingido e cortado os cabelos mas também lhe haviam rapado as sobranceiras, o bigode e a barda. Tinham-lhe vestido o fato de Flint quando esse fora preso e tinha um lenho horrível na cara, aparentemente um golpe feito com a parte oposta ao corte do mesmo machado com que lhe tinham fendido o crânio pelas costas. Os traços eram pois irreconhecíveis, e no fim de mais duas ou três semanas debaixo da terra teria sido impossível identificá-lo. À laia de almofada, por baixo da cabeça, tinha um grande álbum, de umas três polegadas de espessura, que pesava quase vinte libras, cheio de recortes bem colados que diziam respeito a vinte anos ou mais. Era a crónica dos dons e do talento que Flint desvirtuara e por fim atraíçoa, que por sua vez se tinham voltado contra ele para o destruir. Tudo ali estava: começo, evolução, cume, e, por fim, decadência. Programas, prospectos, recortes de jornais, e até um cartaz de dois metros de altura:

Signor Canova

Ilusionista

Desaparece à vista do espectador

A empresa oferece mil dólares em dinheiro a qualquer espectador, homem, mulher ou criança, que...

Por último estava o recorte mais recente do nosso jornal impresso em Memphis, na correspondência de Jefferson. Era uma notícia vulgar, sem valor jornalístico: o relato da última aposta em que havia arriscado os seus dons e a sua vida contra

uma fortuna e havia perdido. Era um fragmento do jornal no qual se noticiava a perda não de uma vida mas de três, apesar de neste caso duas delas apenas projectarem uma sombra. Não era simplesmente a nova da morte da pobre atrasada, mas também ao mesmo tempo a de Joel Flint e de *signor* Canova, com as crónicas teatrais, cuidadosamente recortadas dos jornais, que registavam também essa morte e que utilizavam o novo nome, provavelmente sem intenção irónica, pois que o *signor* Canova, o Grande, havia morrido então e cumpria a sua condenação de Purgatório durante seis meses neste circo e naquele oito: director de banda, empresário, selvagem de Bornéu, até à última *étape*, em que chegou ao fundo: as digressões de povoação em povoação com uma tómbola rodeada de relógios baratos e de pistolas que para nada serviam, até que um dia talvez o seu instinto lhe assinalou uma vez mais a oportunidade de utilizar o seu talento.

— E desta vez perdeu definitivamente — afirmou o xerife.

Estávamos novamente no escritório. Para lá da porta lateral, aberta de par em par, os pirilampos brilhavam e dançavam, os grilos trilavam e as rãs coaxavam.

— Foi essa apólice do seguro. Se o agente não tivesse vindo cá para ver como ele tratava de dissolver o açúcar no *whisky* puro teria recebido o cheque e desaparecido para sempre no camião. O mal dele foi ter chamado o agente e ter-nos virtualmente desafiado para que o descobríssemos por trás da pintura e da caracterização.

— No outro dia tinhas dito que ele eliminara a sua testemunha demasiadamente depressa — disse o meu tio. — Mas ela não era sua testemunha. A testemunha que eliminou era a que devíamos achar debaixo do telheiro da palha.

— Testemunha de quê? — perguntou o xerife. — Do facto de Joel Flint já não existir?

— Em parte; mas ainda em maior proporção, a testemunha do crime antigo: aquele em que morreu o *signor* Canova. Tinha a intenção de que essa testemunha fosse descoberta. Por isso não a enterrou, não a ocultou mais profundamente. Logo que fosse encontrada seria, de uma vez por todas, não apenas rico mas também livre. Estaria liberto do *signor* Canova, que o havia atraído ao morrer oito anos antes, e também de Joel Flint. Todavia se o tivéssemos encontrado antes que ele tivesse necessidade de desaparecer, que teria ele feito?

— Devia ter desfigurado mais o seu rosto — disse o xerife.

— Duvido — respondeu o tio Gavin. — Que teria ele feito?

— Muito bem. Que faria?

— Teria dito: «Sim senhor, matei-o. Assassinou a minha filha.» E que terias tu feito, tu, representante da lei?

— Nada — respondeu o xerife depois de pensar um momento.

— Nada — repetiu o tio Gavin. Não muito longe ladrou um cão, um cão não muito grande, e logo uma coruja, num voo sibilante, pousou na amoreira e começou a chorar, lamuriante e trémula, e todos os pequenos animais peludos estavam agora em movimento: ratos do campo, doninhas, coelhos e raposos, e também os répteis, que se arrastavam e deslizavam na terra escura, nessa terra que, debaixo das estrelas, sem chuva de Verão era simplesmente escura — não desolada.

— Esse é um dos motivos pelos quais o fiz.

— Um dos motivos. Qual é o outro?

— O outro era o verdadeiro. Nada tinha a ver com dinheiro e, provavelmente, não teria podido impedir-se de obedecer se o houvesse querido. Refiro-me a esse dom que possuía. O seu sentimento predominante agora deve ser que o surpreenderam, mas que o surpreenderam demasiadamente depressa antes que o cadáver fosse descoberto e que tivesse oportunidade de o identificar como ele próprio antes que o *signor* Canova tivesse tido tempo de tirar pela última vez o seu resplandecente chapéu a.to, fazendo-o desaparecer atrás de si, e de ter-se inclinado perante o clamor surpreendido e tempestuoso dos vibrantes aplausos, antes de se voltar, dar dois ou três passos e por fim desaparecer em plena luz das gambiarras, desaparecer para não mais ser visto. Pensa

no que fez: acusou-se a si mesmo de assassinio quando poderia, fugindo, ter-se salvo. Absteve-se de ser livre novamente. Por fim desafiou-nos, a ti e a mim, para ir a casa do velho a fim de sermos testemunhas e garantes da consumação do mesmo acto que procurávamos impedir. Que mais poderia o dom que ele possuía ter engendrado e o estímulo constante da sua prática senão um soberano desprezo pela Humanidade? Tu mesmo me disseste que nunca na sua vida ele tivera medo de coisa alguma.

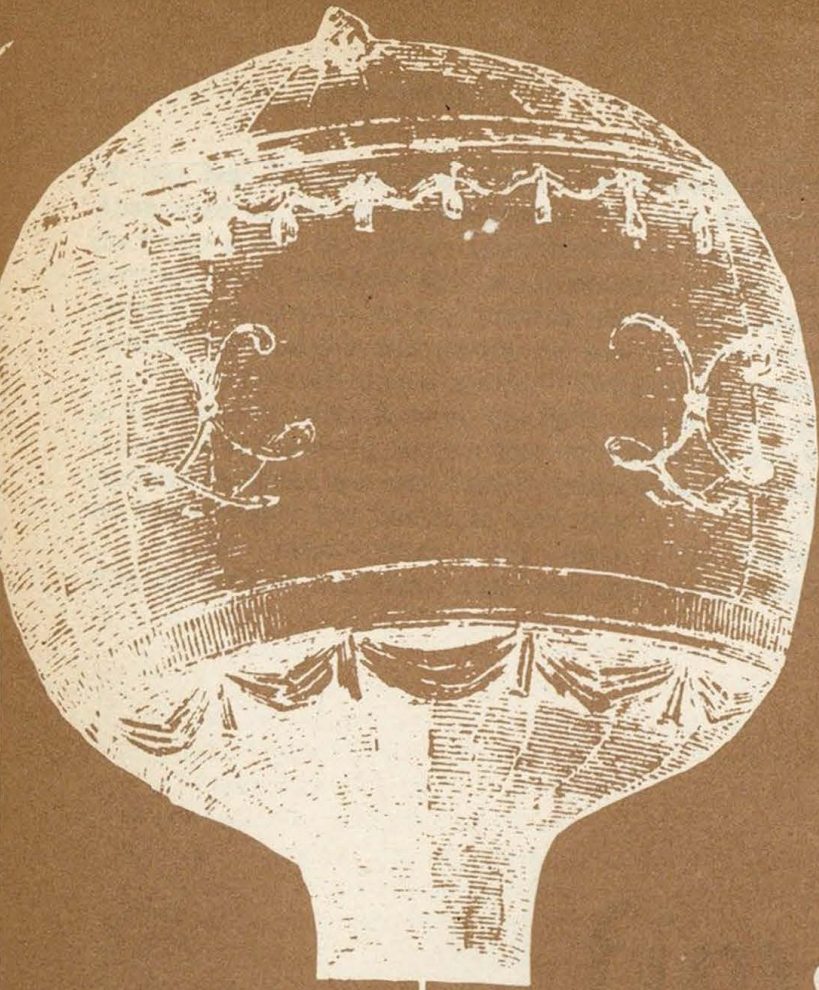
— Sim — afirmou o xerife. — O Livro diz mesmo em qualquer parte: «Conhece-te a ti mesmo». Não haverá qualquer outro livro que diga nalguma parte: «Homem, teme-te a ti mesmo e teme a tua arrogância, a tua vaidade e o teu orgulho?». Tu deves conhecê-lo. Dizes ser um homem culto. Não me disseste que é o significado da corrente do teu relógio? Em que livro está isso?

— Em todos — disse o tio Gavin. — Em todos os livros bons, quero dizer. Está dito de muitas maneiras, mas está sempre lá. Sempre.

fim



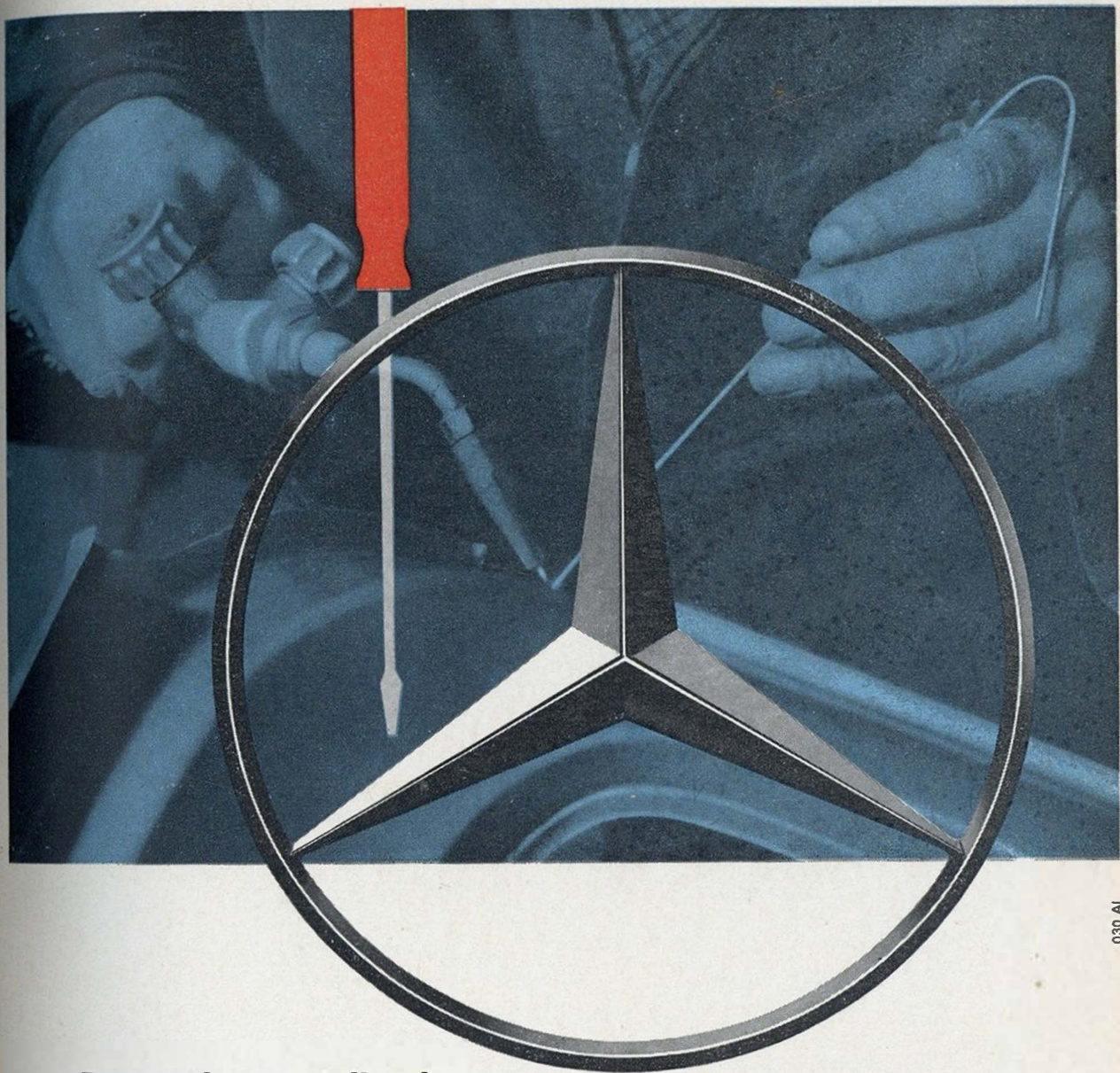
PELO AVESSO



N: *E para onde monumentam todos estes apontos?*
P: *Monumentam para a sua própria apontalidade.*



Qualidade - e os factores que a determinam



030 AI

Pessoal especializado

A fábrica Daimler-Benz AG considera que, mesmo em épocas de elevado desenvolvimento técnico, muitos operários altamente especializados não poderão ser substituídos por máquinas. Desde a mais pequena soldadura até ao último pormenor respeitante ao conforto, a excepcional habilidade, a meticulosidade e a devoção destes especialistas contribuem poderosamente para que qualquer Mercedes-Benz seja uma obra-prima.



M E R C E D E S - B E N Z




DEPOSITO LEGAL
- 2. III. 1961



BREVE GUIA PARA OS TURISTAS DO INTERIOR





ALMANAQUE

separata do número de Março/Abril 1961

ilustrada por João Rodrigues

NÃO INVEJE O MONUMENTO, SEJA-O

O mundo levou dias a criar e, terminado esse prazo, ficou perfeito e completo, como todos podemos verificar.

Ao sétimo dia Deus descansou e o homem começou a trabalhar, como também podemos verificar.

Mas Deus tinha pensado muito seriamente na criação do MONUMENTO — objecto destinado a perpetuar o esforço do abstracto. Pensou, repensou, e como Adão lhe tivesse levantado dificuldades incumbiu-o de «monumentar» ad aeternum.

Os Livros Antigos, as pirâmides e as autovias da Caldeia mostram que o homem tomou a sério a incumbência: monumentou tanto quanto as circunstâncias lho permitiram.

O carnet mondain da Antiguidade refere-se a certas «liaisons dangereuses» (muito pouco calvinistas) que celebrizaram Loth e Salomé e transformaram em monumento alguns pobres anónimos de há milhares de anos, como o Homem de Neanderthal, o peixinho Coelophantus e o Picasso das cavernas de Altamira.

Em todo o homem há uma ânsia de monumento (complexo que passou despercebido a Freud mas que não escapou aos especialistas do ALMANAQUE).

Pergunta-se agora: quais os verdadeiros exemplares do perfeito Monumento Lusitano? Onde encontrá-los?

E mais: como chegar a Monumento?

How to become a Monument?

Comment devenir Monument?

Resposta — Esse estado de graça, prezados irmãos e ilustres visitantes do Reino de Pacheco, esse estado adquirir-se. Ele é produto do saber, da prudência e dos muitos talentos.

ALMANAQUE, que é bibelot invejoso de monumentos, contemplando do Alto da Serafina a experiência milenária do passado, passou a escrito algumas monografias rigorosíssimas dos mais perfeitos monumentos. Queiram seguir-nos e por favor não toquem nos objectos expostos. Têm pelo menos catorze séculos cada um.



A TIA ELISA

Solteira, monumento às mães, olho atento aos desmandos deste mundo, é um padrão colocado a N graus de latitude Norte e L graus de longitude ocidental. Está patente todas as sextas-feiras (excepto durante a Quaresma) num terceiro andar à Lapa, que herdou dos avós. Fecha às 20,30, excepto durante a Semana Santa, em que encerra à hora das Trindades.

Indicações úteis:

- a) Não fumar na sua presença;
- b) Aparecer de surpresa (se for sobrinho directo);
- c) Falar de Júlio Dinis, dos «bons tempos» e de João Franco;
- d) Referências à excessiva importância que se dá ao dinheiro e aos *parvenus*;
- e) Excomungar em todas as conversas os «aventureiros da indústria».

Dados históricos:

D. Elisa foi fundada em época indeterminada e por isso não consta do *Who's Who* contemporâneo. Também não consta do *Who's Who* da Renascença. De qualquer forma, os antropologistas são de opinião de que, perante certos elementos exteriores, se trata de um monumento ainda activo do Reino de Pacheco.

MUSEU DOS COCHES

O coche é um monumento de 4, 6 ou 8 cavalos (não fiscais) dotado de uma única caixa de velocidades, no interior da qual se alojavam os passageiros.

O *chauffeur* vai de fora, para avaliar o tempo. Este veículo lubrifica-se nas estalagens, e de um modo geral, sempre que o passageiro segue acompanhado, lamenta que nas «mudas» se mudem apenas os cavalos.

Mede-se a velocidade de um coche pelo número de árvores que se passa por hora.

Dados históricos:

Como é sabido, os ingleses ricos de 1960 compram *veteran cars* post 1914, enquanto os tamarenses ricos de 1960 compram *Chevrolet*s post 1960. Para contentar os ingleses ricos, os americanos médios e os franceses mínimos (que são os que nos visitam), inventaram-se os coches antigos e reuniram-se os ditos em recinto devidamente engalanado, numa exibição que a todos os títulos tem epatado (do francês *épatar*) os seus inúmeros visitantes.

Situação e clima:

O museu goza de clima temperado a ouro velho com panejamentos verde-azeitona originais. Como monumento atrai monumento na razão inversa do quadrado das distâncias, podem encontrar-se a dois passos outros im-

portantes monumentos. A saber: a) 1 guarda-republicano (um) na sua competente guarda; b) a VERDADEIRA fábrica dos pastéis de Belém; c) o verdadeiro Mosteiro dos Jerónimos.

Indicações úteis:

Os veículos expostos não podem ser utilizados em qualquer viagem particular dos Srs. Visitantes. Não se alugam à hora nem se emprestam à consignação. Como não possuem taxímetro, só aos visitantes de confiança podem ser cedidos, e mesmo assim apenas para o percurso fixo Lisboa-Palácio de Queluz (que é também outro monumento). Desta forma o coche-monumento apenas se usa para transporte de monumentos em visita a outro monumento.

RIBEIRA DO PORTO

Localização:

A Ribeira encontra-se à esquerda do viajante que consiga alcançar a cidade Invicta, também chamada do Porto, e logo após a Ponte Duarte Pacheco, digo Dom Luís. Pela sua situação geográfica e pelo folclore que impregna o seu clima (vide *Passarinho da Ribeira*) é actualmente um monumento em tecnicolor. A sua composição turística encontra-se bem definida: RIBEIRA = ALFAMA + BAIRRO ALTO + MOURARIA + AREEIRO + MATOS SEQUEIRA + ETC., tudo isto elevado ao NORTE.

Dados históricos:

A Ribeira é um dos berços do neovernáculo folclorista e é nas suas vizinhanças que descansa o vinho do Porto antes de entrar em batalha com os armazenistas de Gaia. Para os verdadeiros portugueses tem dois predicados: cheira a povo e a bacalhau. Com efeito, é nas tascas daquela zona que se come o melhor bacalhau (*cod fish*)

depois do que se serve em Viana e em Braga. Amália Rodrigues, nas suas viagens folclóricas à terra dos portugueses, tem honrado com a sua presença esses *pubs* nortenhos.

Todavia o único lusitano que até agora viu com bons olhos a Ribeira (isto é, com olhos de gente) não foi Amália, mas Manuel de Oliveira, o realizador de *Aniki Bobó*.

A Ribeira do Porto chama-se Velha para a distinguir da Ribeira Nova, que fica em Lisboa, no estuário das linhas do comboio para Cascais.

BRASILEIRA DO CHIADO

Situação e limites:

Entre a Pastelaria Bénard e o Banco Burnay. A igual distância dos Mártires e dos saldos do Ramiro Leão.

Dados históricos:

A Brasileira-Monumento é o *Deux Magots* fardado de director-geral (real ou potencial). É ali que se reúnem os monumentos imaginários do Reino — uns imaginados à sua custa, outros imaginados pelos amigos.

Para os não-iniciados a Brasileira é a bolsa intelectual do mundo de Pacheco, mas as peritagens mais perfeitas destes últimos anos apuraram que a cotação que ali se marca raramente coincide com o valor real da produção. As operações de convivência que se realizam ali estão patentes ao público diariamente entre as 10 da manhã e as 11 da noite (salvo nos dias de São Carlos), alternadas com visitas à Bénard e beija-mãos às senhoras que saem do Ramiro Leão.

A Brasileira, tal como a vemos hoje, é uma imagem desfocada da Brasileira tal como foi vista no passado por outros Vencidos da Vida.

Ao contrário dos seus pares do Café Chiado, os Vencidos da Vida que se expõem

na Brasileira sabem todos ler e escrever. Na sua maioria são bacharéis, têm um salutar horror ao analfabetismo e cultivam a convicção sob formas evoluídas.

Indicações úteis:

Na Brasileira «diz-me com quem andas dir-te-ei quem não és».

É conveniente neste recinto: a) falar baixo; b) ingerir apenas bicas; c) ocupar tanto quanto possível sempre a mesma mesa, para assim sugerir uma aparência de tradição.

Sempre que se visite este local e que, por qualquer razão, não seja visível a peça procurada, convém perguntar bem alto se «o Almada já saiu e se não deixou nenhum recado». Este conhecido *mot de passe* transformou-se, com o uso, em nome de guerra.

O visitante pode mesmo, em dias periodicamente anunciados, encontrar neste recinto monumental o pintor Almada procurando a «Chave».

Descrição:

Passada a nave central, o visitante desemboca no grandioso Pórtico da Brasileira e pode apreciar então o animado panorama que dali se desfruta. Tal panorama foi descrito em devido tempo por Eça, Ramalho e Fialho, mas mantém-se inalterável, graças a inteligentes posturas municipais. Na Brasileira — dizem os lisboetas — não é preciso entrar para lá se ter estado. Basta ficar à porta. Um crítico estrangeiro amigo da romancista americana Carson McCuller's, depois de ter visitado a Brasileira perguntou publicamente porque não foram os portugueses os primeiros a escrever *A Balada do Café Triste*. Respondeu-lhe um dos Vencidos que lá estava que foi porque não nos lembrámos, pois quem descobriu o caminho para a Índia mais facilmente teria descoberto uma balada para um Sad Café.

E é lógico...

Por sua vez, os Vencidos da Vida ex-

postos na Brasileira saberem todos ler e escrever — coisa que não perdoam.

PORTUGAL DOS PEQUENINOS

Situação: a Lusa Atenas.

Limites: a dita Atenas.

Este jardim de pequeninos que se construiu nas poéticas vizinhanças do Choupal e do seu afluente Mondego faz parte do folclore dos adultos — lentes e outros.

O adulto, para lá entrar, vê-se forçado a perder humildemente a altura, a escala e a perspectiva — o que o diverte; as crianças, por sua vez, ficam na mesma — o que lhes causa graves apreensões.

De qualquer forma, trata-se de um reputadíssimo monumento à infância, conhecido além-fronteiras como a «Disneyland do Choupal». Portugal dos Pequeninos é um dos locais mais aprazíveis de Coimbra. Com efeito, não passa por lá uma tricana, não tem «praxes», não se vê passar o celebrado Hilário nem se ouve o Raul Ferrão acompanhado à guitarra em doze dialectos. Também não se ouve o «alegre chilrear» das crianças, porque o relvado e as árvores naquela zona são à prova de som.

Indicações úteis:

O visitante não deve confundir o Portugal dos Pequeninos com o Penedo da Saudade. O primeiro destina-se ao público em geral, o segundo é considerado um espectáculo com classificação especial, representado por crianças mas só acessível a adultos de sólida formação moral.

MARIA PEREIRA

Monumento actual pintado em cores firmes, à prova de som e das ondas hertzianas. Alegrou muito com a pintura.

Descrição:

Este monumento, cuja publicidade concorre com a da Torre de Belém e cujo mérito não passou despercebido aos portugueses, foi fundado para tornar o País mais alegre — o que de facto tem vindo a conseguir sem que ninguém se espante.

De linhas sóbrias, inteligentemente concebidas, é um monumento expressivo de certa tendência puritana da arte portuguesa, que se caracteriza por uma excepcional modéstia de expressão e riqueza da polifonia clássica. É considerado um dos mais perfeitos monumentos manuelinos da *vieille vague*.

Dados históricos:

Vários artistas e escritores têm aplicado o estilo autopublicitário de que é típico este monumento. Porém, nenhum deles logrou atingir a sua universalidade nem a sã franqueza de expressão que se lhe reconhece em todos os pormenores.

Posição: boa.

Limites: muitos.

Indicações úteis:

O monumento está ao alcance dos ouvidos do público desprevenido a horas programadas, regulares, irregulares e frequentes.

Bateu todos os *records* da Canção Nacional, cantando 44 canções em Tavira numa só noite.

O SR. DOUTOR

É como os cactos no México: aparece em toda a parte e ilustra a paisagem. Tal como os cactos, não tem aplicação comercial, industrial ou agrícola. Mas tem picos.

Caracteriza-se este monumento pelo estilo confuso das suas linhas e por um elemento fundamental que nele aparece. Tal elemento é figurativo, apresentando-se apoiado no «canudo» como Viriato se apoiava no cacete de azinheira. É indiscutivelmente um monumento proto-românico e os seus exemplares mais perfeitos são atenienses (Coimbra B).

Situação: **Partout, partout, partout.** Este monumento é particularmente abundante nas reuniões de família, nos jantares de homenagem e nos barbeiros.

Limites: Não tem, sendo a sua projecção imensa.

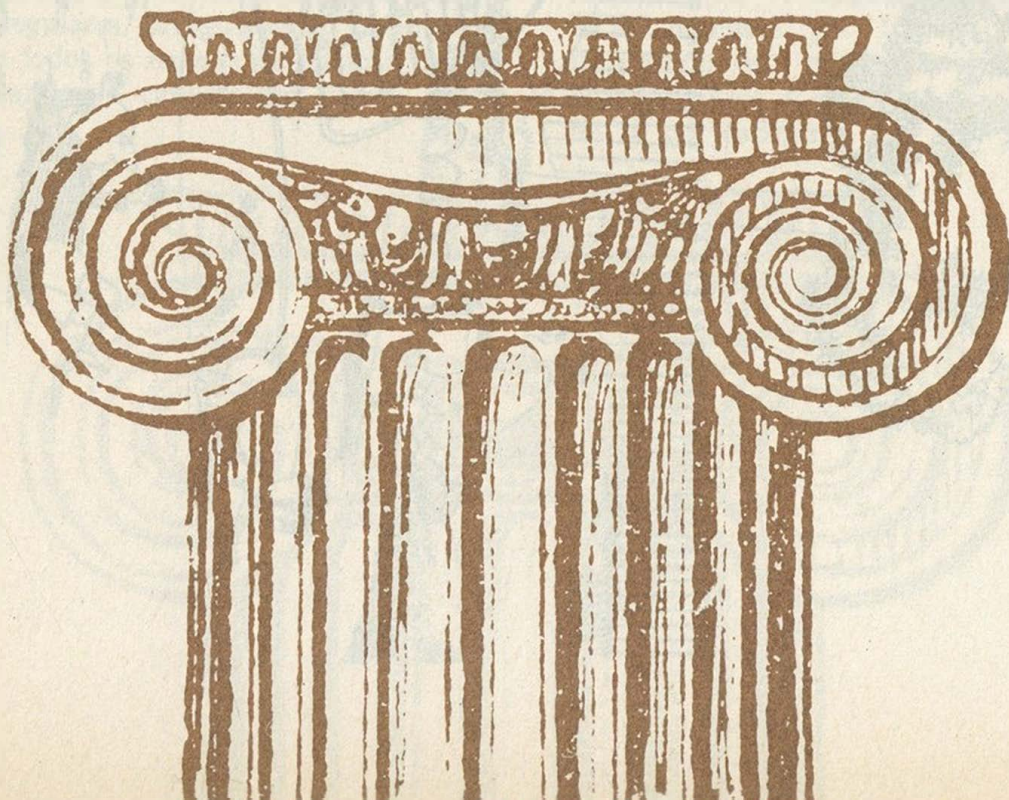
Dados históricos: Fundou-se no reinado de D. Dinis, chamado o «Lavrador». Apesar da sua antiguidade, este monumento conserva-se em *sauce* de prestígio e serve-se em qualquer ocasião. Os exemplares conhecidos são cópias fiéis de originais.

Densidade e população: Segundo as estatísticas, é apreciável o elevado número destes monumentos. A densidade apurada é de 98,64 doutores por 100 habitantes, ou uma média de 1 por centímetro quadrado. Nos barbeiros e engraxadores a média é de 10 por cadeira.





português **como tornar-se monumento**
español **como volverse monumento**
italiano **come diventare un monumento**
francês **comment devenir monument**
inglês **how to become a monument**
alemão **wie man sich in ein
monument verwandelt**
brasileiro **como virar monumento**



TORRE DE BELÉM — O cidadão que se tornar Torre de Belém está fardado para altos destinos. Não só assiste à saída e à entrada de barcos no Tejo, mas passa o Verão convenientemente colocado na margem do rio, em local aprazível. Acresce que um cidadão nessas circunstâncias não paga contribuição predial. O difícil, porém, para um cidadão, é tornar-se Torre de Belém, já que o referido monumento é construído em pedra e, essa, em doses que nenhuma visícula humana poderá comportar.

Há que recorrer, portanto, a métodos de química psicológica, ciência já antiga e muito cultivada.

Comece o candidato a Torre de Belém por adquirir um chapéu com bordas reviradas, duas vezes maior do que a sua cabeça, e, com ele enfiado na caixa craniana, coloque-se em qualquer ponto da margem donde possa ver, à direita, a barra e, à esquerda, aquela estátua que recentemente se construiu junto à doca de Belém para mostrar aos vindouros que os presentes também não sabiam fazer estátuas. A fim de obter certa «cor local», hoje muito em voga, deverá colocar dois dísticos ao pescoço. Um com as palavras «Património do Estado» (não vá alguém pensar que o cidadão é sucursal dum banco) e outro com a expressão «Prémio Valmor».

TIA ELISA — Qualquer pessoa pode tornar-se «Tia Elisa» desde que cumpra as seguintes regras:

- 1.º — Tomar banho apenas nos dias Santos e de Guarda — e mesmo assim só no Verão.
- 2.º — Dividir a população em duas categorias:
 - a) As pessoas de bem.
 - b) As pessoas de mal.
- 3.º — Usar sapatos velhos, de saltos baixos.
- 4.º — Tentar por palavras, gestos e acções trazer as «pessoas de mal» ao «bom caminho».

Exemplo prático — Oferecer-lhes leituras sãs, o ALMANAQUE, amêndoas da Páscoa e garrafas de geropiga.

- 5.º — Passar o Verão numa estância termal (Curia, Vidago, etc.).
- 6.º — Evitar cuidadosamente as praias, os filmes para adultos, os jornais estrangeiros e o teatro.
- 7.º — Queimar na presença da família e dos servos a obra de Eça de Queirós, previamente adquirida para esse fim. Pode abrir uma excepção à «Cidade e as Serras», já que esse livro, gabando o retorno à terra e aos seus valores (as favas guisadas, a vida «dura e sã», etc.), é susceptível de encaminhar os novos para o culto dos «bons valores».
- 8.º — Chaperonar a torto e a direito.
- 9.º — Iniciar todas as conversas pela expressão: «No meu tempo...».



JARDIM DOS PEQUENINOS — Regras a seguir para quem quiser tornar-se «Jardim dos Pequeninos».

- 1.º — Envelhecer até chegar à segunda infância. Deter-se aí.
- 2.º — Deitar a língua de fora e meter o dedo no nariz. (De preferência o nariz de outrem).
- 3.º — Dizer graças às escolares que passam na rua.
- 4.º — Proferir, de quando em quando, verdades de trazer por casa.

«Ó Pedro, que é do livro da capa verde que te deu o avô?»

«Os meninos de ontem são os velinhos de hoje e os velinhos de hoje são os meninos de amanhã.»

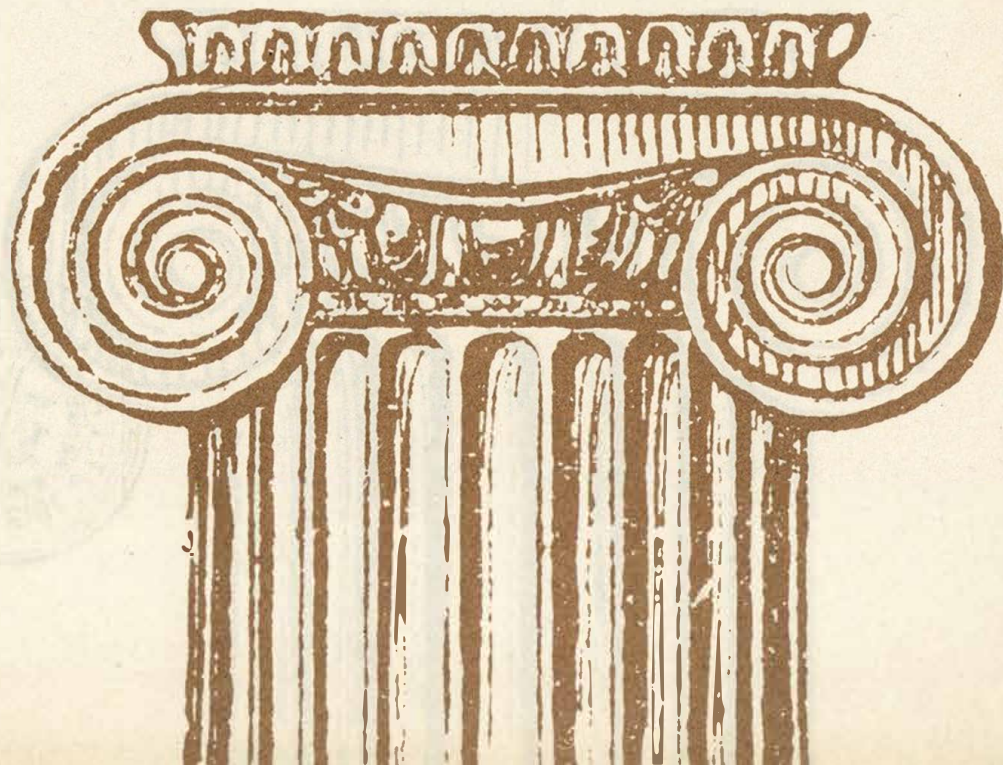
«Nem tudo vai bem: o lago dos patinhos carece de mais água, mas antigamente nem água tinha. Muito se fez...»

«Os meninos devem brincar nos jardins, mas os adultos que quiserem brincar devem fazê-lo «à sombra».»

Nota: É proibido pisar a relva.

MARIA PEREIRA — O leitor tem voz? Sabe cantar? Tem «presença»? É capaz de criar, sozinho, um estilo próprio? Então para que deseja tornar-se Maria Pereira?

BRASILEIRA — Para se tornar Brasileira do Chiado, volte o leitor atrás, aos bons tempos de el-rei D. Dinis, e comece então a formar a sua personalidade artística. Plante pinheiros e escreva «lirismos». Mais tarde plante casas senhoriais e escreva «lirismos». Mais tarde, ainda, faça pequenas revoluções «líricas» e, por fim, plante edifícios «modernos» e escreva «lirismos»...



Aviso aos leitores — Brasileiros:

Não pinte — Fale de pintura...

Não escreva — Fale de literatura...

Não componha música — Fale de música...

Não faça teatro — Fale de teatro...

Não faça nada — Fale de tudo...

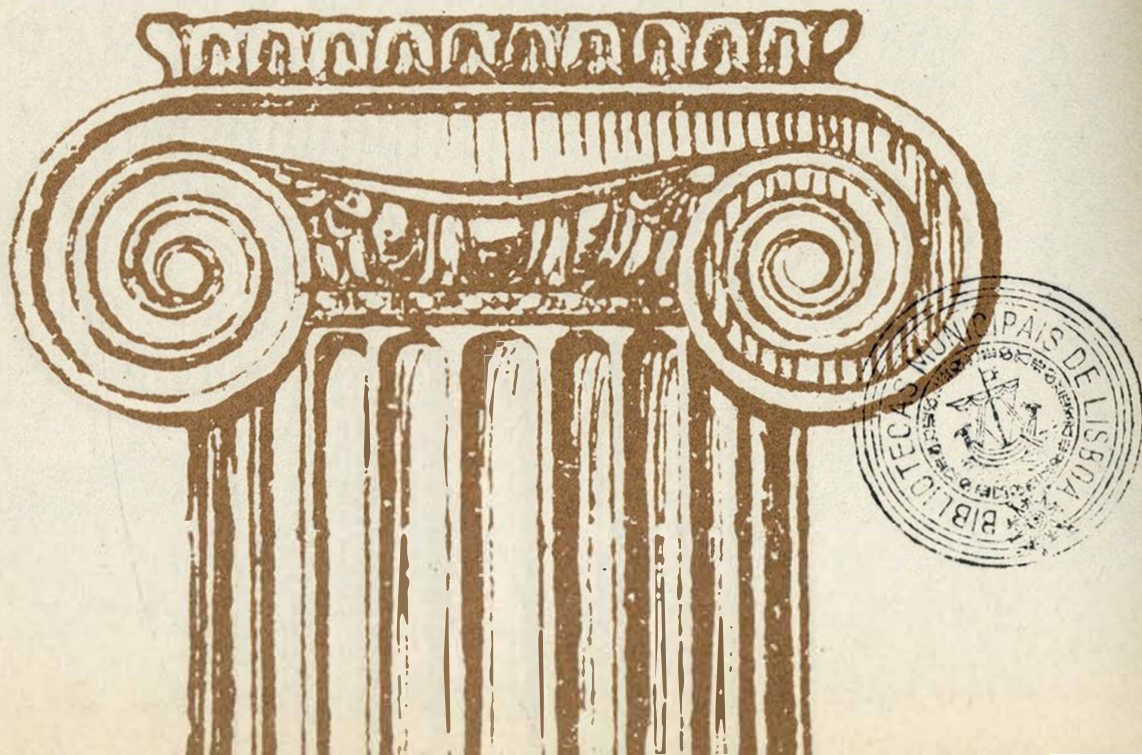
Seja, em resumo, o homem que menos sabe de mais coisas.

SR. DR. — Qualquer pessoa pode, com facilidade, tornar-se doutor.
Basta para tal que:

- a) Saiba estar sentado durante cinco ou seis anos, abrindo a boca apenas quando não pode deixar de ser e, mesmo nessas ocasiões, o menos possível.
- b) Saiba comportar-se como se durante esse tempo tivesse estudado.
- c) Se inscreva nas organizações próprias de quem tem o estado de doutor.

MUSEU DOS COCHES — Deseja tornar-se monumento-museu-dos-coches? Entre no museu, instale-se à frente dos ditos coches, agarre nos varais e puxe, estimado leitor, puxe, puxe...

RIBEIRA DO PORTO — Não é fácil a um cidadão tornar-se Ribeira do Porto.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE PRESS — THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

